

António Rafael Amaro

A SEARA NOVA

NOS ANOS VINTE E TRINTA

(1921 - 1939)

Memória, Cultura e Poder



VISEU

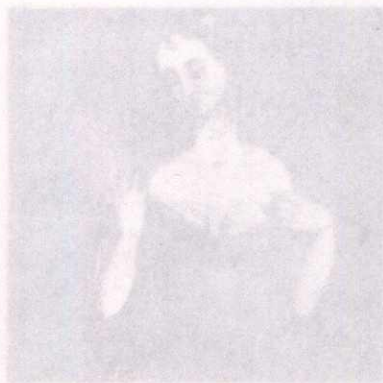
1995

Shi

ANTÓNIO RAFAEL AMARO

**A SEARA NOVA NOS ANOS
VINTE E TRINTA (1921-1939)**

MEMÓRIA, CULTURA E PODER



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS ALENTOUGUESE

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO
E PRÁTICA ACADÉMICA

2011

100

A SEARA NOVA NOS ANOS
VINTE E TRINTA (1921-1939)

MEMÓRIA, CULTURA E PODER

ANTÓNIO RAFAEL AMARO

Aos meus Pais.
À Fernando e ao Paulo.

A SEARA NOVA NOS ANOS VINTE E TRINTA (1921-1939)

MEMÓRIA, CULTURA E PODER



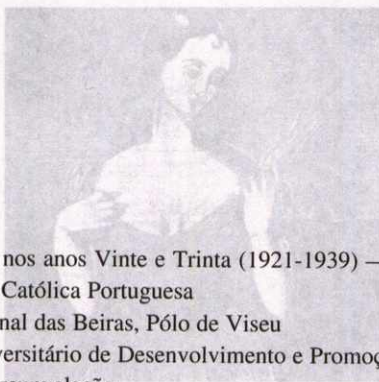
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS, PÓLO DE VISEU
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
E PROMOÇÃO SOCIAL

UIEUI
1995

ANTÓNIO RAFAEL AMARO

A SEARA NOVA NOS ANOS
VINTE E TRINTA (1921-1939)
MEMÓRIA, CULTURA E PODER



Título: A Seara Nova nos anos Vinte e Trinta (1921-1939) — Memória, cultura e Poder

Edição: Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu

Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social

Estrada da Circunvalação

3500 Viseu

Telef.: (032) 42 84 84 / 42 19 65

Fax: (032) 42 83 44 / 42 84 85

Motivo da capa: Desenho de José de Rodrigues Miguéis, que serviu de capa ao n.º 22 da revista *Seara Nova* de Abril de 1923

Composição, impressão e acabamento: Tipografia Guerra, Viseu

Depósito legal n.º 88756/95

ÍNDICE

Aos meus Pais.
À Fernanda e ao Pedro.

NOTA PRELIMINAR	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
Uma Nota e algumas explicações (1921 - 1939)	7
CAPÍTULO I — A SEMRA NOVA E AS ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO POLITICA DO GRUPO	18
1. A Semra Nova e o confronto com as outras do T. Republicano	18
2. A Semra Nova e as estratégias do grupo	24
2.1. Epistemologia e técnicas de análise: repensar e confrontar	31
CAPÍTULO II — A SEMRA NOVA: LUGAR DE MEMÓRIA DA LUTA PELA MODERNIDADE	48
1. No ransasto de modernidade	49
1.1. Modernidade, carpe diem e modernização	56
1.2. Nacionalismo e projecto modernizante	62
1.3. O projecto modernizante da Semra Nova	70
CAPÍTULO III — O IDEALISMO PRÁCTICO E POLITICO DA SEMRA NOVA	75
1. O objectivo politico da Semra Nova	78
2. A ideia de revolução na Semra Nova	83
2.1. Legitimidade e legitimidade das revoluções	88
2.2. As divergências sobre o conceito de revolução: os casos de Luísão Costa e Rodrigues Miguéis	92
3. Liberalismo, Democracia e as reflexões intelectuais na Semra Nova	101
4. Democracia social, socialismo Alemão e democracia cooperativista	112

Aos meus Pais,
À Fernanda e ao Pedro.

Título: A *Seara Nova* nos anos Vinte e Trinta (1921-1939) — Memória, cultura e Poder

Edição: Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu

Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social

Estrada da Circunvalação

3500 Viseu

Telef.: (032) 42 84 84 / 42 19 65

Fax: (032) 42 83 44 / 42 84 85

Motivo da capa: Desenho de José de Rodrigues Migalhas, que serviu de capa ao n.º 22 da revista *Seara Nova* de Abril de 1923

Composição, impressão e acabamento: Tipografia Guerra, Viseu

Depósito legal n.º 88756/95

ÍNDICE

CAPÍTULO IV — CULTURA POLÍTICA PODER 120

1. O primado da cultura na acção política 120

2. A mesma Seara e os novos desenhos culturais ideológicos (1926 - 1939) 122

2.1. Sob o signo da constância: a cultura política e ideológica na oposição ao Estado Novo à concórdia com outros discursos 126

2.2. A emergência de novos centros de produção e reprodução ideológica na oposição ao Estado Novo: O Diabo e São Martinho 132

3. Cultura e arte: portadoras vivíveis de um debate ideológico e político mais profundo 140

3.1. Arte pura e arte social 142

9

NOTA PRÉVIA 9

PREFÁCIO 11

BIBLIOGRAFIA E FONTES 12

INTRODUÇÃO 13

Uma Seara e várias espigas (1921 -1939) 7

CAPÍTULO I — A SEARA NOVA E AS ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO POLÍTICA DO GRUPO 18

1. A *Seara Nova* e o confronto entre as elites na I República 18

2. A *Seara Nova* e as estratégias do grupo 24

2.1. Epistemologia e hierarquias temáticas: rupturas e continuidades 33

CAPÍTULO II — A SEARA NOVA : LUGAR DE MEMÓRIA DA LUTA PELA MODERNIDADE 48

1. Na vanguarda da modernidade 49

1.1. Modernidade, europeização e modernização 56

1.2. Nacionalismo e internacionalismo 62

1.3. O patriotismo prospectivo da *Seara Nova* 70

CAPÍTULO III — O IDEALISMO FILOSÓFICO E POLÍTICO DA SEARA NOVA ... 75

1. O idealismo político da *Seara Nova* 78

2. A ideia de revolução na *Seara Nova* 83

2.1. Legitimidade e ilegitimidade das revoluções 88

2.2. As divergências sobre o conceito de revolução: os casos de Emílio Costa e Rodrigues Miguéis 92

3. Liberalismo, Democracia e as tentações totalitárias na *Seara Nova* 101

4. Democracia social, socialismo liberal e democracia cooperativista 112



CAPÍTULO IV — CULTURA POLÍTICA PODER	120
1. O primado da cultura na acção política.....	120
2. A mesma <i>Seara</i> e os novos desafios culturais e ideológicos (1926 - 1939).....	125
2.1. Sob o signo da contestação: da hegemonia cultural e ideológica na oposição ao Estado Novo à concorrência com outros discursos.....	126
2.2. A emergência de novos centros de produção e reprodução ideológica na oposição ao Estado Novo: <i>O Diabo e Sol Nascente</i>	132
3. Cultura e arte: polémicas visíveis de um debate ideológico e político mais profundo.....	140
3.1. Arte pura e arte social.....	143
9.....	NOTA PRÉVIA
CONCLUSÃO	150
11.....	PRÉFÁCIO
BIBLIOGRAFIA E FONTES	155
13.....	INTRODUÇÃO
7.....	Uma <i>Seara</i> e várias espigas (1921 - 1939)
18.....	CAPÍTULO I — A SEARA NOVA E AS ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO POLÍTICA DO GRUPO
18.....	1. A <i>Seara Nova</i> e o confronto entre as elites na I República.....
24.....	2. A <i>Seara Nova</i> e as estratégias do grupo.....
33.....	3.1. Epistemologia e hierarquias temáticas: rupturas e continuidades.....
48.....	CAPÍTULO II — A SEARA NOVA: LUGAR DE MEMÓRIA DA LUTA PELA MODERNIDADE
49.....	1. Na vanguarda da modernidade.....
56.....	1.1. Modernidade, europeização e modernização.....
62.....	1.2. Nacionalismo e internacionalismo.....
70.....	1.3. O patriotismo prospectivo da <i>Seara Nova</i>
75.....	CAPÍTULO III — O IDEALISMO FILOSÓFICO E POLÍTICO DA SEARA NOVA
78.....	1. O idealismo político da <i>Seara Nova</i>
83.....	2. A ideia de revolução na <i>Seara Nova</i>
88.....	2.1. Legitimidade e legitimidade das revoluções.....
92.....	2.2. As divergências sobre o conceito de revolução: os casos de Emílio Costa e Rodrigues Miguéis.....
101.....	3. Liberalismo, Democracia e as tentações totalitárias na <i>Seara Nova</i>
113.....	4. Democracia social, socialismo liberal e democracia cooperativista.....

NOTA PRÉVIA

O presente livro reproduz integralmente, com pequenas alterações de pormenor, a dissertação final de Mestrado por mim apresentada, em 31 de Maio de 1993, ao concluir o I Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (anos lectivos de 1990/1991 e 1991/1992).

Qualquer trabalho deste género beneficia de múltiplos apoios e incentivos. Muito embora correndo o risco de alguma omissão, gostaria de registar aqui o meu sincero agradecimento às pessoas e instituições que tornaram possível a realização deste trabalho, bem como a sua publicação.

Ao Prof. Doutor Fernando Catroga, que orientou científica e metodologicamente este trabalho, sobretudo pelos incentivos à nossa liberdade criadora, bem como pelo estímulo que a sua obra a todo o momento nos dá. Ao Prof. Doutor José M. Amado Mendes, pelo acompanhamento amigo que sempre me tem dispensado e pela confiança em mim depositada em momentos cruciais.

Aos Professores Doutores Luís Reis Torgal — Coordenador do referido Curso de Mestrado — e Manuel Augusto Rodrigues e António Pires Ventura, estendemos também os nossos agradecimentos.

À Dr.^a Lúcia Moura, pela atenção dedicada e amiga com que me ouvia, durante horas, a dissertar sobre assuntos que só a mim directamente interessavam e que ainda arranjou tempo para fazer a revisão geral do texto original, o meu agradecimento muito sincero.

Aos meus amigos, João Paulo Avelãs Nunes, Manuela Neves, José João Rodrigues, Isabel Mendes, Jorge Seabra, Paula Medeiros, Pedro Couceiro Costa, Fátima Couceiro, Nuno Rolo, Manuel Rodrigues e Margarida Mendes, pela ajuda e incentivos constantes, o meu público reconhecimento.

À Biblioteca Nacional, à Biblioteca Pública Municipal da Figueira da Foz, ao Arquivo da Universidade de Coimbra, à Biblioteca Central da F.L.U.C., à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Biblioteca do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica, Pólo de Viseu, aos Institutos (Estudos Filosóficos, História Económica e Social, História e Teoria das Ideias) da F.L.U.C., o meu obrigado pela disponibilidade e colaboração demonstradas.

Ao Conselho de Direcção do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social da U.C.P., na pessoa do seu Presidente, Professor Doutor Nicolau de Almeida Raposo, estou profundamente grato, pelo entusiasmo posto na publicação desta obra no âmbito das suas actividades editoriais

Por último, uma palavra de reconhecida gratidão à Fernanda e ao Pedro, companheiros inseparáveis de todas as horas.

3. Cultura e arte: polémicas visíveis de um debate ideológico e político profundo	140
3.1. Arte para arte e arte social	

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Qualquer trabalho deste género beneficia de múltiplos apoios e incentivos. Muito embora correndo o risco de alguma omissão, gostaria de registar aqui o meu sincero agradecimento às pessoas e instituições que tornaram possível a realização deste trabalho, bem como a sua publicação.

Ao Prof. Doutor Fernando Caroga, que orientou cientificamente e metodologicamente este trabalho, sobretudo pelos incentivos à nossa liberdade criadora, bem como pelo estímulo que a sua obra a todo o momento nos dá. Ao Prof. Doutor José M. Amado Mendes, pelo companheirismo amigo que sempre me tem acompanhado e pela confiança em mim depositada em momentos cruciais.

Aos Professores Doutores Luis Reis Torral — Coordenador do referido Curso de Mestrado — e Manuel Augusto Rodrigues e António Pires Ventura, estendemos também os nossos agradecimentos.

À Dr.ª Lúcia Moura, pela atenção dedicada e amiga com que me ouviu durante horas, a dissertar sobre assuntos que só a mim dirctamente interessavam e que ainda mantinha tempo para fazer a revisão final do texto original, o meu agradecimento muito sincero.

Aos meus amigos, João Paulo Avulsas Nunes, Manuela Neves, José João Rodrigues, Isabel Mendes, Jorge Seabra, Paula Medeiros, Pedro Conceito Costa, Fátima Conceito, Nuno Rolo, Manuel Rodrigues e Margarida Mendes, pela ajuda e incentivos constantes, o meu público reconhecimento.

A Biblioteca Nacional, à Biblioteca Pública Municipal da Figueira da Foz, ao Arquivo da Universidade de Coimbra, à Biblioteca Central da F.L.U.C., à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Biblioteca do Centro Regional das Beatas da Universidade Católica, Pólo de Viseu, aos Institutos (Estudos Filosóficos, História Económica e Social, História e Teoria das Ideias) da F.L.U.C., o meu obrigado pela disponibilidade e colaboração humanas.



PREFÁCIO

António Rafael Amaro publica agora o essencial da tese de mestrado que apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E basta atentar no objectivo que procurou cumprir para imediatamente se perceber que se está perante um tema da maior importância para a compreensão da história das *élites* intelectuais e dos movimentos ideológicos na primeira metade do século xx em Portugal. Elegendo um dos mais significativos — o que se aglutinou, a partir de 1921, à volta da revista *Seara Nova* —, o autor procurou apreender as estratégias de legitimação histórica (a invocação e a «invenção» de um passado progressista desde os «estrangeirados» até à geração de 70) e filosófica (o antipositivismo e a antiescolástica) do grupo, tendo em vista a fundamentação do papel transformador das *élites* (tidas por culturalmente emancipadas) na direcção espiritual dos povos e nas reformas económico-sociais. Para isso, integrou-o no contexto das lutas com outros grupos intelectuais e respectivos princípios filosófico-culturais, perspectiva que se mostrou correlata da sua demarcação do republicanismo jacobino e da luta contra os perigos, por um lado, dos nacionalismos autoritários emergentes, e, por outro, do socialismo estatista e revolucionário vitorioso na Rússia desde 1917. Esta intenção explica a ênfase que António Rafael Amaro colocou na caracterização do «vanguardismo» intelectual que a *Seara Nova*, na linha do Iluminismo, reivindicou para si, procurando afirmar-se como motor da aceleração da modernidade em Portugal.

Pertinente é também a articulação que faz entre o fundo racionalista do movimento com um proselitismo não inteiramente estranho a uma certa secularização do apostolado religioso — o intelectual com o «clerc» laico—, e com o seu uso como instrumento crítico do irracionalismo e nacionalismo que estariam a hegemizar boa parte da intelectualidade portuguesa, o que torna compreensível que este militantismo cultural se traduzisse numa prática de agitação de ideias, vista como acção nuclear e necessária para a criação de uma nova opinião pública que servisse de alicerce à radicação da verdadeira democracia.

Naturalmente, a contextualização desta estratégia obrigou à periodização de evoluções e de mutações, nomeadamente quando se passou da luta no seio de um regime que, apesar das suas insuficiências, ainda garantia alguns direitos fundamentais, para o autoritarismo do Estado Novo. António Rafael Amaro descreve proficientemente este percurso e, com clareza, caracteriza a importância decisiva

que figuras proeminentes como Raul Proença e António Sérgio exerceram na fixação do corpo doutrinário do movimento. É que só na sua inserção histórica se poderá compreender como é que a *Seara Nova*, a partir de alguns pressupostos nucleares e constantes, evoluiu na concretização do ideal de sociedade que defendia, como alternativa reformista ao capitalismo liberal e ao socialismo colectivista. Simultaneamente, esse mesmo horizonte permitiu intelegir o modo como os *seareiros* se defrontaram, nos domínios do pensamento político e das ideias sobre a cultura e a arte, com a crescente influência do marxismo, corrente que, a partir da década de trinta, irá disputar a posição de domínio que, de certo modo, eles tinham alcançado nos meios intelectuais portugueses que resistiam à crescente corporização e fascização do regime político instaurado em 1926.

Por tudo isto (e muito mais), a obra de António Rafael Amaro passará a constituir uma peça incontornável na bibliografia sobre o movimento *Seara Nova*. E se alguns dos mentores da revista (casos de António Sérgio, Raul Proença, Jaime Cortesão) já estão relativamente bem estudados, continuavam a faltar análises de conjunto que ultrapassassem o tom apologético com que certo ensaísmo historiográfico tem valorizado este movimento. O autor procurou superar essa lacuna, ao eleger o grupo como objecto de investigação, abrindo assim um caminho a que urge dar continuidade, particularmente no que respeita ao estudo das transformações que o movimento sofreu desde 1939 até ao 25 de Abril de 1974.

Fernando Catroga

INTRODUÇÃO

Manuel Maria Carrilho, a propósito do livro de Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*,¹ fez o seguinte comentário que não deixou de ser, ao mesmo tempo, um importante repto aos historiadores:

«embora não pensemos que a história possa ser a verdade de que a literatura é ficção, esta proposta não deixa de ser um desafio aos historiadores, pois é deles que se espera o trabalho que permita passar das perspectivas assim esboçadas para estratégias de alcance mais vasto, de um cenário talvez demasiado pacificado e excessivamente globalizante para um quadro tão vivo quanto possível das movimentações e pulsões que qualquer imagem está, constitutivamente, destinada a ignorar, ou seja, da imagologia de fundo psicológico e recorte literário para uma genealogia que nos permita articular as imagens «míticas» com os mecanismos e as estratégias de poder a que manifestamente elas não são alheias».²

A *Seara Nova*, pelo lugar que ocupa na história da cultura portuguesa, pela importância intelectual e cívica de grande parte dos seus colaboradores, pelos combates travados na defesa de uma tradição iluminista, cosmopolita, racionalista da nossa história, pela defesa da modernidade e das liberdades individuais, contra uma imagem mística e mítica, saudosista e sebastianista, romântica e irracional, autoritária e nacionalista, representa um privilegiado lugar de memória, pela natureza intrínseca da sua mensagem, para a compreensão de uma parte significativa do nosso passado e, mesmo, do presente. Foi, sobretudo, o conhecimento prévio desta riqueza cultural e a consciência de, no interior desta tão importante memória viva, podermos vir a encontrar muitas das respostas que explicam uma boa parte das imagens e mitos que sobre nós mesmos fomos forjando, os quais, ainda hoje, pululam e se mantêm bem vivos no nosso imaginário colectivo, que, dizíamos, decidimos meter ombros a este nosso estudo.

¹ Trata-se do livro de Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978.

² Manuel M. Carrilho, *Elogio da Modernidade*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 91.

qu Não temos, todavia, a veleidade de pensar que, com ele, vamos responder totalmente ao repto lançado por M. Maria Carrilho; porém, prometemos que não esqueceremos o seu alvitre. E, por isso, será nossa intenção mostrar como a *Seara Nova* procurou tornar hegemónica uma outra ideia da nossa história e como essa ideia se encontrava ligada a uma outra forma de entender o nosso destino e o lugar de Portugal no mundo. Tal facto, contudo, levar-nos-á a procurar não ignorar que a *Seara Nova* acabou por não conseguir evitar que, no lugar dos *espectros* e mitos que combateu, se entrincheirassem afinal outros, a coberto de uma razão idealizada e, apesar de tudo, acrífica.¹ Assim, sem apagarmos o importante papel que a *Seara Nova* teve no conjunto da cultura portuguesa, será também nossa intenção tentar compreender as motivações intelectuais, políticas, sociais e psicológicas que levaram um grupo de intelectuais à formação de uma revista e a um tão grande empenhamento numa missão que pretendia cobrir de luz o nosso destino colectivo. Penetrar nesta utopia e deslindar as suas estratégias de legitimação e de confronto com o(s) podere(s) e ideologias dominantes, eis outra das tarefas a que nos propusemos.

Aos seareiros não escapou, nesta sua *evangelização*, a importância que as imagens do passado assumem na legitimação de projectos políticos, quer do presente, quer do futuro.² Grande parte mesmo das suas contendas culturais e ideológicas podem ser explicadas, estamos em crer, à luz de uma importante luta pelo domínio da nossa memória colectiva.³ Seguindo, neste aspecto, como em tantos outros, os principais mentores da geração de 70, a *Seara Nova*, enquanto instrumento de produção e de reprodução ideológica, tudo fez pela divulgação da ideia de que muitos dos nossos males advinham da nossa história e da perspectiva errada que dela tínhamos. Forjar, portanto, uma outra memória sobre nós mesmos esteve no cerne das suas principais preocupações culturais e políticas. Entroncava aqui, em parte, a tão defendida reforma das mentalidades. E, neste quadro, a regeneração de Portugal — e, mesmo, a própria legitimação do discurso e estratégia de intervenção social e política da *Seara Nova* enquanto grupo — passava pelo refazer de toda uma memória dominante que, a seu ver, impedia o aparecimento de *clerics* conscientes do papel de Portugal na História. Podendo, assim, afirmar-se que, em certo sentido e no contexto cultural português, tornarem-se «senhores

¹ Sobre este assunto, embora referente a Sérgio, Cf. Eduardo Lourenço, ob. cit., pp. 175-191.

² Na opinião de Eduardo Lourenço, António Sérgio (sem dúvida, o principal ideólogo da *Seara Nova*, nos anos vinte e trinta) idealizou «Em dois sentidos diametralmente opostos (...) a realidade portuguesa. Fê-lo para conformar o presente, e sobretudo o futuro da Grey...» (ob. cit., p. 191).

³ A este propósito, diz Jacques Le Goff: «Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição...» (Jacques Le Goff, «Memória», Enciclopédia Einaudi — *Memória História*, 1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p. 46).

da memória e do esquecimento»¹ foi, também, uma das grandes batalhas da *Seara Nova*, como revista e como grupo. Ou, se quisermos, como disse Eduardo Lourenço, referindo-se a Sérgio, aspiraram os seareiros a «"fazer pensar" Portugal, por uma certa qualidade do seu próprio pensamento (...)».² Para eles, não existiam dúvidas sobre o poder da cultura e das ideias para a transformação da sociedade. Toda a sua luta visou afirmar a supremacia do Espírito sobre a Matéria, vendo na hegemonia daquele «a via privilegiada para a reforma dos costumes e das instituições».³ Dominar, portanto, as consciências através de uma outra memória⁴ era condição indispensável para as reformas necessárias, e, em última instância, para a tão almejada revolução das mentalidades. Decorre daqui, afinal, o essencial de toda a estratégia educativa, pedagógica e política que, no fim de contas, acabou por caracterizar a missão dos seareiros num meio cultural e ideológico que sempre consideraram conservador, irracional, positivista e jacobino, dominado, assim o entendiam, pela lição de Maquiavel.⁵

Teremos ocasião, no entanto, de revelar ao longo do nosso trabalho que a *Seara Nova* não assumiu na cultura portuguesa o lugar de uma verdadeira contra-memória como entendemos, por exemplo, que foi o caso do "Novo Humanismo" proposto pelo marxismo e que viria a servir de suporte ideológico ao movimento literário neo-realista português, no final da década de trinta deste século.⁶ Queremos com isto dizer que a *Seara Nova* representou na cultura portuguesa a continuação de uma tradição, impropriamente rotulada de estrangeirada, que se revia nas atitudes críticas e regeneradoras de Verney, Herculano, Mouzinho, Antero, Oliveira Martins, etc. Foi sempre dentro deste quadro ou paradigma de referência, necessariamente idealizado, que ela tentou equacionar os problemas do seu tempo, procurando transportar para o século XX o espírito de uma tradição que consideravam racionalista, cosmopolita e com um sentido universalista. Foi, ainda,

¹ *Idem, Ibidem*, p. 13.

² Eduardo Lourenço, *ob. cit.*, p. 185.

³ Fernando Catroga, «Dialogar Com António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 14.

⁴ Entendemos aqui por memória o conjunto de recordações, conscientes ou não, de que fazem parte os acontecimentos vividos directamente, por transmissão oral, pela escrita ou por vias das instituições, através da historiografia, memórias oficiais, voluntárias ou orquestradas pelas ideologias e, ainda, pelo imaginário que caracteriza as nações, família, Igreja, partidos, etc. (Sobre este assunto, Cf. Pierre Nora, «Mémoire Collective», *Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, pp. 398-401).

⁵ Neste sentido, embora a propósito de Sérgio, cf. Fernando Catroga, *art. cit.*, sobretudo, pp. 12-15.

⁶ Sobre o significado político e ideológico do neo-realismo e a forma superadora que o "Novo Humanismo" revestiu, sobretudo, em relação ao humanismo que entroncava no socialismo da geração de 70, do qual a *Seara Nova* se dizia continuadora, cf. Alexandre Pinheiro Torres, *O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, 21-57.

escorados nesta tradição que os seareiros legitimaram muitas das suas propostas, quer para o presente, quer para o futuro.

Não evitaram, todavia, os erros das visões que tanto combateram. Assim, ao rejeitarem as concepções românticas, irracionaisistas e ideológicas sobre o nosso passado, presente e futuro, repetiram, embora em sentido inverso, as leituras anti-nómicas, valorativas, ideologizadas e idealizadas da nossa história e da nossa cultura. A este propósito e, mais uma vez, referindo-se a Sérgio, escreveu Eduardo Lourenço: «Mas a verdade é que, procedendo assim, o nosso Destino não foi pensado mas sonhado e é talvez tempo de nos levantarmos da ideologia idealista e do utopismo do século XIX, nem que seja para outro utopismo maior, mas ao menos claramente aceite como tal e não coberto pelo manto divino da Razão».¹

Esta leitura, por parte de Eduardo Lourenço, das marcas indeléveis deixadas por Sérgio no nosso imaginário contemporâneo, mesmo sem cuidarmos agora de saber da sua justeza, mostra à evidência que o pensamento do seareiro — o qual, em grande medida, se confunde, pelo menos até 1939, com o essencial do projecto da *Seara Nova* — ainda hoje povoa, na aceitação e na contestação, uma importante fatia do imaginário político e cultural português. Saindo, assim, reforçada a nossa intenção de, com este trabalho, podermos vir a contribuir, não só para um melhor conhecimento do papel da *Seara Nova* na sociedade portuguesa, mas, de igual forma, para um melhor entendimento dos mitos e projectos que ainda hoje abraçamos e contestamos.

Pelo que acabamos de referir, parece-nos fácil o entendimento de qual será o sentido e o escopo deste nosso trabalho. E, sobretudo, o que ele não será. Ele não pretenderá ser aquilo que poderíamos chamar de história da *Seara Nova*, nem, muito menos, aspirará a confundir-se com uma sociologia do grupo que a ela esteve ligado. Perspectivas interessantes, sobretudo esta última, pelo que, tanto quanto nos é possível saber, teria de inédito, mas que estão muito aquém e além dos objectivos deste trabalho. À história da *Seara Nova* só recorreremos na medida em que esta seja importante, e é-o algumas vezes, para os objectivos a que nos propusemos. E estes pensamos que podemos integrá-los, sem qualquer rigidez, no terreno movediço da história política, se por isto se entender o que já uma vez J. Gomes Canotilho apontou para um seu estudo, o «locus globalizante onde se procuram captar as ideias, as mentalidades, o imaginário, a ideologia dominante, a consciência colectiva, a ordem simbólica e a cultura política».² Perspec-

¹ Eduardo Lourenço, ob. cit., p. 187. Significativo, também nesta perspectiva, é o subtítulo dado por Jorge Borges de Macedo — «A ideologia da razão» — ao seu artigo sobre o «Significado e Evolução das Polémicas de António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 471-531.

² José J. Gomes Canotilho, «O Círculo e a Linha. Da «liberdade dos antigos» à liberdade dos modernos» na teoria republicana dos direitos fundamentais», *Revista de História das Ideias*, 9, 1987, pp. 734-735.

tiva, porventura, ambiciosa que o trabalho poderá não confirmar, mas é sempre o risco que corre quem dá os primeiros passos neste caminho fascinante que é a história.

Uma *Seara* e várias espigas (1921-1939)

Definido o *corpus* do trabalho, importa agora esclarecer as razões que nos conduziram a delimitá-lo no arco cronológico que, mais concretamente, vai de 15 de Outubro de 1921, data do lançamento do primeiro número da *Seara Nova*, a 17 de Junho de 1939, ano que ficou marcado pela saída de António Sérgio da direcção da revista.¹ Ao procedermos deste modo, foi nossa intenção vincar a ideia de que a saída de António Sérgio e de todos os que se solidarizaram com ele — Agostinho da Silva, Castelo Branco Chaves, Álvaro Salema e Azevedo Gomes — representou para a *Seara Nova* o fechar de um ciclo e o abrir de outro. Todavia, com isto, não pretendemos fazer qualquer juízo valorativo sobre os ciclos que se lhe seguiram. A *Seara Nova* continuaria a manter todo um espírito de luta pelos ideais democráticos e a afirmar-se como uma das mais importantes revistas doutrinárias deste século. Estamos, no entanto, convencidos de que a saída de António Sérgio, bem como a emergência de um importante leque de acontecimentos nacionais e internacionais que marcaram o final da década de trinta — Guerra Civil de Espanha (1936-1939), Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o abanar, pela primeira vez, do próprio Estado Novo e o reforço dos movimentos de oposição ao regime² e, em termos culturais e ideológicos, a crescente afirmação de concepções materialistas e marxistas da história, com bastante incidência, no caso português, em

¹ Sobre a saída de António Sérgio da *Seara Nova*, cf. *Seara Nova*, 17 de Junho de 1939, nº 618, p. 346 (Neste número, sem outro comentário, a *Seara* publica uma carta de António Sérgio, datada de 2 de Junho de 1939, em que este, num estilo algo formal, anuncia o seu afastamento da revista a que pertencia há 16 anos: «decidi afastar-me das funções de co-director desta última [*Seara Nova*], até ao dia em que fôr possível efectivar praticamente uma consulta aos três colegas nossos actualmente ausentes [refere-se a Raul Proença, Jaime Cortesão e Sarmiento Pimentel; o primeiro afastado por doença, os outros dois exilados no Brasil na sequência da instauração da ditadura em Portugal], consulta sem a qual considero impossível resolver certos problemas actuais, e para mim inadiáveis, da direcção do hebdomadário»). Este laconismo de António Sérgio, encontrou semelhanças na resposta de Câmara Reys: «A direcção da Empresa, publicando estas cartas [tem em conta a de Azevedo Gomes que acompanhou Sérgio na saída], declara que, de facto, surgiram divergências a respeito de assuntos ligados à direcção da Revista, pelo que cumpre acatar a decisão tomada por António Sérgio; e, lamentando o acontecimento, reconhece, perante os leitores, os altos serviços que lhe tem prestado e à cultura portuguesa»).

² Sobre este assunto, ver: Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1988 e Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, sobretudo, pp. 215-227.

novas correntes artísticas como o neo-realismo¹ —, fizeram com que, naturalmente, a *Seara Nova*, apesar de continuar a reivindicar o seu rico património inicial, mudasse. Aliás, se tal não tivesse acontecido, provavelmente teria desaparecido, ou, pelo menos, teria limitado o seu papel de intervenção cultural e política.

A saída de Sérgio da direcção da revista não foi pacífica. E acabou, como referiu Piteira Santos, por abrir «um período de crise, de crises». ² É esta, também, a opinião de Jacinto Baptista, ao afirmar que o seareiro «sentiu-se compelido a sair e saiu magoado». ³

Aparentemente, o diferendo resultou de divergências com Câmara Reys, sobre a forma como ele conduzia os negócios da Empresa *Seara Nova*. O próprio Sérgio, em carta para Sarmento Pimentel, acabou por considerar que se afastava devido às «loucuras, imbecilidades, tortuosidades e impertinências de Câmara Reys, cuja péssima administração tornou a Empresa de Publicidade *Seara Nova* escrava das piores e mais nocivas forças da Finança». ⁴ Há nas palavras de Sérgio, contudo, algum exagero. Pois, apesar das reconhecidas incapacidades administrativas de Câmara Reys, a verdade é que foi a ele — sobretudo, depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926 e, mais ainda, quando, na sequência da tentativa de derrube da Ditadura Militar, em Fevereiro de 1927, muitos dos elementos da direcção formam obrigados a exilar-se por terem participado na insurreição — que se ficou a dever a continuação da Empresa e da revista. E, quanto ao facto de a *Seara Nova* se ter tornado escrava das forças da Finança, não passava de um certo empolamento da questão por parte de Sérgio; pois, o principal credor da Empresa era o próprio Câmara Reys, através da fortuna pessoal da esposa. ⁵

¹ Para Carlos Reis «as sequelas da crise económica dos anos 30, a vigência de regimes políticos de índole autoritária ou totalitária, incluindo-se neles, naturalmente, o salazarismo e os seus instrumentos repressivos, a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial» foram marcantes para a emergência do neo-realismo e para «o culto de uma concepção militante e empenhada da criação literária» (Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a ruptura», *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1992, p. 231).

² Fernando Piteira Santos, «Bilhete de parabéns em papel de tornassol», *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro de 1971, p. 17.

³ Jacinto Baptista, «A “*Seara Nova*” Nova, Raul Proença e António Sérgio», *História Contemporânea de Portugal* (Dir. João Medina), Tomo II, Lisboa, Multilar, 1990, p. 30. Lembra este autor que em 1952, mais de dez anos passados, ainda Sérgio recordava a Adriano Gusmão e David Ferreira como foi «corrido a parselhas de coices da *Seara Nova*» (*Idem, Ibidem*).

⁴ Sarmento Pimentel, «Cartas Inéditas de António Sérgio a João Sarmento Pimentel», *Diário Popular*, 6-12-1979, p. III.

⁵ Aliás, o próprio Sérgio admitia isto mesmo em carta para Cortesão: «A esposa do C. R., excelente pessoa mas de ideias bem diferentes das nossas, já deu para lá [*Seara Nova*-Empresa] uns 270 contos, e é à custa dela que hoje vive a *Seara* (...) Ora ele, por causa dos 270 contos da esposa, é hoje dono da *Seara*» (Carta de António Sérgio para Jaime Cortesão, com data provável de fins de 1939, Esp. de Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional. Publicada também em António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, p. 227).

Consumada a sua saída, procurou Sérgio, por todos os meios ao seu alcance, obter a solidariedade dos outros membros da direcção da revista: Jaime Cortesão, Raul Proença e Sarmento Pimentel. Assim, dirigindo-se ao primeiro, então exilado no Brasil, explicava-lhe: «tive eu pois de me afastar, com o Azevedo Gomes, o Agostinho da Silva, o Castelo Branco Chaves e o Salema — todos os colaboradores da *Seara* que estavam em Portugal conheciam as causas por dentro e se distinguíam pelo seu forte e nítido carácter, pelo seu espírito profundamente seareiro».¹

Era nítida a intenção de Sérgio. Ao acentuar a saída dos que «se distinguíam pelo seu espírito seareiro», o autor dos *Ensaio*s pretendia que Jaime Cortesão abandonasse, tal como ele, a direcção da *Seara Nova*. Aliás, na mesma carta, Sérgio não deixa qualquer dúvida a este respeito. Sublinhando na missiva que, a manter-se a colaboração do historiador, esta seria sempre entendida pelo público como uma escolha entre ele (Sérgio) e Câmara Reys.² Situação que, naturalmente, Sérgio não deixa de lamentar. Pois, diz ele na carta referida, «tomar partido contra mim é tomar partido pela imoralidade, pelo desprestígio moral, intelectual e político da S. N. — desprestígio que é hoje completo em todos os homens de inteligência e de carácter que têm reparado no caminho que ela leva».³

Desconhecemos se, alguma vez, Jaime Cortesão rebateu estes argumentos. Sabemos, no entanto, que a atitude de Jaime Cortesão, face à *Seara Nova* e a Câmara Reys, foi a de não dar razão a Sérgio. Dado que, apesar da pertinência e veemência dos argumentos deste, Jaime Cortesão nunca cortou relações com a *Seara Nova*. O seu nome continuou a figurar, como director, no cabeçalho da revista e nunca deixou de lhe dar a sua colaboração.⁴ Aliás, o mesmo aconteceu com outros elementos da direcção. O próprio Raul Proença, apesar de se encontrar doente⁵ e de não escrever na revista há cerca de oito anos, deu mostras de não

¹ *Idem, Ibidem.*

² De acordo com esta interpretação, escreveu Sérgio a Cortesão: «Não desejava, repito, escrever sobre este assunto. Vejo-me hoje forçado a fazê-lo, depois de longas hesitações, porque creio dever de lealdade não o manter na ignorância da interpretação que o público está dando ao seu acto de ter começado agora a colaborar na S., (...). Essa interpretação é a seguinte: o meu amigo tomou partido pelo C. R. contra mim» (*Idem, Ibidem*).

³ *Idem, Ibidem.*

⁴ Assim, em carta para Câmara Reys, de Biarritz (6 de Março de 1940), Cortesão mostrava como a *Seara* o continuava a interessar: «prometi-lhe há tempos enviar para a revista colaboração que pudesse substituir certa relação de viagem acidentada, que V. desejava dar à publicidade. Só hoje o faço» (Jaime Cortesão, *13 Cartas do cativo e do exílio* (1940), Recolha, Introdução e Notas de Alberto Pedroso, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, p. 31).

⁵ Raul Proença foi acometido, em 9 de Novembro de 1931, quando se encontrava exilado em Paris, de uma grave crise mental — esquizofrenia com episódios paranoides e tendências auto-destrutivas — que o manteve internado, no Hospital do Conde Ferreira no Porto, até quase à sua morte em 20 de Maio de 1941. Sobre alguns pormenores da sua doença, ver José Rodrigues Miguéis, *Uma flor na Campa de Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985.

estar totalmente de acordo com os termos da ruptura de Sérgio.¹ Ainda que este o tivesse posto ao corrente da situação, com argumentos que, de antemão, sabia serem sensíveis ao espírito de Proença:

«Eu cortei relações com o Câmara Reys há muitos meses (...) Nunca o quis importunar com a narrativa das profundíssimas razões que temos para isso. A revista está hoje completamente desprestigiada, e deve a existência a centenas de contos que lhe têm emprestado pessoas e entidades que têm orientação política contrária à nossa. Os seus antigos ataques à plutocracia seriam hoje absurdos na *Seara Nova*, porque a *Seara Nova* vive da boa vontade dos plutocratas».²

Pelo que acabamos de expor, é compreensível que António Sérgio dê mostras, nas cartas trocadas com os antigos companheiros, de um certo desapontamento (para ele talvez inesperado), pelo facto de, excepção feita a Azevedo Gomes, não ter recebido a solidariedade desejada.³ Falta de solidariedade em relação ao conflito que o opunha a Câmara Reys, mas que também passava pela recusa de um seu plano que visava acabar com a *Seara Nova* e fundar no seu lugar, em moldes diferentes, uma nova revista.

Sabe-se hoje, através de revelações relativamente recentes de Sarmento Pimentel, que Sérgio, no auge do conflito que o incompatibilizou com Câmara Reys, pretendeu dar corpo a um novo projecto editorial, ao qual se deviam associar, como directores, antigos seareiros (Sarmento Pimentel, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes, Aquilino Ribeiro e ele próprio) e outros intelectuais de competência reco-

¹ Nomeadamente se tivermos em conta que, depois da saída de Sérgio, o seu nome ainda continuou a figurar como director da revista.

² Carta de 23 de Abril de 1940, Espólio de Raul Proença, Biblioteca Nacional. A explicação de Sérgio, nomeadamente o facto de a *Seara Nova* se ter vendido à Plutocracia, teria preocupado Proença e tê-lo-ia levado a pedir explicações a Câmara Reys (sem que deixasse perceber a fonte de informação). Este, por sua vez, sossegou Proença acusando Sérgio de ser o inventor de tais calúnias:

«Vejo nas suas cartas que o impressionava, embora ficasse em dúvida, a possibilidade de estarmos vendidos à Finança. O Sérgio anda a espalhar essa calúnia. Seria êle que lhe falou nisso? Terá insinuado tal miséria a alguém, para o transmitir a si? Alguém lha transmitiria sem a incumbência do Sérgio? Em qualquer dos casos não a creia. (...) vivemos pobrinhos mas honrados. Com que intenção (?) vai o Sérgio, ou alguém por êle ou por sua causa, levar mais essa preocupação ao seu espírito atribulado» (Carta de 16 de Maio de 1940, Espólio de R. Proença, Biblioteca Nacional).

³ Isto mesmo dá conta Sarmento Pimentel a Jaime Cortesão, ambos, então, no Brasil: «Tenho carta do Sérgio, muito magoado por nós não querermos que a *Seara* dê o último suspiro. Ele só vê o caso pelas suas razões e não olha o lado político desta questão. (...) Lerêmos aqui a catilinária e combinaremos a resposta» [Carta de 14 de Julho de 1941, Esp. de Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional].

nhecida, como Ferreira de Castro e Adão e Silva. Deste projecto fariam ainda parte, como redactores principais, David Ferreira, Piteira Santos, Ramos da Costa, Mário Dionísio, João Cochofel e Lopes Graça. E, para evitar velhos problemas administrativos e logísticos, era intenção de Sérgio, conforme confidenciou, na altura, a Sarmento Pimentel, não enredar o grupo «em problemas financeiros e administrativos»; pois, ele próprio se propunha a arranjar «um editor já estabelecido e com prática que editaria por sua conta a revista».¹

Sem querermos tirar ilações precipitadas do protagonismo assumido por Sérgio nesta iniciativa editorial, não podemos, no entanto, deixar de extrair dele algumas ideias que, a nosso ver, ajudam a explicar, mais em profundidade, a ruptura de Sérgio com a *Seara Nova*. Neste sentido, atente-se nos próprios objectivos de Sérgio, sobretudo no que concerne à constituição do núcleo redactorial. Para além da sua juventude, importa deter o sentido ideológico de muitos deles, como é o caso, entre outros, de Piteira Santos,² Mário Dionísio³ e Cochofel⁴ que, já na altura, se identificavam com o marxismo e com o neo-realismo. Eminentemente pedagogo, para além do mais, pretendia António Sérgio, com esta revista, chamar a si, apontando-lhes outro caminho, todo um filão de jovens que começava a encontrar no marxismo, e nas propostas políticas com ele identificado, as soluções para os problemas do país? Estaria António Sérgio convencido de que era necessário mudar o rumo e estratégia da *Seara Nova*, face aos novos desafios colocados pela sociedade portuguesa, e não encontrava em Câmara Reis o aliado à altura para essa viragem?

É-nos difícil, em face dos elementos disponíveis, adiantar, a este respeito, qualquer resposta conclusiva. Não podemos, no entanto, deixar de acentuar que a *Seara Nova* desta fase, fim da década de trinta, já não hegemoniza à esquerda,

¹ Estes dados foram revelados por Sarmento Pimentel no *Diário Popular* de 6-12-1979, com base numa carta de Sérgio. Cf. Jacinto Baptista, ob. cit., p. 31.

² Jorge Borges de Macedo considera que «a investigação historiográfica de cariz marxista nos anos 40 foi muito reduzida (...) com excepção de um Rodrigo Soares (pseudónimo de Fernando Pinto Loureiro, como é sabido), de um Piteira Santos, ou de um Flausino Torres (...)» (*Jornal de Letras, artes e ideias*, Ano XII n.º 519, de 16 a 22 de Junho de 1992, p. 15, sublinhado nosso).

³ Mário Dionísio nasceu em 1916 «Ensaísta e crítico, romancista e poeta é um dos nomes fundamentais do neo-realismo português, sobretudo pela sua actividade de promotor e teórico daquele movimento sócio-literário». Nos anos trinta deste século «Colaborou em jornais e revistas como *O Diabo*, *Sol Nascente* (...) e foi um dos poetas do denominado «Novo Cancioneiro», integrado no qual publicou o seu primeiro livro de poesia, em 1941, *Poemas*» (Cf. Fenanda Fração e Maria Filomena Boavida, *Pequeno Dicionário de Autores de Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1983, p. 140).

⁴ João José Cochofel (1919 - 1982) «integra-se no movimento neo-realista coimbrão (...). Teórico e crítico do neo-realismo, é responsável pela valorização e difusão de algumas das melhores obras do grupo a que pertenceu (...) foi um dos organizadores do Novo Cancioneiro, Colecção de poesia surgida em 1941...» (cf. Idem, *Ibidem*, p. 102).

como antes, a contestação cultural e ideológica ao Estado Novo. E, sobretudo, já não detém, para os jovens intelectuais, o grande poder de atracção, em termos culturais, políticos e ideológicos, que fizera dela um símbolo de resistência. Periódicos como *O Diabo* (1934), *Sol Nascente* (1937) e, mais tarde, a revista *Vértice* (1942), órgãos ligados ao neo-realismo e assumidos portadores de um *Novo Humanismo* marxista, polarizam, agora, a simpatia da juventude intelectual de esquerda.

Aliás, perante este quadro, a própria *Seara* vê-se compelida a abrir as suas portas, nomeadamente depois da saída de António Sérgio — sem que este facto se nos apresente como determinante, sendo mais uma consequência do clima político extremado de oposição ao regime —, ao neo-realismo, sem nunca, como acentua Carlos Reis, se ter tornado órgão oficial desta corrente.¹

Por tudo isto, apresentar a ruptura de Sérgio, com a *Seara Nova*, exclusivamente centrada em divergências pessoais, ou mesmo administrativas e financeiras, ainda que o próprio tenha admitido que foi este o principal problema, é, a nosso ver, simplificar demasiado as questões. Assim, se às razões publicamente invocadas por Sérgio, juntarmos a sua intenção imediata de fundar outra revista e os conflitos permanentes e antigos com Câmara Reys, sobre o papel a desempenhar pela *Seara* na sociedade portuguesa² — divergências que se acentuaram durante o período em que António Sérgio esteve exilado (1927-1933)³ e que ainda mais se complicaram com o seu regresso — facilmente nos apercebemos que, para além das divergências de superfície, outras existiam. Acreditamos que Sérgio estava a ser sincero quando dizia que não foram incompatibilidades de natureza ideológica que o afastaram da *Seara*, mas não é menos verdade que o seu projecto de revista raras vezes se encontrou com o de Câmara Reys. E se, nos finais da década de trinta, este problema se avivou, acabando com uma coexistência mais ou menos pacífica de projectos, tal facto não se prende apenas com o

¹ Cf. Carlos Reis, «A Produção Cultural entre a norma e a Ruptura», *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Lisboa, Edições Alfa, 1992, p. 222.

² As divergências entre Câmara Reys e Sérgio, sobre a linha editorial da revista, manifestaram-se logo no ano de entrada de Sérgio para a direcção da revista (1923). Nesta altura, preparava-se o n.º 26 da *Seara Nova*, escreveu Sérgio a Proença: «Quando o Câmara Reys me apresentou o seu plano do n.º 26, protestei. Todo, ou quase todo, literário (...) Como vê, o C. Reys e eu vivemos moralmente «como Deus com os anjos»; mas somos duas formações mentais absolutamente antagónicas. Ele é um literato brilhantíssimo, e um ideólogo baço como uma bota por engrachar» (António Sérgio, ob. cit., p. 170)

³ Do exílio, em carta datada de Paris, 30 de Dezembro de 1932, escreveu Sérgio a António Augusto Ferreira de Macedo: «Quanto a esta [a *Seara*], tenho tentado organizá-la, mas cá de longe é impossível, tanto mais que não conto com a compreensão ou concordância do nosso querido e admirável Câmara Reys» (citada por António Adriano P. Ventura, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 1988 [tese de Mestrado Policopiada]).

facto de Câmara Reys administrar mal a revista e ser o dono dela, mas sim por isto ser impeditivo de qualquer mudança na estratégia editorial que não tivesse o seu total consentimento. É, portanto, neste quadro de divergências de projectos e de relações de poder no seio do grupo que devemos encontrar a explicação para a ruptura de Sérgio.

Acrescente-se, entretanto, que o ambiente de profunda críspação ideológica e política que, na altura, atravessava a sociedade portuguesa não deixou, ainda que indirectamente, de avivar divergências antigas. A resistência cultural e política ao Estado Novo, por via, sobretudo, do clima criado pela Guerra Civil Espanhola, ganhava novos contornos. Ora, neste contexto, como deixámos esboçado, o projecto cultural e político seareiro sofria, no final da década de trinta, o mais sério ataque (porque feito no interior do seu tradicional espaço político e ideológico) da sua história. A hegemonia crescente, na oposição à fascização do regime, por parte do movimento neo-realista, versão sócio-literária de um novo humanismo de matriz marxista, arrastava consigo uma outra capacidade de atracção afectiva, ideológica, cultural e política. Assumindo-se, assim, de imediato, como porta-voz de uma outra imagem de Portugal e das soluções políticas e sociais a empreender. Este novo humanismo (como os próprios lhe chamavam), muito embora não negasse, por inteiro, o contributo da *Seara Nova*, aspirava à superação da sua mensagem. Fazendo, para isso, valer a eficácia do seu discurso e dos seus métodos, assentes numa firme e efectiva ligação ao povo.¹

Estamos crentes, portanto, que a ruptura de Sérgio, com a *Seara Nova*, carece de ser entendida dentro deste contexto. Ou seja, a sua explicação está muito para além de uma mera divergência pessoal com Câmara Reys, como por vezes se pretende. É verdade que os ressentimentos pessoais já vinham de longe,² mas a perda crescente de influência da *Seara Nova* na sociedade portuguesa, em termos cultu-

¹ A propósito da mutação cultural e ideológica provocada pelo neo-realismo, afirmou Eduardo Lourenço: «Os fins dos anos 30, começos dos anos 40, veriam em Portugal uma *mutação* que por confinado ou claro destino deslocou, como então ideologia alguma o conseguira, o eixo sobre o qual repousaram até aí todas as figuras da *relação entre os portugueses e Portugal*. Pela primeira vez o sentimento patriótico característico da política moderna sob o signo português era desmascarado, na *teoria* e na *prática*, e subordinado a uma concepção revolucionária da História que transfere para a *luta de classes* o segredo do seu dinamismo, fiando da sua abolição o ajustamento efectivo do *indivíduo* ao povo a que pertence enquanto sociedade revolucionária pela supressão vitoriosa da classe dominante que até então confundira como seus interesses colectivos (Eduardo Lourenço, ob. cit., p. 33 [sublinhados da responsabilidade do autor]).

² Aliás, o próprio Câmara Reys também não nutria grande simpatia por Sérgio, como se depreende através de uma carta para Raul Proença: «O Sérgio julga que nasceu para muitos, variados e altos destinos. Mas na verdade apenas nasceu – e nisso é formidável – para, com uma caneta e um excesso de linguado, em qualquer parte, num gabinete confortável, numa trapeira de exílio ou até no alto da coluna estilíta, esgrimir contra um fantasma ou uma personagem real (D. Sebastião, Nemo, o Moncada) e goza assim (...) em orgias de dialéctica e de cerrada polémica» (Carta datada de 1-11-31, Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional).

rais e políticos, acabou por pesar muito na decisão de António Sérgio. E se assim é, dado que não nos parece que deva ser atribuída à administração de Câmara Reys, nem ao facto de ele se ter tornado dono da Empresa, a totalidade da responsabilidade por essa perda de influência, a agudização das divergências entre os dois seareiros, mais não era do que o reflexo de uma crise mais profunda que atravessava o projecto seareiro. António Sérgio, ao tentar dar corpo ao um novo projecto editorial, mais não fazia, mesmo que na altura pensasse que isto apenas se devia a Câmara Reys, do que tentar dar a volta por cima, numa tentativa de recuperar o prestígio perdido pela *Seara Nova*, nos finais da década de trinta.

Ao ligarmos a saída de António Sérgio da direcção da revista com o fim de um período na história da *Seara Nova*, não estamos, com isto, a querer dizer que os cerca de dezoito anos (1921-1939) que compreendem o nosso estudo, tenham sido de perfeita unidade em termos políticos, filosóficos e culturais. Pensamos, no entanto, que os seareiros, apesar de algumas diferenças ideológicas evidentes, estiveram sempre ligados por uma mística¹ que tinha em Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reys e, nos anos trinta, sobretudo em António Sérgio² — conjunto importante de solistas de uma orquestra que pretendeu sempre dar uma ideia de unidade — os principais guardiões do Templo. Esta mística não obedecia, naturalmente, a qualquer «programa escrito». Havia, quando muito — lembra a propósito Rodrigues Lapa —, «um breviário invisível, tecido de regras fundamentais que se impõem à consciência de todo o seareiro». ³ Tal facto, no entanto, não impedia que todos soubessem quais as coordenadas principais que os ligavam. Não hesitamos a direcção da *Seara*, quando tal o justificava — traga-se à colação a célebre divergência que opôs Rodrigues Miguéis à *Seara Nova*,⁴ assunto que, mais adiante, desenvolveremos —, em mostrar quais os limites dessas coordenadas e quais os princípios contrários ao denominado «espírito seareiro».

¹ Era este sentimento que permitia a Sérgio, quando das divergências com Rodrigues Miguéis (1930), afirmar: «o que mais define a *Seara Nova* não é o conjunto das suas teses, mas a sua atitude espiritual. (...) Antes de tudo a *Seara Nova* é uma espécie de religião do intelecto, religião de pura espiritualidade, de constante aperfeiçoamento interior» (António Sérgio, «Sobre uma crise de consciência», *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930, p. 233).

² A este respeito, afirmou Fernando Piteira Santos, art. cit., p. 16: «Nos anos trinta, a *Seara* é António Sérgio. A orientação da *Seara* define-se nos escritos que Sérgio neles publica».

³ Rodrigues Lapa, «O Muito Falado e Inexistente Programa da *Seara Nova*», *Seara Nova* (Número Comemorativo do Vigésimo Quinto Aniversário), n.º 1007, 26 de Outubro de 1946, p. 81.

⁴ O afastamento, ou melhor, o auto-afastamento de Rodrigues Miguéis da *Seara Nova* prendeu-se com a polémica levantada por este, ao criticar nas páginas da revista *Seara Nova* um artigo de Castelo Branco Chaves, aparentemente inofensivo, — «o conceito de revolução em Eça de Queirós» — que motivou uma tomada de posição colectiva da direcção da *Seara Nova*, completamente ao lado de Castelo de Branco Chaves. Sobre este assunto Cf: *Seara Nova*, n.º 205, pp. 201-203; n.º 220, pp. 58-61; n.º 222, pp. 87-90; n.º 224, p. 115; n.º 230, pp. 211-215.

Unia, portanto, os seareiros um conjunto de valores, uma atitude de espírito que eles consideravam essenciais: «espírito crítico, do método científico, do rigor, sinceridade e probidade do pensamento, cada vez mais raros no nosso país». ¹ Era na base destes princípios que os seareiros se reviam e era à sua luz que acabavam por determinar muitas das suas atitudes e comportamentos.

Estes valores, no essencial, pelo menos enquanto António Sérgio pertenceu à revista, mantiveram-se. Não obstante podermos apontar o período entre 1927 e 1933 — espaço temporal correspondentemente ao exílio de António Sérgio — como uma fase de certa crise de identidade. Razões exógenas, como a instauração da Ditadura Militar e com ela a censura, levaram a um certo bloqueamento e a inquietantes dúvidas, por parte de alguns seareiros, sobre o caminho até aí seguido e a seguir daí em diante. A vinda de Sérgio do exílio ² voltou a identificar a revista e o grupo com os seus principais valores. A realidade exterior mudou, a *Seara Nova* não lhe ficou indiferente, mas os princípios, assumidos em Outubro de 1921, mantiveram-se inalterados, durante os anos 30. Tal só foi possível, como lembrou Álvaro Salema, devido ao valor intelectual e moral de António Sérgio:

«A «*Seara Nova*» (o grupo e a revista), baluarte de um largo conceito ético e humanista de Democracia, foi também por essa época a defensora combativa de uma pedagogia da racionalidade, da inteligência clara, do espírito crítico «sans rivages», da liberdade da cultura. A poderosa personalidade de António Sérgio, então em plena maturidade de criação, foi a aglutinadora do grupo diversíssimo e heterodoxo em que se irmanavam figuras de tão diferenciada conformação mental como Azevedo Gomes, Aquilino Ribeiro, os irmãos Alves Correia, Castelo Branco Chaves, Emílio Costa, Campos Lima, Mário de Castro, Augusto Casimiro, Henrique de Barros, José Régio, Rui Luís Gomes, Manuel Mendes, Irene Lisboa, Rodrigues Lapa, Vieira de Almeida, Agostinho da Silva — e quantos mais, apontados ao acaso da memória» ³

Portanto, o lastro cultural que une os seareiros, aqui por nós defendido, está mais na atitude do que na aceitação de um qualquer programa. Que, aliás, em

¹ Nota da redacção, *Seara Nova*, n.º 50, 1 de Agosto de 1925, p. 34.

² António Sérgio beneficiou de uma amnistia governamental e regressou a Portugal, em 1933, depois de cerca de 7 anos de exílio, em França. Porém, o seu regresso só se deu depois de Maio do referido ano, dado que, entre Janeiro e Maio, permaneceu em Santiago de Compostela, onde «leccionou um curso sobre História e Literatura de Portugal, a convite da Universidade local» (Cf. Sérgio Campos Matos, «Os Diálogos de Doutrina Democrática», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 536).

³ Álvaro Salema, «Evocação Breve (e talvez supérflua)» *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro de 1971, p. 12.

rigor, nunca existiu. Se assim não fosse, estaríamos de acordo com Piteira Santos, quando pergunta se alguma dia a *Seara Nova* foi «um grupo político-cultural coeso e coerente» no plano político e filosófico.¹ Neste sentido a *Seara Nova*, para o período que aqui tratamos, não teve apenas uma ideologia, um único ideário. A unidade do grupo, acabava por advir muito mais daquilo que os seus elementos rejeitavam do que propriamente dos projectos políticos ou filosóficos concretos que propunham. Aliás, como recorda Álvaro Salema, para os anos 30, na *Seara Nova* a «ninguém se exigia uma linha ideológica, nem uma fé, nem uma disciplina, nem uma reverência a não ser as da integridade moral e cívica e da dignificação humana na liberdade».² A unidade da *Seara Nova* estava, a nosso ver, nesta imagem que os seareiros tinham de si e que pretendiam passar para o exterior. Ou seja, assentava num método e numa atitude de se saberem um grupo que, mais que um ideário, tinha uma forma de análise racional e de exame crítico da realidade. Característica que acabava por lhes dar uma certa identidade, enquanto grupo que se assumia com uma missão salvadora específica: regenerar Portugal. E, assim, fiéis ao seu principal paradigma de referência — a geração de 70 — podiam afirmar que «a *Seara Nova* tem sido [comemorava-se o quarto aniversário da revista (Outubro de 1925)] uma espécie de templo dos ideais democráticos, e nós todos os seus sacerdotes».³

Era esta crença na capacidade das ideias em transformar a realidade, bem como o convencimento de que o intelectual, principal actor ou agente desta transformação, se encontra acima dos interesses terrenos ou corporativos, que acabava por dar consistência ao grupo. A *Seara Nova* identificava-se, assim — como Sérgio gostava de dizer —, com uma religião, numa clara secularização do que para si representava a mensagem de Cristo, que pretendia a salvação do Homem e da sociedade pelo aperfeiçoamento da disciplina do espírito. É claro que Deus aqui é Logos: «a razão na base de tudo, raiz de tudo».⁴

Unia, ainda, os seareiros a imagem criada de se colocarem acima dos partidos, das classes ou de quaisquer outros interesses. Logo no primeiro número da *Seara Nova*, Raul Proença pretendeu deixar isso bem claro, ao escrever:

«A *Seara Nova* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham,

¹ Fernando Piteira Santos, art. cit., p. 15.

² Álvaro Salema, art. cit., p. 12.

³ Cf. Jaime Cortesão, *Seara Nova*, n.º 57, 24 de Outubro de 1925, p. 178.

⁴ Vasco Magalhães-Vilhena, *António Sérgio: o idealismo crítico e a ideologia burguesa*, Lisboa, Cosmos, 1975, p. 13.

por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional». ¹

Curiosamente, foi este espírito de independência, presente no editorial do primeiro número, que serviu de principal argumento a Sérgio para dar por finda a sua participação na *Seara Nova*. Revista que, em muitos aspectos, se chegou a confundir com ele e à qual o seu nome ficará para sempre ligado.

3. A *SEARA NOVA* E O CONFRONTO ENTRE AS ELITES NA I REPÚBLICA

A nossa convicção que, depois da célebre e iconoclasta geração de 70, a elite da nossa geração do intelectualismo sentiu e pretendeu levar tão longe, cultural e ideologicamente, as leituras anteriores sobre a nossa decadência, como aquela que levou à queda e fundação da *Seara Nova*. Assim, tal como a geração de que Antero de Almeida, também os seareiros olharam com pessimismo uma parte da nossa história, sobretudo depois dos descobrimentos. E, de acordo com isso, o discurso dos seareiros não escondeu o conhecido complexo de culpa pelo nosso atraso — em relação aos países mais desenvolvidos — e voltou a imperar a vontade de não renunciar Portugal. Não evitando, como antes Antero, uma leitura a preto e branco da nossa história, os seareiros encarnaram como ninguém a obsessiva ideologia — já por muitos considerada uma das nossas mais importantes ideologias — decadência/regeneração.

Por outro signo da decadência — a qual, como observou Jacques Le Goff, produziu «os pensadores, de grupos ou sociedades que corrigem o seu pessimismo com uma utopia ainda mais forte na vinda obrigatória de uma renovação» ¹ — que os intelectuais da *Seara Nova* se auto-investiram da imperante missão de renovar o presente e apontar os caminhos do futuro. Dizia Raul Proença no editorial do primeiro número da *Seara Nova*:

«Tudo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, e em especial a sua elite. A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. Por outro lado nenhum regime político de mentira e incompetência se pode manter em qualquer país sem que essa incompetência e essa mentira sejam os característicos dominantes da sua própria elite intelectual» ².

Jacques Le Goff, «Decadência», Enciclopédia Einaudi, Vol. I, *Memória - História*.

¹ Raul Proença, (Editorial do primeiro número), *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 1.

por uma proposta clara e profunda de reforma nas estruturas necessárias à vida nacional, nunca existiu. Se assim não fosse, estaríamos de acordo com Pinheiro Santos, quando pergunta se alguma dia a *Seara Nova* foi «um grupo político-cultural coeso e coerente» no plano político e filosófico.¹ Neste sentido a *Seara Nova*, para o período que aqui tratamos, não teve nenhuma ideologia, um director-geral, um número, que serviu de principal instrumento a Sérgio para dar por tida a sua missão. A unidade do grupo, acabava por não existir, não obstante o facto de os membros da *Seara Nova* realizarem em muitos aspectos se chegarem a concretos que propunham. Assim, como refere António Salazar, para os anos 30, na *Seara Nova* a «ninguém se exigia uma fé ideológica, nem uma fé, nem uma disciplina, nem uma reverência a não ser as da integridade moral e cívica e da dignificação humana na liberdade».² A unidade da *Seara Nova* estava, a nosso ver, nesta imagem que os seareiros tinham de si e que pretendiam passar para o exterior. Ou seja, assentava num método e numa atitude de se saberem um grupo que, mais que um ideário, tinha uma forma de análise racional e de exame crítico da realidade. Característica que acabava por lhes dar uma certa identidade, enquanto grupo que se assumia com uma missão salvadora específica: regenerar Portugal. E, assim, fiéis ao seu principal paradigma de referência — a geração de 70 — podiam afirmar que «a *Seara Nova* tem sido [comemorava-se o quarto aniversário da revista (Outubro de 1925)] uma espécie de templo dos ideais democráticos, e nós todos os seus sacerdotes».³

Era esta crença na capacidade das ideias em transformar a realidade, bem como o convencimento de que o intelectual, principal actor ou agente desta transformação, se encontra acima dos interesses terrenos ou corporativos, que acabava por dar consistência ao grupo. A *Seara Nova* identificava-se, assim — como Sérgio gostava de dizer —, com uma religião, numa clara secularização do que para si representava a mensagem de Cristo, que pretendia a salvação do Homem e da sociedade pelo aperfeiçoamento da disciplina do espírito. É claro que Deus aqui é Logos: «a razão na base de tudo, raiz de tudo».⁴

Uniu, ainda, os seareiros a imagem criada de se colocarem acima dos partidos, das classes ou de quaisquer outros interesses. Logo no primeiro número da *Seara Nova*, Raul Proença pretendeu deixar isso bem claro, ao escrever:

«A *Seara Nova* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altas consciências, e em que se formulem e imponham,

¹ Pinheiro Santos, art. cit., p. 19.

² Álvaro Salazar, art. cit., p. 12.

³ Raul Proença, «O primeiro número da *Seara Nova*», in *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.º 1, 13 de Outubro de 1951, p. 17, 24 de Outubro de 1952, p. 178.

⁴ Raul Proença, *Requiem do primeiro número da *Seara Nova**, in *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.º 1, 13 de Outubro de 1951, p. 17, 24 de Outubro de 1952, p. 178.

CAPÍTULO I

A SEARA NOVA E AS ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO POLÍTICA DO GRUPO

1. A SEARA NOVA E O CONFRONTO ENTRE AS ELITES NA I REPUBLICA

É nossa convicção que, depois da célebre e iconoclasta geração de 70, nenhuma outra geração de intelectuais sentiu e pretendeu levar tão longe, cultural e politicamente, as leituras anteriores sobre a nossa decadência, como aquela que esteve ligada à fundação da *Seara Nova*. Assim, tal como a geração de que Antero foi mentor, também os seareiros olharam com pessimismo uma parte da nossa história, sobretudo depois dos descobrimentos. E, de acordo com isso, o discurso dos intelectuais seareiros não escondeu o conhecido complexo de culpa pelo nosso atraso em relação aos países mais desenvolvidos e voltou a imperar a vontade de fazer regenerar Portugal. Não evitando, como antes Antero, uma leitura a preto e branco da nossa história, os seareiros encarnaram como ninguém a obsessiva dicotomia — já por muitos considerada uma das nossas mais importantes ideologias — decadência/regeneração.

Foi sob o signo da decadência — a qual, como observou Jacques Le Goff, provém «de pensadores, de grupos ou sociedades que corrigem o seu pessimismo com uma crença ainda mais forte na vinda obrigatória de uma renovação»¹ — que os intelectuais da *Seara Nova* se auto-investiram da importante missão de resgatar o presente e apontar os caminhos do futuro. Dizia Raul Proença no editorial do primeiro número da *Seara Nova*:

«Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, e em especial a sua elite. A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. Por outro lado nenhum regime político de mentira e incompetência se pode manter em qualquer país sem que essa incompetência e essa mentira sejam os característicos dominantes da sua própria elite intelectual».²

¹ Jacques Le Goff, «Decadência», Enciclopédia Einaudi, Vol. I, *Memória — História*, Imprensa Nacional — casa da moeda, 1984, p. 418.

² *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 1.

Com isto, os seareiros pretendiam fazer, «em nome de toda a elite portuguesa o seu acto de contrição». ¹ E, ao fazê-lo, não só legitimavam o seu espaço de acção política — reconhecer, neste caso, as culpas do desastre colectivo era, de igual modo, garantir para si o reconhecimento da liderança na missão de regeneração — como, de forma clara, se auto-assumiam como uma elite com uma missão específica. ² O assumir desta postura, por parte dos intelectuais seareiros, em face da complexa questão da nossa decadência, não é, como já dissemos, inteiramente nova. Porém, no contexto político e ideológico dos anos vinte deste século, o grupo da *Seara*, ao definir desta forma o papel dos intelectuais na sociedade, tornava claros os seus objectivos políticos e sociais. Ao intelectual competitiva, numa sociedade secularizada, ³ criar as mundividências que, transformadas em opinião pública, seriam o garante dos regimes e dos poderes democráticos. Ou melhor, aos intelectuais, se verdadeiros clerics, cabia a importante missão de identificar a Nação com o Estado. É este, segundo cremos, o sentido das palavras de Raul Proença, quando justificava o papel da *Seara Nova* na sociedade portuguesa, em resposta aos que não entendiam o facto de ela não se transformar em partido político:

«É porque entendemos que o ideal duma nação tem de ser definido pela sua elite intelectual. É porque julgamos que uma sociedade desorganizada como a nossa tem de encontrar em primeiro lugar um verdadeiro poder espiritual que ilumine as consciências, dite a verdade desinteressada, crie essa atmosfera moral sem a qual é impossível a verdadeira salvação» ⁴

Esta concepção, sobre o papel a desempenhar pelas elites intelectuais na sociedade, deve, a nosso ver, ser entendida no quadro de uma outra hierarquização, também essencial no pensamento e acção da *Seara Nova*: a do poder do Espírito

¹ *Idem, Ibidem.*

² Aliás era o assumir desta condição que caracterizava o intelectual e o distinguiu das outras elites. A este propósito, diz Rui Ramos: «Como deveria ter ficado claro, até pela origem do termo em França durante a «questão Dreyfus», a história do «intelectual» não começa com a simples existência de letrados numa certa sociedade, mas quando esses mesmos letrados se concebem a si próprios como uma elite política com uma missão específica» (Rui Ramos, «A Formação da *intelligentia* portuguesa (1860-1880) *Análise Social*, Vol. XXVII(116-117), 1992, p. 484.

³ Ao intelectual, numa sociedade laica e secularizada, cabia um papel semelhante ao dos apóstolos na divulgação da mensagem cristã. Diz, a este propósito, a *Seara Nova* em editorial, provavelmente pela mão de Proença: «Foi sempre assim, em todos os tempos da história; o próprio cristianismo, a maior empresa colectiva realizada, na esfera das consciências, pela civilização, partiu nas suas origens dum apostolado de doze homens. Antes de imprimir uma nova direcção à vida de todo um povo...» (*Seara Nova*, n.º 22, Abril de 1923, p. 53).

⁴ Raul Proença, «Nós e a «luta»», *Seara Nova*, n.º 14, 1 de Junho, 1922, p. 27.

sobre o Século. Decorrendo daqui a importância dada pelos seareiros à cultura e à eficácia das ideias na criação do Homem Novo.¹

Assim, de acordo com esta hierarquia, defendiam os seareiros que todas as reformas políticas e sociais, para serem duradouras e eficazes, teriam de ser «precedidas de renovações espirituais e de grandes movimentos de opinião».² Competia às elites intelectuais, as únicas capazes «de sentir e compreender o interesse nacional»,³ levar a bom termo esta missão, vivendo-a como um apostolado.⁴

Todo o projecto político e de intervenção social da *Seara Nova* passava, como acabamos de ver, pela defesa de uma missão supra-classista — «O Grupo *Seara Nova* não lisonjeará nenhuma classe da sociedade».⁵ Esta condição distinguia-os, a seu ver, dos partidos políticos que, pelas suas características, apenas representavam facções ou classes. Perspectiva que, se bem que acautelada pelos seareiros (Proença),⁶ não deixa de ser vista, pelas elites partidárias, como uma crítica à sua actuação e uma subalternização deslegitimadora do seu papel. Assim era de facto. O essencial da doutrinação seareira comportou sempre, desde o início — umas vezes de forma explícita, outras menos —, uma forte componente crítica (e mesmo de recusa) das práticas políticas dominantes. Todas as suas propostas de *salvação nacional* pressupunham, no essencial, é um facto incontestável, uma falta de confiança na classe política dirigente.⁷ Aliás, apesar dos constantes cuidados, ao ponto de afirmarem que a *Seara Nova* não comungava «do vão e pernicioso sofisma de que são os políticos os únicos culpados da nossa situação»,⁸ os seareiros foram, por norma, bastante duros e críticos para com a maioria dos líderes partidários.⁹

¹ Cf. Fernando Catroga, «dialogar com António Sérgio», art. cit., p. 14.

² Raul Proença, art. cit., p. 27.

³ *Idem*, *Ibidem*.

⁴ Cf. Fernando Catroga, art. cit., p. 15.

⁵ *Seara Nova*, n.º 1, art. cit., p. 3.

⁶ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 1.

⁷ Sobre esta falta de confiança cf. Fernando Farelo Lopes, «O liberalismo decadente da *Seara Nova* (Algumas hipóteses)», *O fascismo em Portugal* [Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980], Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, especialmente, p. 148.

⁸ *Seara Nova*, art. cit., p. 1.

⁹ A *Seara Nova* nunca regateou críticas aos políticos, sobretudo aos dirigentes dos grandes partidos, e raros são os que lhe merecem elogios. Em Outubro de 1925, nas vésperas do partido democrático conquistar as eleições (Novembro de 1925) que lhes daria acesso ao poder, com a presidência do ministério para António Maria da Silva, refere-se, deste modo, Jaime Cortesão aos políticos e à situação política: «O sr. António Maria da Silva tem ultimamente procurado em entrevistas e discursos definir, limitar, reduzir a choldra. Não estamos de acordo. A choldra é vasta. Não se lhe aponta à esquerda nem à direita, apenas. Rodeia-nos. E se não digam-nos: da turba dos políticos incompetentes ou corruptos, dos audaciosos sem pudor, dos chefes sem fina-

Assistimos, assim, com a emergência do grupo ligado à *Seara Nova*, não apenas a um confronto ideológico entre o projecto renovador seareiro e a(s) ideologia(s) dominante(s), mas, também, a um confronto acerca da definição do papel a desempenhar pelas élites no quadro do regime republicano.

É sabido como a implantação da República garantiu o acesso ao poder a uma elite que se legitimava pela dedicação à causa do movimento vitorioso. Por outro lado, embora a propaganda republicana invocasse a necessidade da separação entre o temporal e o espiritual, para ser fiel ao magistério de Comte, implantada que foi a República, prevaleceu o sentimento meritocrático¹ e os principais ideólogos e propagandistas acabaram por se envolver nas tarefas directamente ligadas à governação. Situação que conduziu, na opinião dos mais críticos, à excessiva partidarização da vida política e à falta de idealismo.

Era este, também, o entendimento do grupo da *Seara Nova*. Todavia, os seareiros ao reivindicarem para os intelectuais «alheados dos partidos políticos mas não da vida política»² o papel de dirigentes, de guias espirituais da nação, não estavam somente a denunciar uma situação e a pugnar pela renovação dos ideais republicanos. Travavam, também, uma importante luta pelo poder (entenda-se aqui poder no sentido ontológico), que passava pela legitimação de uma classe, os intelectuais, que, a seu ver, há muito, e com reflexos negativos para o país, se encontravam afastados da política, entendida aqui no seu sentido mais nobre. Preencher este espaço doutrinador foi, sem dúvida, o principal objectivo da *Seara Nova*. Era já antigo este sentimento, muitos dos que vieram a fazer parte do projecto seareiro (casos de Jaime Cortesão, Raul Proença, Câmara Reys), logo que implantada a República, sentiram e manifestaram a necessidade de um maior idealismo de doutrina que contrariasse o determinismo cientista e jacobino da ideologia dominante. Assim, logo em Julho de 1911, escreve Jaime Cortesão a Raul Proença:

«Em verdade, a esta hora da noite, sinto-me cheio de um proselitismo sagrado e antevejo a alegria de pôr de parte todos os trabalhos egoístas, ainda mesmo os da minha Arte, para me dedicar a uma obra absolutamente nobre e necessária. (...) Lembre-se: falei-lhe da necessidade de fundar uma

lidade e sem cultura, dos ministros que ignoram o a b c das suas pastas, dos sôfregos que se atropelam e indultam na escalada, dos que se venderam, dos que a seu lado consentiram criminosos de direito comum, dos que se tornaram cúmplices com o seu silêncio, dos que não bradaram a verdade, ao menos uma vez, dessa choldra de tanga e azagaia, dessa choldra corroída de vermes, dessa choldra de títeres, de sacripantas e chatins, quantos se salvam, na verdade?!» (J. C., «A Choldra», *Seara Nova*, nº 56, 17 de Outubro de 1925, p. 147).

¹ Cf. Fernando Catroga, *A Importância do Positivismo na consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*, Separata de Biblos, Coimbra, 1977, p. 325.

² *Seara Nova*, n.º 1, p. 1.

Associação dos artistas e dos intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção, isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade. Acção social e orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham. Você sabe: são os burros que triunfam e portanto a burrice também.

Ora o que há a fazer é essa obra titânica de orientar esta gente, de criar um público consciente e ilustrado e de impor artistas e intelectuais. Este o fim principal, que a meu ver a Associação deve ter ainda um carácter de sindicato, em que se pugne pelos nossos interesses e consequentemente de auxílio mútuo».¹

Embora longa, esta citação encontra justificação na sua importância, sobretudo para a compreensão da temática que aqui tratamos. Pois, mostra que, dez anos antes da fundação da *Seara Nova*, esta já se encontrava a germinar num dos seus principais mentores. Estava-se, no entanto, na fase que daria lugar ao projecto da *Renascença Portuguesa*.²

Este tipo de «Maçonaria de artistas e intelectuais»³ defendida por Cortesão mostra bem até que ponto as elites intelectuais sentiam o problema da sua defini-

¹ Carta endereçada de S. João do Campo (26 de Julho de 1911), Espólio de Raul Proença, Biblioteca Nacional; publicada pela primeira vez na íntegra in Jaime Cortesão/Raul Proença, *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 277-279. Esta carta revela já alguma intimidade e contactos anteriores entre os dois publicistas, pois tendo em conta os formalismos da época, o tratamento por «querido amigo», como é o caso, é disso revelador.

² Esta Associação Cultural portuense teve origem no Porto, em 1 de Janeiro de 1912. Na mesma data nasceu a revista *Águia* (2.ª série - 1912-1925) — a 1.ª série foi de 1910 a 1911. Tanto na revista como no movimento da *Renascença* participaram muitos dos que viriam a ser os principais mentores da *Seara Nova* — denominados por *Comité* de Lisboa: António Sérgio, Raul Proença, Câmara Reys, Augusto Ferreira de Macedo e, embora não pertencesse a este comité, Jaime Cortesão. Não admira, assim, que se veja na *Renascença Portuguesa*, nomeadamente a partir deste Comité, o primeiro ensaio do que viria a ser a *Seara Nova* (Cf António A. Pires Ventura, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras, 1988, p. 8; para a história do movimento da *Renascença*, Alfredo Ribeiro dos Santos, *A Renascença Portuguesa. Um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Eng. António José de Almeida, 1990; esta obra é, também, importante para a averiguação das tendências opostas no seio da *Renascença* e para as dissidências e polémicas entre Pascoaes (saudosistas) e o *Comité* de Lisboa, com Sérgio e Proença à cabeça (Idem, pp. 75-110; 135-172; para a participação de António Sérgio na *Renascença* e revista *Águia* ver, também, Fernando Farelo Lopes, «António Sérgio na *Renascença Portuguesa*», *Revista de História das Ideias*, 1983, pp. 403-425; sobre o modo como o próprio António Sérgio viu a sua participação neste movimento e aquilo que o afastava do projecto seareiro», ver artigo do próprio António Sérgio, «Sobre as correntes incluídas na «*Renascença Portuguesa*» e o seu destino» in Jaime Cortesão / Raul Proença, *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)* Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 53-65.

³ *Idem, Ibidem*, p. 278.

ção, enquanto classe, no quadro do novo regime. A proposta de Cortesão é assim, a nosso ver, reveladora de um claro mal estar — para além, naturalmente, do descontentamento doutrinário que lhe está subjacente — dos intelectuais, em relação às elites político-partidárias. É claro que estas, legitimadas como se sentiam pelo voto popular¹ e, talvez mais, pela sua qualidade de «cientistas»² — posição que lhes era conferida pela filosofia positivista —, não pensavam em abdicar do seu papel de dirigentes da sociedade.³ Nem, tão pouco, punham em causa que não lhes pertencesse a elas o primeiro lugar na hierarquia das elites. Complexa questão que envolveu, na viragem do século, pensadores como Pareto, Mosca e Weber.

Pelo que já referimos, é evidente que a *Seara Nova* não partilhava desta posição. Muito pelo contrário; a elite pura, para ela, era a elite intelectual⁴, até pelo facto de estarem acima de qualquer facção social ou política. Jogava-se, portanto, nesta altura, para além do problema da equacionação das elites na história, a magna questão, ao mesmo tempo social e ideológica: a quem devia caber o papel de dirigente?

A *Seara Nova* defendeu, com já dissemos, a supremacia do Espírito sobre o Século e viu «nela a via privilegiada para a reforma dos costumes e das instituições». ⁵ Ora, em coerência com isto, só o intelectual, como «sacerdote» ou «apóstolo» dos tempos modernos, estava em condições de dar, pela sua independência, pelo apego ao que é eterno, o verdadeiro sentido à história.⁶

¹ É claro que se este sentimento era próprio das classes dirigentes, o mesmo, porém, não se pode dizer em relação aos largos sectores da população que, pelo contrário, consideravam muito pouca legítima a classe política. Pois «Excluindo as fases especiais de 1911-1913 e 1918-1919, a percentagem de recenseáveis sobre a população total nunca ultrapassou 10%, ao passo que a percentagem de recenseáveis sobre a população masculina adulta oscilou entre 24 e 41%» (Fernando Farelo Lopes, «Clientelismo, «Crise de Participação» e Deslegitimação da I República», *Análise Social*, Vol. XXVI, n.º 11, 1991, p. 405).

² Sobre a importância do positivismo na ideologia republicana, cf. Fernando Catroga, «A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal», art. cit.; do mesmo autor, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, especialmente, pp. 210-220.

³ Sobre este assunto ver: Christophe Charle, *Naissance des «intellectuels» (1880-1900)* Paris, Les Éditions de Minuit, 1990, p. 66.

⁴ Sobre esta questão e para o caso da República francesa do final do século, cf. Christophe Charle, ob. cit.

⁵ Fernando Catroga, «Dialogar com António Sérgio», art. cit., p. 14.

⁶ Dizia a propósito Raul Proença: «Concordam todos na necessidade de engenheiros e de sábios teóricos, de fabricantes de produtos químicos e de químicos, de agricultores e de botânicos: só não reconhecem a necessidade de haver, ao lado dos políticos profissionais, os pensadores políticos. (...) Mas, por nosso lado, sustentamos que é a falta de uma elite orientadora, consagrada ao bem colectivo, activamente política, mas não partidária, elite crítica e construtiva, capaz de indicar o caminho a seguir e de censurar e flagelar, grande no pensamento como nas indignações — o último reduto inexpugnável da consciência da nação — é esta falta que sobre-

É evidente, como já deixámos esboçado, que esta concepção filosófica e ideológica contrariava todo, ou pelo menos em grande parte, o imaginário cientista do republicanismo. Devendo, por isso, ligar-se esta luta entre as elites, no quadro da I República portuguesa, a uma outra, bem mais importante, que lhe estava subjacente: a luta entre o racionalismo crítico seareiro e o cientismo positivista, dominante na cultura e na mentalidade das elites portuguesas.

Nesta luta se empenharam os seareiros, combatendo sem tréguas, convencidos que estavam da justeza das suas propostas, quer à esquerda, quer à direita. A revista *Seara Nova* foi a principal tecnologia do grupo, em torno dela se uniram todos os que, de uma forma ou de outra, comungavam do mesmo espírito.

2. A SEARA NOVA E AS ESTRATÉGIAS DO GRUPO

A *Seara Nova* (revista e empresa) resultou claramente da necessidade de afirmação de um grupo¹ que, apesar da sua heterogeneidade cultural e ideológica, tinha, em relação à situação política que então se vivia, uma mesma atitude: a necessidade de fazer algo para inverter o sentido da crise — no seu entendimento, sobretudo moral e cultural — por que passava Portugal.²

A iniciativa de constituir a *Seara Nova* partiu, como, com conhecimento directo de causa, esclareceu David Ferreira, de um dos *Grupos da Biblioteca*.³ Na Biblioteca Nacional, sobretudo com Jaime Cortesão como director (1919-1927),⁴ se juntavam escritores e políticos. Aqui eram levados, não só pelas suas necessidades intelectuais, mas também pelo facto de, com Jaime Cortesão, a Biblioteca se ter transformado num dos mais importantes espaços de convívio intelectual e político do país. Unia-os — num país com cerca de 70% de analfabetos⁵ — a cul-

tudo nos tem conduzido ao estado anárquico, anómalo, desesperado, em que se encontra a nossa vida colectiva» (Raul Proença, «A União Cívica e a *Seara Nova*» *Seara Nova*, n.º 23, Maio de 1923, p. 188).

¹ Sobre a sociologia das revistas e jornais literários, Cf. Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 33-135.

² Quando da comemoração do quarto aniversário da *Seara Nova* (Outubro de 1925) lembrou Jaime Cortesão que «Para nós [seareiros], duma forma geral, resume-se a crise nacional num problema de cultura. Em Portugal a mesma aridez sôbre a terra e sôbre os homens(...)» (*Seara Nova*, n.º 57, 24 de Outubro de 1925, p. 177).

³ Cf. David Ferreira, «O chamado «grupo da Biblioteca», in Jaime Cortesão/ Raul Proença, ob. cit., pp. 305-313.

⁴ Jaime Cortesão foi nomeado director da Biblioteca Nacional em 6 de Maio de 1919, cargo que ocupou até ser demitido, pela Ditadura Militar, em 1927, na sequência da sua participação no movimento revolucionário de 3 de Fevereiro que pretendeu pôr termo à ditadura.

⁵ A taxa de analfabetismo, logo após a implantação da República era de 75,1%. No final da I República, a taxa de analfabetismo era ainda de 67,8%. Cf. Manuel Ferreira Patrício, *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 233.

tura, juntava-os ou separava-os a política.¹ Assim, segundo David Ferreira, distinguíam-se na Biblioteca Nacional três grupos: o grupo republicano, quase todos funcionários da Biblioteca,² ligados ao movimento *Seara Nova*, os monárquicos e os *avançados*. Este último grupo era, essencialmente, constituído por «dirigentes sindicalistas do pessoal do Arsenal do Exército (...)».³

Na Biblioteca Nacional, portanto, nasceu e cresceu a ideia de fundar a *Seara Nova*. Projecto que teve na *Renascença Portuguesa* (1912) e na revista *Pela Grei* (1918)⁴ experiências de certo modo precursoras.⁵

Porém, mais do que genealogia da *Seara Nova*, assunto já devidamente esclarecido por António Ventura,⁶ importa determo-nos aqui sobre a importância assumida por esta, enquanto tecnologia de produção/reprodução cultural e ideológica, na estratégia política dos seareiros. É sabido que ela não foi o único meio de divulgação das suas ideias; utilizaram também a conferência, a imprensa, a ligação à Universidade Popular,⁷ as suas próprias obras, os panfletos clandestinos,⁸ bem como a intervenção directa (individual e enquanto grupo) na defesa da República e na defesa da liberdade e da democracia depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926.⁹ Contudo, foi na *Seara Nova* que os seus mentores depositaram as maio-

¹ Cf. David Ferreira, art. cit., p. 306.

² Com Jaime Cortesão como director da Biblioteca, passaram a fazer parte dos quadros desta instituição Raul Proença, que já aqui trabalhava desde 1911, Aquilino Ribeiro, António Augusto Ferreira de Macedo. E como contratados, António Sérgio e Faria de Vasconcelos, todos seareiros. (Cf. *Idem Ibidem*, pp. 308-309).

³ *Idem, Ibidem*, p. 306.

⁴ A revista *Pela Grei* publicou apenas 7 números (1918-1919), sendo seu director António Sérgio. As intenções da revista identificavam-se, de certa forma, com o projecto que a *Seara Nova* viria a concretizar dois anos mais tarde. Aliás, isto mesmo se pode inferir do Editorial do 1.º número: «Porque defronte das clientelas preponderantes aparecem partidos ou clientelas, e nada mais: não existe, acima dos partidos, uma força moral na sociedade portuguesa, uma opinião pública, um tribunal, uma consciência da Grei, criada pela sua elite social em todos os campos de actividade, intensificada e esclarecida pelos seus escritores e publicistas» (António Sérgio, «Do Intuito e Natureza Desta Revista», *Pela Grei*, nº 1, 1918, p. 6).

⁵ Cf. António Adriano Ventura, ob. cit., p. 8.

⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 8-16.

⁷ Sobre a criação e importância da Universidade Popular, bem como, as ligações de alguns seareiros a ela, sobretudo Ferreira de Macedo e António Sérgio, ver: António Ventura e outros, *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, I.N.I.C.— Centro de História da Universidade de Lisboa, 1988, pp.51-116.

⁸ Recorde-se, a propósito, que Raul Proença, logo após o 28 de Maio, utilizou o panfleto clandestino como importante arma de combate à ditadura. Panfletos que, posteriormente, viriam a ser reunidos em livro. Cf. Raul Proença, *Panfletos. A Ditadura Militar*, Lisboa, Miguel da Cruz, 1926.

⁹ De recordar que a *Seara Nova* esteve, de facto, ao lado dos revoltosos do movimento de Fevereiro (3-7) de 1927, para o derrube da Ditadura Militar. Aliás, muitos seareiros tiveram papel activo no acontecimento, casos de Jaime Cortesão, Raul Proença, Sarmento Pimentel e tantos outros.

res esperanças, sobretudo na missão de reformar a mentalidade das elites portuguesas e de criar um forte movimento de opinião que tornasse viável uma outra via política. Tinham, portanto, perfeita consciência os seareiros de que, em qualquer regime democrático, o fenómeno opinião pública se revestia de extrema importância e que o meio a privilegiar, na formação de qualquer movimento de opinião, era a imprensa. E, deste modo, pretenderam fazer da *Seara* o principal meio de difusão que, pela sua ligação às elites, desse corpo a um profundo movimento de opinião organizada.

A revista assume-se, assim, como nuclear na estratégia de intervenção cívica, pedagógica e política do grupo e, talvez por isso, nada foi deixado ao acaso na preparação do seu lançamento. Câmara Reys, um dos pioneiros deste projecto, recordou mais tarde que as reuniões de preparação do lançamento da revista começaram em «1919 ou 1920, e dele [do grupo inicial] fizeram parte desde individualidades conservadoras até elementos operários, jornalistas, professores, escritores, advogados, funcionários, médicos», mas que, logo nas primeiras sessões, se fez «a eliminação, quase insensível, de certos elementos sem afinidades espirituais». ¹ Sinal evidente de que, logo desde o início, os seareiros se preocuparam em transmitir uma imagem, para a opinião pública, que não deixasse quaisquer dúvidas sobre as suas intenções e, sobretudo, que evitasse virem a ser confundidos como mais uma facção política que preparava o assalto ao poder. Aliás, o próprio título escolhido para a revista — *Seara Nova* — não foi, como referiu António Ventura, «um acto aleatório, antes obedeceu a desígnios bem determinados e a motivações profundas». ² Reflectia, sem dúvida, o fundamental da atitude do grupo, que passava pela necessidade de fazer ressurgir Portugal. Atitude que acabava por ir ao encontro de um dos mais profundos mitos da nossa consciência colectiva. A ideia de que, como referiu Boaventura Sousa Santos, «Portugal tem um destino, uma razão teológica que ainda não cumpriu ou que só cumpriu no período áureo dos descobrimentos e que o défice de cumprimentos só pode ser superado por um reencontro do país consigo mesmo, a solo ou no contexto da Espanha das Espanhas ou no contexto da Europa ou, ainda, no contexto do Atlântico». ³ É evidente que dentro deste caldo ideológico e cultural acabaram por se inscrever várias versões, a *Seara Nova* representou na sociedade portuguesa a continuação de uma visão racionalista, cosmopolita e progressista que, por isso mesmo, entrou em choque com as tendências saudosistas, nacionalistas e tradicionalistas. Porém, como veremos mais adiante, isto não impediu que, em determinados momentos, os seareiros, apesar de partirem de paradigmas culturais apa-

¹ Câmara Reys, *Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 17.

² António Ventura, ob. cit., p. 221.

³ Boaventura Sousa Santos, «Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal», *Via Latina*, 3, Coimbra, Publicações da D. G. da A. A. C., Maio de 1991, p. 63.

rentemente opostos, se deixassem cair em cumplicidades difíceis de explicar até pelos próprios. É que, no fundo, todas as correntes culturais que viveram a inquietação do atraso de Portugal em relação aos restantes países da Europa, apesar das grandes diferenças na inventariação concreta das causas e nas soluções a dar, estavam marcadas pela mesma patologia: o trauma da nossa decadência.

É neste quadro que devemos entender o espírito de missão dos intelectuais seareiros, para quem não existiam dúvidas acerca das chaves que abririam a porta do futuro e que tornariam real a possibilidade de Portugal realizar o seu destino. Destino, aliás, inscrito na História e que se interrompeu algures no século XVI. Bastaria que, para isso, Portugal se identificasse com uma tradição cosmopolita, racionalista, universalista, que teve na empresa dos descobrimentos o exemplo mais claro desta afirmação. Portugal precisava, portanto, para se regenerar, de se encontrar consigo e com o seu destino, no quadro desta tradição, abandonando os falsos heróis, o nacionalismo estreito, o espírito e a cultura irracionais. A síndrome da crise estava em nós, portugueses, na nossa cultura, na nossa mentalidade e, sobretudo, na ideia que tínhamos sobre o nosso passado.

Não admira, portanto, que as principais polémicas e o essencial do apostolado seareiro ficassem marcados pela crítica a todas as manifestações culturais e ideológicas saudosistas, irracionalistas e nacionalistas. Atitude que, de certa forma, continuava o discurso da geração de 70 e que, por isso, perpetuava uma certa visão de preto e branco da nosso passado que, apesar de tudo, acabava por cair naquilo que Boaventura Sousa Santos apelidou de «discurso de decadência e descrença»; o qual, «quando projecta uma ideia positiva do país fá-lo de modo elitista e desfocado e por isso está sempre à beira da frustração, da queda e do ressentimento». ¹ Este foi, na opinião de Silva Dias, um dos grandes erros também da *Seara Nova*. Pois, na opinião deste autor, os seareiros, ao continuarem o diagnóstico feito pela geração de 70, voltaram a dar «respostas de natureza ideológica e cultural para problemas políticos e sócio-económicos». ²

Importante, no entanto, é que foi com esta força ideológica e cultural, de que urgia fazer encontrar Portugal consigo mesmo, numa certa faixa do seu passado,

¹ *Idem, Ibidem.*

² Entrevista de J. S. Silva Dias, *Prelo*, n.º 3, Abril/Junho 1984, p. 11 (Nesta entrevista, em que o ponto central estava no facto de a realidade portuguesa ter sido sempre pensada, pelo menos desde a geração de 70, em termos de crise, Silva Dias relaciona isso com o facto de sermos um país periférico, adiantando que «No movimento seareiro, não há senão vagos acenos ao problema económico, através de Ezequiel de Campos, que é uma excepção e não é sequer uma voz activa e com grande audiência. Mais uma vez é, portanto, em termos ideológicos que se responde aos problemas objectivos e cruciais do país. Por isso, o país comum não ouvia os intelectuais. Esse, parece-me, é o mau legado da geração de 70, a tendência que ainda hoje se manifesta nos nossos intelectuais para equacionarem em termos culturais — infelizmente, até mais ideológicos que culturais — os problemas da nossa terra», *idem*, p. 11).

que a *Seara Nova* marcou o seu tempo. Antes mesmo da saída da revista, já vários órgãos de informação, dos mais diversos quadrantes políticos, anunciavam movimentações de intelectuais que se preparavam para «cooperar com a organização operária na transformação social que se avizinha». ¹ Por sua vez, os próprios elementos do grupo desdobravam-se em entrevistas no sentido de mostrarem a originalidade da sua atitude, subordinadora da política à moral, bem como a firme determinação de contribuírem para a regeneração da nação. Não permitiam, assim, que os confundissem com mais um partido político, nem com as tradicionais lutas pela partilha do poder, pois, «de forma alguma, cabe [ao grupo] o nome de político, no sentido partidário ou estritamente oportunista da palavra». ²

Esta postura por parte da *Seara Nova*, assente numa imagem de independência em relação aos jogos do e pelo poder, vincando sempre bem a sua posição supra-partidária e de independência, quer em relação às ideologias dominantes, quer em relação aos poderes económicos constituídos, ³ visava, sobretudo, demarcar-se de toda uma situação política de crise a que tinha chegado a I República. E, com isto, conquistar a opinião pública para uma missão que, desde logo, anunciaram não ser apenas de combate:

«A *Seara Nova* quer exercer mais que uma simples acção de crítica e de protesto: quer chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exige e apoie». ⁴

Apresentaram-se, portanto, os seareiros na sociedade portuguesa com um espírito de missão. Profundamente críticos para com a mentalidade messiânica, não evitaram, porém, que esta sua atitude estivesse, apesar de tudo, marcada por este sentimento. Embora sempre tivessem defendido que cabia aos portugueses a construção do seu próprio destino, não se eximiram da pretensão — e nisso residiu o seu elitismo — de se auto-assumirem como apóstolos de uma ideia salvadora e regeneradora de Portugal. Aliás, este mesmo espírito esteve sempre presente, e de

¹ *A Batalha* de 21 de Janeiro de 1920, p. 1, apud. António Adriano Ventura, ob. cit., p. 9.

² «O Grupo dos intelectuais», *A Manhã* de 4 de Abril de 1920, p. 1, apud. *Idem, Ibidem*.

³ Esta postura da *Seara Nova* não agradou a largos sectores políticos republicanos, situação que mereceu o seguinte comentário dos seareiros: «Nem só dos integralistas, infelizmente, veem animadverções para com a *Seara Nova*. Também alguns republicanos a olham com desconfiança. Esses senhores estão muito satisfeitos com a sua obra, e não admitem que alguém tenha a coragem e o bom gosto de os patear. Como os senhores estão cegos! Pois não viram ainda que o facto que mais compromete a existência da República é o alastramento das idéas monárquico-integralistas entre a mocidade das escolas, e que êsse facto se deverá absoluta inanidade mental do regime?!» (Raul Proença, «A *Seara Nova* e certos republicanos», *Seara Nova*, nº 1, 15 de Outubro de 1921, p. 6).

⁴ *Seara Nova*, nº 1, 15 de Outubro de 1921, p. 2.

forma indelével, no discurso icónico das capas e páginas interiores da revista *Seara Nova*.¹ E não temos dúvidas em afirmar que foi este sentimento regenerador do discurso da *Seara Nova*, mais até do que os conteúdos nela veiculados, que acabou por perdurar, curiosamente a roçar o mito, na cultura portuguesa. Não admira, por isso, que todo o seu percurso posterior acabe por ficar marcado, de uma forma ou de outra, pela atitude e imagem criada nesta fase de arranque. Todos os grupos, na longa história da *Seara Nova*, sentiram e tiveram necessidade (até para se legitimarem) de se apoiar, mesmo quando afastados ideologicamente, no seu espírito inicial. E tudo isto, porque este espírito ia de encontro a uma atitude, onde não cabia a resignação perante a realidade de um país que, talvez por ter sido sempre idealizado pelas suas elites, tardava a encontrar o seu verdadeiro caminho.

Referimos já que uma das preocupações constantes dos seareiros foi a de se assumirem como supra-partidários e acima de todos os interesses de grupos ou classes. A forma como foi constituída a Empresa *Seara Nova*, completamente independente de interesses económicos ou de grupos, revela, também aqui, toda a intencionalidade dos seareiros em marcarem uma atitude. E, com isto, garantirem uma imagem de independência perante a opinião pública, em relação aos vários poderes constituídos.² À Empresa cabia, portanto, a importante missão de — para além de suportar economicamente a revista—, através das suas publicações, participar na divulgação das principais ideias do grupo. Pois grande parte do que aqui se publicava era da autoria de seareiros ou de amigos da *Seara Nova*.³

Esta ideia de independência da *Seara Nova*, em relação aos vários poderes económicos, políticos e religiosos, foi sempre considerada, pelos principais seareiros, como essencial. Para tanto, basta lembrar a ruptura de António Sérgio com a *Seara Nova*, em 1939, que teve — já tivemos ocasião de o referir anteriormente— como principal argumento o facto de esta já não poder afirmar a sua independência económica.

Porém, apesar de todos os esforços, os seareiros foram tendo cada vez mais consciência de que a sua revista, nas circunstâncias em que era feito o seu apostolado, não podia concorrer com outras formas de produção e reprodução ideoló-

¹ Sobre a ligação entre estes dois discursos e a importância das ilustrações na divulgação da mensagem seareira, para o período de 1921-1926, ver António Ventura, ob. cit.

² A este respeito, afirma-se na *Seara Nova*: «O Capital da Empresa foi todo subscrito sem compromissos para a defesa, confessável ou inconfessável, de ideias ou interesses de grupos, «coteries» ou partidos» (*Seara Nova*, «As Nossas Edições», n.º 2, 5 de Novembro de 1921, p. 64).

³ Sobre este assunto divulgou a *Seara Nova*: «A *Seara Nova* pretende como Empresa Editora, exercer uma larga acção, não só através da sua Revista, mas organizando Coleções e Bibliotecas. Publicará romances, novelas, prosa, verso, teatro, dos nomes mais prestigiados da nossa literatura, obras do passado e muito principalmente obras do presente e do futuro» (Idem, *Ibidem*).

gica, quer governamentais, quer mesmo com outros centros de influência privados, como era o caso de certos jornais. Alargar, portanto, o seu espaço doutrinário, através da criação de outros órgãos de informação, esteve sempre no seu horizonte. É neste quadro que, por alturas da comemoração do quarto aniversário da revista, chega a ser anunciada a intenção de passar a *Seara Nova* de periodicidade semanal para órgão diário, a par da criação de um outro Jornal, também diário — *Republicano, Democrático e Independente*, «voz livre da corrupção e da mentira, que defenda a pureza dos princípios democráticos e uma larga política de reforma e construção». ¹

Os seareiros como que começavam a duvidar, à medida que a I República se aproximava do fim, dos resultados do seu apostolado. Tendo iniciado a sua pregação, numa altura em que a República começava a não dar resposta ao avanço das forças reaccionárias e anti-liberais, não podiam deixar de reconhecer que, cinco anos depois do aparecimento da *Seara*, as sementes tardavam em frutificar. A ditadura, ou a ideia dela, como solução para a crise, ganhava adeptos mesmo no seu próprio seio. ² Aumentar a pregação e as tecnologias de reprodução ideológica foi a solução encontrada. ³

A verdade, porém, é que nem o prometido Jornal foi criado (a agonia da I República surpreendeu todos mais cedo), nem a *Seara Nova* passou a diário. Melhor sorte, porém, teve uma outra iniciativa, lançada na mesma altura: a criação, por todo o país, de centros de «Amigos da *Seara*». O objectivo era o de promover localmente as ideias e propostas defendidas pelo grupo. A materialização desta ideia passava pela organização, também em todo o país, com a ajuda dos assinantes da revista, de listas de cidadãos que quisessem subscrever uma quota mínima mensal de 5\$00, com a finalidade de o dinheiro assim conseguido reverter para uma conta ou «cofre de propaganda», capaz de subsidiar as excursões dos principais doutrinadores seareiros a todos os pontos do país. ⁴ Coimbra, que con-

¹ *Seara Nova*, n.º 57, 24 de Outubro de 1925, p. 178.

² Sobre este sentimento crescente de que só uma ditadura resolvia a crise, ver: Jaime Cortesão/Raul Proença, *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 44; ver, também, este artigo em Raul Proença, *Obra Política de Raul Proença*, *Seara Nova*, 1975, pp. 9-33 e *Seara Nova*, n.ºs 1391/1392, de Agosto a Dezembro de 1961.

³ Exemplo desta tentativa de diversificar e multiplicar as tecnologias de reprodução ideológica está na intenção, apresentada na *Seara Nova*, n.º 71 de 23 de Janeiro de 1926, p. 211, em que o grupo se propunha «espalhar gratuitamente, aos milhares, um folheto em linguagem acessível a todas as pessoas de mediana cultura, expondo os fins imediatos e mediatos da *Seara*».

⁴ Esta iniciativa apareceu designada na *Seara Nova* como «Propaganda». Para a concretização desta iniciativa foi constituída uma Comissão de Propaganda da qual faziam parte Raul Proença, David Ferreira e Rodrigues Miguéis. As razões desta iniciativa foram assim justificadas: «O grupo de amigos que rodeiam a *Seara Nova* reconhece a necessidade de se dar a mais larga expansão às doutrinas desta Revista. Parece-lhes que não basta, para isso, a letra redonda, com a distância material que põe entre público e escritores, e a impossibilidade quase completa

tava, na altura, com muitos «amigos da *Seara*», foi o local escolhido para a primeira iniciativa deste género.¹ Aqui se deslocaram, nos dias 23, 24 e 25 de Abril de 1926, António Sérgio, Camara Reys, Ezequiel de Campos, Mário de Castro, Rodrigues Miguéis e Sarmento de Beires. As sessões decorreram no Teatro Sousa Bastos e tiveram como ponto comum o «Programa Social e Político da *Seara Nova*». Porém, a situação política que então se vivia (estava-se nas vésperas do golpe militar que pôs termo à primeira I República) transformou as intervenções num autêntico combate ao fascismo e ao integralismo. Uma das conferências publicadas na *Seara Nova*, da responsabilidade de Mário de Castro, intitulava-se precisamente «Em Frente das Doutrinas Reaccionárias».² O contexto político em que foram proferidos os discursos, e a própria temática, levaram — era supostamente também esta a intenção — a grandes manifestações de desgosto por parte da assistência integralista, presente na sala. De acordo com a *Seara*, estes chegaram mesmo a interromper oradores e a espalhar «pela sala um manifesto fascista de combate ao artigo de Raul Proença,³ tendo originado o facto uma controvérsia com os integralistas, da qual resultou um grande triunfo para a causa defendida pela *Seara Nova*».⁴

A vinda a Coimbra fazia parte das projectadas conferências a realizar por todo o país: Porto, Faro, Santarém, Alcobaça, Viana do Castelo, Évora e Estremoz, eram os outros destinos previstos. Porém, a revolta militar de 28 de Maio pôs termo a esta campanha de propaganda da *Seara Nova*, a todos os títulos inédita.

A nova situação política, de perseguição aos democratas e a ausência das mais elementares liberdades de expressão, impuseram outras estratégias de divulgação.

de úteis controvérsias e debates, que a timidez impede e a pena pouco experimentada atraiçoa muitas vezes. Pretendem pois levar a todos os distritos da República, onde seja possível, por meio de conferências e comícios, a difusão do espírito e dos ideais da *Seara Nova*, facilitando assim a quantos se interessam pela Revista e aos que vivem longe dela e até dela ignorantes, maneira de melhor conhecerem os seus homens e os seus pontos de vista, e alcançando a forma de discutir e esclarecer por tôda a parte aquilo que, na atitude política e social desta Revista, careça de ser melhor conhecido e julgado pelo público», *Seara Nova*, n.º 61, 21 de Novembro de 1925, p. 18).

¹ A escolha de Coimbra para o iniciar de um conjunto de sessões de propaganda foi deste modo justificada na *Seara Nova*: «Escolhendo Coimbra para iniciar a sua propaganda, a *Seara Nova* obedece às instantes solicitações com que a teem honrado os mais belos espíritos da Cidade Universitária, e presta homenagem sincera à mocidade portuguesa, ali tão brilhantemente representada» (*Seara Nova*, n.º 84, 22 de Abril de 1926, p. 225).

² Ver: Mário de Castro, «Em Frente das Doutrinas Reaccionárias», *Seara Nova*, n.º 86, 6 de Maio de 1926, pp. 263 - 266 e n.º 88, 20 de Maio, pp. 314-316; n.º 89, 27 de Maio, pp. 327-329.

³ Este artigo de ataque ao fascismo, da autoria de Raul Proença, foi publicado na *Seara Nova*. Cf. Raul Proença, «O Fascismo e as suas repercussões em Portugal», *Seara Nova*, n.º 77, 6 de Março de 1926, pp. 83-89.

⁴ *Seara Nova*, n.º 85, 29 de Abril de 1926, p. 258.

A revista continuou a ser o mais importante meio de doutrinação política, embora em moldes diferentes, como veremos.

2.1. Epistemologia e hierarquias temáticas: rupturas e continuidades

As estratégias adoptadas pelo(s) grupo(s) ligado(s) à *Seara Nova*, durante o espaço temporal que vai de 1921 a 1939, não mantiveram, como é natural, as mesmas características. Condicionalismos de ordem externa, como a agonia e posterior derrube da I República, o longo exílio a que foram forçados os principais directores da revista, a instauração da ditadura e do Estado Novo, a perseguição dos democratas, a falta de liberdade e a instauração da censura,¹ a vitória em Portugal e por toda a Europa das ideias fascistas e ditatoriais e a simpatia, mesmo entre seareiros, pela experiência soviética, foram motivos mais do que suficientes para que toda a estratégia inicial do grupo, ligado à *Seara Nova*, sofresse profundas alterações.

Assim, tomando como principal referência a *Seara Nova*, podemos distinguir — tendo em atenção a epistemologia e as hierarquias temáticas no corpo da revista —, três importantes períodos: o primeiro, que vai do número inaugural até à sua interrupção (Agosto de 1926),² marcado pela tentativa de renovação política, ideológica e cultural da I República; o segundo, que começa com o retomar

¹ A censura prévia foi instituída, em Portugal, em 28 de Junho de 1926. Sobre este assunto e, ainda, sobre a importância da Literatura Clandestina em Portugal entre 1926 e 1932, cf. A. H. Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, Vol I e II, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990.

² A *Seara Nova* suspende a sua publicação, sem aviso prévio, no seu número 96, de 12 de Agosto de 1926. Interrupção que se manteria por oito meses, pois só voltaria em 14 de Abril de 1927. As razões da suspensão prenderam-se com as condições impostas pela ditadura a todos os órgãos que se lhe opuseram. Aliás, a *Seara Nova* que, até ao 28 de Maio de 1926, manteve uma periodicidade semanal regular, acabou por, no número que marca o seu interregno, pedir desculpas aos seus leitores por não poder manter essa regularidade. As razões invocadas são as seguintes: «Devem ter reparado os nossos leitores que a *Seara Nova*, depois de manter durante mais de oito meses, a regularidade da sua publicação semanal, já saiu, por duas vezes com largos intervalos. A nossa obra, de doutrina e crítica, que representa um sacrifício constante e árduo, tanto de colaboração como de administração, por parte de uma dúzia de pessoas devotadas e idealistas, não se coaduna com o lápis censurial de oficiais [o primeiro número da *Seara Nova* a ser distinguido com o conhecido dístico «Visado pela Comissão de Censura» foi o n.º 94 de 8 de Julho de 1926], mas cuja existência o país e nós ignorávamos por completo há dois meses. Estamos a coleccionar os artigos cortados por eles; se chegarem para dar um número, sairão, em melhores dias, com uma dedicatória solene aos censores», *Seara Nova*, «A «*Seara Nova*» e a Censura», n.º 96, 12 de Agosto de 1926, p. 465). De salientar que o tal projectado número com os artigos censurados nunca chegou a sair, nem, tão pouco, no espólio da *Seara Nova*, foram, até agora, enumerados esses artigos, o que se lamenta, pela importância que teriam.

da saída da revista (14 de Abril de 1927)¹ e que vai até 1933, coincidente com a fase de exílio de Raul Proença, Jaime Cortesão, Sarmento Pimentel, António Sérgio e com uma certa indefinição política da ditadura instaurada em 1926;² por último, um terceiro período que vai de 1933 a 1939, marcado pelo regresso de António Sérgio do exílio e pela estabilização e definição do Estado Novo, com a aprovação da nova constituição.³

Como recordou David Ferreira, «em todas as suas atitudes [na *Seara Nova*] estava sempre implícita, de maneira muito clara ou apenas subentendida, a constante preocupação (...) em exercer uma acção essencialmente política na sociedade portuguesa».⁴ Mas, se David Ferreira, ao salientar isto, pensava, sobretudo, no contexto da I República, o mesmo dizia, por outras palavras, António Sérgio para os anos trinta:

«A primeira ambição da nossa revista não é papaguear doutrinas recentes; não é notificar o mais moderno em todos os campos de actividade humana. Nunca sonhou a *Seara Nova* em ser um periódico de divulgação científica: é uma revista cívica e pedagógica, — política, digamos, na acepção mais ampla da palavra. Podem as circunstâncias [refere-se, naturalmente, à falta de liberdade de expressão e censura prévia instuídas pelo Estado Novo] forçá-la às vezes a afastar-se um tanto do seu carácter político: porém, essencialmente política é que ela é»⁵

Não há dúvidas, portanto, quanto às intenções e objectivos perseguidos pela *Seara Nova*. Porém, uma análise em pormenor dos conteúdos da revista, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos, revela-nos que, não obstante a continuidade dos mesmos objectivos políticos e doutrinadores, há rupturas de continuidade em termos estratégicos. Ou seja, as formas encontradas para fazer passar

¹ Em 14 de Abril de 1927, a *Seara Nova* volta ao convívio dos seus leitores, com um número quase inteiramente dedicado a Sarmento de Beires. Regressa, porém, com a maior parte dos seus directores exilados — António Sérgio, Raul Proença, Jaime Cortesão, Sarmento Pimentel. No seu regresso, a *Seara Nova* apresenta a seguinte justificação: «Não foi só pela ausência temporária [note-se o eufemismo] da maior parte dos seus redactores que a *Seara Nova* demorou muito tempo a sua publicação, agora de novo regularizada. A actual situação, não é animadora para a realização da tarefa que iniciámos há cinco anos. Mas o nosso silêncio, também o reconhecemos, não podia prolongar-se por mais tempo» (*Seara Nova*, s. d., p. 35).

² Sobre a indefinição política e ideológica que se seguiu à instauração da ditadura, ver Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, 7, (2), 1985, pp. 347-371.

³ A «Plebiscitação» do novo texto constitucional ocorreu em 19 de Março de 1933. Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 348.

⁴ David Ferreira, «Razões de uma adesão», *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro de 1971, p. 8.

⁵ António Sérgio, «Explicação aos leitores da «*Seara Nova*», *Seara Nova*, n.º 539, 11 de Dezembro de 1937, p. 243.

a mensagem seareira sofreram alterações. E alteraram-se, como já referimos, por mudanças exteriores à revista, mas também por via de condicionalismos endógenos.

Assim, analisar os conteúdos e as hierarquias temáticas, bem como a evolução destes, ao longo dos dezoito anos que aqui tratamos, é não só uma forma de conhecermos melhor a *Seara Nova*, mas sobretudo um importante meio de descodificação do essencial da estratégia de intervenção política do(s) grupo(s) a ela ligado(s).

Antes, porém, parece-nos conveniente deixar claro que a divisão em três períodos, por nós aqui proposta, não deve ser entendida como sinónimo de uma mesma periodização ideológica ou de ideários.¹ Primeiro, porque a divisão que propomos tem apenas em conta os temas tratados na revista; em segundo lugar, porque pensamos que as mudanças temáticas e a sua evolução têm mais a ver com razões de ordem estratégica, do que com mudanças, pelo menos em profundidade, da matriz ideológica. Por isso, continuamos a defender que, no essencial, a *Seara Nova* se mantém no mesmo caminho. Não querendo, com isto, negar que houve evolução, quer na forma de entender a política, quer no modo de entender a própria realidade nacional. As mudanças temáticas (nem todas se devem à censura) são disto o melhor exemplo.

Este entendimento passa por procurarmos na *Seara Nova*, não tanto um ideário (que nunca teve, a nosso ver, pelo menos no singular), mas uma atitude. Aquilo que já Magalhães-Vilhena disse de António Sérgio. Ou seja: o que caracteriza e identifica os seareiros é uma mesma atitude, «não é um ideário, mas sim um método. É um racionalismo de método, da análise clarificadora, do exame crítico. É uma disciplina». ² Aliás, isto mesmo se depreende das palavras de Raul Proença, em 1922, quando referia que aquilo que unia os seareiros era uma atitude intelectual de «espírito crítico, do método científico, do rigor, sinceridade e probidade do pensamento». ³ Opinião partilhada por António Sérgio, onze anos depois, quando afirmou: «o que nos liga é um desejo comum de investigação livre, conduzida, quanto possamos, pelos hábitos salutareos da disciplina crítica». ⁴

Para a *Seara Nova*, como referiu Magalhães-Vilhena em relação Sérgio, «o essencial é o princípio moral (idealista) de que todo o progresso social “externo” se deve buscar como consequência dum programa “interno”». ⁵ Ou seja, os fins políticos perseguidos, a democracia, o socialismo liberal, a liberdade individual, alcançam-se não por manifestações exteriores (entenda-se pela via política comum), mas pela via moral e intelectual. Logo, a perfectibilidade do homem —

¹ Sobre este assunto, ver neste trabalho Introdução, (Uma *Seara* e várias espigas).

² Vasco de Magalhães-Vilhena, ob. cit., pp. 12-13.

³ *Seara Nova*, n.º 50, 1 de Agosto de 1925, p. 34 [não temos dúvidas em afirmar que esta nota da redacção é da autoria de Raul Proença].

⁴ António Sérgio, «Nótulas Soltas», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933, p. 327.

⁵ Vasco Magalhães-Vilhena, ob. cit., p. 99.

escopo essencial na pedagogia seareira — só é possível através da procura interior, pela disciplina intelectual e pelos ditames da razão.

Pelo que já referimos, não admira que a *Seara Nova*, não obstante em determinado período ter privilegiado a temática explicitamente política, como foi o caso durante a I República, e noutros a literatura, como aconteceu nos anos trinta, mantenha sempre uma mesma atitude epistemológica e política: a convicção de que o conhecimento não é exterior ao indivíduo e, ao arrepio de qualquer materialismo, a convicção de que a mudança e a construção das consciências se faz no seu próprio interior.¹ O importante, portanto, era criar novos espíritos, através de uma cultura que ajudasse à sua disciplinação.

Feitas estas considerações, vejamos, então, como se hierarquizaram na *Seara Nova* os vários temas por nós analisados.² Entre outros possíveis, agrupámo-los do seguinte modo: Política;³ Cultura, Literatura e Arte;⁴ Economia;⁵ Educação;⁶ História⁷ e Vária.⁸

Assim, como se pode ver pela fig. 1, a política e a doutrinação política dominaram, em relação às outras temáticas, no período de 1921-1926, de forma abso-

¹ Sobre este assunto, para o caso de António Sérgio, Cf. Vasco de Magalhães-Vilhena, ob. cit., p. 104.

² A hierarquização e a quantificação tiveram como base a seguinte metodologia: partimos dos volumes encadernados, por anos, e não dos fascículos da *Seara Nova* individualmente. Socorremo-nos, assim, do próprio índice temático dos volumes respectivos para a quantificação dos temas tratados em cada um deles. A quantificação obtida baseou-se no número de entradas de determinado tema e não no número de páginas a ele dedicado. Esta metodologia, estamos conscientes disso, apresenta algumas deficiências, porque dá tanta relevância a temas que tiveram um tratamento menos desenvolvido como a outros que ocuparam mais páginas. Porém, confrontando os nossos resultados com outro trabalho que seguiu a metodologia da contagem do número de páginas, verificámos que os desvios não eram significativos. (Cf. Mário Matos Lemos, *A Seara Nova* e o Pensamento da Revolução Nacional, Cadernos do Quadrágésimo Ano, 1966, pp. 15-19).

³ Para esta rubrica, considerámos os seguintes temas: Doutrinas políticas, comentários políticos, polémicas políticas e culturais com interesse e importância política (ex. A polémica de António Sérgio com Cabral Moncada, a polémica com António Sardinha sobre a cultura seicentista, a polémica com Malheiro Dias Sobre D. Sebastião, etc.).

⁴ Desta rubrica faz parte o teatro, literatura, poesia, crítica e polémicas literárias, música, divulgação científica sem conteúdo doutrinário, cinema, etc.

⁵ Figura nesta rubrica tudo o que tem que ver com temas ligados à economia, finanças e desenvolvimento económico. Deste quadro não fazem parte as doutrinas económicas cooperativistas que optámos por incluir na rubrica política.

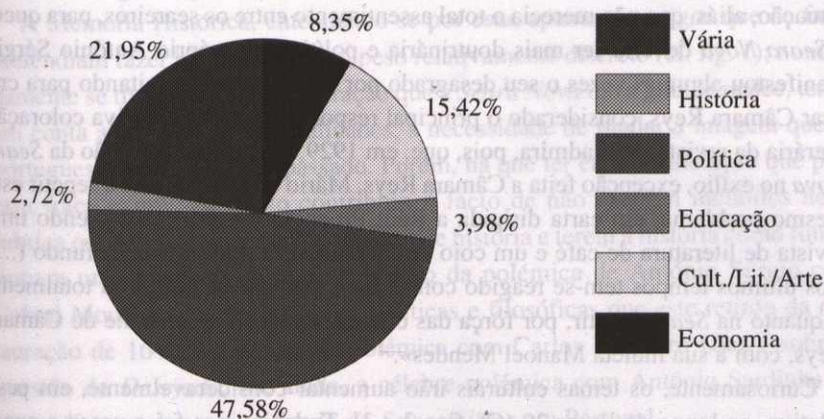
⁶ Para esta rubrica apenas considerámos temas especificamente ligados à educação.

⁷ Nesta rubrica apenas incluímos temas de carácter estritamente historiográfico. Porém, a partir dos anos trinta a *Seara Nova* optou por dar relevância a textos de autores estrangeiros que, depois de traduzidos, eram incluídos na secção de «Calendário Seareiro»; devido ao peso da história em muitos dos textos de «Páginas para serem meditadas» e «Antologia Seareira», foram incluídos nesta rubrica.

⁸ Em várias coube tudo o que não pertencia aos temas em questão: Ilustrações, registo de bibliografia, edições da *seara*, motivos das capas, autores, gravuras e assuntos incaracterísticos.

luta. Destaca-se, neste sentido, Raul Proença¹ que foi, no dizer de Câmara Reys, «a espinha dorsal da *Seara*, pela sua colaboração política no [ataque ao] integralismo.[e] política geral».²

Figura 1



A combatividade posta na reforma da República e o sentimento que os seareiros tinham de que ela progressivamente se estava afundando explicam o domínio claro dos temas políticos. A *Seara Nova* foi, neste período, um misto de revista doutrinária e de jornal que pretendia influenciar os acontecimentos e agir conjunturalmente. Não distinguimos, nesta rubrica, doutrina de política (entendendo esta com um sentido mais imediatista), porém, se o tivéssemos feito, seria visível que, a partir do momento em que a *Seara* colabora no governo,³ esta tende a aumen-

¹ Os artigos de Raul Proença tinham sempre um carácter predominantemente político. Foi também, pelo menos até 1926, o mais regular colaborador da *Seara*. Durante os dez anos que colaborou com a *Seara Nova* — Outubro de 1921 a Novembro de 1931 — a sua participação, em termos quantitativos, foi a seguinte: em 1921-1922, 16 números (84,2%); 1923, 7 (77,8%); 1924, 6 (54,5); 1926, 24 (80,0 %) 1928, 9 (29,0 %); 1929, 5 (10,0 %) 1931, 20 (42,5 %) (estes dados foram retirados do trabalho de João B. Serra, at. cit., p. 51).

² Era esta opinião de Câmara Reys, em carta que dirigiu a Raul Proença, em data incerta (1925-1926 (?), onde lhe propunha que, pela importância que a sua colaboração revestia, lhe fosse paga esta colaboração, não em «em acções» mas em dinheiro «entre 250 a 300 esc.» mensais. A justificação dada por Câmara Reys incluía, ainda, o facto de considerar Raul Proença o «Grande redactor político, para o espírito republicano» com «uma importância única» (Carta existente no Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional).

³ A *Seara Nova* foi formalmente convidada para fazer parte do governo chefiado por Álvaro de Castro, após a queda do executivo chefiado por Ginestal Machado (15-11-1923 a 18-12-1923.) Inicialmente estava destinada a Jaime Cortesão a pasta da Instrução Pública, mas este recusou. Posteriores negociações conduziram a que coubessem à *Seara Nova* três pastas: Instrução Pública para António Sérgio, Agricultura para Mário de Azevedo Gomes e Ministério da Guerra

tar. A *Seara Nova*, mercê da conjuntura política de crise que acompanhou os anos terminais da I República, não se conseguiu afastar das convulsões políticas circunstanciais, pelo menos tanto como seria seu desejo.

Não obstante o domínio claro dos temas políticos, sublinhe-se o peso que, apesar de tudo, ainda registam as temáticas especificamente culturais (cf. fig. 1). Situação, aliás, que não merecia o total assentimento entre os seareiros, para quem a *Seara Nova* deveria ser mais doutrinária e política. O próprio António Sérgio manifestou algumas vezes o seu desagrado por esse facto, aproveitando para criticar Câmara Reys, considerado o principal responsável pela excessiva coloração literária da revista. Não admira, pois, que, em 1929, com toda a direcção da *Seara Nova* no exílio, excepção feita a Câmara Reys, Mário de Castro volte a repetir este mesmo problema, em carta dirigida a Raul Proença: «A *Seara* está sendo uma revista de literatura de café e um coio de literatos sem sentimento profundo (...). Nos últimos tempos tem-se reagido contra isso; mas não se cumprirá totalmente enquanto na *Seara* existir, por força das circunstâncias, o ascendente de Câmara Reys, com a sua muleta Manoel Mendes». ¹

Curiosamente, os temas culturais irão aumentar consideravelmente, em peso relativo, ao longo dos anos 30 (Cf. figs 2 e 3). Todavia, esse foi o preço a pagar por um clima de falta de liberdade criado pela Ditadura saída do 28 de Maio e pelo Estado Novo, factos que não deixaram outra alternativa aos seareiros, senão o de continuarem a sua doutrinação política através da única forma possível, a via do debate literário. Centrar os conteúdos da revista no debate explicitamente político era dar argumentos poderosos aos que outra coisa não esperavam do que uma boa oportunidade para impedirem a sua publicação.

A Economia, devido às colaborações de Ezequiel de Campos (Economia) e Quirino de Jesus (Finanças), tem, ainda assim, um peso relativo considerável, sobretudo se tivermos em consideração os períodos seguintes, que não puderam contar com a participação destes dois economistas. Foi grande, desde o início, a preocupação dos seareiros em darem grande espaço a esta temática. Porém, por falta de colaboradores competentes, e/ou ideologicamente alinhados com o espírito da revista, esta rubrica ficou um pouco aquém do desejado (cf. fig. 1).

A Educação, sector estratégico na doutrinação seareira, tem, neste período, apesar de tudo, um peso importante. Ainda mais se tivermos em consideração que, para esta rubrica, apenas considerámos temas expressa e estritamente relacionados com a educação: propostas de reformas concretas, medidas estruturais, for-

para Ribeiro de Carvalho que, não sendo na altura seareiro, mereceu destes uma total confiança política. Esta experiência governativa viria a durar apenas cerca de três meses. Em 28 de Fevereiro de 1924, os seareiros abandonaram em bloco o governo. Sobre esta Experiência governativa, cf. António Adriano P. Ventura, ob. cit., pp. 46-51.

¹ Carta de Mário de Castro a Raul Proença, 17 de Março de 1929, Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional.

mação de professores e reformas de índole pedagógica. Não incluímos, assim, nesta rubrica, por exemplo, muitos dos artigos de António Sérgio que, apesar de terem por fundo a educação, eram de filosofia doutrinária, logo parte integrante da secção de política. Esta secção teve em Faria de Vasconcelos e, de alguma forma, em António Sérgio os principais divulgadores.

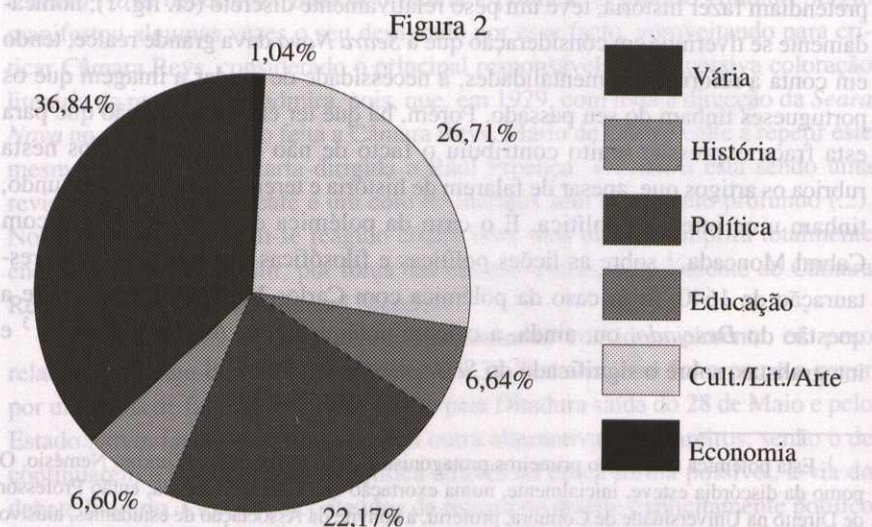
A Memória Histórica, entendendo-se por esta, apenas os artigos que de facto pretendiam fazer história, teve um peso relativamente discreto (cf. fig. 1); nomeadamente se tivermos em consideração que a *Seara Nova* dava grande realce, tendo em conta a reforma das mentalidades, à necessidade de mudar a imagem que os portugueses tinham do seu passado. Porém, há que ter em consideração que para esta fraca expressão muito contribuiu o facto de não estarem incluídos nesta rubrica os artigos que, apesar de falarem de história e terem a história como fundo, tinham uma intenção política. É o caso da polémica de António Sérgio com Cabral Moncada,¹ sobre as lições políticas e filosóficas que este retirou da restauração de 1640; foi o caso da polémica com Carlos Malheiro Dias,² sobre a questão do *Desejado*, ou, ainda, a célebre polémica com António Sardinha³ e integralistas, sobre o significado do *Seiscentismo* em Portugal.

¹ Esta polémica teve como primeiros protagonistas Cabral Moncada e Vitorino Nemésio. O pomo da discórdia esteve, inicialmente, numa exortação que Cabral Moncada, então Professor de Direito na Universidade de Coimbra, proferiu, a convite da Associação de estudantes, alusivo ao 1.º de Dezembro e à restauração. Exilado em Paris, António Sérgio acompanhou a polémica pelas páginas da *Seara Nova* (Cf. Vitorino Nemésio, «Resposta Retardada de um Exortado ao Exortador», *Seara Nova*, n.º 120, 24 de Maio de 1928, pp. 470-471; n.º 136, 8 de Novembro de 1928, pp. 307-310; n.º 143, 27 de Dezembro de 1928, pp. 430-434) e com a justificação que, com aquela polémica, Moncada estava a passar um atestado de «estupidez aos seareiros» descentra em parte a discussão, até aí à volta da tradição cultural e política portuguesa com base numa determinada interpretação da nossa história, e coloca-a numa perspectiva epistemológica entre ciência e política (cf. António Sérgio, «Ideal e Facto Sensível — Política e Ciência, Meios e Fins», *Seara Nova*, n.º 144, 3 de Janeiro de 1929, pp. 443-446; «Método Científico, História, Política e Tradição», *Seara Nova*, n.º 151, 7 de Março de 1929, pp. 99-104; n.º 153, 21 de Março de 1929, pp. 134-138; n.º 154, 28 de Março de 1929, pp. 153-157; «Idealismo e Realismo — «Morale d'abord» e «Politique d'abord», *Seara Nova*, n.º 163, 30 de Maio de 1929, pp. 293-301; «Ora Até Que Enfim», *Seara Nova*, n.º 170, 18 de Julho de 1929, pp. 19-25; «Despedida», *Seara Nova*, n.º 174, 15 de Agosto de 1929, pp. 87-93; «Para Matar Saudades», *Seara Nova*, n.º 183, 17 de Outubro de 1929, pp. 227-231, n.º 186, 7 de Novembro de 1929, pp. 276-281, n.º 190, 5 de Dezembro de 1929, pp. 339-345. Para uma compreensão desta polémica, cf. Jorge Borges de Macedo, «Significado e Evolução das Polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 471-531.

² Ver: António Sérgio, «Tréplica a Carlos Malheiro Dias Sobre a Questão do Desejado», *Seara Nova*, n.º 43, 15 de Março de 1925, pp. 123-130; n.º 44, Abril de 1925, pp. 153-158; n.º 45-46, Maio de 1925, pp. 173-177. Sobre esta polémica, cf. Jorge Borges de Macedo, art. cit.

³ Ver: António Sérgio, «O Problema da Cultura em Portugal e o Significado do Seiscentismo na sua História», *Seara Nova*, n.º 56, 17 de Outubro de 1925; n.º 57, 24 de Outubro de 1925, pp. 169-171.

A instauração da ditadura militar, em 28 de Maio de 1926, obrigou a *Seara Nova* a modificar toda a sua estratégia de divulgação. A forma como isto se manifestou na hierarquia temática da revista, entre 1927 e 1933, pode ver-se no gráfico da Fig. 2. A temática política, sector estratégico e dominante no primeiro período aqui analisado, é, pela primeira vez, secundarizada pelo espaço agora reservado à literatura (cf. fig 2)



As novas condições políticas, com a falta de liberdade e a censura prévia, são responsáveis em larga medida por esta diminuição. A juntar a isto, temos que os principais ideólogos da *Seara Nova*, forçados ao exílio, deixaram de poder dar colaboração com a assiduidade e o conhecimento de causa habituais. Por outro lado, o afastamento por doença, a partir de 1931, de Raul Proença, faz com que a *Seara Nova* perca o seu melhor colaborador político.

Ainda assim, o peso que a política mantém fica a dever-se à necessidade que os seareiros tiveram de se defender numa conjuntura deveras difícil. A *Seara Nova* perde, neste período, o seu anterior estado de (relativa) graça e vê-se atacada à esquerda e à direita. É nítida a intenção das forças reaccionárias, agora no poder, de conotarem a *Seara Nova* com a ameaça comunista ¹, ao mesmo tempo que outros sectores republicanos a culpam pelo desastre da I República. António Sérgio e Jaime Cortesão chegam mesmo a ser acusados de receberem dinheiro, no

¹ António Sérgio chega a defender-se, desta acusação, na *Seara Nova*: «não ignora, devoto inimigo, que não sou partidário do comunismo nem de nenhuma espécie de ditadura — do proletariado ou de outra qualquer; êsses sabem que preconiso, não a abolição da propriedade, mas a acessão a ela do homem pobre; que tenho prégado, em suma, a propriedade estendida a todos,

exílio, da Internacional Comunista, para realizar em Portugal uma revolução.¹ O ambiente era de tal forma hostil aos seareiros que Mário de Castro, em carta de 1 de Abril de 1927, dizia a Raul Proença:

«É que a opressão penetrou tanto na vida portuguesa que ser da *Seara* é ser apontado a dedo como perigoso e ver, por isso, extremamente dificultada, não já a vida do espírito, mas a própria actividade do ganha pão quotidiano [Mário de Castro estava a dar os seus primeiros passos na advocacia] sobretudo quando se está no princípio de vida (...).»²

Perante isto, a grande preocupação da *Seara Nova* esteve em demonstrar aquilo que a afastava do socialismo soviético e em denunciar o caminho ditatorial e fascizante que o novo regime tomava. Neste sentido, Raul Proença, exilado em Paris, clarificava deste modo a sua posição:

«Os motivos que me levam a insurgir-me contra o Bolchevismo não são evidentemente os mesmos que os que inspiram o *Diário de Notícias* e a restante imprensa burguesa. (...) Ao criticar o bolchevismo russo, o autor destas linhas só se lembra duma coisa: de que é socialista. Êle não ataca o Estado soviético por ter realizado o Socialismo, mas porque não o realizou, porque realizou o contrário do Socialismo e porque continua a protestar que é um Estado socialista.

Nada êle quer ter, pois, de comum com uma imprensa que, revoltando-se contra as monstruosidades da Rússia soviética, só tem palavras de exaltação e de louvor para as mesmíssimas monstruosidades quando praticadas pela Itália fascista».³

A par desta preocupação, em mostrar aquilo que os afastava, quer do comunismo, quer do fascismo, vinha a defesa, a qualquer preço, da liberdade e da democracia. De destacar, neste sentido, os artigos de António Sérgio *Retalhos de*

e submetida ao dever social. Ora, dissentindo eu do comunismo e da ditadura do operariado, muitíssimo idiota seria a Rússia se se desse ao trabalho de me enriquecer» («Carta de Agradecimento a D. Basílio», *Seara Nova*, n.º 100, de 9 de Junho de 1927, p. 78). Mário de Castro, devido a estas acusações, chegou a mover uma acção em tribunal, por alegado abuso de liberdade de imprensa, contra o jornal *A Voz* (Sobre este assunto, cf. *Seara Nova*, n.º 122, de 14 de Junho de 1928, pp. 23-30).

¹ Sobre este assunto, cf. Câmara Reys, «Acusações», *Seara Nova*, n.º 102, 14 de Julho de 1927, p. 105.

² Carta existente no Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional.

³ Raul Proença, «A Rússia Ao Léu — Algumas considerações para uso dos portugueses», *Seara Nova*, n.º 243, 19 de Março de 1931, p. 35.

*Doutrina Democrática*¹ que, no dizer de Sérgio Campos Matos, visaram responder a duas entrevistas de Salazar,² conduzidas por António Ferro e publicadas no *Diário de Notícias*, em 18 e 24 de Novembro de 1932.

Este período ficou ainda marcado, em termos políticos, por acesas polémicas e ataques, por parte dos seareiros, quer à imprensa que procurava legitimar a ditadura, quer aos republicanos que passaram a apoiar o novo regime.³ O *Diário de Notícias* e António Ferro são os mais visados: Raul Proença, num artigo em que denuncia «O Ultra Romantismo Político do Diário de Notícias»,⁴ não se coíbe de apresentar este jornal e António Ferro como os principais responsáveis pelo clima de irracionalismo político que se seguiu à instauração da ditadura. Ambiente que, no entender de Proença, visava criar as condições propiciadoras ao surgimento de um novo Messias. A António Ferro cabia na actual situação, denunciava Proença, tocar «o carrilhão de todas as confusões e de todos os sofismas anti-liberais».⁵

Por sua vez, a par de uma já notória diminuição dos temas políticos, assistimos ao aumento de temáticas incharacterísticas; resultando daqui o aumento da rubrica *Vária* (cf. fig 2). Diminui também o espaço reservado, excepção feita aos temas literários, aos restantes temas (Educação, Economia, História). De salientar, no entanto, que é no final deste período que se inicia a importante campanha de divulgação das doutrinas cooperativistas, sob a direcção de António Sérgio.⁶ Porém, embora esta divulgação pudesse ser incluída na secção de economia,

¹ António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12 de Janeiro de 1933, pp. 230-233; «Mais Retalhos», *Seara Nova*, n.º 332, 2 de Março de 1933, pp. 310-312.

² Sérgio Campos Matos, «Os Diálogos de Doutrina Democrática: da edição original (1933) à versão revista pelo autor (1945?/1958?)», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 536.

³ Sobre a origem política dos apoiantes do Estado Novo e a percentagem de republicanos que se passaram para o novo regime, ver: António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, 116/117, Vol. XXVII, 1992, pp. 575-613.

⁴ Raul Proença, «O Ultra-Romantismo Político do Diário de Notícias», *Seara Nova*, n.º 265, 1 de Outubro de 1931, pp. 6-10.

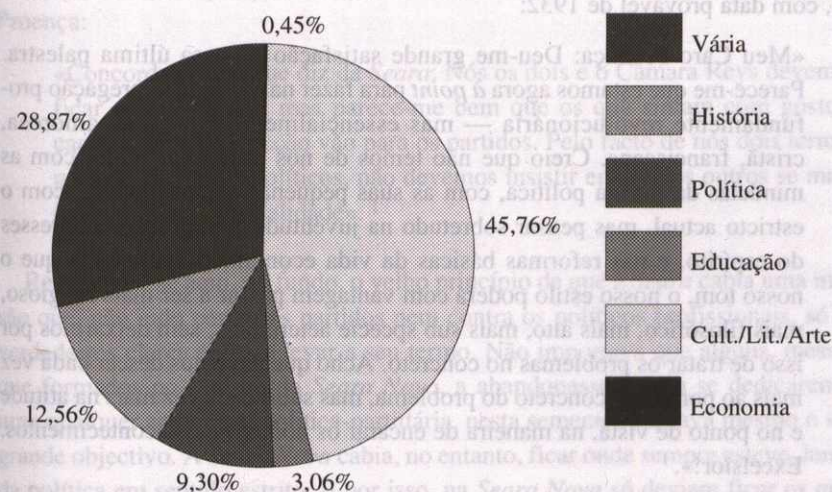
⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 6. António Sérgio comentando este ataque a António Ferro, por parte de Raul Proença, mostra-se de acordo com ele mas considera que Raul Proença não deveria ter citado mais do que uma vez o nome daquele jornalista. «Diria assim, mais ou menos: «O *Diário de Notícias*, em artigo assinado António Ferro» e daria a tarefa toda no *Notícias* não considerando o Sr. António Ferro senão como um dos muitos bisbórrias que escrevem no periódico. O meu Amigo honra demais esses pigmeus falando deles como se fossem da sua força» (Carta de António Sérgio para Raul Proença, ant. a Março de 1932, Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional).

⁶ O primeiro artigo, sobre as doutrinas cooperativistas foi da autoria Fabien France, traduzido por António Sérgio. (Cf. *Seara Nova*, n.º 284, 4 de Fevereiro de 1932, pp. 320-321). Este mesmo autor ainda aqui viu traduzidos mais dois artigos, *Seara Nova*, n.º 288 e n.º 289. Seguiram-se-lhe, Charlhes Gide, n.º 303; 304, 314, 316, 320, 322, todos em 1932, em 1933, n.º 335, 321, 324, 366, 367, 368, 369, 340, 349, 351; Ernest Poisson foi traduzido nos números, 302, 310, 312, 313; Francis Delaisi, n.º 326 de 1932. António Sérgio fazia, em muitos deles, comentários finais.

dadas as características dos artigos optámos por os considerar dentro da rubrica reservada aos temas políticos.

Este período da *Seara Nova* está, como vimos, profundamente marcado, em termos temáticos, pela situação política criada pela ditadura que se seguiu ao derrube da I República. Com os principais directores no exílio e com o ambiente de profunda indefinição política criada pela ditadura, a *Seara Nova* acabou por reflectir esta situação. O projecto de doutrinação, encetado em 1921, pressupunha um regime de liberdade, onde a divulgação das ideias e o debate político se fizessem sem medo nem coacção. A I República permitiu esse debate; o regime saído do 28 de Maio de 1926, trouxe o medo, a censura e a auto-censura. Não admira, assim, que este período ficasse marcado, apesar da importância de alguns temas, por uma certa indefinição tanto a nível de doutrina como de estratégia.

Figura 3



O último período aqui considerado (1933-1939), acabou por estar condicionado, em termos temáticos e estratégicos, pelo combate possível a um regime anti-liberal, autoritário, anti-democrático, corporativista e anti-socialista, que obrigou a *Seara Nova* a rever muitas das suas formas de divulgação ideológica. Assiste-se, então, a um crescente abandono da pequena política, em favor de uma doutrinação mais cultural. Pretendeu a *Seara Nova*, apesar da falta de liberdade, assumir-se como um espaço cultural de oposição ao Estado Novo, mantendo viva uma ideologia de cariz racional, democrática e universalista. A António Sérgio, regressado do exílio em 1933, coube, já sem a companhia de Raul Proença e com a colaboração à distância de Jaime Cortesão, traçar a nova estratégia. A *Seara*

Nova identificava-se agora com a própria estratégia pessoal e política de António Sérgio. A ele se ficaram a dever os textos doutrinários que melhor definem política e culturalmente a *Seara Nova*

A falta de liberdade e a censura não permitiam, sobretudo depois de 1933, o desenvolvimento de temas marcadamente políticos (cf. fig. 3), todavia, este facto não invalida que consideremos este período como o mais rico ideologicamente. Sobretudo se considerarmos que foi nos anos trinta que melhor se definiram na revista os conceitos de democracia, de revolução, de socialismo e de cooperativismo. Mais liberta da conjuntura política, a *Seara Nova* abre o seu espaço à doutrinação profunda e idealista. Esta postura acabou por acentuar o domínio relativo de temas ligados à crítica literária, ao papel da cultura e do intelectual, em prejuízo dos temas explicitamente políticos (dizemos explicitamente, dado que, no fundo, políticos eram todos), como se pode verificar pela fig. 3. Aliás, esta estratégia doutrinária já vinha sendo delineada desde os tempos do exílio, com a concordância de Raul Proença. Pelo menos é o que se depreende de uma carta de Sérgio, com data provável de 1932:

«Meu Caro Proença: Deu-me grande satisfação a nossa última palestra. Parece-me que estamos agora à *point* para fazer na *Seara* uma pregação profundamente revolucionária — mas essencialmente espiritual, amorosa, cristã, franciscana. Creio que não temos de nos preocupar muito com as minúcias da intriga política, com as suas pequenas personalidades, com o estricte actual, mas pensar sobretudo na juventude, nos grandes interesses do espírito, e nas reformas básicas da vida económica. Parece-me que o nosso tom, o nosso estilo poderá com vantagem passar a ser mais religioso, mais filosófico, mais alto, mais sub specie aeternitatis, sem deixarmos por isso de tratar os problemas no concreto. Acho que devemos descer cada vez mais ao pormenor concreto do problema, mas subir cada vez mais na atitude e no ponto de vista, na maneira de encarar os homens e os acontecimentos. Excelsior!». ¹

Esta carta define claramente as intenções de Sérgio e de Proença, sobre o papel a desempenhar pela *Seara Nova* no novo contexto político. Curioso de verificar, também, é o sentido estratégico de Sérgio, quando justifica a necessidade de abandonar a pequena política, com as vantagens que podem advir de um novo estilo «mais religioso, mais filosófico, mais alto». Não há, portanto, qualquer referência a mudanças de raiz ideológica, mas, isso sim, a uma nova estratégia que passa por um novo estilo de intervenção, por uma nova linguagem, que podiam, com vantagem, servir aquilo que foi sempre o principal objectivo da

Seara Nova: a revolução das mentalidades. Podemos resumir a nova atitude do seguinte modo:

- a) A estratégia seguida pela *Seara Nova*, nos anos trinta, de «tom mais religioso, mais filosófico, mais alto», teve mais a ver com a necessidade de fazer passar o seu discurso do que, como já referimos, com mudanças de raiz ideológica;
- b) A diminuição dos temas políticos, embora encontre justificação na censura existente e na falta de liberdade, correspondeu, também, a uma estratégia de privilegiar a mudança estrutural das mentalidades ao combate político conjuntural;
- c) Este posicionamento *franciscano* de pregação explica a continuação de uma doutrinação idealista longe da acção partidária e de facção.

Aliás, em 1932, porventura sentindo as pressões dos que pediam à *Seara Nova* uma intervenção política mais concreta, escrevia António Sérgio a Raul Proença:

«Concordo com o que diz da *Seara*. Nós os dois e o Câmara Reis devemos ficar onde estamos, mas parece-me bem que os que sintam com gosto e capacidade para a acção vão para os partidos. Pelo facto de nós dois termos nascido escritores políticos, não devemos insistir em que os outros se mantenham nesta especialidade».¹

Reafirmava-se aqui, no fundo, o velho princípio de que à *Seara* cabia uma missão que, não indo contra os partidos nem contra os políticos profissionais, só os verdadeiros clerics podiam levar a seu termo. Não importava que alguns, mesmo que formados no espírito da *Seara Nova*, a abandonassem para se dedicarem a uma qualquer actividade política-partidária, nesta sementeira estava mesmo o seu grande objectivo. À *Seara Nova* cabia, no entanto, ficar onde sempre esteve, longe da política em sentido estrito. E por isso, na *Seara Nova* só deviam ficar os que, pela sua atitude de espírito ascético, fossem «capaz(es) de viver sem posição sem consideração, sem biografia nos jornais».²

E, desta forma, a *Seara Nova* continuou, nos anos trinta, a ter como principal paradigma de referência, o apostolado, embora idealizado e depurado, da geração de 70. Antero continuou a ser a principal figura de referência de todo este imaginário. E a prova desta dedicação, se tal fosse necessário, podíamos encontrá-la nos

¹ Carta anterior a Março de 1932, Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional.

² António Sérgio, «Grupo de Renovação Democrática», *Seara Nova*, n.º 336, 30 de Março de 1933, p. 372.

dois números que, em 1934, a *Seara Nova* lhe dedicou,¹ convidando, para o efeito, os que considerava serem os melhores especialistas do poeta das *Odes Modernas*.

Em conclusão: podemos dizer que a forma como evoluíram e se hierarquizaram os vários temas no corpo da revista é a prova mais concludente da mudança de estratégias de intervenção política por parte do(s) grupo(s) ligado(s) à *Seara Nova*. Estas mudanças, como vimos, resultaram tanto de condicionalismos exógenos como endógenos. Assim, ao longo do período que aqui analisámos, mudaram as condições políticas, ideológicas e culturais do meio em que a *Seara Nova* exerceu o seu apostolado, mudaram também os grupos e os interesses dos que a ela se ligaram; porém, tais mudanças não a afastaram, no essencial, da sua original atitude. Para isto, muito contribuiu o facto de os principais doutrinadores e guardiões da sua cultura inicial — Câmara Reys, Jaime Cortesão, Raul Proença e António Sérgio — continuarem, excepção feita a Raul Proença (até 1931), a dominar cultural e ideologicamente (sobretudo António Sérgio) toda a acção da *Seara Nova*.

Os seus principais objectivos doutrinadores — mudar a nossa consciência colectiva, mudar, no fundo, a nossa maneira de ser, de agir e pensar — continuaram a ser os importantes elos de ligação dos grupos ligados à *Seara Nova*.

Assim, o seu objectivo, sendo na sua raiz político, procurou sê-lo de diferentes formas, mas sempre dentro de uma mesma atitude: a convicção de que as verdadeiras revoluções são, antes de mais, espirituais. Ou seja, o socialismo a construir, tal como para Antero, era um socialismo «de consciência, um socialismo idealista».²

¹ Trata-se dos números 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934. Escreveram nestes números os seguintes autores: José Bruno Carreiro, «As mulheres de Antero», pp. 339-444; António Salgado Júnior, «Antero e a Literatura Infantil», pp. 344-437; Vieira de Almeida, «Entre as Formas Imcompletas», pp. 347-348; Vitorino Nemésio, «Antero e Herculano», pp. 349-353; José Marinho, «Perspectiva Crítica do Divino «Sonetos» de Antero», pp. 354-355; Hernani Cidade, «A intervenção de Antero na Vida Pública», pp. 356-358; José Régio, «Introdução a um Estudo Sobre a Arte de Antero», pp. 358-361; Agostinho da Silva, «Considerações Sobre o papel de Antero», pp. 361-362; Câmara Reys, «Sobre Antero e a Música», pp. 363-364; António Sérgio, «Em Torno da «ilusão revolucionária» de Antero, pp. 366-376; Alvaro Salema, «Antero e o Heroísmo de Pensar», pp. 377-378.

² Sobre este assunto, embora referente a Sérgio, cf. V. Magalhães-Vilhena, ob. cit., p. 103.

CAPÍTULO II

A SEARA NOVA : LUGAR DE MEMÓRIA DA LUTA PELA MODERNIDADE

Não ignorávamos, quando escolhemos este título, a ambiguidade que sempre acompanhou o conceito de modernidade.¹ Porém, foi nossa intenção, mais do que prosseguir uma antiga (hoje renovada) polémica à volta deste conceito,² vincar com ele toda a profundidade de um combate travado pela *Seara Nova*, durante o período que aqui nos ocupa, em prol daquilo que nos parece ser a essência da modernidade. A *Seara Nova* foi, desde o seu início, a principal referência em Portugal de uma tradição Iluminista, criticista e racional de ver e transformar o mundo. Podendo, assim, dizer-se que o essencial do seu proselitismo, no contexto cultural português, esteve na sua atitude crítica e racional que, para Zeev Sternhell, se concebida «como um método de investigação, criação e acção é o traço distintivo da modernidade».³ E, assim, se «a ideia — como refere o mesmo autor —, de que os homens são capazes, de uma maneira racional, de criar um futuro melhor é, em muitos aspectos, a própria essência da modernidade»,⁴ então a *Seara Nova* confunde-se com ela. A sua ligação às principais características da modernidade, pode ainda ser encontrada no uso instrumental da razão, para o bem dos indivíduos, no empenho posto na possibilidade da perfectibilidade humana, na defesa da ideia de progresso, de revolução, da liberdade e da democracia. Ou, ainda, na recusa de qualquer autoridade exterior à razão que diminua ou secunda-

¹ Sobre a ambiguidade deste conceito, escreveu Zeev Sternhell: «Tal como todos os conceitos-chave do nosso tempo, a ideia de modernidade tem um significado que é ambíguo e incerto. Com vários sentidos diferentes, durante mais de um século o conceito de modernidade dominou não apenas a criação artística, mas também os aspectos mais importantes da vida intelectual, política e social» («A Modernidade e os seus inimigos: da revolta contra o Iluminismo à subversão da Democracia», *Risco*, n.º 17/18- Verão de 1992, p. 33).

² Para um melhor conhecimento desta polémica, ver: Jurgen Habermas, «A Modernidade um Projecto Inacabado», *Crítica - Revista do Pensamento Contemporâneo*, 2, Nov. / 87, pp. 5-23 [ver, ainda, os restantes artigos da revista citada que muito embora se debrucem sobre a Pós- Modernidade, não deixam de se integrar no mesmo quadro conceptual] e Jacques Le Goff, «Antigo/Moderno», *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1 (Memória-História), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 370-392.

³ Zeev Sternhell, art. cit., p. 34.

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 35.

rize a liberdade do indivíduo. Podendo, por isso, dizer-se — tal como o fez Baptista Pereira, referindo-se a Sérgio — que foi a partir da crítica tenaz a qualquer autoridade exterior ao indivíduo que a *Seara Nova* se encontrou e leu a essência da modernidade.¹ É, portanto, neste quadro que devemos entender a luta travada pela *Seara Nova* contra toda a espécie de irracionalismos e determinismos, quer de raça, quer de classe, quer de ciência, numa altura em que muitos dos valores e conceitos ligados à modernidade estavam a ser postos em causa na cultura ocidental.

1. NA VANGUARDA DA MODERNIDADE

A modernidade está, de alguma forma, ligada aos «ideais de perfeição proclamados pelas luzes francesas, com a ideia, inspirada pela ciência moderna, de um progresso infinito do conhecimento e de uma progressão em direcção a uma sociedade melhor e mais moral (...)».² Ora, nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do nosso século assistimos, por toda a Europa, a uma crescente tentativa de subverter os principais valores da modernidade. É conhecida a tese de Zeev Sternhell, que vê nesta subversão — que começa por ser cultural e ideológica —, a fase de maturação do ideário anti-democrático e fascista, o qual acabou por dominar, política e ideologicamente, no continente europeu entre as duas guerras.³ Ainda segundo este mesmo autor, «as novas ciências do homem e as novas ciências sociais, a biologia darwiniana, a filosofia bergsoniana, a história segundo Taine ou segundo Treitschke, a psicologia social segundo Le Bon, tal como a escola italiana de sociologia política»,⁴ participam desta onda de contestação dos principais postulados que sustentavam o edifício liberal e democrático. Acabando, assim, por criar um clima intelectual que «facilitará enormemente o domínio do fascismo».⁵

A *Seara Nova* terá, a nosso ver, de ser entendida neste contexto cultural e ideológico, que acabou por dominar politicamente nas primeiras décadas do nosso século. Ou seja, em face desta onda de contestação, de todo um legado de tradição racionalista e iluminista que, em termos políticos, pretendia recusar os funda-

¹ Miguel Baptista Pereira, «O neo-Iluminismo Filosófico de António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 46.

² Jurgen Habermas, art. cit., p. 6.

³ Cf. Zeev Sternhell, *La Droit Révolutionnaire (1885-1914). Les Origines Françaises du Fascisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1978. Esta interpretação tem provocado alguma polémica e opiniões desencontradas. Sobre o significado destas, cf. António Costa Pinto, «A Ideologia do Fascismo Revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos», *Ler História*, (6), 1985, pp. 109-120.

⁴ Zeev Sternhell, ob. cit., p. 17.

⁵ *Idem*, *ibidem*.

mentos de toda uma cultura liberal, bem como a legitimidade dos regimes democráticos, qual o posicionamento da *Seara Nova* ?

A *Seara Nova* representou, no contexto cultural português, o último reduto da defesa do racionalismo crítico que, no seu entender, se identificava com aquilo que caracterizava o verdadeiro espírito europeu. E, assim, não admira que, para os seareiros, toda a crise por que passava a civilização ocidental se ficasse a dever a uma importante subversão na hierarquia dos valores que sempre a caracterizaram: o domínio da Matéria sobre o Espírito. Esta subversão, no entender de Proença, teve como principal causa o «progresso industrial da nossa época, que, tendo começado por afirmar o domínio da matéria pelo espírito, ameaça por vir a acabar no domínio do espírito pela matéria». ¹ E assim, como consequência, todo o progresso material conseguido, em vez de «servir o espírito (...) representou, só porque foi prezado como um fim em si mesmo, uma viragem brusca da civilização ocidental, um esquecimento da sua escala de valores, uma verdadeira traição ao seu espírito». ² Na boa tradição Iluminista, tendo em conta a própria missão da *Seara Nova*, considera Raul Proença que o mal se teria conjurado «se uma direcção firmemente idealista do pensamento tivesse mantido com energia e com consciência de que salvava qualquer coisa de sagrado e de absoluto, a proeminência dos valores em que se escorava a nossa civilização». ³ É, no fundo, uma crítica, por parte do seareiro, aos intelectuais que traíram, na asserção de Benda, trocando os perenes valores da cultura ocidental por interesses particulares de grupo ou de partido. Proença via aqui, como lembrou Baptista Pereira referindo-se a Sérgio, a «oposição espírito-coisa estampada na dualidade inconciliável da Modernidade: Cristo e Maquiavel, Espírito e Força, Cruz e Espada». ⁴ Ou seja: a crise de valores por que passava a civilização ocidental tinha na «escravização ao sensível e às crenças mitológicas e [n]a cedência à materialização, apesar do exemplo de Sócrates, Descartes, Espinosa e Fichte, vítimas precoces da tradição realista», ⁵ o principal mal.

Ora, para a *Seara Nova*, como acabamos de ver, não havia dúvidas sobre a ligação existente entre o movimento anti-democrático e o domínio avassalador do materialismo. ⁶ Fazer-lhe frente, sobretudo aos que o seguiam em Portugal, tornou-se, a seu ver, obrigação de todo o idealista; logo da *Seara Nova*. Não admira, portanto, que uma das mais importantes batalhas ideológicas do grupo, logo no

¹ Raul Proença, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real — a propósito de «la Trahison des clercs» de Julien Benda», *Seara Nova*, n.º 126, 9 de Agosto de 1928, pp. 103-104.

² *Idem, ibidem*, p. 104.

³ *Idem, ibidem*, p. 107.

⁴ Miguel Baptista Pereira, art. cit., p. 60.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ Raul Proença, art. cit., p. 107.

seu primeiro ano, fosse precisamente contra aqueles que em Portugal punham em causa os principais valores da modernidade: o humanismo universalista, a ideia de progresso, a perfectibilidade humana, a liberdade e a democracia. A *Cruzada de Nun' Álvares*, movimento de cariz fascista,¹ surgido no mesmo ano da *Seara Nova*, foi a primeira a ser criticada nas páginas da revista.² Seguiu-se-lhe, também por Proença, a denúncia crítica do espírito reaccionário e anti-democrático dos defensores do Integralismo Lusitano. Numa série de seis artigos, tentou Raul Proença demonstrar que o Integralismo Lusitano, para além de reaccionário, enfermava de várias contradições: dizia-se defensor de um estreito nacionalismo, mas não disfarçava as suas ligações a ideias filosóficas e políticas estrangeiras;³ dizia-se tradicionalista, mas apenas aceitava como valor normativo uma tradição, recusando, portanto, outra;⁴ assumia recusar toda a política da ideia, em benefício da política do facto, no entanto, eram as ideias que os levavam a «fazer uma selecção das tradições segundo o critério duma certa doutrina política»;⁵ recusavam terminantemente a igualdade e a liberdade à luz da tradição e da realidade,

¹ Para João Medina, «O fascismo português propriamente dito, ou seja, aquele que se filia directamente no ideário mussolinesco, parece surgir em Portugal em 1921, com a chamada Cruzada de Nun' Álvares, a que estariam ligados Filomeno da Câmara (do qual António Ferro foi ajudante em Angola e secretário-geral dessa colónia), Martinho Nobre de Melo (nascido em 1891, professor de Direito em Lisboa, ministro da justiça durante o consulado de Sidónio, embaixador de Portugal no Rio, de 1932 a 1946, director do Diário Popular nos últimos anos do salazarismo-caetanismo), e Henrique Trindade Coelho (1885-1934, literato e jornalista...)» (João Medina, *Os Primeiros Fascistas Portugueses*, Separata de *Vértice*, Coimbra, 1978, p. 4).

² Raul Proença depois de reproduzir, na *Seara Nova*, parte do manifesto da Cruzada, tomou a seguinte posição acerca deste movimento:

«1.º ... não há em Portugal associação mais reaccionária que a Cruzada de Nun' Álvares Pereira;

2.º Que nunca em Portugal se ergueu, como no manifesto dessa cruzada, um monumento mais colossal de psitacismo colectivo» (Raul Proença, «No Pelourinho – *Da Cruzada de Nun' Álvares*», *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 21). Proença voltou ao assunto mais tarde para declarar: «A Cruzada não está intelectualmente isolada na sociedade portuguesa. Sofrem dos seus vícios mentais todos os orfeístas, futuristas, integralistas, nacionalistas, saudosistas, que nesta terra ergueram o bárbaro pendão da frase vácuca e da confusão do espírito» (Raul Proença, «O Manifesto da Cruzada Nun' Álvares», *Seara Nova*, n.º 4, 5 de Dezembro de 1921, p. 109).

³ Diz a este propósito Proença: «Muitas vezes os integralistas portugueses se tem defendido da acusação que lhes tem sido feita dos arraiais republicanos de que as ideias que defendem se contem todas na moderna escola reaccionária da França, que tem por órgão máximo a revista e o jornal da Action Française (...). A verdade é que nada há mais fácil que provar ter vindo êsse nacionalismo, essencialmente lusitano, das longínquas terras de França (...)» (Raul Proença, «Acêrca do Integralismo Lusitano» (II), *Seara Nova*, n.º 6, 14 de Janeiro de 1922, p. 150).

⁴ Referindo-se a esta contradição, refere Proença: «... êle prefere a tradição nacionalista à tradição universalista, a tradição anti-parlamentar à tradição parlamentar. E pôr um critério, seja êle qual fôr, acima da tradição, não é recusar a esta o seu valor de princípio absoluto. Não é afirmar perentoriamente a insuficiência do tradicionalismo?» (Raul Proença, «Acêrca do Integralismo Lusitano» (III), *Seara Nova*, n.º 7, 1 de Fevereiro de 1922, p. 179).

⁵ *Idem, ibidem*.

mas não compreendiam que, ao fazê-lo, estavam a recusar o progresso e a «coisificar» o indivíduo. ¹ Pensou ainda Proença juntar, a este conjunto de seis artigos, um outro sobre «O sufrágio e a competência na Democracia», porém, sem qualquer explicação, este último não chegou a ser publicado. ²

Com isto, pretendiam os seareiros reafirmar que, ao contrário do sentimento dominante nas hostes republicanas, mais ligadas ao poder, pretender ignorar o que se passava e menosprezar o perigo que advinha destes sectores reaccionários era pôr em perigo a democracia. Pois, lembrava Proença, «Se quâsi todos êles, pessoalmente, nada valem», já como grupo pela sua «unidade perfeita de vistas» e pela sua «absoluta solidariedade moral e pertinaz espírito combativo», ³ são de ter em conta. E, para além disso, «fazendo a análise e a discussão do “integralismo lusitano”, temos a clara consciência de que não fazemos mais que analisar e discutir as ideias fundamentais do reaccionarismo francês que tem por epónimos

¹ Sobre isto disse Proença: «Resta, porém, provar que o «facto» determina o «direito»; que em todas as circunstâncias devemos fazer seguir a natureza o seu caminho, sem lhe opôrmos resistências. Ora é isto mesmo que não está provado. Uma coisa são os factos, outra a maneira como nos devemos comportar em relação a êles: grande parte da nossa actividade consciente e voluntária se emprega em reagir contra os factos, tanto ou mais que em obedecer-lhes» (Raul Proença, «Acerca do Integralismo Lusitano» (V), *Seara Nova*, n.º 11, 1 de Abril de 1922, p. 281).

² Tal como tinha prometido na crítica que fez da Cruzada de Nun' Álvares, Raul Proença fez na *Seara Nova* uma análise cuidada, ao longo de seis artigos, dos pressupostos ideológicos, culturais e políticos do integralismo lusitano. Cf. «Acerca do Integralismo Lusitano», *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921, pp. 132-136; *Seara Nova*, n.º 6, 14 de Janeiro de 1922, pp. 178-181, n.º 7, 1 de Fevereiro de 1922, pp. 178-181; n.º 9, 1 de Março de 1922, pp. 239-241; n.º 11, 1 de Abril de 1922, pp. 280-285; n.º 15, 1 de Julho de 1922, pp. 40-42. Sobre a importância destes artigos, quer no combate às doutrinas integralistas, quer pela sua importância no pensamento e acção de Raul Proença, ver: Olga de Freitas da Cunha Ferreira, «As Doutrinas do Integralismo Lusitano no Pensamento e na Teoria de Acção de Raul Proença», *Revista de História das Ideias*, 7, 1985, pp. 671-683; ver também, da mesma autora, «António Sérgio e os integralistas», *Revista de História das ideias*, 5, 1983, pp. 427-469; Sobre a genealogia e importância deste movimento ver: Leão Ramos de Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Porto, Gama, 1943; António José de Brito, *Reflexões Acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Verbo, 1965; Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República — Autópsia de um Mito*, 2 vols., Lisboa, Inquérito, 1964; António Sardinha, «Teófilo mestre da Contra-revolução», *Nação Portuguesa*, 1.º Série, n.ºs 1, 2, 3, 1.º Ano, 1914; Sobre a contribuição do Integralismo para a ideologia do Estado Novo, ver: Manuel Braga da Cruz, «O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo», *Análise Social*, Vol XVIII, 1982, pp. 137-182 e, do mesmo autor, «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo», *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Regra do Jogo, 1982, pp. 105-139; Para a análise do aproveitamento que os integralistas fizeram de algumas figuras da geração de 70, sobretudo Antero, ver: Fernando Catroga, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», *Revista de História das Ideias*, 3; pp. 341-520 e Luís Reis Torgal, «Antero Quental nas Leituras “Integralistas”», *Revista de História das Ideias*, 13, 1991, pp. 401-439.

³ Raul Proença, «Acerca do Integralismo Lusitano(I)», *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921, p. 133.

Maurras, Barrés, Tour du Pin, Henri Vaugeois, Valois e outras amas sêcas dos camelots du Roi». ¹

Não ignoravam, portanto, os seareiros as ligações que os reaccionários portugueses tinham com os movimentos similares do resto da Europa. Foi sempre sua convicção que a onda anti-democrática que avassalou o país entroncava num «movimento mais largo que um simples movimento nacional». ² Logo, devido às suas raízes profundas, havia que opor à «politique du fait» ³ uma outra mundividência, uma outra filosofia. Pois, «Deixar em silêncio — referia-se Proença ao movimento integralista — toda uma filosofia de acção política, com arraias assentes nas mais diversas nações do mundo, será cómodo, mas nem será honesto, nem conveniente ao futuro da democracia». ⁴

Porém, para a *Seara Nova* a ideologia dominante dos republicanos portugueses, porque assente num realismo e cientismo adversos a toda a metafísica, ⁵ não oferecia garantias de enfrentar com êxito esta tromba reaccionária, nem em termos filosóficos, nem em termos políticos. Era necessário, portanto, dar corpo a uma nova filosofia e a uma nova política, que se distanciasse «dos exageros de filosofias que, a seus olhos, não salvaguardavam a autonomia da consciência individual e o estatuto ôntico primordial do indivíduo na legitimação da sociabilidade». ⁶

A *Seara Nova* apresentava-se, assim, como a única voz com capacidade para levar a efeito a necessária profilaxia intelectual e política; ⁷ pois, em face da apatia geral, lembrava mais uma vez Proença:

«era preciso que alguém erguesse entre nós o facho da esperança democrática, e opusesse ao torpe realismo republicano e à sofística ideologia conservadora novas afirmações da consciência republicana, alargando-lhe os quadros, abrindo-lhe os horizontes e mostrando aos olhos dos que acordam

¹ *Idem, ibidem.*

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, ibidem.*

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ Sobre o distanciamento crítico da *Seara Nova* em relação ao cientismo como ideologia dominante no movimento republicano, ver: Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal*, 2 vols, Coimbra, 1988, pp. 91-98. [Tese de Doutoramento].

⁶ *Idem, ibidem*, p. 98.

⁷ Em polémica com os integralistas, Raul Proença considera que a *Seara Nova* tinha «na devida conta a pavorosa epidemia que o vosso [refere-se ao discurso ideológico integralista] papagueado determinou na mocidade. Cada um de vós não passa dum minúsculo micróbio intelectual, mas esses micróbios produziram, por falta de fagocitos republicanos, uma grande infecção. Seremos nós os fagocitos. Terminaremos com a esperteza saloia republicana como arma de combate» (Raul Proença, «No Pelourinho — A *Seara Nova* e os integralistas», *Seara Nova*, n.º 2, 5 de Novembro de 1921, p. 57).

para a vida do sentimento colectivo perspectivas mais longínquas e mais puras». ¹

Esta atitude, por parte da *Seara Nova*, mostra bem a intencionalidade política da missão de que os seareiros se auto-investiram. Pretenderam, não só depurar a ideologia republicana de toda a sua carga positivista e jacobina, mas, também, plasmar na nossa cultura, nomeadamente nas suas elites, uma outra mundividência — racionalista, crítica e de pendor idealista —, capaz de se opor ao caudal conservador e anti-democrático que avassalava toda a Europa. E, assim, numa dimensão mais superadora, contribuir para o triunfo do espírito racional, fazendo, deste modo, entrar Portugal na senda da modernidade. Esta sua atitude filiava-se, como sempre recordavam, numa tradição cultural portuguesa que teve nos descobrimentos — período de domínio do espírito racional, crítico, aberto e cosmopolita ² —, o seu ponto áureo e que, de alguma forma, foi continuada, em contextos diferentes, por Verney, Herculano, Mouzinho da Silveira, Antero, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. ³ Aliás, Sérgio considerava mesmo que o *Verdadeiro Método de Estudar* e a *História de Portugal* de Herculano se erguiam como «os dois grandes golpes do Espírito Crítico na muralha que nos separa da Europa culta desde a época das Navegações». ⁴ Continuar, portanto, esta tradição de espírito crítico, minoritária desde os descobrimentos, era condição indispensável. Pois, só deste modo é que Portugal podia diminuir o fosso que nos separava da Europa culta. Não havia, no entender da *Seara*, uma segunda via para a regeneração do país. Imperioso e inadiável se lhes afirmava, portanto, o combate contra toda uma tradição cultural e mental, dominante nas elites, que, aos seus olhos, se encontrava marcada pelo nacionalismo fatalista e pelo conservadorismo determinista. Para que, no seu lugar, se levantasse uma outra mais cosmopolita e «estrangeirada». ⁵ Pois, pregava Sérgio, «Não percebem os «tradiciona-

¹ Raul Proença, «Acerca do Integralismo...», ob. cit., p. 133.

² A este propósito diz Jaime Cortesão: «O Príncipe Perfeito, tanto como um estadista português, foi um representante da política europeia daquela época. Portugal ensinava e aprendia com todo o mundo. O que torna em verdade fecunda e gloriosa aquela época é o espírito de disciplina e organização, a ancia descobridora, o acto de criação heroica e esse alto espírito cosmopolita. Aí tens uma nobre e gloriosa tradição» (Jaime Cortesão, «Cartas à Mocidade – A Tradição», *Seara Nova*, n.º 4, 5 de Dezembro de 1921, p. 102).

³ Cf. António Sérgio, «O Problema da Cultura em Portugal», *Seara Nova*, n.º 138, 22 de Novembro de 1928, pp. 401-403 [Em nota de fim de página os leitores são informados de que se trata de um excerto d' *O Reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal, Ensaios*, e que o texto que agora se publicava era o de uma conferência pronunciada em Coimbra em 1926].

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 401.

⁵ Sobre este conceito e o papel que ele desempenhou no discurso da *Seara Nova*, ver Jorge Borges de Macedo, *Estrangeirados — Um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, s. d., sobretudo, pp. 21-26.

listas» nossos que a funda e característica tradição portuguesa é a da existência dinâmica e renovatriz, cosmopolita e revolucionária, e que o amor à terra e ao trabalho da terra (cousa essencialíssima para o nosso equilíbrio) nos não deve incapacitar de sentir o frémito das brancas velas descobridoras». ¹ Fazer retomar Portugal, no século XX, o caminho (sobretudo o espírito) das descobertas— caracterizava-o o humanismo, a capacidade de organização e o universalismo ²— participando, desta forma, no triunfo da razão, símile do verdadeiro espírito europeu (a Revolução Cristã foi o melhor exemplo deste percurso ³), foi o grande sonho da *Seara Nova*.

1. 1. Modernidade, europeização e modernização

Os conceitos de modernidade e de modernização não se confundem; ⁴ porém, não temos dúvidas de que, para a *Seara Nova*, a modernização do país passava pelo reformar das mentalidades, sobretudo das elites dirigentes, de acordo com os principais valores da modernidade. ⁵ Pois, como já referimos, o essencial na atitude pedagógica e regeneradora assumidas pela *Seara*, assentava no pressuposto de que a verdadeira causa do nosso atraso, em relação à Europa culta e desenvol-

¹ António Sérgio, «Sobre a aplicação política da ideia de igualdade», *Seara Nova*, nº 216, 7 de Agosto de 1930, p. 376.

² Dizia Cortesão a este propósito: «O período mais belo da história portuguesa marcou para sempre a nossa tradição de um carácter universalista. E a mesma obra condena, por vã e perigosa, toda a concepção dum nacionalismo português fechado. Uma das mais altas glórias da elite de Quatrocentos e Quinhentos consiste em ter erguido os feitos nacionais a realizações do mais alto humanismo. E enquanto formos um povo com interesses espirituais e económicos espalhados por todo o mundo, implicitamente havemos de manter o culto dessa vasta tradição», Jaime Cortesão, «A Expedição de Pedro Alvares Cabral e a família dos Marchioni», *Seara Nova*, nº 8, 15 de Fevereiro de 1922, p. 214).

³ Referindo-se a esta necessidade de integrar Portugal naquilo que considerava ser o verdadeiro espírito europeu, absolutamente contrário ao tradicionalismo e ao irracionalismo, dizia Sérgio: «É esta uma básica exigência da nossa europeia mentalidade; e se poucos na Europa são europeus, todos caminhamos apesar disso, — impelidos constantemente pelos verdadeiros espíritos europeus. E tudo isto, afinal, é a essência do Cristianismo; tudo isto em suma é a Revolução Cristã» (António Sérgio, «Explicações Ao Exmº Sr. Professor Martinho Nobre de Melo Sobre as Doutrinas Morais dos meus “Ensaio”», *Seara Nova*, nº 50, 1 de Agosto de 1925, p. 35).

⁴ Para Jacques Le Goff «Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional» (Jacques Le Goff, «Antigo / Moderno»... já cit, p. 382).

⁵ Note-se que também neste aspecto a *Seara Nova* continuava o diagnóstico e a terapêutica já propostos por Antero de Quental: também para ele, a nossa decadência se ficou a dever ao facto de sermos «uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito» (Apud. Maria Cândida Proença, *A Primeira Regeneração — O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 15).

vida, se devia a razões culturais e mentais. E não a quaisquer outras, de índole económica ou política,¹ estas eram, no seu entender, mais consequências do que causas. Antes de mais porque — respondia Proença às soluções mais tecnocráticas de Ezequiel de Campos — «Entendemos que em Portugal, como em todos os países em decadência, é a educação o problema fundamental».²

Modernizar Portugal passava, pois, por dar prioridade absoluta à educação das elites, de modo que, a prazo, se tornassem hegemónicos, na cultura política dos dirigentes, o pensamento crítico e as atitudes racionais. E, neste sentido, não nos deve surpreender o facto de dominar, no espírito e na atitude seareira, a forte convicção de que o nosso atraso, em relação à Europa, se devia procurar não em quaisquer razões exteriores — situação periférica de Portugal, exiguidade de recursos naturais, dimensão do país, etc. — mas sim em nós mesmos, na nossa mentalidade colectiva. Estava em nós, portanto, a solução para a regeneração do país, bastava, para isso, educar de outra forma a nossas elites.³

Só uma educação diferente, pensava então Raul Proença, evitaria que continuássemos a ver «nas empresas dos nossos avós, em D. Henrique, em Nuno Álvares, nos infantes de Ceuta simples aventuras do sensibilibismo triunfante, do misticismo desgarrado, de intuições bergsonianas, vozes de Raça, profundezas esfíngicas», quando «todas essas empresas fôram obras de organização meditada e metódica, dum elevado espírito prático, realizadas com todos os escrúpulos, todas as minúcias e todas as circunspecções da inteligência realista».⁴ Era pre-

¹ Vão neste sentido as palavras de Jaime Cortesão ao afirmar que «Com o nosso actual tipo humano dominante não há regimen político capaz de tornar próspera a nação. Não é o regimen, nem a agricultura, nem a indústria, nem as finanças que verdadeiramente estão em crise. O que em Portugal, ha alguns séculos, está em crise é o português. Enquanto se não melhorar o tipo social dominante, escusamos de pensar em melhorar o país de vez. Cada vez mais o trabalho governa o mundo, dá carácter e coesão aos povos e gera o tipo das futuras sociedades. Só pelas múltiplas iniciativas, a disciplina voluntária e a organização do esforço produtivo as nações se robustecem e progridem. Ora com um português abúlico, madraço, parasitário e impulsivo impossível se torna organizar o trabalho útil e vencer o deficit da produção» (Jaime Cortesão, «Soluções Políticas — os males máximos e os remédios mínimos — o que a “Seara Nova” propõe como solução imediata à crise nacional», *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921, p. 122).

² Raul Proença, [Nota. da Redacção], *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 12.

³ Para Filomena Mónica esta tese «segundo a qual teria bastado que as classes dirigentes o quisessem, isto é, que fossem suficientemente ilustradas, para que o país se modernizasse tão depressa quanto a Inglaterra (...) pode [ainda hoje] ser encontrada em gente de quadrantes ideológicos tão diversos quanto João Cravinho e Mira Amaral, Pereira de Moura e Miguel Cadilhe, Vasco Pessanha e o Banco Mundial. Como sempre, esta opinião deriva do hábito prevalecente, sobretudo entre as elites progressistas, de comparar, com intuits polémicos, as realizações nacionais com o que de melhor se passa na Europa» (Maria Filomena Mónica, *Os Grandes Patrões da Industria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, pp. 18-19).

⁴ Raul Proença, «Um Livro de Claridades e Sombras», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921, p. 77.

ciso, portanto, criar uma nova mentalidade que nos levasse a compreender que fomos grandes quando utilizámos a inteligência e o espírito racional. E, de igual modo, tornava-se necessário entender que foi por termos abandonado a via do espírito universalista, metódico e racional — via, entretanto, seguida pelos países que nos habituámos a ver como mais evoluídos — que sujeitámos o nosso país a uma longa decadência.

Este sentimento, marcado pelo complexo de inferioridade em relação à Europa, foi sempre dominante nas consciências dos seareiros, encontrando-se aqui, podemos dizê-lo, a grande mola da sua atitude política. Vejamos, por exemplo, como este complexo se manifesta em Jaime Cortesão:

«O povo moirejador das fábricas e dos campos, por mais que se ouse proclamar o contrário, continua ignorante, mal alimentado, mal assistido, vivendo quasi todo em escravidão e barbarie, se o compararmos aos trabalhadores da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Faltam-nos em todas as actividades, mais que nenhum outros, os capitais morais, isto é, o espírito de empreendimento e o desejo de progresso. Continuamos, salvo raras excepções, a vegetar em rotina e em ciência livresca».¹

Em face deste diagnóstico, que via nos portugueses e na sua mentalidade o principal obstáculo à modernidade e à modernização, não restava outra solução a Portugal que não fosse a inversão de todo um caminho que, por erro de rota, se manteve dominante na nossa cultura. Restava-lhe, portanto, abrir as portas ao melhor da sua tradição iluminista e racionalista que, afinal de contas, no entender dos seareiros, sempre caracterizou, nos seus melhores momentos, tanto a cultura portuguesa como a europeia.

Tornar clara e evidente esta leitura sobre nós mesmos foi o grande objectivo da *Seara Nova*. E, por isso, entendeu sempre o seu apostolado como uma acção pedagógica sobre uma mentalidade que considerava, a priori, responsável pela nossa decadência secular. Não admira, portanto, que grande parte das polémicas travadas na *Seara Nova* visassem, através da racionalidade discursiva, fazer entender às elites o nosso atraso colectivo e, sobretudo, as razões que, a seu ver, o teriam provocado. Não poupavam, assim, os seareiros aqueles que, de uma forma ou de outra, se opunham ou tentavam impedir a penetração nas consciências destas leituras. Talvez por isso, a *Seara Nova* (sobretudo Sérgio) escolhesse intencionalmente as vítimas das suas incisivas polémicas, dando prioridade, nas suas críticas, aos que, pelos cargos que ocupavam, ou pelo que representavam intelectualmente, lhe parecessem os representantes tipo da mentalidade dominante. Exemplo disto

¹ Jaime Cortesão, «O Homem que veio a Lisboa Prégar Deus ao Dr. Afonso Costa», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921, p. 76.

que acabamos de referir, parece-nos ter sido o caso da polémica que opôs Sérgio a Martinho Nobre de Melo:

«A minha tese — afiançava Sérgio — é a seguinte:

salvas raríssimas excepções (cinquenta ou sessenta, digamos nós) os portugueses que sabem ler (e tanto vermelhos como azuis; com muito talento ou sem talento; com o grau de doutor ou sem ser doutor) revelam todos mentalidade de bárbaro. O pensar do bárbaro é desconexo, caprichoso, emotivo, sem hierarquias; não tem exigências de arquitectura lógica, de perfeita ordem intelectual; não sofre a sêde de clareza máxima; não define, não limita, não encadeia e não constroi; busca argumentos de autoridade (...) aceita logo e passivamente os génios da raça e as modas do tempo; irrita-se com a ordem no raciocínio e mostra-se impaciente com o espírito crítico, ao qual acusa de ser gelado, como V. Ex.^a me acusou a mim»¹

Como facilmente se pode verificar pela citação aqui apresentada, António Sérgio e a *Seara Nova* não ignoravam que o combate à mentalidade «bárbara» dominante na sociedade portuguesa passava, prioritariamente, pela deslegitimação dos seus principais mentores. Talvez por isso, a Universidade, os universitários e o ensino em geral, pela autoridade intelectual e simbólica que detinham, sobretudo em relação aos jovens e futuras elites, e pelo poder de produção/reprodução cultural e ideológica que manifestamente possuíam, mereceram sempre dos seareiros uma atenção e uma atitude crítica muito especial. De igual modo, não foi por certo por acaso que as mais importantes polémicas travadas na *Seara Nova*, sobretudo aquelas que tiveram em António Sérgio o principal protagonista, acabaram por se centrar na crítica ao pensamento e obra de professores universitários.²

Partindo sempre da conclusão de que só havia uma razão e um único caminho, quer para o progresso da humanidade, quer para a regeneração das sociedades, os

¹ António Sérgio, art. cit., p. 37.

² A título exemplificativo, importa recordar as célebres polémicas com Martinho Nobre de Melo, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, que já aqui referenciámos, e com Cabral Moncada, Professor da Faculdade de Direito de Coimbra e Mário de Albuquerque, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Sobre o significado destas polémicas, ver Jorge Borges de Macedo, Significado e evolução das polémicas de António Sérgio, *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 471-531. Em relação à polémica com Cabral Moncada, consideramos, também, de grande utilidade, para uma melhor compreensão, o espaço que o próprio lhe dedicou no seu livro póstumo, *Memórias ao Longo de uma Vida — Pessoas, Factos, Ideias*, Lisboa, Edit. Verbo, 1992, pp. 146-150. Referindo-se à polémica, salientou Cabral Moncada: ela exerceu «uma profunda influência no curso posterior das minhas tendências e preocupações intelectuais» reconhecendo, ainda, que desde 1914 sentia simpatia pelo movimento integralista «sem ser integralista» o que não o impede de reconhecer que António Sérgio «era um homem excepcionalmente inteligente e culto, muito acima da craveira comum dos intelectuais portugueses do seu tempo» (*Idem, Ibidem*, pp. 147-149).

seareiros fizeram disso a principal razão da sua luta. E, de acordo com isto, não regatearam esforços no combate a todos os que consideravam responsáveis pela «barbarização» da nossa cultura e da nossa mentalidade.

Não admira, por isso, que uma das mais importantes novidades trazidas pelo discurso da *Seara Nova*, nos anos terminais e conturbados da I República, passasse pela secundarização da política em sentido estrito — numa fase em que o combate político estava excessivamente partidarizado e que continuava a centrar-se na oposição entre republicanos e monárquicos — e pela necessidade de uma revolução das mentalidades. Contestando assim, por esta via, a cultura política dominante, ao mesmo tempo que pretendiam plasmar na sociedade portuguesa uma outra forma de entender o combate político. Sem nunca abdicar da subordinação da política à moral, a *Seara Nova* entendia que a questão política central do seu tempo — e que, a seu ver, devia ocupar todos os democratas — passava pela distinção «entre conservadores e revolucionários». ¹ Condição essencial para a clarificação do combate político que, no entender dos seareiros, devia mobilizar todos os que acreditavam no progresso e recusavam as ideias tradicionalistas.

Entendia a *Seara Nova*, porém, que a mentalidade reaccionária não era um exclusivo dos defensores da causa monárquica e/ou integralista. Ela imperava, contrariamente ao que se pensava, no seio dos principais partidos republicanos, estando, por isso, disseminada pelo conjunto das elites, independentemente da cor política. E tal só era possível, lembravam, porque os republicanos mais próximos do poder tardavam em compreender que a luta a travar era sobretudo cultural. Residia aqui, a seu ver, a principal debilidade da República que não encontrava formas de combater a mentalidade irracional, saudosista, nacionalista e sebastianista dominante na sociedade portuguesa. Só uma visão mais cultural da política, capaz de dar prioridade a uma educação mais racional e universal das suas elites, poderia fazer frente ao caudal tradicionalista que, no entender dos seareiros, progressivamente ia tomando conta da sociedade portuguesa.

Não admira, em face disto, que Borges de Macedo tenha referido que aos seareiros coube, pela primeira vez na nossa história, utilizar de forma operatória e até ideológica o conceito de *estrangeirado*. É, sem dúvida, na *Seara Nova* que este conceito ganha o peso específico e valorativo de uma determinada cultura, apresentando-se como «corrector exógeno das ideias correntes na cultura portuguesa, em antagonismo e superioridade às que o corpo nacional produzia, assim como alusivo a um grupo próprio que detinha essas formas externas de correcção e por elas se qualificava e distinguia». ² Todavia, fizeram-no sempre em ligação a uma tradição que, embora conhecida por estrangeirada, eles consideravam ser bem portuguesa. Considerando-se, por isso, legítimos herdeiros dessa dita cultura, a

¹ António Sérgio, «Explicações...», art. cit., p. 35.

² Jorge Borges de Macedo, *Estrangeirados...*, ob. cit., p. 21.

qual, nos seus entenderes, urgia retomar. Ainda que, naturalmente, de acordo com os problemas próprios do século XX.¹

Reformar, portanto, a mentalidade portuguesa de acordo com uma ideia da cultura europeia — tida como crítica, racional e universalista —, para que deste modo Portugal entrasse no caminho da modernidade, foi a grande aposta da *Seara Nova*. Foi de acordo com esta ideia que António Sérgio, um ano antes do golpe militar que havia de pôr termo à I República, entrou em polémica com Martinho Nobre de Melo — polémica que, mais do que cultural, assumiu então um cunho marcadamente ideológico e político, sobretudo se tivermos em consideração que, de facto, Martinho Nobre de Melo representava os sectores mais tradicionalistas da sociedade portuguesa ou, se quisermos, tudo aquilo que os seareiros se propunham combater —, não se escusando, na altura, a deixar claro que sabia bem as razões que haviam conduzido Portugal à sua decadência («barbárie»), tal como estava igualmente seguro do caminho a seguir para regenerar Portugal.

«Sei (ou julgo sabê-lo) como se barbarizou esta nação, e que haveria a fazer para a tirar de bárbara; e repito que a reforma mais importante — condição preleminar de tôdas as outras — é sempre **A Reforma da Mentalidade**; e que a disciplina mais necessária para termos a ordem a que todos visamos, não é a disciplina que provém da espada, da ditadura, da realeza ou da polícia — mas a ordem, a honestidade e a disciplina intelectuais».²

São já bem evidentes nos argumentos de António Sérgio os temores de uma solução ditatorial que, sabemos hoje, acabaram por se confirmar. Tal como são bem diferentes as concepções de ordem e disciplina defendidos por Sérgio e aquelas que a Ditadura Militar e, depois, o Estado Novo acabarão por impor.

Mas também não deixa de nos parecer, hoje, bastante ingénuo e excessivamente reducionista o diagnóstico feito pelos seareiros. Sem querermos simplificar demasiado o pensamento da *Seara Nova*, podemos dizer que, para os seareiros, bastaria acabar com o «reino da estupidez» e, no seu lugar, deixar germinar uma outra cultura, porventura mais crítica, mais racional, para que as portas do progresso se abrissem e o espectro das ditaduras se esfumassem. Não deixou de ser uma feliz utopia. E, tal como outras utopias, juntou forças e esperanças. Mas, apesar de tudo (estamos em crer), voltaram-se a repetir erros passados, marcados, sobretudo, pela falta do conhecimento real e concreto do país que somos.

¹ Dizia a este propósito Proença: «Se há país em que o internacionalismo constitua o próprio veio das mais altas tradições nacionais, esse país é precisamente o nosso, é porque descobrimos o mundo e nos damos ao mundo, porque por ele andámos “repartindo”, porque comungávamos no Universal, que Portugal existe ainda na história» (R. Proença, «Acerca do Integralismo Lusitano (VI)», *Seara Nova*, n.º 15, 1 de Julho de 1922, pp. 41-42).

² António Sérgio, art. cit., p. 37. [sublinhado do autor].

1.2. Nacionalismo e internacionalismo

É sabido como o discurso dicotómico sobre a nossa decadência/regeneração se instituiu, entre as elites portuguesas, em períodos diversos da nossa história recente, como a mais mobilizadora ideologia nacional. Profundamente ligada a esta dicotomia, diríamos mesmo em estreita ligação com ela, as polémicas entre nacionalistas e internacionalistas têm igual relevo no contexto cultural português dos últimos dois séculos.¹ É fácil de verificar a ligação existente entre as duas problemáticas referidas: a todo e qualquer discurso sobre a nossa decadência se seguiram sempre propostas sobre a regeneração de Portugal² que, com nuances e discursos diferenciados, poderíamos opor da seguinte forma: os que defendiam a regeneração do país a solo, partidários e defensores de uma determinada tradição portuguesa que consideravam exclusiva e profundamente nacional — ideia ideologicamente exacerbada durante o Estado Novo — e aqueles que apostavam na regeneração do país numa perspectiva mais universalista, fosse ela iberista, europeia ou atlântica.³

Vimos já que para a *Seara Nova* a solução para a nossa decadência passava pela nossa abertura à cultura europeia e pela reactualização de uma tradição cosmopolita que, a seu ver, tinha caracterizado o período áureo dos descobrimentos. Opunham-se, portanto, os seareiros a todas as formas de nacionalismo estreito, não só porque contrariava o melhor da nossa tradição cultural, mas, também, porque este era incompatível com a ideia que reservavam para Portugal no seio da humanidade; ou ainda, porque contrariava em absoluto a essência do espírito democrático, que, por definição, assentava em bases universalistas.⁴

Ao declararem guerra ao nacionalismo estreito, numa altura em que, quer na Europa, quer em Portugal, ele dominava como forma de ataque aos princípios democráticos, não aceitavam os seareiros, apesar disso, que os considerassem

¹ Sobre este assunto, cf. António Quadros, *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1967. Ver, também, para o século XIX toda a problemática entre as propostas Iberistas e Nacionalistas in Fernando Catroga, «Nacionalismo e Ecumenismo — A Questão Ibérica Segunda Metade do Século XIX», *Revista Cultura História Filosofia*, 1985, Vol. IV, pp. 419-463.

² Sobre a dinâmica política que este conceito ganhou, ver: Maria Cândida Proença, *A Primeira Regeneração — O conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

³ Cf. Boaventura de Sousa Santos, art. cit., p. 63.

⁴ Dizia a este propósito Raul Proença: «Essa pretensão é justificada — referia-se Proença às acusações dos reacconários que afirmavam estar na ideia de democracia implícita a concepção internacionalista — porque às ideias basilares da democracia repugna fundamentalmente a concepção dum nacionalismo estreito: a sua própria racionalidade exige que transcendam as fronteiras das nações e façam de cada democrata um “cidadão do mundo”», Raul Proença, «Ácerca do Integralismo Lusitano (VI)», *Seara Nova*, n.º 15, 1 de Julho de 1922, p. 40).

menos patriotas. «Pode-se ser democrata — respondia Proença aos integralistas —, e ao mesmo tempo tão patriota como os mais patriotas dos integralistas: simplesmente nos é vedada, se queremos ser consequentes, toda a ideia de nacionalismo agressivo».¹

Encaravam, portanto, os seareiros a luta contra o estreito nacionalismo em dois sentidos: um primeiro, que via no nacionalismo o perigo do culto reaccionário do passado, inimigo de toda a ideia de progresso e da universalidade da razão humana; o outro, em estreita ligação com o anterior, que via no nacionalismo uma tentativa ideológica e política de subversão da democracia. É neste contexto que devemos entender as palavras de Raul Proença, então no exílio e numa altura em que já não havia liberdade em Portugal e se caminhava a passos largos para um acentuar da ideologia nacionalista,² como forma de legitimação social e política:

«ao invés do que pretendem os reaccionários, cujas doutrinas implicam a convicção que o mundo continua a existir e a desenvolver-se segundo o plano medieval, as ideias Universalistas recebem hoje uma formidável confirmação pelos factos. (...) Assim, o particularismo dos modernos mestres reaccionários não deriva duma adaptação às realidades, como pretendem, mas duma oposição a elas. É nelas, uma espécie de ideal. São, verdadeiramente, os saudosistas das distinções nacionais».³

A ideologia nacionalista, aqui contestada por Raul Proença, não foi, nem em Portugal, nem na Europa, um fenómeno característico apenas do século XX. Ela aparece ligada ao crescimento das ideias reaccionárias, que caracterizaram os finais do século XIX, e faz parte, embora com sentidos políticos diversos, de uma tentativa de superação de toda uma cultura positivista e cientista.⁴ Tentativa que, na sua vertente mais tradicionalista, apelou, cultural e politicamente, ao senti-

¹ *Idem, ibidem.*

² Este sentido nacionalista e o seu exacerbamento, durante o Estado Novo, aparece bem expresso nos programas e nos manuais de história para os vários graus de ensino, como mostraram, recentemente, vários estudos realizados neste sentido. Destacamos os de Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva — História, 1989 e Sérgio Campos Matos, ob. cit. Para Reis Torgal «Com a “Revolução Nacional” de 1926 e, sobretudo, com a instauração do Estado Novo, o nacionalismo vai aparecer com um cariz diverso. Radicado nas concepções integralistas e com ligação aos conceitos de uma “democracia cristã” adaptada ao circunstancialismo político português, marcado por uma influência cada vez mais significativa do fascismo, transforma-se num nacionalismo institucional e autoritário, que necessariamente teria de marcar o ensino da História» (ob. cit., pp. 139-140).

³ Raul Proença, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 192, 19 de Dezembro de 1929, p. 376.

⁴ Sobre a legitimação científica que tornou possível esta profunda revolução cultural que, em termos políticos, iria desembocar em soluções fascizantes, fascistas e nazis, ver: Zeev Sternhell, ob. cit.

mento neo-romântico e místico, a par de um importante culto das grandezas nacionais que se vira nostálgicamente para o passado.

Em Portugal, este sentimento nacionalista não deixou de influenciar o próprio movimento republicano¹ — sobretudo depois do *Ultimatum* (1890)² — que, apesar de doutrinariamente se inscrever numa concepção heterodoxamente iluminista e universalista do mundo, passou a incorporar, na sua propaganda política, conteúdos «de natureza histórica e nacionalista»³. E, assim, não admira que a República, após 1910, se apresente, no dizer de Fernando Catroga, «tanto ou mais nacionalista do que a Monarquia Constitucional»⁴. Limitando-se, neste caso, o salazarismo «a levar às últimas consequências as premissas de um nacionalismo que, confrontado com a subalternidade do país em relação às novas potências e aos novos impérios, funcionava como um imaginário mítico sublimador de impotências e como uma promessa legitimadora de discutíveis projectos políticos».⁵

Assim, logo nos primeiros anos da República, assistimos ao choque entre duas concepções ideológicas⁶ e culturais que, grosso modo, podemos assim resumir: uma delas, define-se pelo seu sentido nacionalista, saudosista, irracionalista e tradicionalista, a outra, claramente antitética, define-se pelo seu lado racionalista, crítico e universalista. Entre os nacionalistas e saudosistas, podemos destacar, simplificando, duas posições: uma que tinha como principal objectivo revitalizar a ideologia republicana (partiu de intelectuais tidos como republicanos) — Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes, entre outros —, criticando-lhe, sobretudo, a sua atitude de auto-suficiência cientista e anti-metafísica e o seu dogmático determinismo universal.⁷ Esta cor-

¹ Saliente-se, neste caso, que um dos principais doutrinadores do movimento republicano, Teófilo Braga, era considerado nas hostes da *Seara Nova* como «um agente do movimento nacionalista português, e [que] foi da sua obra que os nacionalistas de 1890 e os integralistas de 1910 aceitaram as ideias-sentimentos que constituem o fundo ideológico da sua doutrina e que são: a Raça, a Tradição, a Nacionalidade como fenómeno de ordem estática e o Popularismo estético» (Castelo Branco Chaves, «Teófilo Braga e o Nacionalismo», *Seara Nova*, n.º 355, 28 de Setembro de 1933, p. 296).

² Sobre o fomento do patriotismo e a necessidade que o movimento republicano teve de fundir a ideia de nação com a República, bem como, a utilização das festas cívicas e símbolos nacionais como meios de inculcar outras mundividências, ver: Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal — Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp. 433-440.

³ Jorge Borges de Macedo, art. cit., p. 476.

⁴ Fernando Catroga, «Portugal e a Europa ...», art. cit., p. 67.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ Sobre a leitura desta polarização das elites, partindo do confronto entre integralistas e António Sérgio, ver: Olga de Freitas da Cunha Ferreira, «António Sérgio e os Integralistas», *Revista de História das Ideias*, 5., sobretudo, pp. 427-429.

⁷ Sobre o distanciamento crítico, em relação à ideologia republicana, por parte destes intelectuais, ver: Fernando Catroga, *A Militância...*, ob. cit, pp 97-98.

rente escorou-se, maioritariamente, no movimento cultural da *Renascença Portuguesa* e teve na revista *Águia* o seu principal órgão de divulgação.¹

Do interior deste caudal tradicionalista e nacionalista, emergiu uma outra corrente — embora partindo de paradigmas de referência substancialmente diferentes — que, desde logo, pelo seu firme propósito de superar, tanto o regime republicano, como todo o legado liberal, propondo, como solução para a regeneração de Portugal, a ruptura com todo o ideário oitocentista e a instauração de uma monarquia orgânica, tradicionalista e anti-parlamentar, se distinguiu da primeira. Estes viriam a ter no movimento cultural e ideológico ligado ao Integralismo Lusitano² e à revista *Nação Portuguesa*, sobretudo depois de 1914, o seu lado político mais consistente.³

Ora, contra todo este movimento nacionalista e tradicionalista — dominante, sem dúvida, na cultura portuguesa no espaço temporal que aqui nos ocupa, muito embora, como vimos, com diferentes posicionamentos políticos — se bateu a *Seara Nova*, tanto durante a I República, como durante o Estado Novo. Assim, ao comentar o 1.º volume dos *Ensaio*s de António Sérgio (1921), Raul Proença, mostrando concordância, no geral, com as ideias do seu autor, pôde dizer que aquilo que os unia se espelhava no facto de ambos se terem separado «do saudosismo e outras mistifices de igual jaez que por volta de 1910 bretoejaram a inteligência portuguesa». ⁴ Raul Proença lembrava, assim, alguns anos volvidos, aquilo que

¹ Para uma visão integradora da *Renascença Portuguesa* numa suposta filosofia genuinamente portuguesa, ver: António Quadros, ob. cit. pp. 161-195. Para este autor a história como que se repetiu: «A *Renascença Portuguesa*, dirigida por espíritos de alta capacidade intelectual como Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão exerceu em relação à revolução republicana a mesma função que o romantismo de Garrett e Herculano exerceu em relação à monarquia Liberal. Ambas as correntes — guardadas as devidas distâncias — são espiritualistas liberais e de fundo patriótico e lusitanista» (*Idem*, p. 195).

² Sobre este movimento afirmou Braga da Cruz: «Se bem que com raízes no pensamento contra-revolucionário nacional do século XIX, e herdeiro da tradição legitimista portuguesa, o Integralismo lusitano tem a sua origem próxima nos meios académicos mais reaccionários da Universidade de Coimbra, logo após a implantação da República» (Manuel Braga da Cruz, «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo», *O Fascismo em Portugal — Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, p. 106).

³ Para além do Integralismo Lusitano, pode-se também juntar a este movimento de elites que se bateram, logo a seguir à implantação da República, pela tentativa de superação de todo o legado ideológico, político e cultural demo-liberal, o movimento católico laical que teve no C. A. D. C. de Coimbra e no seu órgão oficial o *Imparcial*, a partir de 1912 — onde pontificavam Gonçalves Cerejeira, Oliveira Salazar, Pacheco de Amorim, entre outros —, os seus mais lídimos representantes. Sobre este assunto ver o nosso trabalho, «O *Imparcial* um Jornal de Combate (1912-1919)», *o C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado novo, 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.

⁴ Raul Proença, «Um Livro de Claridades e Sombras», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921, p. 77.

separou o *Grupo de Lisboa* do movimento cultural da *Renascença*. Já neste projecto se tinham manifestado, com clara evidência e antecipação, as principais divergências que o tempo e a evolução das duas concepções, tanto em termos culturais como políticos, acabaram por dilatar. Diferenças que, desde o início, se centraram entre os que sentiram a necessidade de revitalizar ideologicamente a República de acordo com uma orientação cosmopolita, racionalista e modernista, tendência representada pelo chamado *Grupo de Lisboa*¹ — grupo do qual faziam parte, entre outros, os futuros seareiros António Sérgio, Raul Proença e Câmara Reis — e os que, tendo embora a mesma preocupação revitalizadora, deram, desde logo, um outro sentido ideológico e filosófico às suas propostas, marcadamente nacionalistas e tradicionalistas. Posição que teve em Teixeira de Pascoas o principal mentor e na sua filosofia da *Saudade* o principal conteúdo unificador.

Curiosamente, a leitura que a *Seara Nova* viria a fazer do papel cultural da *Renascença Portuguesa* — leitura essa que, de certa forma, ganhou consistência numa importante camada da nossa intelectualidade — foi a de que ela não só se confundiu com muitas das propostas assumidas, depois, pelos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa, como muito do seu ideário foi aproveitado pelo Estado Novo no seu processo de fascização. Foi também este o balanço que António Sérgio fez, a fazermos fé num texto inédito, existente no seu espólio, e que se destinava à revista *Portucale*:

«A Renascença, com efeito, foi o tronco comum de dois ramos divergentes, vindo os seus homens, e os respectivos discípulos, a alimentar dois sectores sociais antagónicos. Com o ramo anti-intelectualista (Leonardo Coimbra, Pascoais, etc.) se pode considerar mais ou menos relacionado um actual sector de tendência católica, conservadora, neo-escolástica, fascistóide, nacionalista, tradicionalista, acreditando num génio incontrastável da Raça e adorando o Folclore (dou aqui a esta palavra um sentido amplo, como estareis observando). Com o ramo intelectualista da Renascença se pode relacionar, por outro lado a efémera revista *Pela Grey* e a mais duradoira *Seara Nova*, onde se reflectiu um espírito de livre — pensamento, de universalismo, de humanismo crítico, de amor da Liberdade intelectual e cívica, de democracia política e social».²

¹ Sobre as divergências culturais e ideológicas entre o *Grupo de Lisboa* e os principais mentores do movimento cultural que teve em Teixeira de Pascoas e Leonardo Coimbra os principais mentores, ver: Alfredo Ribeiro dos Santos, ob. cit., sobretudo, pp. 75-94; 135-171. Ver, também, embora focalizado em António Sérgio, Fernando Farelo Lopes, «António Sérgio na «Renascença Portuguesa»», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 403-425.

² António Sérgio, «Sobre as correntes incluídas na «Renascença Portuguesa» e seu destino», Jaime Cortesão / Raul Proença, ob. cit., p. 53.

Esta leitura (porventura, exageradamente esquemática) de António Sérgio, feita já depois de ter saído da *Seara Nova*, não anda muito longe daquela que, nos anos trinta, se fazia nesta revista e em outros sectores intelectuais de esquerda. Isto mesmo se pode comprovar, pela análise de um artigo (1932) de José Carlos Marinho, inicialmente publicado na revista *Princípio*, em que este esquematiza, em dois pólos divergentes, a tradição cultural portuguesa: «uma é a tradição que podemos chamar espontânea ou imediata, outra a que chamaremos tradição reflectida, consciente ou mediata». Assim, continua o referido articulista, a primeira impõe-se como uma fatalidade à própria consciência individual: «uma voz imperiosa surgida da alma profunda da raça». Esta tradição simbolizaria o acriticismo, o irracionalismo e o nacionalismo, «movem-se por impulsos, por desejos, não por determinações da vontade». A este fundo cultural pertenciam, em termos políticos, os «nacionalistas, integralistas e racistas que se propuseram salvar a Pátria, como dizem, das mãos dos inimigos». ¹

A esta tradição nacionalista opunha o autor uma outra, com a qual manifestamente se identificava, que entendia ser reflectida, crítica, consciente, dinâmica, evolutiva e discursiva: «não se funda no culto dos valores estáticos e feitos de uma vez para sempre (o Rei, a Raça, as Côrtes, o catolicismo, o tomismo etc.) não se nos impõe por uma intuição, uma participação mística ou revelação de qualquer espécie; obtem-se pela reflexão em homens mais ou menos cultos ou eruditos, mas intelectualmente normais, capazes de discorrer, de distinguir, de escolher de julgar. É a tradição de todos os nossos homens verdadeiramente cultos que meditam com demora e profundidade a história ou a vida de Portugal: é a tradição dum Verney, dum Herculano, dum Antero, dum Basílio Teles, dum António Sérgio». ²

Curioso o facto de, nos inícios da década de trinta, um periódico de esquerda, como era o caso da revista *Princípio*, colocar António Sérgio, então no exílio, no seguimento de uma corrente, da qual ele se assumia continuador. Demonstra ainda que o discurso cultural e ideológico da *Seara Nova*, que precisamente se filia na corrente referida, mantinha o seu domínio na oposição à cultura dita oficial. Não admira, por isso, que a *Seara Nova* tenha sido, durante os anos trinta, sobretudo na primeira metade e apesar das vozes discordantes que já se faziam ouvir, a principal referência cultural e ideológica da oposição; representando na cultura portuguesa, o polo aglutinador, em termos de elites intelectuais, da oposição ao Estado Novo. Aos seareiros se ficou a dever a firmeza na defesa «do espí-

¹ Este artigo, inicialmente publicado na revista *Princípio*, foi transcrito integralmente na *Seara Nova*, devido à concordância como o seu conteúdo: José Carlos Marinho, «As duas tradições», *Seara Nova*, n.º 316, 15 de Setembro de 1932, p. 54.

² *Idem, ibidem*, p. 55.

rito de livre-pensamento, de universalismo, de humanismo crítico, de amor da Liberdade intelectual e cívica, de democracia política e social».¹

Chegados a este ponto, pensamos poder afirmar que o universalismo da *Seara Nova* foi uma outra maneira de ser patriota, ou se quisermos, de ser nacionalista.² Considerava Raul Proença que nunca foi nem «anti-patriota, nem Universalista (entendido o termo como a significação de doutrina que visa à constituição duma única pátria humana, duma Cosmopolis, duma República universal sem a realidade das fronteiras nacionais)» o que não o impedia de se pronunciar «contra a estreiteza e o exclusivismo dos nacionalistas belicistas, à Barrés, e contra o mais vulgar, e retrospectivo e sensibilibista, vivendo dos mortos e da memória dos mortos, como uma espécie de necrolatria, que nos levava à constante memoração e comemoração das glórias passadas».³

O que preocupava, portanto, os seareiros não era o são patriotismo prospectivo e cooperante, mas sim o patriotismo retrospectivo.⁴ Tanto mais que era este último o principal aliado do nacionalismo exclusivista que via nas outras pátrias inimigos e procurava na força das armas o domínio sobre os outros. É, assim, claro que no interior da concepção seareira residia uma outra forma de conceber o lugar de Portugal no mundo (ou mesmo, uma outra ideia do destino e/ou missão que lhe estavam destinados), uma outra maneira de encarar o progresso e a humanidade, bem como uma perspectiva mais pacífica e moderna de entender o conceito de soberania das nações⁵ e a própria ideia de Pátria. Logo, compreender

¹ António Sérgio, art. cit., p. 53.

² Saliente-se, a este propósito, que o mesmo disse da geração de 70 Castelo Branco Chaves: «parece-me ter sido o universalismo de uns — refere-se à geração de 70 — a maneira mais nobre, esclarecida e eficaz, de ser patriota, e vamos, de ser nacionalista» (C. B. Chaves, «A Geração de 90», *Seara Nova*, n.º 345, 1 de Junho de 1933, p. 137).

³ Raul Proença, «Apresentação feita por ele próprio», Jaime Cortesão/Raul Proença, ob. cit., p. 40.

⁴ Dizia Raul Proença, logo no primeiro número da *Seara Nova*, dirigindo-se a sectores republicanos: «Persistem no seu patriotismo retrospectivo e sensibilibista, continuando a entornar-nos sobre a cabeça o fervido chá das nossas glórias. Tentam reduzir-nos ao estéril e passivo culto do passado e da tradição — a que se reduzem todos os povos que não sentem já em si mesmos a força de criar o próprio destino. (...) As comemorações nacionalistas não aumentam de um ápice o nosso patriotismo e a nossa capacidade para arrostar com as dificuldades tremendas da situação. Pelo contrário: se algum efeito tem é dar-nos a ilusão da nossa falsa grandeza — e não há ilusão mais perigosa e menos patriótica» (Raul Proença, «A semana portuguesa e o nacionalismo anti-patriótico», *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 14).

⁵ Acerca do conceito de soberania que devia imperar no mundo moderno, defendeu Raul Proença: «As nações não devem ser soberanas na sociedade mundial senão na medida em que os indivíduos o são na nação. Não há ordem possível, nem organização possível do mundo, nem criação possível duma moral humana, sem a renúncia definitiva a essa fantasmagoria jurídica da soberania nacional absoluta. Desejar, pois, como os integralistas, o prosseguimento dos nacionalismos irreductíveis e do estado de guerra entre os povos, será defender uma doutrina consagradora dos “imperialismos”, não será nunca, em caso algum, uma doutrina consagradora de

aquilo que distinguia uma concepção nacionalista prospectiva e pacifista de uma outra tradicionalista e conservadora, belicista e exclusivista passa, pensamos nós, pelo deslindar daquilo que cada uma das posições em confronto entendia ser a nação e a pátria.

1. 3. O patriotismo prospectivo da *Seara Nova*

Não podemos dizer que a *Seara Nova* tenha teorizado com intencionalidade sistémica o conceito de pátria. Nem, muito menos, que todos os seareiros, apesar da existência de um largo lastro comum, no qual se reviam, tivessem, sobre esta questão, aliás como em tantas outras, posições completamente iguais. Porém, é fácil respigar no seu discurso, sobretudo quando procuravam surpreender as contradições dos ditos nacionalistas, elementos convergentes suficientes que nos permitem ter uma ideia de como concebiam esta problemática.

A *Seara Nova*, em Junho de 1933, tornou-se o centro de uma polémica,¹ protagonizada por Castelo Branco Chaves e Agostinho de Campos, que, muito embora se centrasse em divergências de opinião sobre os contributos culturais das importantes gerações de 70 e 90, rapidamente se transformou num confronto político e ideológico. Situação que, tendo em conta o período de afirmação do denominado Estado Novo, acabou por reflectir a crispação cultural e ideológica que então se vivia na sociedade portuguesa. Servindo ainda este ambiente extremado para um melhor entendimento das posições em confronto, bem como para melhor se entender qual a posição da *Seara Nova* sobre a problemática que aqui nos ocupa.

Agostinho de Campos teria defendido no *Diário de Notícias* (n.º 24. 157 de 5 de Maio de 1933), segundo Castelo Branco Chaves, o «nacionalismo como ideal colectivo»,² servindo-se, para isso, do exemplo cultural da geração de 90. Paralelamente, teria aproveitado para atacar C.B.Chaves pelo facto de este seareiro ter criticado, em vários artigos, a cultura nacionalista e tradicionalista da referida geração. Não mostrando compreender Agostinho de Campos que o seareiro tivesse, a seu ver, denegrido a geração de 90 ao mesmo tempo que elogiava a geração de 70.³

todas as pátrias» (Raul Proença, «Acerca do integralismo lusitano (VI)», *Seara Nova*, n.º 15, 1 de Julho de 1922, p. 41).

¹ Castelo Branco Chaves, art. cit., pp. 135-139.

² *Idem, ibidem.*, p. 135.

³ Justificava assim a sua atitude C. B. Chaves: «Estremei e confrontei as duas gerações, a de 70 e a de 90, e, como notou o senhor Dr. Agostinho de Campos, safu-me a segunda maltratada do confronto. Volto a precisar as minhas razões e tome-as o ilustre professor como a justifica-

Em resposta a este reparo, C. B. Chaves¹ não deixou de salientar a importância do debate, precisamente no «momento em que os nacionalismos convulsionam a Europa».² Realçando que tais questões se apresentavam de «capital interesse para cada indivíduo e para a própria colectividade nacional e até humana (...)».³ Dando assim, de forma explícita, a ideia que o debate em causa extravasava a mera questão literária.

Assim, na resposta ao seu opositor, C. B. Chaves acaba por polarizar a questão sobre o antagonismo das duas gerações — aqui identificadas com os principais mentores Antero de Quental e António Nobre — sobre o conceito de pátria: «Para um [Antero], a pátria existe como ideia e como um facto da consciência, portanto com um lugar na hierarquia das ideias, subordinado aos supremos interesses da consciência e do espírito; para outro [Nobre], a pátria existe como um valor superior a todos os demais valores, não vendo “nada que possa ser sobreposto aos interesses da nossa pátria” [neste passo C. B. Chaves cita Barrés]».⁴

Em rigor, chocavam-se aqui duas concepções ideológicas que, tendo em conta o ano (1933) em que ocorreu o confronto, não deixam de reflectir, como já referimos, o ambiente de críspação política que caracterizou a década de 30. É sabido como o ano de 1933 se encontra profundamente ligado ao início do Estado Novo e como, em estreita ligação com ele, se desenvolve o nacionalismo como cultura oficial; acabando mesmo esta, como se sabe, por se transformar num dos principais sustentáculos ideológicos e políticos do novo regime. Ora, C. B. Chaves, ao combater a cultura nacionalista da geração de 90, opondo-lhe, como melhor, pelo seu sentido universalista, a geração de 70, estava explicitamente, aliás tal como Agostinho de Campos, embora em sentido diferente, a tomar posição sobre o que se estava a passar no presente. E, por outro lado, tornava clara a posição da *Seara Nova* sobre esta matéria, dando continuidade, já aqui o dissemos, ao que sempre foi o principal objectivo da *Seara Nova*: tornar hegemónico na cultura portuguesa o espírito universalista que caracterizou a geração de 70.

ção não só de certas afirmações feitas no meu estudo “António Nobre e o nacionalismo literário”, mas também da minha persistência nos mesmos juízos, ainda depois da leitura do seu artigo no “Diário de Notícias”, (*idem, ibidem*).

¹ De salientar que Castelo Branco Chaves só entrou na família *seareira* depois de 28 de Maio de 1926, vindo dos círculos integralistas. Aliás, manteve sempre uma colaboração importante na revista integralista *Nação Portuguesa*. Cf, por exemplo, *Nação Portuguesa*, 2.ª série, n.º 5, 1922, pp. 206-210.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ *Idem, ibidem*.

Aliás, como temos vindo a referir, a posição da *Seara Nova* sobre esta questão foi sempre muito inequívoca. Pois, já em 1928 Raul Proença criticava o movimento reacccionário e dito nacionalista, com argumentos muito semelhantes:

«Fazer da Pátria um absoluto — erguê-la em face da razão e da justiça como um supremo imperativo — erigir o patriotismo num sentimento do irredutível — praticar essa “grande impiedade”, que é recusar crer que acima das nações existe um desenvolvimento superior pelo qual as pátrias serão transportadas, como todas as coisas — niisto e só niisto é que está o grande erro, a grande heresia e o grande perigo». ¹

Não recusava, portanto, a *Seara Nova*, como é evidente, o amor à pátria; todavia, este amor não devia entrar em oposição com os interesses de qualquer outra pátria, mas, isso sim, com os seus interesses pessoais, ou «da sua família, da sua classe ou do seu grupo». ² O que parecia condenável aos seareiros era o moderno nacionalismo, pelo facto de entender a humanidade como uma «desprezível abstracção», secundarizando e coisificando o indivíduo para, no seu lugar, se erguer a pátria. Ou seja: «Só a Pátria tem vida real e concreta, só ela existe em si e por si». ³ Era outro o entendimento da *Seara Nova*, sobre o conceito de pátria. Nenhuma pátria tinha o direito de se sobrepor ao que é perene e universal: a Justiça e a Razão. Assim, no seu entender, o dito nacionalismo, ao invés de lutar pela formação de uma «sociedade condicionada pelas aspirações superiores da consciência e do espírito», ⁴ inscrevendo, portanto, o amor à pátria naquilo que é universal, sujeitava este ideal aos interesses exclusivos das nações. Esquecendo-se, lembrava Proença, que «uma pátria será tanto maior e mais bela, não quanto mais prejudicial e inumana for para as outras, mas quanto mais tiver feito por elas, quanto mais tiver servido a causa comum da humanidade». ⁵ Logo, a glória da pátria não estava na vã tentativa de encontrar verdades portuguesas — como pretendiam integralistas e salazaristas —, mas muito pelo contrário, diz C. B. Chaves, referindo-se aos exemplos de Antero, Eça e Ramalho Ortigão, o caminho está na «sua integração na humanidade culta, pela volta, ao concêrto dos povos, ao lugar eminente que ocupou [Portugal] nos séculos XV e XVI como creadora de cultura e servidora da comunidade humana (...)». ⁶

¹ Raul Proença, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real — (A propósito de La Trahison des Clercs de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 117, de 12 de Abril de 1928, p. 405.

² *Idem, ibidem*, p. 405.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ Castelo Branco Chaves, art. cit., p. 136.

⁵ Raul Proença, «Acerca do integralismo lusitano», *Seara Nova*, n.º 15, 1 de Julho de 1922, p. 41.

⁶ Castelo Branco Chaves, art. cit., p. 136.

E de acordo com estes princípios, Raul Proença deixava claro que a luta da *Seara Nova* era «contra os partidários do nacionalismo estreito», sustentando «que patriotismo e cosmopolitismo se podem conciliar, melhor ainda, que se auxiliam mutuamente». ¹ E, referindo-se a um seu artigo da *Alma Nacional*, publicado em Março de 1910, reafirmava: «amamos tanto mais a nossa pátria quanto mais nela pomos de universal (...)». ²

Vistas as coisas deste modo, pensamos poder afirmar que estamos perante não só uma forma diferente de ser nacionalista e patriota, como, e não menos importante, diante de outra maneira de encarar a missão de Portugal no contexto das nações. Ou seja: podemos dizer, em jeito de conclusão, que o debate entre nacionalistas e internacionalistas, importante na tradição cultural portuguesa, teve sempre, a nosso ver, muito de artificial. Só se manteve, estamos em crer, porque serviu interesses e argumentos de legitimação ideológica e política de determinadas classes em relação a outras. Se o nacionalismo foi apátnio de sectores, a maior parte das vezes, conservadores — voltando-se para o passado quando sentiam que já não tinham capacidade para continuar a dominar política e socialmente — ele também existiu enquanto proposta progressista, se, por ele, entendermos a constante inquietação pelo destino de Portugal. Pois, apesar de terem existido correntes ideológicas e culturais, como foi o caso da geração de 70 e da *Seara Nova*, que viam na cultura dita estrangeirada a solução para os problemas nacionais, tal não implica menos nacionalismo. O que houve, isso sim, foi maneiras muito diferentes de ver o mundo, de o transformar e de encarar a(s) realidade(s). Não admira, portanto, que tanto internacionalistas, como nacionalistas, tivessem procurado na história, adulterando-a umas vezes, mitificando-a outras, a legitimação para as suas propostas redentoras de Portugal.

Bento de Jesus Caraça, em face desta problemática e numa altura em que esta questão dividia a sociedade portuguesa, mostrava não ter dúvidas a este respeito; e, nas páginas da *Seara Nova*, desmistificou assim o conteúdo ideológico do dito nacionalismo: «Poucas questões há que tenham sido tam mal postas como esta do nacionalismo e isso não admira, pois foram sempre as águas turvas o ambiente propício para as manobras de certos pescadores...». ³ E, apontando as contradições do dito nacionalismo, argumentou:

«se ser nacionalista é, reconhecendo a existência de grupos étnicos com características próprias, trabalhar pelo desenvolvimento desses grupos (nações), defender e propulsionar a autonomia das suas instituições de

¹ Raul Proença, art. cit., p. 41.

² *Idem, ibidem.*

³ Bento de Jesus Caraça, «A cultura integral do indivíduo problema central do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 348, 28 de Junho de 1933, p. 186.

vida e de cultura, num largo espírito de colaboração com outros grupos étnicos, como pode deixar de ser-se abertamente, francamente, nacionalista?

Mas se ser nacionalista é ver em cada estrangeiro um inimigo em potência, viver em guerra económica permanente com outras nações; encerrar-se cada um em sua casa para que, fora do contróle da parte sã e pura dos outros grupos, uma certa classe possa viver parasitariamente sôbre outra; se ser nacionalista é isto e depois, quando interesses internacionais da alta indústria e da alta finança o exigem, ir-se estúpidamente para uma matança estúpida para que, sôbre as fronteiras regadas de sangue generoso, se unam de novo, em faina macabra, mãos sinistras a mercadejar: se ser nacionalista é isto, pergunto como se pode sê-lo sem que a razão condene e o coração se insurja». ¹

Podemos dizer que esta visão do problema não era recusada pela *Seara Nova*, muito embora se note já, na leitura de Jesus Caração, uma perspectiva mais clasista, ou de luta entre interesses de classe, que, de alguma forma, escapava à perspectiva mais cultural dos seareiros. É, pelo menos, este o sentido da seguinte argumentação de Proença:

«O nacionalismo português desconhece, pois, com os verdadeiros interesses da nacionalidade, que apenas se coadunam com um estado de paz internacional, as mais belas e gloriosas tradições nacionais que foram sempre as cosmopolitas. Sermos internacionalistas constitui, pois, para nós, em tudo e por tudo, a única maneira de guardarmos para com o espírito da nossa pátria uma inteira fidelidade». ²

Ou seja, dizemos nós, onde estavam então os verdadeiros nacionalistas, quando ambos (nacionalistas e universalistas), com argumentos diferentes, se diziam portadores da verdadeira identidade da nação e, portanto, reclamando para si a direcção dos destinos da pátria, maioritariamente adormecida e à margem destas disputas de elites? Responder a isto será, talvez, o primeiro passo para a revisão de um conceito que, pela sua carga ideológica (negativa e positiva, segundo as perspectivas), é atirado por uns pejorativamente e assumido por outros, como sinal de distinção. Quando, no fundo, os mais pretensamente nacionalistas não deixam de fazer a defesa (implícita ou explícita) de grupos ou de classes e, quase sempre, à margem dos interesses das pessoas concretas que, no fim de contas, são a verdadeira nação. Aquilo a que assistimos, nas polémicas

¹ *Idem, ibidem*, p. 187.

² Raul Proença, art. cit., p. 42.

cas que aqui analisámos, entre nacionalistas e universalistas, foi a um mesmo vício, apesar das diferenças ideológicas que acompanharam sempre as várias posições: ambas se escoram numa leitura ideologizada da nossa história e acabaram por transmitir uma visão mítica e idealizada do nosso passado, presente e futuro.

Portugal.

no fim de contas, são a verdadeira nação. Aquilo a que resistimos, nas polémicas

1. Raul Proença, *op. cit.*, p. 42.

2. *Ibidem*.

3. Raul Proença, *op. cit.*, p. 42.



CAPÍTULO III

O IDEALISMO FILOSÓFICO
E POLÍTICO DA *SEARA NOVA*

Pensamos ter deixado claro no capítulo anterior que para a *Seara Nova*, dentro da sua concepção dicotómica de decadência/regeneração, só havia uma terapêutica possível, quer para a crise da civilização europeia, quer para a crise endémica e secular que perseguia Portugal: a solução passava pelo regresso à supremacia do Espírito sobre a Matéria, ou seja, passava pelo combate a todas as formas de «realismo materialista» ou «realismo inferior» que pretendia a «explicação do físico pelo mecânico, do fisiológico pelo físico, do psíquico pelo fisiológico, do social pelo biológico, do espírito pela matéria, de Deus pelo homem».¹

Parece-nos assim essencial, para uma boa inteligência da atitude política da *Seara Nova*, determo-nos um pouco sobre esta concepção filosófica. Reside aqui, no nosso entender, a chave para a compreensão do seu idealismo político. Pois, toda a sua acção se pautou pela coerência em relação ao princípio de que todos os males, políticos, económicos, sociais, etc., se debelariam caso o homem caminhasse no sentido do puro Espírito. Aliás, como também vimos, a sua ideia de progresso está profundamente ligada a este princípio, pois, para os seareiros, não existiam dúvidas de que o exercício da racionalidade é a verdadeira causa do autêntico progresso, o que nos levou a considerar a *Seara Nova* dentro das correntes — até pela sua filosofia da história secularizadora do esquema escatológico de raiz judaico-cristã — típicas da modernidade.² Assim, na raiz de tudo um idealismo crítico empenhado na emancipação do homem que, como notou M. Baptista Pereira, em relação a António Sérgio, «recolhia a herança agotológica de Platão, da ética de Espinosa, da Razão Prática de Kant, da Doutrina da Ciência de Fichte».³ Ou seja: a *Seara Nova* inscreve-se numa tradição tipicamente Iluminista, em que «o progresso é um avanço indefinido em direcção a uma cada vez

¹ Jaime Cortesão/Raul Proença, ob. cit., p. 38.

² Sobre este assunto, cf. Karl Lowith, *O Sentido da História*, Lisboa, Ed. 70, 1991. Ver, também, sobre o mesmo assunto e em relação a Antero, Fernando Catroga, «Política, História e Revolução em Antero de Quental», *Revista de História das Ideias*, vol. 13, 1991, sobretudo, pp. 40-41.

³ M. Baptista Pereira, art. cit., p. 75.

maior liberdade, a uma cada vez maior felicidade, porque o tempo não foi ainda preenchido». ¹ Mas, para que isto se concretizasse, lembrava Proença, era preciso repelir toda a «doutrina política, pois, que dê a primazia a uma minoria sobre a humanidade em globo — como as que dêem a primazia às coisas sobre as pessoas — à multiplicação dos objectos úteis sobre a dignidade de cada homem». E tudo porque — pensava, obviamente, no fascismo — estas doutrinas estão em contradição com o «ideal de humanidade». ² Tornava-se, assim, «necessário compreender claramente que todo o progresso social é ilusório quando, concorrendo para o aperfeiçoamento e multiplicação das coisas, produz inevitavelmente a degradação das pessoas. A Máquina, a Indústria têm de submeter-se a esta prova; só serão úteis deixando-se governar, e não governando». ³ Decorrendo daqui que o fim de qualquer regime devia ser «contribuir para realizar em todo o homem o ideal de humanidade», pois, aqui residia «a exacta medida do seu valor». ⁴ E, explicitando melhor o idealismo humanista da *Seara Nova*, concluía Proença: «Não viemos ao mundo para comer, mas para viver em espírito. O que é meio de vida não pode ser o fim da vida». ⁵ Realizar, portanto, o Reino do Espírito na terra, pelo que isto implicava em termos intelectuais, morais, políticos e sociais, foi a grande missão da *Seara Nova*. E assim não admira que o Cristianismo, pelo papel desempenhado na compreensão do homem como humanidade ⁶ e no fundar da moral no primado do espiritual, apareça aos seareiros como legitimador e poderoso aliado do Espírito que devia presidir ao ideal de democracia. Porque esta, lembrava Proença, «é no temporal o que o Cristianismo é no espiritual». ⁷

Deste modo, não admira também que o movimento anti-democrático, dominante entre as duas grandes guerras, fosse considerado, pelos seareiros, uma verdadeira «insurreição dos Bárbaros» e todos os intelectuais que se lhe não opusessem verdadeiros traidores. Porque, perdendo eles «o sentimento da sua dignidade e da sua razão de ser», ⁸ não se eximiram de encher a corrente dos que atentavam contra a hegemonia do Espírito. «Vejo esboçar-se — lembrava a propósito Proença, pouco mais de um ano antes do 28 de Maio de 1926 — uma luta organizada contra o Espírito, contra a verdadeira nobreza do Espírito, contra o que o

¹ Karl Lowith, ob. cit., p. 67.

² Raul Proença, «Para um Evangelho duma acção idealista no mundo real (A propósito de La Trahison des Clercs de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 182, 10 de Outubro de 1929, p. 216.

³ *Idem, ibidem.*

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ Sobre este assunto, visando, todavia, o pensamento de Antero, ver: Fernando Catroga, art. cit., sobretudo, pp. 48-49.

⁷ Raul Proença, «Para um Evangelho ...», *Seara Nova*, n.º 117, 12 de Abril de 1928, p. 406.

⁸ *Idem, ibidem.*

torna incomensurável com tôdas as realidades do universo». ¹ E como que identificando as correntes dominantes em presença, acrescentava:

«pretendem que a inteligência é inadequada a certas apreciações e juízos históricos — e tentam lançar na crítica dos acontecimentos a barbarie desordenada dos seus impulsos sentimentais. Outros erigem o facto em direito, e porque não é a lógica que governa o mundo, querem torná-lo ainda mais ilógico, mais bárbaro, mais desumano, mais afastado da hegemonia do Espírito. (...) E todos êles me dão a impressão de se insurgirem contra as disciplinas do pensamento, contra a verdadeira categoria do Ideal, e de estarem tramando uma revolução dos bárbaros contra a cultura». ²

Em face desta leitura, a conclusão a retirar pelos seareiros não podia ser outra: «a mentalidade contemporânea é anti-democrática no mesmo título em que é anti-cristã». ³ Porque Cristo, tal com Sócrates, recordavam bastas vezes, foram «mestres da Democracia». ⁴ E se havia (como lhes parecia evidente em Portugal) católicos de direita — para Sérgio o verdadeiro cristão, se quisesse ser coerente, deveria ser de extrema esquerda ⁵ —, tal só era possível «pela mais rotunda infidelidade ao Evangelho, por um acervo infinito de sofismas, por um imenso acto de jesuitismo». ⁶ Esta afirmação de António Sérgio carece de ser integrada no contexto político em que foi produzida — tratava-se de uma resposta, como já foi referido por Sérgio Campos Matos, ⁷ ao conteúdo de uma entrevista que Salazar deu ao *Diário de Notícias*, ⁸ em 18 e 24 de Novembro de 1932, já então Primeiro Ministro —, porém, independentemente deste circunstancialismo, o conteúdo da

¹ Raul Proença, «Regresso ao próprio Espírito — à margem das ideias e da vida», *Seara Nova*, n.º 40, Janeiro de 1925, p. 67.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*. [em nota a esta citação (1), lembrava Raul Proença o seguinte: «Por isso ao representante supremo dessa mentalidade, Mussolini, chamei eu o *Anti-Cristo*, num artigo em que notava precisamente o falso idealismo do movimento fascista italiano, que não é mais que uma mística realista, desprezadora do espiritual, e arruinadora, além disso (ao contrário do que se supõe em Portugal) da nação que tem a desdita de o sofrer» (*idem, ibidem*).

⁴ A expressão completa de Sérgio, a este respeito, é a seguinte: «A Democracia é o predomínio do espírito jurídico sobre o espírito maquiavélico. Maquiavel é o contrário de Cristo e de Sócrates, e Cristo e Sócrates são mestres da Democracia» (António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12 de Janeiro de 1933, p. 231).

⁵ Cf., *idem, ibidem*.

⁶ *Idem, ibidem*.

⁷ Sobre este assunto, ver: Sérgio Campos Matos, «Os Diálogos de Doutrina Democrática: da edição original (1933) à versão revista pelo autor (1945?/1958?)», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, sobretudo, pp. 533-539.

⁸ Esta entrevista foi conduzida por António Ferro e o seu conteúdo viria a fazer parte de um livro de António Ferro, *Salazar, o Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

afirmação insere-se na linha ideológica que a *Seara Nova* vinha imprimindo ao seu discurso, sobretudo depois de 1927. ¹ Discurso que traduzia, já o temos referido, toda uma filosofia secularizadora da mensagem de Cristo. Atitude que, como mostrou M. Baptista Pereira, não tinha «o sentido negativo de expropriação de um património, injustamente extorquido ao seu legítimo proprietário religioso mas significa o nascimento do mundo enquanto mundo, do homem enquanto homem e, portanto, dos diversos domínios da razão, não contra mas por influência do próprio Cristianismo». ²

1. O IDEALISMO POLÍTICO DA *SEARA NOVA*

Gostavam os seareiros de salientar que aquilo que os unia estava na sua atitude e filosofia de vida, baseadas no «espírito crítico», na «probidade do pensamento». ³ No fundo, diremos nós, no seu idealismo político que, como salientou Eduardo Lourenço, a propósito de Sérgio, se exprimia na «promoção do dever ser a ser, da forma a realidade». ⁴ Ou, ainda, como gostava de dizer Sérgio — negando a existência de qualquer voz única na *Seara Nova*, para o conjunto da suas teses —, aquilo que unia os seareiros era a sua «atitude espiritual», que fazia deles uma «espécie de religião do intelecto, religião de suma espiritualidade, de constante aperfeiçoamento interior». ⁵

Portanto, aquilo que dava identidade interna e externa à *Seara Nova* era um conjunto de valores morais e filosóficos, vividos e experienciados de maneiras diferentes, dependendo das capacidades intelectuais e idiossincrasias individuais, unificados — residindo aqui a sua, apesar de tudo, imagem de coerência — pelos que já aqui considerámos *guardiões do templo*: Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reys e António Sérgio, até 1927, e depois, sobretudo após a doença de Raul Proença (1931), por António Sérgio.

Ora, o que foi original na *Seara Nova* e que mais contribuiu para o seu espírito de grupo, em termos morais e políticos, não foi apenas a sua recusa do positivismo e do cientismo de raiz comtiana, ou de qualquer outra forma gnoseológica de conhecimento exterior à razão; mas, em grande medida, o seu idealismo que encrava a luta pelo triunfo da razão como uma missão — que, partindo de uma elite já bafejada pelo espírito crítico e racional, lhes tornava imperioso o dever de leva-

¹ Sobre esta mudança de discurso, ver neste trabalho o Cap. I, pp. 30-44.

² Miguel Baptista Pereira, art. cit., p. 75.

³ *Seara Nova* [Nota da Redacção], n.º 50, 1 de Agosto de 1925, p. 34.

⁴ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade...*, ob. cit., p. 181.

⁵ António Sérgio, «Sobre uma crise de Consciência», *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930, pp. 233.

rem a luz a todos os recantos das consciências humanas. Assim, o racionalismo que domina no espírito dos seareiros não se afirma como um sistema fechado,¹ mas como uma atitude que pretende afirmar em todos os domínios da realidade — psicológica, gnoseológica, metafísica,² etc. — o império incontestado da razão. Não admira, pois, como temos vindo a referir, que toda a sua filosofia da história assentasse no pressuposto, assaz simplista e redutor, de uma luta entre espírito/matéria, mundo racional/mundo sensível, Cristo/anti-Cristo.³

Portanto, toda a luta encetada pela *Seara Nova*, em prol do socialismo e da democracia, só poderá ser entendida se ligada a essa importante batalha pela defesa do Reino do Espírito. Porém, nesta luta não se quiseram ver confundidos, como lembrava Sérgio, com qualquer «partido de intriga política: somos um apóstolado de renovação do espírito, de regeneração mental da nossa grey».⁴ A *Seara Nova* assumia-se, assim, como a sede de um grupo de elites iluminadas pela razão, a quem competia fazer luz nas consciências dos que ainda não tinham deixado de viver sob o domínio das trevas. Justificavam deste modo os seareiros, não só a sua missão supra-partidária e supra-classista, concepção essencial na sua filosofia política, mas também a ideia de que a regeneração das sociedades passava pela criação de um poder espiritual, a cargo de verdadeiros clerics, capaz de ditar uma verdade desinteressada e de criar uma verdadeira «atmosfera moral sem a qual é impossível a verdadeira salvação».⁵ Neste idealismo, como já dissemos, residia o essencial da atitude seareira. E foi com base nele que equacionaram os grandes problemas do seu tempo e fundamentaram os seus ideais de democracia e de socialismo a construir, quer como alternativa ao fascismo e ao comunismo, quer mesmo ao capitalismo.

Assim, para a *Seara Nova*, a derrocada dos ideais democráticos ficou a dever-se, sobretudo, a causas morais e culturais. Logo, a terapêutica ideal para este mal não podia ser exterior, mas interior, não era política, mas intelectual e moral. Pois,

¹ Esta é a opinião de V. Magalhães-Vilhena, em relação ao racionalismo de Sérgio: «O racionalismo, para Sérgio, não é um sistema, mas uma atitude. A atitude que afirma em todos os domínios o império racional, o primado da razão (...)», Ob. cit., p. 13.

² Diz a este propósito Isabel Marnoto: «o racionalismo sergiano seria a um tempo psicológico — a razão é superior à emoção; gnoseológico — o único órgão adequado ou completo do conhecimento é a razão; metafísico — a realidade é de carácter racional» (Isabel Marnoto, «António Sérgio: Claridades e Sombras», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 133).

³ De salientar neste contexto que Raul Proença considerou Mussolini o exemplo do Anti-Cristo (cf. Raul Proença, «O Fascismo e as suas repercussões em Portugal», *Seara Nova*, n.º 77, 6 de Março de 1926, pp. 83-89).

⁴ António Sérgio, «Aos Jovens “seareiros” de Coimbra, Sobre a Maneira de Lidar com os Inimigos da Luz e da Razão», *Seara Nova*, n.º 87, 13 de Maio de 1926, p. 292.

⁵ Raul Proença, «Nós e a Luta», *Seara Nova*, n.º 14, 1 de Junho de 1922, p. 27. Neste mesmo artigo, Raul Proença justifica historicamente esta sua posição: «Em toda a parte as renovações políticas foram precedidas de renovações espirituais e de grandes movimentos de opinião» (*idem, ibidem*).

pregava Sérgio, «a base da democracia é a virtude, como já afirmava Montesquieu; isto é: a moralidade cívica de todos nós». ¹ Entenda-se, a democracia antes de ser um regime político é um ideal, «uma atitude moral», logo, «a maneira de fazer a democracia não é directamente pela política, mas indirectamente pelos costumes». ² E, neste sentido, a *Seara Nova* podia dizer que a raiz da sua obra não era política: «é uma reforma de carácter íntimo, intelectual; é uma iniciação na objectividade do espírito, no verdadeiro pensar». ³ Porém, e isto não era despiçando, «O resultado político vem depois e surge por si sem que nós o visemos». ⁴ Ora, o verdadeiro democrata «não é o que começa por dizer ao povo: «tu és soberano»; mas sim o que luta para «que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional que é o ponto de vista social». ⁵ Enganavam-se, portanto, os que pensavam realizar a democracia mecanicamente, fora do Espírito. Tentá-lo, era não ter «a menor noção dos seus princípios fundamentais», ⁶ era não entender que democracia «é disciplina interna», «auto-domínio», numa palavra, «política do Espírito». ⁷ E, de acordo com estes princípios, fazendo lembrar os antigos Apóstolos, Sérgio indicava o caminho aos jovens seareiros, «sobre a maneira de lidar com os inimigos da Luz e da Razão»: ⁸

«Não sereis democratas verdadeiros se vos não despirdes inteiramente da menor sombra de personalismo, se não olhardes com calma e ânimo para as pequenezas dos que vos atacam, sem sombra de desprêzo nem asco algum, mas com caridade e a sorrir. Cristãos se dizem os que vos querem mal: mas é a vós que compete o ostentar as virtudes a que se tomou o hábito de chamar cristãs; são eles os paladinos da aristocracia: sêde vós os nobres no vosso espírito, — nos pensamentos e nas acções». ⁹

É evidente que este ideal de democracia passava pela criação de um *homem novo*, objectivo último da verdadeira revolução que, na linha de Antero, só podia ser moral. ¹⁰ Revolução que aproximasse o homem do puro espírito, pois, só os

¹ António Sérgio, art. cit., p. 292.

² *Idem, ibidem.*

³ António Sérgio, «Nótulas Soltas», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933, p. 327.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ António Sérgio, «Aos Jovens Seareiros...», art. cit., p. 292.

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ *Idem, ibidem*, p. 293.

¹⁰ Sobre a ideia de revolução em Antero, ver: Fernando Catroga, «Política, História e Revolução em Antero de Quental...», art. cit., pp. 7-55. Sobre este mesmo assunto, ver, também, António Sérgio, «Em Torno da “Ilusão Revolucionária” de Antero», *Seara Nova*, n.ºs 406-408, 11 de

que trilhassem este caminho é que podiam libertar-se do *eu* empírico. Condição que os levava a «assumir uma atitude objectiva e crítica» que corresponde ao «ponto de vista do Universal pela consideração da unidade do todo». ¹

E deste modo, o ideal democrático acompanhava a própria ascensão da razão na história, não necessitando, como imperativo da consciência que é, de qualquer legitimação do passado. Precisava, isso sim, que pelo próprio exercício da liberdade, símile do respeito pela dignidade humana, se elevasse o homem ao encontro dessa luz eterna que é a democracia. Pela educação libertar-se-iam as consciências das trevas e do erro e pela prática cívica e vivência democrática se abririam os caminhos que conduziriam à democracia. A democracia identificava-se assim, pelo seu carácter eterno, com o Espírito e os que por ele combatiam formavam uma verdadeira religião. Logo, podia dizer Sérgio, «Se Deus é Espírito (como afirma Cristo) — é bem por Deus que combatemos nós». ²

Todavia pôr de acordo a democracia com este espírito exigia, na opinião de Sérgio, duas mudanças:

«(...) a saber: no campo espiritual, a passagem da concepção sentimental, expansionista e materialista da Democracia — para a concepção crítica, auto-refreadora e idealista, do regime democrático; no campo social, a passagem do sistema económico onde domina o interesse do produtor e o ponto de vista do produtor — para um sistema económico onde domine o interesse do consumidor e o ponto de vista do consumidor». ³

Temos então que, para a *Seara Nova*, «o combate contra os males sociais na sociedade tem uma condição prévia o combate contra os males sociais dentro do espírito de cada um de nós»; ⁴ porém, se a questão política, social e económica nos aparece dependente desta condição, não é menos evidente a conexão, entre aquilo que, utilizando a terminologia própria do marxismo, podemos considerar a super-estrutura e infra-estrutura. Contudo, como é evidente, nada no socialismo seareiro se identifica com o socialismo defendido pelos marxistas. Pois, ao contrário destes, entre outras diferenças fundamentais, a justiça social, mais do que dependente das relações sociais de produção, ela é o «reflexo da justiça interior de cada um dos seus membros, ou, pelo menos, da justiça interior da elite diri-

Setembro de 1934, pp. 366-376; «Sôbre o socialismo de Antero», *Seara Nova*, n.º 362, 2 de Novembro de 1933, pp. 24-27.

¹ M. Baptista Pereira, art. cit., p. 59.

² António Sérgio, «Diálogos de um Democrata e de um Estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340, 27 de Abril de 1933, p. 55.

³ António Sérgio, «Democracia Crítica, Experimental e Cooperativa», *Seara Nova*, n.º 401, 9 de Agosto de 1934, p. 262.

⁴ *Idem, Ibidem.*

gente de uma nação». ¹ Ou seja, para a *Seara Nova*, na linha de Kant, «o princípio da moralidade não é exterior ao sujeito, é-lhe imanente», ² logo, afastando-se da concepção materialista da história, «a justiça tem de realizar-se pela consciência e na consciência». ³ Era debaixo desta concepção que Sérgio podia dizer, tal como já o tinha feito Antero, que o socialismo defendido pela *Seara Nova* se apresentava como «uma espécie de correctivo ao que há de materialista e de autoritário, de excessivamente mecânico, exclusivista e simplista, na corrente do socialismo que tende a prevalecer no nosso tempo». ⁴ Não concebe portanto a *Seara Nova*, mais uma vez na linha de Proudhon e de Antero, «o socialismo como um conceito puramente económico», ⁵ esta questão é entendida numa perspectiva moral; ou seja: o que motiva a acção do socialista idealista não é a necessidade de uma melhor repartição da riqueza, o que o faz intervir no regime de propriedade e numa organização mais justa desta é o facto de a exploração aqui existente ser contrária à justiça e à dignidade humana. As reformas económicas não são assim encaradas como um fim, mas apenas como «um simples instrumento de justiça interior». ⁶

Caracteriza, portanto, todo o idealismo da *Seara Nova* a proeminência do moral sobre o político, a mudança interior sobre a exterior (instituições políticas, sociais, económicas, etc.). Pois, se a crise era, sobretudo, cultural, toda a reforma a empreender teria que ser intelectual e ir no sentido da mudança das mentalidades, sobretudo das elites dirigentes. Cabia às elites iluminadas, sob pena de traírem a sua missão, mudar os comportamentos, criar novas mundividências, indicar o caminho da única e verdadeira revolução: libertar o homem de todos os obstáculos que o impediam de ascender ao *eu* universal, ao puro Espírito. Condição indispensável para que a democracia e o socialismo idealista se revelassem como um acto imperativo da consciência. Criar, portanto, novos espíritos, imunes ao subjectivismo social, ao egoísmo e à vontade particular, foi um dos principais objectivos da *Seara Nova*. Não admira, assim, que esta concepção de revolução esteja sobredeterminada por uma visão idealista e elitista das transformações sociais que acreditava poder acabar com a injustiça na sociedade, mudando as mentalidades das elites dirigentes. Pois, para os seareiros, só através do alargamento de uma opinião pública, identificada e comprometida com uma mentalidade racional, era possível edificar a democracia e entendê-la como um ideal que deriva da própria estrutura da consciência humana. Daí que, de seguida, comece-

¹ *Idem, ibidem.*

² V. Magalhães — Vilhena, ob. cit., p. 101.

³ *Idem, ibidem*, p. 102.

⁴ António Sérgio, «Sobre o socialismo de Antero...», art. cit., p. 24.

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, ibidem*, p. 27.

mos por ver a ideia de revolução, raiz de tudo, e depois a de democracia e de socialismo cooperativista, corolários lógicos (e conexamente agentes) da revolução das consciências.

2. A IDEIA DE REVOLUÇÃO NA SEARA NOVA

A ideia de revolução, nuclear no pensamento e na ação política da *Seara Nova*, terá, também ela, como já deixámos esboçado, que ser entendida à luz do seu idealismo filosófico e político. Definido este, em termos gerais, parece-nos importante que acompanhem, mais de perto, a concepção de revolução defendida pela *Seara Nova*, procurando surpreendê-la no confronto político com outras maneiras de a entender, quer durante o período conturbado dos últimos anos da I República, quer depois do derrube desta, quando a censura e a falta de liberdade tornaram ineficazes, ou, pelo menos, pouco eficazes as estratégias e as tecnologias políticas baseadas na persuasão. Podemos desde já adiantar que, no essencial, durante o período por nós definido, a *Seara Nova* se manteve fiel — em termos estruturais e em matéria de ideal — ao conceito de revolução defendido desde o primeiro número, apesar das condições políticas terem mudado radicalmente, após o derrube da I República e a instauração do Estado Novo. Ou seja, coerente com o seu idealismo político, continuou a defender que uma *sociedade nova* só era possível pela reforma interior e não pela mudança das instituições; a revolução a realizar, necessariamente lenta, teria que ser intelectual e moral.¹ Assim, às revoluções prioritariamente políticas, opunham a reforma das mentalidades, a revolução das consciências. Não era, portanto, na praça pública, nem pela violência que as verdadeiras revoluções se consumavam, era dentro dos espíritos, bem no interior das almas que estas se realizavam.² «A mudança de instituições — respondeu António Sérgio a Rodrigues Miguéis quando este colocou em causa a eficácia da revolução defendida pela *Seara Nova* (1930) —, não adianta nada se

¹ Esta sua posição não era contraditória com a necessidade de combater a ditadura e o Estado Novo — aliás, alguns, caso de Proença e Cortesão, fizeram-no de armas na mão — pois sempre admitiram que um regime que não possibilitasse a liberdade de expressão deveria ser derrubado com todos os meios ao alcance. A este respeito, disse Proença: «casos há em que as revoluções armadas são justificadas em necessidade e em razão [estava precisamente a pensar no caso da ditadura militar que derrubou a I República] (...) não se dê a tais revoluções maior importância que a de meras formas de processo. Eu sustento que elas não têm, que não podem ter outra virtude. Capazes de derruir violentamente uma barreira que se oponha ao progresso social, são absolutamente impotentes para, por si só, realizar êsse progresso. Para tal, necessária se torna uma evolução de idéas, anterior ou subsequente» (Raul Proença, «A Rússia ao Léu — Algumas considerações para uso dos portugueses», *Seara Nova*, n.º 243, 19 de Março de 1931, p. 38).

² Sobre este assunto e relativamente a Sérgio, cf. V. Magalhães — Vilhena, ob. cit., pp. 103-104.

não fôr precedida da libertação das almas: e não se faz esta pela voz dos tribunos, por aquele manejo passional e abstracto, apressado e cáldo (...).¹ Realizar, portanto, a revolução não era sinónimo de «condução total» — referia-se aqui explicitamente Sérgio ao conceito marxista de revolução — de consciências inflamadas, mas sim «dar a conhecer a cada alma humana — já que ninguém em consciência podia libertar os outros —, o processo da auto-libertação».² Ora, tal fórmula revolucionária era «obra intelectualista, feita de trabalho quotidiano, de sérios “exercícios espirituais”». ³ Este conceito de revolução, mais regenerador do que destruidor, mais adepto das evolução gradual do que das rupturas, não se identificava com «o espírito repulsivo do demagogo e do jacobino», mas com o do «revolucionário inteligente, inclinado à atitude do cientista e ao método experimental». ⁴ Para este, a revolução era sinónimo de conversão ao espírito crítico, realiza-se no dia a dia, tentando «modificar aquilo que existe, segundo os ditames da Razão»; ao invés, o jacobino «emprega meios de brutalidade que resultam sempre contraproducentes; tem mente simplista, nebulosa, incapaz de experimentalismo; e quasi sempre, a-final, o que pretende é captar as paixões das plebes (...). Falando na liberdade para ser tirano, e no livre-pensamento para não pensar (...).» ⁵ Ao verdadeiro revolucionário competia, portanto, mais do que apelar ao sentimento e às paixões, ajudar à libertação das consciências, fazendo com que elas encontrassem o caminho da razão. Era sua obrigação saber ler os «ideais da razão humana e julgar por êles a realidade», ouvindo sempre «a Razão como directriz para ditar os fins». Só deste modo é que podia «recorrer ao real e à experiência com tôdas as cautelas indispensáveis na escolha dos meios mais seguros para melhoria da sociedade». ⁶

As revoluções para a *Seara Nova* apareciam, assim, como momentos necessários da caminhada da razão na história, em que cada geração revolucionária, em luta contra os que se opunham a esta caminhada, tentava eliminar todo o tipo de obstáculos que impediam o progresso do Espírito. Logo, cada momento revolucionário era entendido como um passo dado no sentido do progresso da razão; pois, perguntava Sérgio, o que foi afinal 1789 «senão o indispensável episódio duma mais vasta Revolução, que já vem de longe, — de muito longe, — e desde Sócrates, e desde Jesus?» ⁷ Ao verdadeiro revolucionário competia, portanto, não

¹ António Sérgio, «Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual», *Seara Nova*, n.º 230, 25 de Dezembro de 1930, p. 212.

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, ibidem.*

⁴ António Sérgio, «A propósito da conferência do Prof. Magalhães Colaço», *Seara Nova*, n.º 81, 1 de Abril de 1926, p. 172.

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Idem, ibidem*, p. 173.

só perceber este longo processo, como, tendo em conta que o progresso não se realiza fora do Espírito por processos mecânicos, lutar para que esse longo causal, em que se inscrevia o domínio da liberdade e da justiça, se tornasse realidade e servisse de ideal às sociedades.

A necessidade de realizar a reforma das mentalidades inscrevia-se nesse grande objectivo: fazer ascender o homem ao que é universal. Ou seja: «do plano da imediatidade, no qual os homens estão presos das coisas exteriores, para o da idealidade».¹ Só quando este *homem novo*, que se deveria exprimir politicamente por uma vontade racional e crítica e por um pensamento des-subjectivado (Vontade Geral),² estivesse criado, constituindo-se em opinião pública, é que estariam reunidas as condições objectivas da verdadeira revolução. Neste sentido, às elites intelectuais cabia o papel revolucionário (por já conhecerem o caminho das Verdades que são eternas) de materializarem em opinião pública o sentido da história e do progresso. Assim, tal como em Antero,³ «revolução não quer dizer guerra, mas sim paz; não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz, porque é o verbo humano por excelência».⁴

Em sintonia com este conceito de revolução anterior, a *Seara Nova* procurou, desde o seu primeiro número, demarcar-se daquilo que então considerava serem falsas revoluções, mostrando estar mais interessada em contribuir para a realização da «grande e profunda Revolução» que devia «redimir a nossa Pátria»; por isso, «e exactamente porque trabalha[va] para essa Revolução», tudo fez para impedir «as revoluções de clientelas, sôfregas de mando e vazias de princípios, que o banditismo dos condotieri políticos, sem o menor respeito pela vontade do país e pela democracia»,⁵ vinham perpetrando em Portugal. Afastavam-se, deste modo, os seareiros das concepções jacobinas e estatistas de revolução que, no seu

¹ António Pedro Pita, «Duas Faces da Razão...», art. cit., p. 151.

² Por Vontade Geral não entendiam os seareiros o mesmo que Rousseau. A uma concepção de Vontade Geral *quantitativa*, que pressupõe a redução política da liberdade à faculdade de participação no voto, opõe a *Seara Nova* uma concepção *qualitativa* de Vontade Geral. em que esta não aparece como a vontade do Estado nem a soma aritmética das vontades individuais, mas como a vontade de cada indivíduo, sempre que ele proceda em obediência a uma atitude de pensar objectiva, racional geral (cf. *idem, ibidem*, p. 150 e António Sérgio, «Democracia Crítica, Experimental e Cooperativa», art. cit., p. 259).

³ Sobre o conceito de revolução em Antero, ver Fernando Catroga, «Política, História e Revolução em Antero de Quental...», art. cit., pp. 7-54.

⁴ Este estrato de Antero de Quental foi reproduzido na *Seara Nova*, n.º 224, de 30 de Outubro de 1930, p. 115, na sequência da polémica travada entre Rodrigues Miguéis e Castelo Branco Chaves, e serviu à direcção da *Seara Nova*, então no exílio (António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença) para com ele se demarcar das posições críticas assumidas por Rodrigues Miguéis sobre o conceito de Revolução.

⁵ Raul Proença, [Editorial], *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 1.

entender, apenas viam na tomada do Estado a única forma de realizar o progresso social. Era outra, como temos vindo a dizer, a sua ideia de revolução e de poder.

Livres da obsessão da conquista do Estado, como fonte de poder e de realização da justiça — concepção que afasta os seareiros do paradigma jusracionalista no que concerne à «crença em que a sociedade deve ser organizada a partir de um centro»¹ —, toda a sua estratégia revolucionária se orientou no sentido de criar na sociedade civil uma opinião pública racionalizada que, por imperativo da própria consciência, levasse como que naturalmente à fermentação de novas relações sociais. Esta teoria revolucionária que subalternizava o papel do Estado e as tecnologias políticas ligadas aos mecanismos legais-coercitivos² — o que, com alguma justeza, apesar dos diferentes pressupostos sociais e ideológicos, já levou alguns autores a encontrar semelhanças entre a *Seara Nova* e a teoria revolucionária de Gramsci³ —, afasta-se, quer ao nível das estratégias revolucionárias, quer ao nível do papel a desempenhar pelo Estado, dos paradigmas de revolução de tradição jacobina e marxista - leninista.⁴ Assim, à conquista do Estado, opunham o poder das consciências, à violência respondiam com a força da persuasão, ao primado da política, preferiam o primado da cultura e da moral. As revoluções, diziam, tinham como meio e fim a virtude, portanto, «atingir a virtude da maioria, pela acção da virtude de minorias de escol»⁵ (reside aqui o tantas vezes referido elitismo seareiro), era o que distinguia as revoluções que utilizavam os meios da «consciência, instrumentos morais, dos que utilizavam os instrumentos mecânicos»,⁶ ou seja, o Estado.

¹ A. Manuel Hespanha, «O fim da Revolução? (Tópicos para uma Discussão)», *Finisterra*, n.º 3, 1989, p. 79. Na opinião deste autor, «Este imaginário político [característico da teoria revolucionária herdada do paradigma jusracionalista], construído contra a representação de sociedade e dos poderes em vigor na Europa antes do sec. XVIII, não apenas levou ao estatismo e centralismo programáticos dos regimes pós-revolucionários, como explicou, ao nível da análise política, a rígida separação entre Estado e sociedade civil, típica do pensamento político liberal, e o conseqüente desconhecimento da autonomia dos pólos não estatais de poder» (*Idem, ibidem*).

² Na opinião de A. Manuel Hespanha, todas as estratégias políticas dirigidas para objectivos políticos parciais, foram consideradas reformistas ou utópicas. E quando a experiência por diversas vezes demonstrou a ineficácia da detenção do poder estadual para manter duravelmente o poder revolucionário, a explicação foi sempre, não a da insuficiência da conquista do Estado como objectivo revolucionário, mas a da insuficiência do uso do Estado (como instrumento de disciplina social) depois de conquistado pela Revolução» (*Idem, ibidem*, p. 80).

³ Cf. Cecília Barreira, ob. cit., p. 102.

⁴ Sobre as semelhanças entre o marxismo e o liberalismo jusracionalista, nomeadamente a nível do discurso e pensamento revolucionário pretensamente científico e com valor de Verdade, cf. A. Manuel Hespanha, art. cit., sobretudo, pp. 77. 79.

⁵ António Sérgio, «Sobre o Socialismo de Antero», *Seara Nova*, n.º 362, 2 de Novembro de 1933, p. 25.

⁶ *Idem, ibidem*.

2.1. Legitimidade e ilegitimidade das revoluções

Pudemos ver como, para a *Seara Nova*, a reforma da sociedade não se fazia fora do espírito nem sem a sua intervenção. Procurar reformar a sociedade através de revoluções políticas, sem que estas fossem precedidas por um movimento de ideias, era, no entender dos seareiros, não só inútil como ilegítimo. Foi em obediência a este princípio — que já tinha sido (ou pelo menos assim o entendiam) o de Proudhon e de Antero, para quem «O mundo só pela moral seria libertado e salvo»¹ — que a *Seara Nova* tentou fazer na sociedade portuguesa a pedagogia das revoluções profundas, contrariando assim a mentalidade dominante que parecia ver nas revoluções políticas a cura para todos os males.²

Neste contexto, Raul Proença não esquecia — quando «o remédio da ditadura já encontrava toda a gente preparada para o engolir»³ (1925) — que a *Seara Nova* gozava «do escandaloso privilégio» de ser «o único Jornal, o único grupo que não suporta[va] as revoluções — sejam da esquerda ou da direita, dos reaccionários ou dos Jacobinos, das Fôrças Vivas ou das Fôrças Mortas — não por òdio à violência nem por temor do sangue, mas porque estamos absolutamente convencidos da improficuidade do sistema».⁴ Alguns anos mais tarde (1931), o mesmo Proença, visando agora as concepções revolucionárias bolchevistas, declarava continuar da mesma opinião sobre «a inutilidade trágica de tôdas as revoluções, quando elas são concebidas e realizadas como causas suficientes duma nova organização social».⁵ E, pegando no exemplo da Rússia, argumentava que a revolução de 1917 estava aí para comprovar «a inanidade do poder suficiente de qualquer movimento revolucionário pela violência, pois que todo o movimento revolucionário pela violência é superficial, e o que se requiere, para triunfo do socialismo, é um movimento revolucionário feito em profunda, isto é, nos espí-

¹ *Idem, ibidem*, p. 24 (A frase completa de Antero, citada por Sérgio, é a seguinte: «O grande Proudhon, depois de trinta anos de trabalho e martírio, desenganado da política das revoluções, chegava finalmente, numa das últimas páginas que escreveu, a esta conclusão: «O mundo só pela moral será libertado e salvo»).

² Dizia a este propósito Raul Proença (1925): «Isto de revoluções, meus caros leitores, é já em mim uma sciencia que devem ter a paciência de me revelar. É que eu tenho a dolorosa consciencia de ser um dos raros portugueses que não confiam nelas — seja qual fôr a sua marca ou côr. (...) Eu desejaria que um grande número de portugueses se capacitasse de que a salvação só será possível quando a renovação política e social deixar de ser pensada sob a forma espectacular e catastrófica» (Raul Proença, «Notas e Comentários — Revoluções», *Seara Nova*, n.º 53, 15 de Setembro de 1925, p. 96).

³ Jaime Cortesão/Raul Proença, «Apresentação feita por ele próprio...», art. cit., p. 49.

⁴ Raul Proença, art. cit., p. 96.

⁵ Raul Proença, «A Rússia ao Léu — Algumas considerações para uso dos portugueses», *Seara Nova*, n.º 243, 19 de Março de 1931, p. 38.

ritos, pela livre elaboração e expansão das idéas, pela generosa e fecunda germinação das almas». ¹

Queria isto dizer que a *Seara Nova* reprovava em todas as situações as revoluções políticas e violentas? «Evidentemente que não» — respondeu Proença. Pois, «Quando um govêrno, como em Espanha e em Itália — referia-se Proença à ditadura de Primo Rivera e ao fascismo de Mussolini —, suprime de facto tôdas as liberdades» e impede «tôda a transformação política no terreno da legalidade, há não só o direito, mas o dever da insurreição». ² Só em dois casos, portanto, se justificam e legitimam este tipo de revoluções: «o desprezo contumaz pela vontade expressa do país, ou a violência exercida para que essa vontade não possa exercer-se livremente. Fora disto não há revoluções, há desordens; não há revolucionários, há aventureiros». ³

Comprende-se, assim, a oposição sistemática da *Seara Nova*, durante a I República, a todo o tipo de insurreições. Para os seareiros, dadas as circunstâncias em que se encontrava o nosso país e tendo em conta o contexto político internacional — em Portugal, apesar de tudo, havia liberdade de expressão — fazer a propaganda das revoluções era «favorecer, sem o querer, tôdas as tendências anti-democráticas dos discípulos de Mussolini e de Primo Rivera». ⁴ Em face disso, Raul Proença explicava assim a posição da *Seara Nova*:

«Honramo-nos por, na imprensa portuguesa, termos sempre marcado uma atitude de espírito absolutamente oposta a estas ilusões (...) Temo-nos esforçado por demonstrar que o que é necessário, antes de mais nada, é dar forma e conteúdo ao movimento espiritual: o resto sairá dêle como um acto acessório, ulterior e infinitamente variável conforme as circunstâncias, e sôbre o qual não há, pois, que pensar e discutir agora. Querer estabelecer uma Ditadura ou fazer uma Revolução sem êsse movimento prévio, o mesmo é que querer construir um edifício sem materiais, comer sem alimentos, falar sem palavras e pensar sem idéias. Da ditadura e do que para aí se chama Revolução não sai, só por si, nada que seja verdadeiramente fecundo — a não ser que lho dê o movimento espiritual que as precedeu. (...) a revolução espiritual (...).» ⁵

¹ *Idem, ibidem*.

² Raul Proença, «Notas e comentários — ainda as revoluções», *Seara Nova*, n.º 51, 15 de Agosto de 1925, p. 57

³ *Idem, ibidem*, p. 58.

⁴ Raul Proença, «Revolução e Ditadura», *Seara Nova*, n.º 60, 14 de Novembro de 1925, p. 224.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 223.

Mas se foi este o entendimento da *Seara Nova* durante a vigência da I República, como evoluiu a sua atitude após o 28 de Maio de 1926, em face de um regime que impedia o livre debate de ideias? Como referimos no início, a *Seara Nova*, em termos estruturais, digamos assim, não abandonou este seu conceito de revolução que considerava insuficiente qualquer revolta política que não assentasse numa opinião pública esclarecida; continuou, portanto, durante os anos trinta, a defender a reforma lenta e paciente das consciências, através das elites esclarecidas, como a única revolução verdadeira. Porém, se em tese assim devia permanecer a doutrinação da *Seara Nova*, nada obstava, e assim aconteceu de facto, a que os seus principais colaboradores tudo fizessem, na prática, para que se derrubasse a ditadura instaurada com o 28 de Maio. Em Outubro de 1933, António Sérgio — numa entrevista a um jornalista brasileiro, Azevedo de Lima, publicada num diário do Rio de Janeiro, *A Batalha* — considerou assim o papel da *Seara Nova* na sociedade portuguesa: «A *Seara Nova*, como sabe, não é um partido político, mas uma espécie de seminário de cultura intelectual e cívica, um grupo de estudiosos e de pregadores: e isso desejamos continuar a ser, mal as circunstâncias nos permitam restringir-nos a êsse papel». ¹

A instauração da Ditadura Militar obrigou os seareiros a clarificarem a suas posições, face ao conceito de revolução. A situação política era agora outra, como reconheceu Raul Proença nos célebres panfletos clandestinos: se vivesse em liberdade e fosse possível «combater os homens que nos governam pela grande imprensa, pelos comícios, por tôdas as formas de propaganda legítima, uma revolução seria extemporânea, pois se não fizera ainda o formidável bloco de opinião pública que exigisse do govêrno a sua imediata destituição». ² Porém, lembrava, «a opinião não é livre. O poder fechou-nos, pelas suas próprias mãos, o caminho da legalidade. Há que procurar outros, e êsses só podem ser: Revolução, ou Abdição». ³ E, lembrando argumentos utilizados anteriormente, justificava a sua posição: «Uma revolução é inteiramente justificada quando um govêrno suprime os direitos políticos, e estabelece em vez dum regime de direito, um simples regime de opressão». ⁴ Nada mais claro: para a *Seara Nova* urgia derrubar um regime que oprimia a liberdade e impossibilitava o debate de ideias, porém, esta necessidade não devia ser confundida com a revolução necessária. Pois, nenhuma revolução exterior podia ser considerada suficiente, ao ponto de se substituir à verdadeira revolução — a das mentalidades. E, por isso, a *Seara Nova* devia, sem nunca esquecer a necessidade da liberdade, continuar a sua pregação doutrinária

¹ Um excerto desta, da qual citámos parte, foi publicado na *Seara Nova*, n.º 361, 26 de Outubro de 1933, p. 23.

² Raul Proença, *Panfletos. A Ditadura Militar*, Lisboa, Miguel da Cruz, 1926, p. 42.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ *Idem, ibidem*.

mais profunda. É neste sentido que devem ser entendidas as palavras (já por nós anteriormente citadas) de António Sérgio para Raul Proença: «estamos agora à point para fazer na *Seara* uma pregação profundamente revolucionária — mas essencialmente espiritual, amorosa, cristã, franciscana». ¹ E pressentindo já que tal posição, excessivamente doutrinária e intelectualista, podia desagradar a outros seareiros mais adeptos da acção política, Sérgio adianta: «Nós os dois e o Câmara Reis devemos ficar onde estamos, mas parece-me bem que os que se sintam com gosto e capacidade para a acção vão para os partidos». ²

São bem evidentes nas palavras de António Sérgio, contudo, as divergências que, no seio da *Seara Nova*, entretanto se travaram sobre o papel dos seareiros, face à Ditadura Militar e à fascização do regime. Vejamos então, através de dois exemplos importantes, como não foi totalmente pacífico o conceito de revolução no seio da *Seara Nova*, nem antes nem depois da instauração da Ditadura Militar. Divergências que, acima de tudo, nos revelam diferentes formas de entender o projecto seareiro, bem como o papel dos intelectuais na sociedade portuguesa de então.

2.2. As divergências sobre o conceito de revolução: os casos de Emílio Costa e Rodrigues Miguéis

É evidente que o facto de a *Seara Nova* conceber a revolução como um processo de libertação lenta das consciências, em que a cruzada da razão era irreversível e todos os recuos desta, na história, eram apenas desvios que as elites intelectuais tinham o dever de corrigir (reafirmando *as forças do espírito como as forças sociais por excelência* ³), não pela política, mas pela moral, numa altura em que os conflitos eram sobretudo de natureza política e económica, acabou por conduzir a que, no interior do próprio grupo, se comesçassem a ouvir vozes discordantes. ⁴ Os casos mais célebres, até pelo facto de se terem tornado públicos nas páginas da revista, foram os de Emílio Costa, antes do derrube da I República

¹ Esta carta já foi por nós citada num outro contexto, ver nota 1, p. 42.

² António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença...*, ob. cit., p. 198.

³ António Sérgio cita esta passagem da autoria de Antero, mostrando-se totalmente de acordo com este princípio, cf. António Sérgio, «Sobre o socialismo de Antero...», art. cit., p. 24.

⁴ Dizia Mário de Castro a Raul Proença, em carta datada de 17 de Março de 1929, para Paris: «... o que sinto também cada vez mais é a necessidade de um jornal e de uma força política de nossa inspiração. Tenho para mim, convictamente, que estas duas coisas constituem condições fundamentais de existência para a República». E noutra carta, alguns meses mais tarde (21 de Novembro de 1929): «confessar-me-há também um dia que toda a actividade da *Seara* tem sido um êro tremendo e uma completa demonstração de incapacidade para tudo o que seja acção. Espanta-me a vossa falta de intuição intelectual nesta emergência. Mas, enfim, o êro está feito e irremediavelmente, com a agravante de os meus amigos persistirem nele» (ambas as cartas se encontram no Esp. de Raul Proença, Biblioteca Nacional [sublinhado no texto]).

(1925), e de Rodrigues Miguéis, em 1930. Pela importância que assumiram, pensamos que se justifica aqui uma análise mais detalhada destes dois casos.

Emílio Costa, apesar de não comungar totalmente das ideias da *Seara Nova*, foi durante a I República um dos seus mais importantes colaboradores. Assim, em 1925, numa altura em que já poucos acreditavam que fosse possível salvar o país de uma ditadura, este professor do ensino secundário e por muitos considerado o primeiro propagandista do anarco-sindicalismo,¹ defende a inevitabilidade da revolução, tentando convencer os políticos de esquerda a anteciparem-se à revolução de direita. Para tanto, divulgou na *Seara Nova*, numa série de seis artigos,² um conjunto de teses, em que enunciava os princípios a que devia obedecer essa revolução: «Uma revolução — escreveu — só tem que ter em consideração o que interessa aos seus fins; nada tem que respeitar. Para cair no respeito pelas coisas antes instituídas (e aparecem sempre mil justificações para o respeito por tôdas elas) teriam os revolucionários de começar... por não iniciar a revolução, que é já uma grande falta de respeito!».³

E por saber antecipadamente que esta concepção de revolução não colhia as opiniões favoráveis da *Seara Nova*, é para ela mesmo que Emílio Costa vira o grosso dos seus argumentos. Parte mesmo de uma opinião de Raul Proença — sem, contudo, o identificar, referindo-se a um «homem sincero, amigo e muito inteligente»⁴ — que lhe teria dito que só acreditava numa «revolução espiritual que transforme a revolução final de rua num simples episódio epilodal».⁵ Ora, no entender de Emílio Costa, este conceito de revolução enfermava de uma contradição evidente, ao desejar «a revolução de duas maneiras, que, pela forma como se exprime, se não combinam, antes se excluem».⁶ E, mostrando a sua discordância, rematava: «Isto para mim, é obscuro; não entendo bem. Se aquele fenómeno espiritual é realmente uma revolução, para que serve êsse episódio epilodal da revolução da rua? Como é que uma revolução nos espíritos tem de ter ou para que há-de ter como fecho, como epílogo, um conflito armado, na rua?».⁷ Negava, portanto, E. Costa qualquer eficácia, no momento que então se vivia, à proclamada reforma intelectual, consi-

¹ Esta é a opinião de Manuel Dias Duarte, *História da Filosofia em Portugal — nas suas conexões políticas e sociais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 200.

² Ver: Emílio Costa, «Que Devemos Fazer?», *Seara Nova*, n.º 52, 1 de Setembro de 1925, pp. 71-72; «A Revolução (Condições de triunfo)», n.º 53, 15 de Setembro de 1925, pp. 87-88; «Para Evitar Confusões», n.º 54, 3 de Outubro de 1925, pp. 112-114; «A Revolução (Orientação política geral)», n.º 55, 10 de Outubro de 1925, pp. 131-133; «A Revolução (Organização do trabalho)», n.º 56, 17 de Outubro de 1925, pp. 152-154; «A Revolução (Orientação económica geral)», n.º 58, 31 de Outubro de 1925, pp. 189-190.

³ Emílio Costa, «A Revolução (Condições de triunfo)», art. cit., p. 88.

⁴ *Idem*, «Para Evitar Confusões...», art. cit., p. 112.

⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷ *Idem*, *ibidem*.

derando mesmo ingénuos os que assim pensavam resolver os problemas «dentro da normalidade constitucional», quando «essa normalidade, no estado a que as coisas chegaram, é que constitui exactamente a tal engrenagem política que estraga tudo». ¹ Entendia, assim, que a revolução proposta pelos seareiros não passava de uma utopia e que, além do mais, enfermava de contradições difíceis de explicar. E a este respeito, ironizava Emílio Costa:

«Além disso, como não creio que a expressão «revolução espiritual» indique uma transformação repentina ou quási, nos espíritos (aquele meu amigo [refere-se a Raul Proença] é demasiado sabedor para acreditar em mágicas políticas) resulta que o termo revolução se aplica a um fenómeno de transformação lenta, à qual pode caber o termo revolução no seu sentido científico, astronómico ou filosófico, mas que se presta a confusões, tomando-o no sentido político corrente. Revoluções espirituais, no género ultra-rápido, são as conversões, à maneira de S. Paulo; mas essas coisas não são para aqui». ²

Como seria de esperar, a *Seara Nova* entendeu estas críticas, aliás feitas na sua própria revista, não apenas como uma diferença de opiniões acerca do conceito de revolução, mas como algo de mais profundo que punha em causa a eficácia da sua acção doutrinária e política. Assim o entendeu Raul Proença, como o provam as seguintes palavras:

«Ao negar eficácia e até sentido à «revolução espiritual», o sr. Emílio Costa põe em causa, não já as nossas ideas, mas, o que é mais, a nossa própria existência. Efectivamente a *Seara Nova*, que não é nem quere ser um partido político, só existe porque os seus organizadores se convenceram da necessidade dum movimento espiritual. (...) Querendo pôr os nossos problemas, pela primeira vez, na ordem das coisas naturais, nós damos aqui ao movimento espiritual a proeminência sobre o assalto político; enquanto o sr. Emílio Costa entende, pelo contrário, que é da resolução do problema político que depende a de todos os outros. Tal é a profunda divergência, que não é possível nem iludir nem ocultar». ³

¹ Em apoio desta sua teoria, E. Costa defendia que, «ao contrário de muita gente, (mas nesse ponto, de acordo com os conservadores que preparam o seu golpe de Estado) nenhum daqueles problemas [referia-se aos que faziam depender a solução da crise da resolução dos problemas da educação, colonial, industrial, crise de carácter etc.] é o mais importante e que, pelo contrário, todos eles, para bem se resolverem, dependem, doutro, do problema político» (*Idem, ibidem*, p. 113).

² *Idem, ibidem*.

³ Raul Proença, «Resposta à Nota de Emílio Costa», *Seara Nova*, n.º 62, 28 de Novembro de 1925, p. 35.

Esta divergência de E. Costa que, como muito bem viu Proença, colocava em causa todo o comportamento político da *Seara Nova*, face ao avanço das ideias anti-democráticas e reacionárias, marca o início de uma fase de intensas críticas ao papel até aí desempenhado pelos seareiros. Críticas que se irão acentuar durante os anos trinta e que ainda hoje encontram seguidores nos que consideram que a *Seara Nova* se empenhou mais na criação de homens ideais do que na defesa da República.¹

Posição que não é aceite por Proença, naturalmente, para quem os culpados foram os que, «(como Emílio Costa, em artigos impressos na nossa revista)»,² não se cansaram de defender a revolução e a ditadura esquecendo-se «que estavam a contribuir, simplesmente, para a ditadura do adversário».³

As divergências que opuseram o jovem seareiro Rodrigues Miguéis, então a estudar em Bruxelas (1930), e a direcção da *Seara Nova*, quase toda no exílio em França, não se encontram na mesma linha ideológica de E. Costa. Contudo, pensamos ser legítimo encontrar nelas pontos comuns, nomeadamente no que concerne à descrença na eficácia das ideias e na auto-suficiência da razão, bem como, no papel a desempenhar pelos intelectuais, ou melhor, na *revolução espiritual* como forma de responder aos problemas que se colocavam à sociedade do tempo e ao papel que as forças de esquerda deviam desempenhar.

O pomo da discórdia, entre Rodrigues Miguéis e a direcção da *Seara Nova*, partiu de um artigo de Castelo Branco Chaves que pretendia ler o conceito de revolução em Eça de Queirós — e, através dele, na geração de 70 não indentificada com os princípios jacobinos —, à luz do presente e, conscientemente ou não, legitimar o próprio conceito de revolução até aí defendido pelos seareiros.⁴ Aliás, o desenvolvimento da polémica, com a tomada de posição da direcção da *Seara Nova* contra as críticas de Rodrigues Miguéis, colocando-se, portanto, ao lado das posições defendidas por C. B. Chaves, é a prova evidente disto mesmo:

«Surpreendeu-nos o artigo em que o nosso querido amigo e camarada de luta Rodrigues Miguéis (cujo espírito é de ordinário tão penetrante e gene-

¹ Disse a este propósito F. Piteira Santos: «A *Seara* política da época do parlamentarismo republicano (...) armou os seus leitores em relação à demagogia dos republicanos liberais mas não os armou contra o assalto ao poder dos anti-liberais monárquicos e republicanos». (...) A *Seara* — dizia — soube marcar a sua diferença em relação aos partidos empenhados no jogo de construir e de destruir a «República». Na afirmação dessa diferença, houve-se com ímpeto polémico, agudeza crítica, brilho doutrinal. Mas do negativo para o positivo, faltou-lhe garra. A tal inibição portuguesa para o remate, na política como no futebol. (...) Respeitável era a intenção. E o resultado? Nem o exercício da livre crítica, nem o apostolado cívico, nem a pregação pedagógica, se revelaram uma via reformista possível; de modo algum uma estratégia política» (F. Piteira Santos, art. cit., p. 16).

² Jaime Cortesão/Raul Proença, ob. cit., p. 49.

³ *Idem*, *ibidem*.

⁴ Para mais pormenores, ver: C. Branco Chaves, «O conceito da revolução em Eça de Queirós», *Seara Nova*, n.º 205, 20 de Março de 1930, pp. 201-203.

roso) aprecia um anterior de Castelo Branco Chaves sobre *O conceito de Revolução em Eça de Queirós*, ambos na nossa revista (...). Por se tratar de um ponto doutrinário de capitalíssima importância, onde o mais pequeno mal-entendido poderia levar os nossos leitores a uma radical incompreensão das ideias da *Seara Nova*, parece-nos conveniente declarar que o pensamento social e político apresentado por Castelo Branco Chaves no seu artigo sobre Queirós concorda de maneira completa com as concepções da democracia que sempre defendemos na nossa revista». ¹

Em face do que já dissemos, sobre a concepção de revolução dominante na *Seara Nova*, não surpreende a posição da sua direcção na defesa de C. B. Chaves. Pois, este limitou-se a fazer uma leitura absolutamente fiel dos princípios defendidos pela revista. Leitura que inscrevia a acção doutrinária da *Seara Nova* na tradição anterior como foi sempre intenção do grupo e da revista. Aliás, isto mesmo não escapou a Rodrigues Miguéis que, desde o primeiro momento, viu no artigo de C. B. Chaves «o pensamento político e social da *Seara Nova* em acção; é ele — diz Rodrigues Miguéis — Castelo de Branco Chaves, que leva às suas legítimas e, quanto a mim, perigosas consequências, na crítica, na doutrina, na formação da consciência democrática, a atitude espiritual da *Seara Nova*». ²

Portanto, Rodrigues Miguéis, ao criticar o artigo de C. B. Chaves, o que visou não foi alimentar mais uma polémica de cunho crítico-literário, mas, muito claramente, expressar aquilo que, já algum tempo, o vinha afastando da *Seara*. ³ Distanciamento que passava pelo «critério dos métodos aos próprios princípios». ⁴ Foi portanto intenção de R. Miguéis, como ele próprio afirma, «marcar o sentido

¹ Trata-se da resposta dos directores da *Seara* então no exílio em França — António Sérgio, Jaime Cortesão, Raúl Proença —, «A “*Seara Nova*” e o conceito de revolução», *Seara Nova*, n.º 224, 30 de Outubro de 1930, p. 115.

² J. Rodrigues Miguéis, «Uma carta», *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930, pp. 230-231. [esta carta foi dirigida a Câmara Reys, de Bruxelas, 18 de Novembro de 1930, e foi publicada na *Seara Nova*, no número citado. Com ela Rodrigues Miguéis explica algumas das razões das suas divergências e depois de dizer que por ela ficavam os leitores da *Seara* mais elucidados das suas divergências, reconhece «A solidariedade mais do que justa que a revista deve a Castelo Branco Chaves» e que por isso se via «na obrigação de apressar a sua partida, evitando a continuação do mal-entendido»

³ Sobre este assunto escreveu Rodrigues Miguéis: «Aqueles dos meus amigos a quem mais frequentemente eu tenho comunicado, há alguns anos, uma certa parte dos meus pensamentos, conhecem a direcção, cada dia mais nítida e pronunciada, das minhas opiniões» (*idem, ibidem*, pp. 228-229). É sabido como esta evolução do pensamento político e ideológico de Rodrigues Miguéis o levou ao encontro do marxismo, parecendo ponto assente a sua militância no Partido Comunista Português, desde os inícios da década de trinta. E tudo indica que a ele tenha continuado ligado mesmo nos Estados Unidos da América (Sobre este assunto, cf. Mário Neves, *José Rodrigues Miguéis — Vida e Obra*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990).

⁴ J. Rodrigues Miguéis, art. cit., p. 229.

em que, a meu ver, deve encaminhar-se a acção política e social dos intelectuais democratas do nosso tempo, por oposição, em grande parte, aos métodos da grande geração (cujá liquidação social apreciei resumidamente) [refere-se à geração de 70], e aos da *Seara Nova* no presente. Definir uma divergência fundamental antes de, chegado o momento oportuno, me destacar do grupo *Seara Nova* e ir ao encontro do que considero a missão essencial do nosso tempo, — o trabalho duro da realização da democracia socialista pelo próprio povo...». ¹ Deparamos, assim, nos inícios dos anos trinta, com uma nova proposta de esquerda, no domínio da cultura e no seio das elites intelectuais — perfeitamente alinhada e, pela primeira vez, conscientemente inserida no contexto político português, como já foi salientado por Borges de Macedo ² —, com os pressupostos marxistas leninistas. ³

Inserem-se, portanto, as críticas de Rodrigues Miguéis num novo sentimento ideológico que, após a queda da I República, foi ganhando maior influência junto dos jovens intelectuais. Pretendiam estes intelectuais, ao colocarem em causa a eficácia política e ideológica da *Seara Nova*, enquanto projecto de esquerda socialista, cortar com uma tradição cultural e ideológica que se revia no socialismo da geração de 70. Por entenderem que era pura utopia pensar resolver os problemas políticos e sociais do século XX, radicalmente diferentes dos do século anterior, com propostas decalcadas de gerações anteriores. ⁴ Esta atitude que se escorava nos pressupostos ideológicos marxistas e que, como estamos a ver, foi teorizada e assumida pela primeira vez por R. Miguéis, veio a encontrar, na segunda metade dos anos trinta nos intelectuais ligados ao neo-realismo, um maior e mais importante desenvolvimento. ⁵

A polémica de Rodrigues Miguéis marca, assim, a emergência na cultura portuguesa de um *Novo Humanismo* que visava a superação de uma certa tradição de esquerda (considerada ineficaz) dominante entre os seareiros. Curiosamente, as críticas feitas por Rodrigues Miguéis à *Seara Nova*, neste ponto, contemplam

¹ *Idem, ibidem*, p. 231.

² Para Borges de Macedo, «as primeiras manifestações no domínio da cultura ligadas a uma consciente posição marxista devem-se às posições de José Rodrigues Miguéis, na revista *Seara Nova*, com dois artigos bastante sintomáticos «sobre fins e meios» (...)» (Jorge Borges de Macedo, «Erros fabulosos ocasionaram a queda do marxismo», *Jornal de letras, artes e ideias*, Ano XII n.º 518 de 9 a 15 de Junho de 1992, p. 15.

³ Esta é também a opinião de Borges de Macedo, que considera a tomada de posição de Rodrigues Miguéis em relação à *Seara Nova*, como «a primeira exposição, em língua portuguesa, do marxismo-leninismo numa versão inserida na situação portuguesa» («Significado e Evolução...», art. cit., p. 529).

⁴ Sobre este assunto, ver: António Pedro Pita, «Duas Faces da Razão», já cit., pp. 154-155, ou, ainda do mesmo autor, *A Recepção do Marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1989.

⁵ Cf. *Idem, ibidem*.

muitos dos argumentos arremessados pelos seareiros aos sectores mais reaccionários. Vejamos um exemplo: «Já me parece bastante — argumentava Miguéis —, na crise actual, que sejam os adversários da democracia a pôr os problemas político-sociais dentro do critério histórico e tradicionalista, procurando no passado disciplinas para a vida que brota». ¹ O importante, para o novo revolucionário, era ter «consciência histórica do momento em que vivemos», ² e não se deixar submeter «às lições do passado com que certos senhores pretendem às vezes reduzir-nos ao silêncio e à inacção». ³ Até porque, lembrava Miguéis, «Não somos culpados de que o tempo tivesse criado novas exigências. Não podemos repetir a cada instante: «Que diria disto o Antero? Que faria o Antero nestas circunstâncias?». ⁴ O dever dos intelectuais é «passar das afirmações doutrinárias à acção, dos métodos expositivos, da controvérsia lógica, para a dialéctica da organização e para a própria organização; das camarilhas, tertúlias e academias para a atmosfera acre e fértil das massas populares». ⁵ Só deste modo se torna possível evitar que os intelectuais venham a «ser comidos», ⁶ aliás como o foram — na perspectiva de Rodrigues Miguéis — Herculano, Antero e Oliveira Martins. E, se assim não foi, pergunta o dissidente seareiro, «onde fica a obra social dos homens da grande geração? Onde estão os sinais da sua passagem, se fecharmos à chave as nossas bibliotecas?». ⁷ Se alguma coisa mudou na sociedade portuguesa, considerou Miguéis, tal não se ficou a dever à geração de 70 e aos seus seguidores, mas à irreverência dos caricaturistas, às campanhas políticas e, sobretudo, ao «exaspêro do povo», ao seu «sangue derramado», ao seu «heroísmo plebeu» à sua «paixão» e «misticismo». ⁸ Estamos, assim, perante um novo herói, o povo, «socialmente, a única massa plástica, receptiva, capaz de consagrar e vivificar os pensamentos dos intelectuais». ⁹ A estes pede-se-lhes agora que assumam o seu novo papel social, que passa pelo caldear das suas ideias com o sentir e o sofrimento das classes populares. E tudo isto para que se não voltem a repetir os erros de outrora. Pois, «com raras excepções, êsses homens fizeram dos seus apostolados, das suas lutas, simples exercícios espirituais — duelos, diálogos, controvérsias para raros, prolongados corps-à-corps filosóficos e culturais, — possuídos da certeza de que o reduzido número

¹ Rodrigues Miguéis, «Sôbre os fins e a coragem nos meios de actuar (I)», *Seara Nova*, n.º 220, 18 de Setembro de 1930, p. 59.

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, ibidem*, p. 58.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁵ Rodrigues Miguéis, «uma carta, já cit.», p. 231.

⁶ *Idem*, «Sôbre os fins e a coragem nos meios de actuar (II)», *Seara Nova*, n.º 222, 2 de Outubro de 1930, p. 90.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ *Idem, ibidem.*

dos seus leitores constituiria necessariamente a elite da qual esperam a solução dos problemas portugueses. A multidão, o povo, se preferem, desapareceu quasi que por completo dos seus escritos, — o povo que é o instrumento e deve ser, em democracia, o terreno e o fim das grandes lutas e renovações sociais». ¹

Enganavam-se os que, como era o caso da *Seara Nova*, pensavam mudar a sociedade portuguesa através da «acção isolada de meia dúzia de intelectuais honestos, num meio crasso de ignorância, avêssos ao progresso das ideias e das técnicas, anquilozado pela reacção religiosa, política e social, pela fome, pela exploração capitalista, pela especulação de uma centenas de indivíduos que fazem da sua pseudo-cultura as ventosas dum voracidade insaciável». ²

À revolução «de varinha mágica» que tudo espera do «Espírito Santo de Élite», ³ havia que opor, portanto, outra que procurasse todos os meios capazes — «Os idealistas que em nome dos ideais repudiam a acção necessária à sua efectivação, mentem, por inconsciência ou estupidez» ⁴ —, de pôr os factos de acôrdo com o nosso idealismo». ⁵ Se este «tem ou não raízes no passado pouco importa. O que dita a conduta são as circunstâncias do presente e as possibilidades do futuro». ⁶

Assim, o intelectual, o verdadeiro revolucionário, para não trair, teria que adquirir a consciência do momento histórico em que vivia, não carecendo para isso de qualquer outra justificação que não fosse a sua própria «vitalidade, na medida em que é actual, em que se torna capaz de impelir os indivíduos e as massas para o futuro». ⁷ Ora, o artigo de C. B. Chaves, ao tentar encontrar nos meios de actuar da geração de 70 exemplos que deveriam ser seguidos no presente, entrava em contradição, no entender de Miguéis, com os meios que a situação do presente exigia. Assim, mesmo que o substrato ideal da geração de 70 devesse merecer todo o apoio dos sectores mais progressistas da sociedade portuguesa, seria sempre errado «supor que as circunstâncias de hoje suportariam as atitudes dêsse tempo». ⁸ E, deste modo, Rodrigues Miguéis, ao romper com toda uma tradição cultural e de intervenção intelectual que se revia na geração de 70, não podia ser mais claro naquilo que pretendia, bem como no que o afastava, no momento, da *Seara Nova*. Miguéis, como já referiu Pedro Pita, «visava a transformação dos paradigmas do trabalho dos intelectuais portugueses», ⁹ para, deste modo, romper com uma tradição socialista proudhoniana-anteriana que, a seu ver, pouco tinha

¹ *Idem, ibidem*, p. 89.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*, p. 90.

⁴ *Idem*, art. cit. (I), p. 61.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 60.

⁶ *Idem, ibidem*, pp. 60-61.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 61.

⁹ A. Pedro Pita, ob. cit., p. 3.

feito para a necessária transformação da sociedade.¹ Porém, António Sérgio, ao responder-lhe, apesar de todos os cuidados que a situação política portuguesa exigia, mostrou que percebeu bem o alcance político e ideológico do seu antigo discípulo: «Ao que nos parece — respondeu Sérgio — a divergência entre nós e o crítico assenta numa base que tem semelhança à que está subjacente ao antagonismo entre os bolchevistas e os anarquistas, ou anarco-sindicalistas, — ou, por outra forma, entre Marx e Proudhon».² De facto assim era. E se a geração de 70, pela influência que nela teve o pensamento filosófico e político de Proudhon, tornou mais difícil a recepção do marxismo nas elites intelectuais portuguesas, durante o século XIX, o mesmo se aplica ao século XX com a *Seara Nova* que, ao rever-se no socialismo de matriz anterioriana (apesar das diferenças que nas suas propostas concretas é possível encontrar, caso, por exemplo, da importância que o cooperativismo assume no socialismo da *Seara Nova*, nos anos trinta), assumiria na cultura portuguesa uma importante resistência à recepção das propostas marxistas.³ A *Seara Nova*, mesmo nos anos trinta, quando de um lado e de outro se fazia passar a ideia que entre a via comunista e as propostas fascistas não havia alternativa, nunca deixou de defender que havia um outro caminho possível. Este caminho passava, como referia Proença, pelas propostas há muito defendidas na *Seara*: «só nós, os socialistas liberais, constituímos hoje a verdadeira garantia da ordem e da justiça na terra. Só nós somos os verdadeiros defensores da civilização ameaçada pelo apetite de uns, pelo egoísmo de outros, e pela cegueira de todos. Nós não concebemos o futuro como uma linha quebrada fazendo brusca inflexão sobre a linha do passado, mas como a própria linha do passado prolongada. (...) Não queremos que tivesse sido em vão que Sócrates bebeu a cicuta, que Cristo expirou na Cruz, que Bruno morreu na fogueira. Não nos resignamos a que a história do homem seja eternamente uma coisa bruta, cega, inconsciente, como muito provavelmente o é o Cosmos».⁴

¹ Referindo-se concretamente a Eça de Queirós, dizia Miguéis: «Que importa na verdade que o Eça tivesse aspirado em Proudhon o seu “revolucionarismo”, se havia de ficar de pés estendidos para o fogo ameno, remexendo voluptuosamente em sonho as rendazinhas do marquezinho de Blandford? Onde estão os resultados sociais da sua obra, se exceptuarmos uns scepticismos baratos, umas ironias fáceis, uns snobismos inspirados em Fradique, os lucros dos Lelos, a educação sexual das semi-írgens que andam (...). Considere-se a sociedade portuguesa de hoje, posterior a todos os últimos acontecimentos, e diga-se onde está a diferença íntima, essencial, estrutural, nos homens ou nas coisas, que tenha vindo do Eça e dos seus contemporâneos» (Rodrigues Miguéis, art. cit. (II), p. 88).

² António Sérgio, «Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual», *Seara Nova*, n.º 230, 25 de Dezembro de 1930, p. 215.

³ Esta é, também, a opinião de Borges de Macedo que considera de «importância decisiva» a resistência da *Seara Nova* (Borges de Macedo, «A Resistências à historiografia marxista», *Jornal de letras, artes e ideias*, Ano XII, n.º 519, de 16 a 22 de Junho de 1922, p. 16).

⁴ Raul Proença, «O Ultra Romantismo Político do “Diário de Notícias”», *Seara Nova*, n.º 256, 1 de Outubro de 1931, p. 9.

3. LIBERALISMO, DEMOCRACIA E AS TENTACÕES TOTALITÁRIAS NA SEARA NOVA

A *Seara Nova* representou em Portugal, nos anos 20 e 30, num contexto internacional e nacional de profunda crise para os regimes liberais e democráticos, contestados à esquerda e à direita por operários e classes dominantes, uma voz que se ergueu pela defesa cultural e/ou ideológica de uma longa tradição democrática e liberal que pretendiam renovada. Acentuaram, assim, os seareiros, logo no primeiro número, que não pensavam «retroceder até aos últimos dias de Setembro de 1910, como querem os monárquicos tradicionais, ou ainda mais para além, como querem os monárquicos tradicionalistas», mas sim «regressar ao 5 de Outubro, mas regressar avançando, caminhando numa direcção inteiramente diversa e numa atitude de espírito inteiramente nova». ¹ Era ainda este o sentimento de Raul Proença, em 1931, quando, em polémica aberta com Bourbon e Meneses, lhe lembrava que na *Seara Nova* fez a «Defesa, pela primeira vez a fundo, sistematicamente, das doutrinas liberais e democráticas; crítica infatigável, permanente, das doutrinas reaccionárias». ² É verdade que, apesar disso, em termos conjunturais, os seareiros não excluíram a possibilidade de governos de excepção; ³ porém, não se esqueciam de acentuar que a ditadura por si defendida não era a ditadura como sistema: «é a ditadura exercida por espíritos liberais — lembrava Sérgio em 8 de Junho de 1926 (curiosamente quando a ditadura já era um facto), em resposta a Martinho Nobre de Melo que o acusava de também ele ser crítico do parlamentarismo ⁴ — consequentes, de incontestável idealismo a qual tenha por objecto, não o radicar entre nós um sistema ditatorial, mas preparar as condições da verdadeira Democracia». ⁵

¹ *Seara Nova* [Editorial, R. Proença], n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 3.

² Raul Proença, «Réplica dum monstro de egolatria a um monstro de modéstia», *Seara Nova*, n.º 240, 26 de Fevereiro de 1931, p. 380

³ Ver, entre outros, para o caso em que se defendem governos de excepção extra-parlamentares, «Programa mínimo de salvação Nacional», *Seara Nova*, n.º 12, 15 de Abril de 1922, pp. 297-302; «Carta Aberta dirigida a Sua Ex.^a o Presidente da República», *Seara Nova*, n.º 27, Outubro de 1923, pp. 51-54. Para os casos em que se defendem soluções extra-parlamentares e «adiamento das sessões do congresso por praso indispensável», ver, entre outros, «Apelo à Nação», *Seara Nova*, n.º 21, Março de 1923, pp. 129-135; António Sérgio, «A União Cívica, os seus intuitos e os seus métodos», *Seara Nova*, n.º 22, Abril de 1923, pp. 157-161.

⁴ Esta acusação foi feita numa conferência na *Sociedade de Geografia* com a clara intenção de legitimar a ditadura saída do 28 de Maio de 1926. A isto respondeu Sérgio na *Seara Nova*: «Ao que nos disseram, fêz-nos sua ex^a a generosa honra de nos citar entre os críticos do parlamentarismo. Verdade é, mas há críticos e críticos. Ninguém, com efeito, se enjoou mais do que nós do parlamentarismo que por aí tivemos; e ninguém mais do que a *Seara*, com se sabe, pediu um governo excepcional. Tudo está, porém, no espírito desse governo, dessa ditadura provisória, preleminar e excepcional. O que desejamos, não é a abolição do Parlamento: é a sua reforma profundíssima» (António Sérgio, «Observação e Ideologia. Produtor e Cidadão», *Seara Nova*, n.º 94, 8 de Junho de 1926, p. 429).

⁵ *Idem, ibidem.*

Esta defesa de regimes de excepção, como já notou F. Farelo Lopes, não pode deixar de ser vista como uma «rendição da cultura liberal»,¹ porém, já não partilhámos das opiniões do autor quando pretende ver nesta rendição «uma espécie de meio — caminho»² entre o liberalismo e o fascismo. Tese que vem sendo defendida também por Villaverde Cabral, para quem o fascismo português, como regime autoritário, teve precursores num filão que já vem do século XIX e que se teria revelado, a partir daí, nas seguintes experiências: no cesarismo martiniano com a *Vida Nova* (1885); ditadura de João Franco (1906-1908); ditadura de Pimenta de Castro (1915); «República Nova» de Sidónio Pais (1917-1918) e na *Seara Nova* (*Homens Livres/Salvação Nacional* (1923)).³ Unia todas estas experiências, se bem entendemos a tese do autor, o sentimento da decadência nacional que atravessou, apesar das divergências aparentes, as barreiras ideológicas das elites intelectuais e políticas e que acabou por predispor-las à aceitação de soluções autoritárias e corporativas que viriam a desembocar, de forma definitiva, na solução protagonizada por Salazar, nos anos trinta do nosso século. Não negamos que esta tese, até pelo que tem de aliciante para a explicação de um fenómeno que ainda hoje divide os historiadores que procuram ilucidar os processos e as fases de maturação daquilo que viria a ser o Estado Novo, tenha, no seu conjunto, muito de válido, nomeadamente no acentuar do ponto comum a todas elas: o binómio decadência/regeneração. Porém, já me parece menos aceitável que, apesar de terem em comum a tentativa de resolverem de cima para baixo o que tardava a resolver-se de baixo para cima, se encadeiem as várias experiências, tão diferentes entre si, num mesmo sentido. A *Seara Nova*, apesar da defesa de governos autoritários e das convergências temporárias com sectores conservadores e reaccionários da sociedade portuguesa, como foi o caso do movimento e revista *Homens Livres* (1923),⁴ não deve, é pelo menos a nossa convicção, ser identificada com experiências que apostavam, não em ideias regeneradoras, mas que ten-

¹ Ver: Fernando Farelo Lopes, «O Liberalismo Decadente da *Seara Nova* (Algumas hipóteses)», *O Fascismo em Portugal* (Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980), Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 141-173.

² *Idem, ibidem*, p. 164.

³ Esta tese de Villaverde Cabral está presente em muitas das suas obras, destacamos *Portugal na Alvorada do Século XX — forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988; «O Fascismo Português Numa Perspectiva Comparada», *O Fascismo em Portugal* (Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980), Lisboa, Regra do Jogo, 1982, pp. 19-30 e, em colaboração com Ana Maria Almeida Martins, «Uma inesperada amizade política Basílio Teles e Luís de Magalhães segundo a sua correspondência inédita (1891-1923)», *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. VI, n.º 1, Jan-Jun., 1991, pp. 47-107.

⁴ Sobre esta experiência convergente da *Seara Nova* com os sectores integralistas, ver: António Adriano de A. P. Ventura, ob. cit., pp. 42-45 e João Medina, *O Pelicano e a Seara/a Revista "Homens Livres"*, Lisboa, Ed. António Ramos, 1978.

diam a personificar as ditaduras e a defendê-las, não como escopo final de uma libertação maior que as tornasse dispensáveis, mas como o único sistema capaz de regenerar e guiar os povos. É nossa opinião, portanto, que — sem excluirmos a hipótese de a *Seara Nova* entroncar, nesta sua versão mais autoritária, na matriz martiniana, com o qual concordamos — procurar ver, nestas tentações totalitárias, tendências, ainda que inconscientes e sem adesão teórica, de acolhimento do fascismo, pode parecer verosímil ou incontestável, mas é, no nosso entender, ligar realidades que, antes de contribuírem para uma maior clarificação deste assunto, podem tornar tudo ainda mais escuro. Ainda que se possa afirmar que a *Seara Nova*, ao propor governos de excepção, tornava mais fácil o acolhimento das ideias fascistas, o que não está provado, mesmo assim, parece-nos demasiado simplista integrá-la — pelo que escamoteia e encobre do conjunto da sua atitude doutrinária na defesa da liberdade e no ataque ao magma cultural que pretendia a superação de todos os pressupostos culturais e ideológicos que tornavam possível a democracia —, no cordão ideológico que tornou mais fácil a aceitação e a legitimação do Estado Novo.¹ Estas alianças da *Seara Nova* e a defesa de ditaduras transitórias terão, a nosso ver, que ser explicadas à luz da sua concepção elitista e supra-classista que acreditava possuírem os verdadeiros clerics um carácter de neutralidade, em relação aos interesses e às classes, o que possibilitaria, estando em causa o interesse nacional, governos de salvação donde resultaria, apesar das diferenças ideológicas, uma ideia orientadora e aglutinadora. Situação perfeitamente explicável à luz do seu idealismo político e filosófico que denuncia, é um facto, um importante erro de análise e a falta de uma estratégia capaz de compreender com eficácia e realismo os interesses então em jogo, durante a I República. E, por via disso mesmo, a *Seara Nova* viu-se, muitas vezes, manietada e enredada em contradições que derivavam do seu próprio idealismo político que tendia, por um lado, a subestimar o papel do Estado e, por outro, a reconhecer-lhe poderes excepcionais. Empenhada que estava no seu papel de pura persuasão e na doutrinação das elites viu-se muitas vezes envolvida na pequena política, respondendo aos apelos constantes de uma intervenção directa ou de pura pressão, perante uma situação que caminhava a passos largos para o abismo económico e político. Não admirará, portanto, que, em face desta dualidade que dividia o pró-

¹ Em 1931, António Sérgio, mais uma vez apontado por Martinho Nobre de Melo como o exemplo de um intelectual anti-parlamentar, clarificou: «Em resumo: eu atacava a democracia falsa, o parlamentarismo corrompido, porque queria uma democracia verdadeira e um parlamentarismo saneado; o sr. Nobre de Melo, pelo contrário, ataca a falsa democracia e também a verdadeira, porque quer a anti-democracia, o anti-parlamentarismo. A nossa divergência é pois completa; e exactamente porque ataquei sempre aquela falsa democracia, porque nunca tive com tal mentira a mais pequena solidariedade, — é que me senti, depois dela, com a mais perfeita autoridade moral» (António Sérgio, «A veracidade, o idealismo e a política», *Seara Nova*, n.º 237, 5 de Fevereiro de 1931, p. 326 [nota 2]).

prio grupo,¹ as soluções ditatoriais também surgissem à *Seara Nova* como as únicas saídas possíveis, em face do descrédito acentuado dos principais partidos e da crise geral a que se assistia. A verdade, porém — o próprio Raul Proença o reconhece, alguns anos mais tarde (excluindo-se a ele mas não à *Seara Nova*) —, é que «não havia quase ninguém que não tivesse, lá no mais íntimo do peito, fispada, para momento oportuno, a sua ditadura».² Assim, se não partilhamos das teses que vêm nesta rendição às tentações totalitárias transitórias o meio caminho entre o liberalismo e o fascismo — o que não esconde, há que reconhecê-lo, uma clara tentativa, por parte destas teses, em responsabilizar a *Seara Nova*, em determinado contexto, pela vitória do fascismo, aliás, como o fizeram vários sectores de opinião logo a seguir ao 28 de Maio —, também não pensamos com os que pretendem ver na defesa de governos de excepção, por parte da *Seara Nova*, minimizando este facto, apenas motivações de ordem exógena e circunstanciais.³

É nosso entender que a defesa das ditaduras transitórias, por parte da *Seara Nova*, encontra explicação no interior da sua própria filosofia política. Concorde assim com F. Catroga que, referindo-se embora a Sérgio, escreveu que é em função do seu racionalismo que se tem de explicar a aparente contradição de, por um lado, fazer a apologia e a defesa das formas democráticas de organização económica e política e, por outro, defender soluções totalitárias.⁴ Pois, seguindo o autor referido, também à *Seara Nova* «não lhe repugnava a concentração do poder desde que o seu exercício fosse iluminado pela recta razão e tivesse uma vigência passageira, já que, depois de lançadas as sementes regeneradoras, caberia ao povo desenvolvê-las, tomando definitivamente nas suas mãos o seu próprio destino».⁵

A defesa de governos de excepção não se tranformou em anátema na *Seara Nova*, após o derrube da I República. Pelo contrário, António Sérgio em 1933 recordava, precisamente na *Seara Nova*, a defesa que esta tinha feito, em Abril de 1922, de um governo fora dos métodos parlamentares, com o fim de «encarrear o país no caminho da salvação».⁶ E, tal como nessa altura, não se escusa a defender que não «é pois a existência em si de uma governação excepcional, com uma

¹ Raul Proença foi de todos os seareiros aquele que mais resistência ofereceu a soluções autoritárias e que menos convicção pôs nas soluções de excepção defendidas pelo grupo.

² Raul Proença, «Apresentação feita por ele próprio», ob. cit., p. 44.

³ Esta visão mais desculpabilizadora podemos encontrá-la, de alguma forma, em Sottomayor Cardia (Organização, prefácio e notas), *Seara Nova — Antologia. Pela Reforma da República (1) (1921-1926)*, Lisboa, *Seara Nova*, 1971.

⁴ Cf. Fernando Catroga, «Dialogar com António Sérgio», art. cit., p. 17.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ A *Seara Nova* apresentou nesta altura um «Programa Mínimo de Salvação Pública» em que, entre outras medidas, defendia a constituição de um governo de salvação nacional, apoiado pela opinião pública e fora dos métodos parlamentares (*Seara Nova*, n.º 12, 15 de Abril de 1922, pp. 297-302).

férias de alguns meses ao parlamento, o que repugna aos democratas da “*Seara Nova*”». ¹ Para depois, visando claramente a ditadura salazarista, esclarecer que a diferença está «no espírito que animar essa governação excepcional, na finalidade que se propuser». ² Quanto ao espírito, «não deve ser de direita, mas o de esquerda», quanto aos fins, «deve ser a de assegurar para o futuro um melhor funcionamento da democracia política e lançar as bases criadoras da democracia social, pela protecção ao cooperativismo de consumo». ³

É um facto que a *Seara Nova*, ao admitir o recurso à ditadura como forma de responder aos problemas sociais e políticos que se colocavam à sociedade do seu tempo, dava, aparentemente, razão aos que consideravam o liberalismo e a democracia em crise. Conheciam os seareiros estes argumentos, e não os deixaram sem resposta: «O que se chama crise da democracia — lembrava Sérgio —, é um simples aspecto superficial das cousas; o que existe profundamente é uma grande crise do capitalismo: e, na ânsia de o abaterem ou de o quererem salvar, estabelecem-se os governos de estatismo forte, os quais destroem pela violência as formas obsoletas da democracia». ⁴ Ao colocar assim a questão, Sérgio retoma nos anos trinta com novos argumentos, escorados agora na experiência cooperativista, a defesa do liberalismo político e a recusa do liberalismo económico, aqui identificado com o capitalismo. Assim, reconhecia a necessidade de uma alternativa ao capitalismo, embora dentro do quadro de uma certa tradição liberal que evitasse a coisificação do indivíduo (na boa tradição herculaniana) e a submissão deste aos interesses da sociedade e do Estado. Para que, deste modo, se evitassem os erros do socialismo marxista. ⁵ Não era, portanto, o ideal democrático que estava em crise (até porque para os idealistas da *Seara* o ideal democrático era um imperativo da consciência, logo eterno ⁶), o que falhou foram certos métodos e concep-

¹ António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12 de Janeiro de 1933, p. 232.

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, ibidem*, p. 231.

⁴ António Sérgio, «Diálogos de um Democrata e de um Estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340, 27 de Abril de 1933, p. 55.

⁵ Também sobre este assunto, já em 1931, Raul Proença defendia que a *Seara Nova* não incorria em nenhuma «contradição ao copular, como tantas vezes se tem feito, estas duas palavras: Socialismo liberal». E que não se julgasse que a *Seara Nova* estava isolada, pois, também, o trabalhista Macdonald definia o «Socialismo como a libertação progressiva do indivíduo». E, depois de rejeitar o socialismo marxista, reconhecia que «O liberalismo se familiarizou como o problema social. Já se não afigura como necessariamente ligado aos princípios da economia clássica da escola de Manchester. (...) Um dia virá em que a palavra liberal será reivindicada com orgulhosa consciência pelos socialistas» (Raul Proença, «Liberdade, fim supremo», *Seara Nova*, n.º 239, 19 de Fevereiro de 1931, p. 363).

⁶ Escreveu, a este propósito, António Sérgio: «O ideal democrático é eterno, porque deriva da própria estrutura da consciência humana» («Retalhos de Doutrina Democrática...», art. cit., p. 231, [sublinhado nosso]).

ções de democracia que, embora dizendo-se democráticos, se desviaram dos seus verdadeiros princípios. Era este, também, o pensamento do jovem seareiro Mário de Castro, quando em Coimbra, cerca de um mês antes do 28 de Maio de 1926, tentava desesperadamente inverter o sentido das coisas, ao dizer que «a democracia não foi desmentida porque não foi realizada mas ao contrário miseravelmente falsificada, e que é realizá-la, hoje, como ontem, o que nós outros pretendemos».¹

Desde o início, a *Seara Nova* procurou ligar a renovação e a defesa da democracia com a questão económica e social, assumindo no seu programa a tendência socialista e a necessidade de se proceder no sentido de se criarem alternativas políticas ao capitalismo:

«os meus leitores da *Seara Nova* — escreveu Proença — sabem ser minha opinião que o “soi-disant” liberalismo económico nada tem que ver com a liberdade intelectual e política, pois que se funda em razões de direito, no respeito da pessoa humana, mas numa pura concepção económica ou em interesses egoístas de classe. Pode-se ser partidário da liberdade económica (por exemplo a Associação Comercial de Lisboa) sem se comungar o liberalismo político, como se pode ser partidário do liberalismo político sem partilhar o liberalismo económico. São dois conceitos que estiveram historicamente ligados, numa das fases dialécticas da Revolução, mas que o não estão logicamente. Há pois, que dissociá-los».²

Mas, se o problema económico aparecia como fundamental na ideologia da *Seara Nova*, nada nela existe que a confunda com a análise que o marxismo fez sobre esta questão, pois a desigualdade económica é para os seareiros «capital na medida em que é uma questão moral (...)».³ Se combatiam o capitalismo era porque dele derivavam os desvios de «fidelidade à vontade geral».⁴ Ora, se uma plena realização da democracia implicava a hegemonia da *Vontade Geral* (em termos económicos esta vontade identificava-se com o interesse do consumidor⁵), só restava aos democratas combater todas as causas económicas, sociais, culturais

¹ Mário de Castro, «Em Frente das doutrinas reaccionárias», *Seara Nova*, 6 de Maio de 1926, p. 265.

² Raul Proença, *Liberdade, fim Supremo*, *Seara Nova*, n.º 239, 19 de Fevereiro de 1931, p. 363.

³ Raul Proença, «Para um evangelho... (VII), art. cit., p. 216.

⁴ António Sérgio, «Democracia crítica...», art. cit., p. 260. Sobre o conceito de *Vontade Geral* escreveu Sérgio: «Em nosso juízo, para o democrata consciente — que é idealista — a *vontade geral* não é a vontade do Estado nem a soma aritmética das vontades individuais. A *vontade geral* concebemo-la como a vontade de cada um de nós, a vontade de um qualquer indivíduo humano, sempre que o indivíduo para proceder, toma uma atitude de pensar objectiva, racional, geral» (*Idem, ibidem*, p. 259).

⁵ Sobre esta questão, cf. *idem, ibidem*.

e políticas que a entravavam. O primeiro passo, considerava Sérgio, estava em compreender que «as relações da Democracia política e da Democracia social são recíprocas: a instauração progressiva da Democracia social pressupõe instituições de Democracia política, mas o perfeito funcionamento da Democracia política pressupõe um certo grau de Democracia social, porque as instituições económicas não democráticas corrompem fatalmente as instituições políticas». ¹

A queda da I República e a instauração da Ditadura Militar que se seguiu ao 28 de Maio de 1926, obrigaram a *Seara Nova* a tornar mais claras as suas ideias sobre a sua concepção de democracia. Dado que não faltava quem pretendesse demonstrar que a Ditadura Militar mais não era que uma outra forma de democracia. A isto respondiam os seareiros dizendo que certas concepções de democracia mais não faziam «afinal do que perverter as suas idéas essenciais». ² E, em face disso, Raul Proença defendia nas páginas da *Seara Nova* que definir a democracia acabava por ser a «melhor maneira de a defender». ³

Importava, portanto, tornar claro na altura — quando por todo o lado se fazia a apologia dos governos fortes e autoritários — qual era a finalidade de um Estado em democracia, «porque um Estado que não conhece a sua finalidade, desconhece os seus limites, e está portanto apto para exercer tôdas as formas de tirania». ⁴ Em democracia, defendia a *Seara Nova*, «nunca um verdadeiro democrata pode reconhecer ao Estado qualquer poder absoluto sôbre o indivíduo». ⁵ Se a democracia existe para servir o indivíduo — perguntava Proença —, «O que é o Estado para êle, efectivamente, se não um instrumento destinado a permitir ao indivíduo uma vida verdadeiramente livre e digna do homem?». ⁶

Com este discurso, a *Seara Nova* pretendia claramente deslegitimar práticas e discursos políticos que não enjeitavam recorrer à camuflagem democrática (esta foi uma estratégia bastante utilizada no período de certa indefinição política que se seguiu ao 28 de Maio) para melhor perverterem os principais fundamentos da democracia. E, neste sentido, procurava dissuadir os que começavam a ver no Estado, não um meio de garantia da liberdade dos indivíduos, mas um fim em si. «Por outras palavras — escrevia Proença, então no exílio (Fevereiro de 1931) —: O Estado não pode ter fins superiores ao que é, para o indivíduo, um meio essencial. A pretensão de que o Estado pode sacrificar a liberdade a fins mais altos é a doutrina do despotismo, não a da democracia». ⁷ Este era, no entender da *Seara*, o erro dos reaccionários e das doutrinas socialistas autoritárias, para quem o indi-

¹ *Idem, ibidem.*

² Raul Proença, art. cit., p. 211.

³ *Idem, ibidem.*

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Idem, ibidem.*

víduo não existia como tal e, assim, caíam na metafísica social, no culto do *ser colectivo* e da *alma colectiva*.

De acordo com esta concepção individualista de democracia, recusava a *Seara Nova* todas as teorias políticas e filosóficas que subordinavam o indivíduo aos interesses do Estado e da sociedade. Afastando-se assim natural e logicamente de todas as concepções organicistas por as considerarem responsáveis, como era o caso da sociologia comtiana, pelas soluções políticas totalitárias contemporâneas.¹ «Para o estatista — referiu Proença na *Alma Nacional*, muito anos antes de se constituir a *Seara Nova* (1910) — a sociedade é uma pessoa tendo existência real, dotada de consciência e de vida própria — para além da vida e da consciência individuais». ² Acabando assim cada um por ser «subordinado ao todo; só a sociedade tem razão de ser em si mesma; o indivíduo só tem razão de ser como parte». ³ A esta concepção estatista opôs a *Seara Nova*, uma outra que entendia que «o indivíduo é a grande realidade viva, e na sociedade não há mais realidade que a soma destas realidades vivas». ⁴ Assim, tal como já defendera Proença nas páginas da *Alma Nacional*, a democracia que defendiam os seareiros exigia uma profunda inversão de critérios: «se para o estatista o indivíduo só vale na medida em que se subordina à sociedade, para o individualista, a sociedade só vale na medida em que serve o indivíduo». ⁵ Competia aos democratas — lembrava Proença em 1929 — escolher: «ou a democracia como expressão da liberdade individual, ou como expressão do direito absoluto do número; ou 89, ou Robespierre». ⁶

Retomava Raul Proença, agora num contexto político diferente e nas páginas da *Seara Nova*, uma antiga questão já por si tratada anteriormente na *Alma Nacional* (1910): havendo duas formas de conceber a democracia e a liberdade, havia que «escolher entre a democracia à antiga (a democracia estatista, a democracia da Cidade como na Grécia) e a democracia à moderna (a democracia individua-

¹ A este propósito escreveu Raul Proença nas páginas da *Alma Nacional* (1910): Para este filósofo [Comt], espírito tão original e tão robusto, quanto dogmático e autoritário, deve desaparecer tudo o que exaltar o Indivíduo, tudo o que dentro da sociedade o tornar de alguma maneira um fim. A sociedade é a única realidade positiva; o indivíduo não passa de uma pura abstracção. (...) Daí ainda a sua política de autocracia científica e o plano de governo infalível»

E assim, refere Proença, dele pôde dizer Stuart Mill: «O sistema de Comt é o sistema mais completo de despotismo espiritual e temporal que tem saído dum cérebro de homem, exceptuando talvez o de Inácio de Loyola» (Raul Proença, *Alma Nacional*, n.º 30, 1-9-1910, apud. Raul Proença, *Antologia* - 1 (Pref., Selecção e notas de António Reis), Ministério da Cultura, 1985, p. 106).

² *Idem, ibidem*, p. 105.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 106.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ Raul Proença, «Para um Evangelho... (VII), art. cit., p. 215.

lista, aquela que a revolução francesa [1789] proclamou». A escolha que a *Seara Nova* fez, sobre esta questão, colocou-a, tal como considerava Proença, na linha do paradigma da modernidade liberal, sobretudo pelo empenho posto «a favor das energias individuais que apenas pedem aos poderes públicos a criação e garantia do mínimo de ordem necessária ao máximo de liberdade». ¹ Porém, neste ponto, como já mostrou J. Gomes Canotilho para o discurso republicano português, se o facto de a *Seara Nova* fundamentar todo o seu discurso, no que concerne aos direitos e liberdades individuais, tendo como base o indivíduo, a coloca no centro da modernidade liberal, não é menos certo, se tivermos em conta o seu activismo político e a permanente inquietação com a procura de soluções que conduzissem ao progresso, aproximar o seu discurso daquilo que se entende por liberdade dos antigos. ² Também a *Seara Nova*, encontrando-se, neste ponto, com o ideal grego e com o sentimento dominante na propaganda republicana, ³ desejou e trabalhou para «que todos os cidadãos tomassem consciência da sua condição de iguais e homens livres, partilhando a universalidade do logos (res publica)», ⁴ a caminho de uma sociedade de iguais. E assim, se, no que concerne aos direitos e liberdades individuais, a *Seara Nova* se identifica com a liberdade dos modernos, já a forma como consideravam os deveres do cidadão a aproxima da liberdade dos antigos.

Em conclusão: a *Seara Nova* representou nos anos 20-30 deste século, em Portugal, um importante espaço ideológico e cultural de reflexão democrática que pretendeu aprofundar e fundamentar a democracia e a liberdade em novas bases políticas e filosóficas. À concepção jacobina e materialista de democracia que acreditava ser possível realizar directamente e exteriormente a justiça «na sociedade por uma conveniente organização das instituições político-sociais, feita por indivíduos animados de um certo sentimentalismo popular», ⁵ opunham os seus autores uma concepção idealista de democracia que exigia cidadãos críticos e objectivos, tomados por uma «atitude de concentração e de auto-domínio, de interioridade e de reflexão centrípeta». ⁶ Concepção que entendia que o eliminar de todas as formas de injustiça na sociedade tinha «como condição prévia o combate contra os males sociais dentro do espírito de cada um de nós». ⁷ Defendendo, portanto, que «a justiça na sociedade é o reflexo da justiça interior de cada um dos

¹ J. Gomes Canotilho, art. cit., p. 754.

² Sobre este assunto, cf. *idem, ibidem*.

³ Cf. *idem, ibidem*, p. 757.

⁴ *Idem, ibidem*.

⁵ António Sérgio, «Democracia Crítica, Experimental e Cooperativa», *Seara Nova*, n.º 401, 9 de Agosto de 1934, p. 262.

⁶ *Idem, ibidem*.

⁷ *Idem, ibidem*.

seus membros, ou pelo menos, da justiça interior da elite dirigente de uma nação».¹

Aos que pretendiam opor liberdade e autoridade e, a coberto disso, suprimir aquela, respondeu a *Seara Nova* que os dois conceitos não eram incompatíveis e que o «condicionamento da liberdade de um homem provém da necessidade de respeitar a liberdade de um outro homem; de maneira que é a liberdade que condiciona, ao cabo de contas, a autoridade»;² admitindo apenas os democratas idealistas a autoridade «quando é meio para a liberdade». ³ Aliás, escreveu Sérgio (1933), «Fundar a democracia, é levar a substituir progressivamente a autoridade de certos homens (ou dum certo homem, sôbre os outros) pela autoridade interna em cada um de nós, isto é, pelo império do racional de cada alma cívica sobre os seus interesses e paixões». ⁴

Aos que pretenderam encontrar a essência da democracia no Sufrágio Universal e a soberania da nação no povo, respondeu a *Seara Nova* que «a primeira verdade a pôr em evidência é que é no direito individual, e não no direito do número, que reside a essência da democracia». ⁵ E que, do duelo entre o espírito de Rousseau e o de Voltaire, optavam claramente os seareiros por este, pois, do espírito daquele brotaram o bolchevismo russo e o fascismo italiano. ⁶ Aliás, o autor do *Contrato Social*, no entender de Proença, estava «muito longe de ser esse apóstolo do individualismo que dele têm querido fazer, fiados em grosseiras aparências (...) a tal ponto que, se caracterizarmos a Revolução pelo triunfo do individualismo, ninguém tem, porventura, mais direito de que Rousseau a chamar-se mestre da contra-revolução». ⁷

Aos que viram na recusa do liberalismo económico e na defesa do socialismo uma renúncia ao espírito liberal e à democracia, respondeu a *Seara Nova* que «O liberalismo económico não é uma consequência necessária do liberalismo democrático, antes está em contradição com ele». ⁸ Pois o verdadeiro liberalismo «é de

¹ *Idem, ibidem.*

² António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12 de Janeiro de 1933, p. 231.

³ *Idem, ibidem.*

⁴ António Sérgio, «Aos Jovens “Seareiros” de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão», *Seara Nova*, n.º 87, 13 de Maio de 1926, p. 292.

⁵ Raul Proença, art. cit., p. 211.

⁶ O contexto em que Proença fez esta afirmação, em Abril de 1929, foi o seguinte: «Êste duelo, êste conflito trágico entre o que poderemos chamar o espírito de Voltaire e o espírito de Rousseau, sobrevive até aos nossos dias. Se aquele dominou na Europa depois da Santa Aliança, o espírito de Rousseau traduz-se hoje, sob certo ponto de vista, no bolchevismo russo e no fascismo italiano» (*idem, ibidem*, p. 215).

⁷ *Idem, ibidem*, p. 213.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 216.

base igualitária». ¹ E para se ser socialista liberal não há «que engeitar a democracia, nem sequer que conciliar democracia e socialismo. Não se concilia um teorema com o seu corolário». ²

Aos que pretenderam confundir o socialismo da *Seara Nova* com o socialismo bolchevista, responderam os seareiros: «As outras escolas socialistas propõem-se matar o capitalismo à força de pancadas que são decretos, com as armas políticas de que dispõe o Estado; nós queremos matá-lo por asfixia, crescendo sobre o corpo do capitalismo, como uma vegetação sôbre uma ruína». ³

Vejamos então, mais de perto, como a *Seara Nova* entendia o socialismo.

4. DEMOCRACIA SOCIAL, SOCIALISMO LIBERAL E DEMOCRACIA COOPERATIVISTA

Democracia social, socialismo liberal e democracia cooperativista foram os três conceitos mais utilizados na *Seara Nova* para definir o seu socialismo democrático. Porém, se, durante as quase duas décadas que aqui analisamos (1921-1939), os dois primeiros conceitos foram utilizados invariavelmente e em contextos diferentes, já o último, a democracia cooperativista, só foi utilizado, pelo menos de forma sistemática e convicta, após o regresso de António Sérgio do exílio, em 1933. Democracia cooperativista que, como veremos, marca uma evolução importante na concepção socialista da *Seara Nova*, em termos de alternativa ao capitalismo e ao comunismo. Não fizemos qualquer estudo quantitativo da utilização destes conceitos na revista, mas não negamos que esse método nos poderia ajudar a fazer uma ideia mais aproximada sobre a forma como a *Seara* foi concebendo o socialismo. Porém, o que importa realçar por agora é o facto de os seareiros necessitarem de recorrer a vários conceitos para designar o seu socialismo. O que manifesta, só por si, uma clara preocupação em se demarcar de outras concepções de entender a democracia e, sobretudo, de entender o socialismo. Por outro lado, é evidente no discurso da *Seara Nova* a preocupação que os seus colaboradores tiveram em escolher, entre os conceitos referidos, o que melhor se adequava, em cada situação concreta, ao ataque e demarcação das teses que pretendiam rebater. Assim, quando pretendiam vincar a diferença do seu socialismo em relação aos modelos que pretendiam superar a tradição liberal e viam na tomada do Estado a tecnologia essencial para a realização do socialismo, reforçavam a sua ideia acentuando o carácter liberal (socialismo liberal) da sua proposta socialista. Quando o que estava em causa eram diferentes formas de conceber a democracia

¹ *Idem, ibidem*, p. 215

² *Idem, ibidem*, p. 216

³ António Sérgio, «Mais Retalhos», *Seara Nova*, n.º 332, 2 de Março de 1933, p. 310.

e queriam tornar clara a sua maior sensibilidade às questões sociais, o conceito mais utilizado era o de democracia social. O conceito de democracia cooperativista (que como já dissemos, aparece mais tarde) tinha um âmbito mais vasto de actuação e era utilizado como um ideal a atingir que pressupunha a perfeita ligação entre a democracia política e a democracia económica.

A evolução da concepção socialista na *Seara Nova* — que parte de uma tímida defesa do socialismo e progressivamente vai evoluindo para uma clara intenção de superar o capitalismo, defendendo, não como no início, apenas algumas reformas no regime de propriedade, mas a própria superação do sistema capitalista, com a defesa da socialização dos meios de produção e de troca — deve muito, o que até é natural, ao diálogo e confronto que foi mantendo com outras formas de contestar e de conceber o socialismo.¹ Queremos com isto dizer que a *Seara Nova* visou preencher um espaço político e ideológico que pretendia, sem sair do paradigma liberal, reformar o capitalismo, através do combate ao liberalismo económico que considerava em perfeita contradição com o liberalismo democrático. E, assim, é sobretudo na sua atitude de objecção aos que lhe pretenderam negar esse espaço que o discurso e a ideologia da *Seara Nova* melhor se define. Logo, a inteligência da evolução do socialismo na *Seara Nova* deverá, como é evidente, ser feita neste quadro de crítica e de alternativa às políticas e ideologias que tendiam a tornar-se dominantes: tanto as que pretendiam superar a democracia e o liberalismo e, embora noutros moldes, defender o capitalismo, através de políticas autoritárias e fascistas, como aquelas que pretendiam combater o capitalismo e o liberalismo socorrendo-se de meios, também eles autoritários e totalitários. Isto para já não falarmos nas propostas anarquistas que, também elas, não mereciam a aprovação da *Seara Nova*. Assim, embora críticos dos que pediam ao Estado um excessivo protagonismo, nunca concordaram com os que viam nele apenas um entrave. Para a *Seara Nova*, como já tivemos ocasião de ver, o Estado, em democracia, tinha todas as potencialidades para ser instrumento de libertação e «condição essencial para que cada homem reconheça a existência dum limite ao seu direito no direito dos outros e respeite as condições da reciprocidade».² «Que a

¹ Exemplo disto está na forma como a *Seara Nova* se preocupou em tornar claro que os motivos por que combatiam o socialismo bolchevista não se confundia com os argumentos utilizados pelos sectores de direita: «Os motivos — dizia Proença — que me levam a insurgir-me contra o Bolchevismo não são evidentemente os mesmos que os que inspiram o Diário de Notícias e a restante imprensa burguesa» «(...) o que me revolta na Rússia de hoje é a opressão em nome do socialismo. Não há, pois, aqui a menor concessão à «moral» e à política burguesas. Ao criticar o bolchevismo russo, o autor destas linhas só se lembra duma coisa: de que é socialista. Êle não ataca o Estado soviético por ter realizado o Socialismo, mas porque o não realizou, porque realizou o contrário do Socialismo e porque continua a protestar que é um Estado socialista» (Raul Proença, «A Rússia ao Léu», art. cit., p. 35).

² Raul Proença, «Para um evangelho... (VII), art. cit., p. 211.

minha doutrina é individualista — lembrava Proença aos que o acusavam de anarquista (1931) —, disso não podem restar dúvidas. Mas de aí a concluir que defendo um conceito libertário da vida social e um individualismo anárquico, vai um abismo de incompreensão». ¹ E mostrando conhecer bem a doutrina em causa, concluía: «Todo o anarquista consequente concebe o Estado como um entrave. Eu concebo-o e quero-o como um instrumento de libertação. Ninguém tem, pois, o direito de me chamar anarquista». ²

É verdade que algumas expressões de Sérgio, sobretudo se descontextualizadas e recolocadas fora do ambiente polémico e teórico em que nasceram, podem facilmente confundir-se com certas tiradas de fundo anarquista, sobretudo quando se trata do papel reservado ao Estado. Analisemos, por exemplo, esta afirmação de Sérgio: «O Estado, na nossa doutrina, deve ser uma associação como outra qualquer, e de natureza essencialmente caduca. Por isso, e por outros motivos, nos chamamos socialistas liberais. Pedimos ao Estado, sobretudo, que faça o possível por se tornar inútil, por desaparecer, e que se vá apagando gradualmente ante a Sociedade cooperativa, ante a Democracia dos Consumidores». ³ No horizonte de Sérgio estava o Primeiro Ministro Salazar e o corporativismo do Estado Novo que, a seu ver, pretendia incorporar a Nação no Estado, ⁴ daí compreender-se o seu discurso mais radical, pela negação. Menos radical era o seu entendimento, um ano depois (1934), agora mais empenhado em divulgar a doutrina e os métodos cooperativistas, quando considerava que «O Estado, em boa doutrina democrática, nem deve pretender substituir a iniciativa dos indivíduos, nem abandoná-la à sua sorte: deve estimulá-la e ampará-la. O melhor estímulo é, por um lado, a assistência técnica e a propaganda; por outro, a facilidade do crédito». ⁵

Por sua vez, Raul Proença ao pretender demarcar-se, em 1931, do bolchevismo, afirmava: «O socialismo, meus senhores, é para os que têm pressa de o realizar (...) Isto só se pode conseguir por um longo esforço, uma longa paciência, uma árdua tarefa — exercida na liberdade, pela liberdade, para maior triunfo da liberdade». ⁶

¹ Raul Proença, «Conversa com as “Novidades”», *Seara Nova*, n.º 257, 13 de Agosto de 1931, p. 259.

² *Idem*, *ibidem*.

³ António Sérgio, «Diálogos de um Democrata e de um Estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340, 27 de Abril de 1933; p. 53.

⁴ Neste contexto, escreveu Sérgio: «(...) a incorporação da Nação no Estado é que é para nós, democratas, a maior das monstruosidades (...) O Estado comunista, claro, pretende incorporar a Sociedade; mas o “Estado Novo” capitalista pretende também incorporá-la, e tódas as incorporações nos parecem más» (*idem*, *ibidem*).

⁵ António Sérgio, «Democracia crítica, experimental e cooperativa», *Seara Nova*, n.º 401, 9 de Agosto de 1934, p. 261.

⁶ Raul Proença, «Rússia ao Léu», art. cit., p. 41.

Raul Proença pouco mais adiantava ao que já tinha escrito dez anos antes, aquando da saída do primeiro número da *Seara Nova*. Já então, tendo em fundo o socialismo soviético ainda recente, escrevera que as suas simpatias iam para os que lutavam «dentro da ordem, dos métodos democráticos e dêsse espírito de realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais, pelo triunfo do socialismo». ¹ Aliás, esta mesma preocupação voltava a manifestar-se, cerca de dois anos depois (Abril de 1923), quando Proença reafirmou que na *Seara Nova* continuavam «a ser republicanos de tendência socialista — quere dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado na regulamentação das actividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção», concepção que, sem dúvida, «é justamente o contrário do bolchevismo, pois que nem êste admite qualquer espécie de “progressividade”, nem procura realizar, no fundo, a justiça distributiva, nem respeita as condições reais do exercício das actividades económicas». ²

Vemos assim que o socialismo seareiro nasceu tanto por oposição ao liberalismo económico da escola de Manchester, como por oposição ao socialismo de raiz marxista. Podemos mesmo dizer que foi tendo no seu horizonte teórico estes dois sistemas que a *Seara Nova* acabou por construir o seu modelo de socialismo. Sempre guiados, porém, pelo seu idealismo e racionalismo filosófico que fazia depender a transformação da sociedade da racionalização das atitudes. Concepção que, como já referimos, fazia depender a eliminação das desigualdades sociais do combate prévio à injustiça interior de cada cidadão. Assim, se preconizavam a democracia social e a progressiva equiparação das riquezas, era porque, sem uma melhor e maior igualdade económica, não havia liberdade. Logo, esclarecia Sérgio, «Todos os melhoramentos materiais são considerados por nós [*Seara Nova*] como meios e factores de melhoramento espiritual, e a emancipação económica não passa para nós de um meio da emancipação moral, da liberdade de consciência». ³

O socialismo cooperativista, divulgado por iniciativa de António Sérgio na *Seara Nova*, a partir de 1933 — por influência, essencialmente, de Charles Gide ⁴ —, enquadra-se perfeitamente nesta fundamentação ética e libertadora das reformas económicas. Pois, como a propósito lembrou Fernando Ferreira

¹ *Seara Nova* [Editorial, R. Proença], n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 3.

² *Seara Nova*, [Editorial, R. Proença], n.º 22, Abril de 1923, p. 153.

³ António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», art. cit., p. 232.

⁴ Na *Seara Nova*, entre 1932 e 1933, foram publicados 16 excertos da sua obra, comentados e traduzidos por António Sérgio. Sobre cooperativismo, foram também publicados excertos de Fabien France (3), Ernest Poisson (4) e Francis Delaisi (1).

da Costa, «o cooperativismo é simultaneamente uma “via” e uma “forma” de Socialismo, é um fim em si mesmo, embora, pela sua progressiva evolução, possa ser considerado como instrumento de emancipação dos homens». ¹ Assim, podemos dizer que o cooperativismo aparece como corolário lógico da revolução que, desde a primeira hora, a *Seara Nova* defendeu. Com o cooperativismo se pretendia libertar a grei fora do Estado, pela iniciativa dos cidadãos e de uma forma criadora e pacífica. Com a generalização do regime cooperativo — de começo com as cooperativas de consumo «comprando directamente aos produtores para distribuir aos sócios sem lucro algum (...) depois, quando monta fábricas e distribue artefactos pelo respectivo custo de produção (...) em seguida, quando a cooperativa granjeia terras, dedicando-se, portanto à produção agrícola (...) e quando, em qualquer altura, funda o seu banco cooperativo, anula o lucro financeiro» ² — suprime-se o lucro e o capitalismo; e sem estes acaba-se «por suprimir desde logo as distinções de classe». ³ E, se o cooperativismo — confiava Sérgio — se desenvolver «até ao ponto de a Federação das Cooperativas, com o seu Banco Cooperativo, se tornar a grande fôrça directriz da vida económica de uma nação, deixará de haver qualquer influência corruptora do económico sôbre o político, porque a vontade da cooperativa de consumo é sempre, por natureza, a vontade geral». ⁴ Ora, concluía Sérgio, se a «República Cooperativa é a plena realização da hegemonia da Vontade Geral», ⁵ é neste estágio que nos deparamos com «a plena realização da Democracia». ⁶ Sabendo nós o que Sérgio entendia por *Vontade Geral* — a vontade de cada indivíduo que em qualquer procedimento toma uma atitude de pensar objectiva, racional, geral —, fica claro que na raiz e no fim de tudo uma mesma ideia: levar o império da razão a todos os recantos da realidade social.

Apesar de todas estas fundamentações teóricas, chegaram a questionar-se alguns leitores da *Seara Nova*, a fazer fé num artigo-resposta de Sérgio, se a democracia cooperativista divulgada na revista se integrava na democracia parlamentar, ou melhor, se o regime cooperativista era parlamentar. Aproveitou Sérgio para esclarecer que o parlamento era essencial, pois era «o seu aspecto político, como o cooperativista é o seu aspecto económico». ⁷ Significando, portanto, a democracia cooperativista «o regime político-social que (...) se não limita a ser

¹ Fernando Ferreira da Costa, «O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas», *Revista de História das ideias*, 5, 1983, p. 378.

² António Sérgio, «Sôbre o Sistema Cooperativista», *Seara Nova*, n.º 522, 14 de Agosto de 1937, p. 344.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ António Sérgio, «Democracia crítica, experimental e cooperativa», art. cit., p. 260.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ *Idem, ibidem*.

⁷ António Sérgio, «Cooperativa e Parlamento», *Seara Nova*, n.º 344, 25 de Maio de 1933, p. 126.

democrático na sua organização política, senão que também o é na sua organização económica, e que essa democracia económica será realizada pela sua aplicação intensíssima do princípio cooperativo, até se atingir a socialização dos meios de produção e de troca». ¹ E mesmo sem «ter necessidade de recorrer — continua a explicar Sérgio — a nenhum princípio filosófico ou moral, mas pela simples aplicação do princípio económico do cooperativismo (hegemonia do consumidor e voto individual) chega o cooperativista ao regime da democracia política, a eleição se faz pelos votos individuais dos cidadãos». ²

Vemos assim que o socialismo cooperativista proposto pela *Seara Nova* não deixava de ter em atenção o Estado. Aliás, acusada a *Seara Nova*, em 1933, pelo recém formado *Grupo Renovação Democrática*, do qual faziam parte antigos seareiros, como era o caso de Mário de Castro, dizíamos nós, acusada de defender *uma rígida neutralidade do Estado*, aproveitou Sérgio para, mais uma vez, expor a posição da *Seara Nova* sobre este assunto:

«Não morremos de amores pelo dito Estado: mas desejamos que êle, enquanto existir, intervenha pela justiça social, incitando e auxiliando as cooperativas a socializarem os meios de produção e de troca. Intervir, porém, e auxiliar os outros a fazer, não é o mesmo que fazer êle próprio. Desejamos, portanto, que o Estado incite: promulgando legislação, contratando técnicos, facilitando dinheiro e fornecendo escolas (escolas do trabalho em cooperação) — mas não que êle faça». ³

Esta «ilusão liberalista e anti-maquievélica da política», ⁴ como lhe chamou Fernando Catroga, que levou a *Seara Nova* a colocar no mesmo plano o Estado e o verdadeiro educador, devendo ambos tudo fazer para se tornarem dispensáveis, diz bem das razões dos seareiros na não aceitação de formas de socialismo que viam no Estado um meio e um fim. Compreende-se assim que Sérgio — embora tenha algumas vezes considerado que o ideal de socialismo defendido pela *Seara* se assemelhava «ao das várias escolas do socialismo» ⁵ — diga que o socialismo da *Seara* se distingue dos outros nos métodos e nos meios: «O método-para elas [outras escolas socialistas] é o da política, essencialmente: é o da conquista dos órgãos do Estado, pela revolução ou pelo voto. Para nós, pelo contrário, o método é essencialmente económico: é a acção privada dos consumidores na criação das cooperativas». ⁶ Na mira estava sempre o socialismo soviético, considerado, entre

¹ *Idem, ibidem.*

² *Idem, ibidem.*

³ António Sérgio, «Grupo Renovação Democrática», *Seara Nova*, n.º 336, 30 de Março de 1933, p. 372.

⁴ Fernando Catroga, «Dialogar com António Sérgio», art. cit., p. 16.

⁵ António Sérgio, «Mais Retalhos», *Seara Nova*, n.º 332, 2 de Março de 1933, p. 310.

⁶ *Idem, ibidem.*

os seareiros, como socialismo de Estado e não democrático. Também a *Seara Nova* defendia a «socialização dos meios de produção e de troca, mas não efectuada pela autoridade, não realizada pelo Estado». ¹ Ora esta maneira de socializar, não se cansavam de lembrar os seareiros, nada tem que ver com o comunismo que «não respeita a liberdade». ² A socialização dos meios de produção que propunham era uma «aplicação dos princípios da Democracia, e respeita a iniciativa e a liberdade dos trabalhadores». ³ E se alguém, mesmo assim, ainda confundia a *Seara Nova* com o comunismo não eram «os democratas, mas sim os reaccionários», que confundiam «a democracia com o comunismo». ⁴

Chegados aqui, duas conclusões apenas: a primeira, é a de que, se é evidente a evolução na concepção de socialismo durante os anos que aqui analisámos, nomeadamente com a divulgação da doutrina cooperativista, não existe, porém, nenhuma contradição entre a defesa do socialismo cooperativista e o espírito filosófico e político que esteve na origem da *Seara Nova*, podendo mesmo dizer-se que a democracia cooperativista aparece como corolário lógico do racionalismo dominante desde o início na revista. A segunda, é a de que grande parte da fundamentação socialista na *Seara Nova* nasceu do confronto com o socialismo que acabou por virar com a revolução russa de 1917.

1. O PRIMADO DA CULTURA NA ACÇÃO POLÍTICA

Gostava de dizer Sérgio que na raiz de toda a «obra da *Seara Nova* não estava a política, mas sim «uma reforma de carácter íntimo, intelectual» que passava por «uma iniciação na objectividade do espírito, no verdadeiro pensar». ² As consequências políticas vinham depois, «por si sem que nós o visemos». ³ Talvez por isso, apesar dos inúmeros apelos e, mesmo, críticas, ⁴ recusaram sempre constituir-se em partido político. Não obstante e sem correrem o risco de qualquer contradição, os seareiros nunca esconderam que só fizeram «política e só

¹ Sobre este assunto, embora na acepção humanista, cf. António Guerreiro, «A política sem culturas», *Expresso*, 3 de Abril de 1993, p. 22.

² António Sérgio, «Núcleos Sólidos», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933, p. 327.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ O facto de a *Seara Nova* se apresentar como grupo e com princípios programáticos mais ou menos expressos levou a que, tanto durante o período da 1.ª República, como depois do 28 de Maio de 1926, se levantassem algumas vozes, amigas e inimigas, para que se transformasse em partido político. Ou então que, pelo menos, abandonassem (e, para este caso, sobretudo no Estado Novo), o princípio que subordinava a política à cultura e à moral e que

¹ António Sérgio, «Retalhos de Doutrina Democrática», art. cit., p. 231.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*. O período da 1.ª República, cf. Raul Franco, «Porque não somos um partido

⁴ *Idem, ibidem*, p. 2, 3 de Novembro de 1921, pp. 76-89.

de respeito como socialismo de Estado e não democrático. Também a Segunda República e a socialização dos meios de produção e de troca não são ideias desta natureza. Não se trata de ideias de Estado. O que esta natureza de socialismo não se compreende de ideias de Estado, nada tem que ver com o comunismo que não respeita a liberdade. A socialização dos meios de produção que propõem as várias correntes dos princípios da Democracia e respeito à iniciativa e à liberdade dos trabalhadores. E se alguém quiser essas ideias confundir a Segunda República com o comunismo não é uma democracia mas sim a rejeição das ideias que constituem a democracia e o comunismo.

Vemos assim que a democracia e o comunismo são ideias que se confundem. Mas como se vê, a primeira é de que se deve desenvolver a cooperação de socialismo durante os anos que daí resultarem. Naturalmente com a realização da doutrina cooperativista não existe nenhuma contradição entre a doutrina de socialismo cooperativista e o princípio político e político que esteve na origem da Segunda República. Não há qualquer coisa que a democracia cooperativista aparece como contrário lógico do racionalismo dominante desde o início na República. A segunda é a de que grande parte da fundação da Segunda República se realizou no âmbito da cooperação de socialismo cooperativista a partir de 1917.

Desejamos, portanto, que o Estado mude: promulgando legislação, contratando técnicos, facilitando crédito e fornecendo escolas (escolas do trabalho em cooperação) — mas não que ele faça.

Esta «visão liberalista e anti-maquévilica da política», como lhe chamou Fernando Catroga, que levou a Segunda República a colocar no mesmo plano o Estado e o verdadeiro cidadão, desvendando todos os meios para se tornarem dispensáveis, não herdada das doutrinas de socialização de formas de socialismo que vimos no Estado um único e um fim. Compreende-se assim que Sérgio — embora tenha algumas vezes considerado que o ideal de socialismo defendido pela Segunda República não são das várias escolas de socialismo — diga que o socialismo da Segunda República se distingue dos outros nos métodos e nos meios: «O método para elas [estas escolas socialistas] é o da política, essencialmente: é o da conquista dos órgãos de Estado, pela revolução ou pelo voto. Para nós, pelo contrário, o método é essencialmente econômico: é a acção privada dos consumidores na criação das cooperativas». Na minha estada sempre o socialismo soviético, considerado, entre

¹ *Idem*, *ibidem*.

² *Idem*, *ibidem*.

³ António Sérgio, «O novo Renascimento Democrático», art. cit., p. 321. *Revista de Estudos Políticos*, n.º 332, 2.º de Março de 1933, p. 172.

⁴ Fernando Catroga, «Dialogar com António Sérgio», art. cit., p. 16.

⁵ António Sérgio, «O novo Renascimento Democrático», *Revista de Estudos Políticos*, n.º 332, 2.º de Março de 1933, p. 172.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

CAPÍTULO IV

CULTURA POLÍTICA PODER

Cultura, política e poder, podemos dizê-lo, são conceitos que na *Seara Nova* só aparentemente se separam. Pois, de acordo com o seu racionalismo, nada mais difícil do que conceber uma política sem cultura, ou, melhor ainda, sem ideias. Para ela, o saber em geral tinha uma função cultural de sociabilização do pensamento. Dito de outro modo: era o saber que instituiu toda a política como política de ideias. E, por isso, conceberam sempre a política com um significado cultural; pois, daqui advinha que a cultura tinha um valor efectivo de racionalização e de legitimação do próprio poder.¹

1. O PRIMADO DA CULTURA NA ACÇÃO POLÍTICA

Gostava de dizer Sérgio que na raiz de toda a obra da *Seara Nova* não estava a política, mas sim «uma reforma de carácter íntimo, intelectual» que passava por «uma iniciação na objectividade do espírito, no verdadeiro pensar».² As consequências políticas vinham depois, «por si sem que nós o visemos».³ Talvez por isso, apesar dos inúmeros apelos e, mesmo, críticas,⁴ recusaram sempre constituir-se em partido político. Não obstante e sem correrem o risco de qualquer contradição, os seareiros nunca esconderam que só fizeram «política e só

¹ Sobre este assunto, embora na acepção iluminista, cf. António Guerreiro, «A política sem cultura», *Expresso*, 3 de Abril de 1993, p. 22.

² António Sérgio, «Nótulas Sôltas», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933, p. 327.

³ *Idem, ibidem.*

⁴ O facto de a *Seara Nova* se apresentar como grupo e com princípios programáticos mais ou menos expressos levou a que, tanto durante o período da I República, como depois do 28 de Maio de 1926, se levantassem algumas vozes, amigas e inimigas, para que se transformassem em partido político. Ou então que, pelo menos, abandonassem (e, para este caso, sobretudo durante o Estado Novo), o princípio que subordinava a política à cultura e à moral e que teimava em manter-se afastada daquilo que os críticos consideravam como *técnica política*. Sobre este último caso, cf. a resposta que António Sérgio deu a estas críticas no artigo anteriormente citado. Para o período da I República, cf. Raul Proença, «Porque não somos um partido político», *Seara Nova*, n.º 2, 5 de Novembro de 1921, pp. 48-49.

política», com a diferença de sempre a terem feito «pela raiz de tudo que é o intelecto»² Era, por isso, sua convicção que tinham sido mais úteis na função de «gimnásio intelectual, moral e cívico»,³ do que se se tivessem transformado em partido político. Ainda que não negassem que era difícil aos «indivíduos que adoptaram a orientação partidária, com os seus dogmas e exclusivismos»,⁴ perceber o apostolado da *Seara Nova* que «vai a tôda a parte prégar a idea».⁵

Almejaram, portanto, os seareiros fazer da *Seara Nova* uma escola que correspondesse aos anseios dos que procuravam uma «cultura intelectual autêntica»,⁶ seguros que estavam da «idea que para fazer uma democracia a sério é necessário primeiro criar espíritos».⁷ Aos verdadeiros clerics — ao contrário dos tribunos e chefes políticos que «só pensam em criar a democracia por fora — na praça pública e no parlamento —»,⁸ cabia o importante papel de criar a democracia «de dentro — no interior das almas — pela cultura mental de indivíduos de elite».⁹

Não vamos repetir aqui o sentido deste idealismo, nem o elitismo que dele decorre. Ou mesmo a sua relação com a forma como a *Seara Nova* concebeu a democracia que, como sabemos, antes de ser um regime, era um imperativo da própria consciência e, portanto, eterna (sobre este assunto, cf. cap. III). Gostaríamos, todavia, de retomar, tendo em conta os objectivos deste capítulo, uma outra ideia, a nosso ver essencial para que possamos compreender o modo e a finalidade com que todas as formas de manifestação cultural foram entendidas pela *Seara Nova*: referimo-nos à necessidade sentida por esta de dar corpo (a revista *Seara Nova* inscreve-se especificamente neste objectivo) a um movimento de opinião racional e crítico, considerado chave na construção e na legitimação da democracia.¹⁰ E, desta feita, realçar que daqui decorre — sobretudo pela importância que é dada à formação de uma opinião organizada, a qual, como já vimos, nada tem que ver com a forma como foi concebida a *Vontade Geral* por Rousseau¹¹ — o importante papel reservado às elites intelectuais e à cultura. Se a eles cabia o papel de educadores (libertadores) para que se tornasse hegemónico entre as elites da

¹ António Sérgio, «Grupo Renovação Democrática», *Seara Nova*, n.º 336, 30 de Março de 1933, p. 372.

² *Idem, ibidem.*

³ António Sérgio, «Nótulas...», art. cit., p. 327.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, ibidem*, p. 328.

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ Sobre a importância e relação da opinião pública com a democracia, ver: A. Pedro Pita, *Uma Estética da Inteligibilidade. (Re)leituras Sergianas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1985, sobretudo, pp. 73-88.

¹¹ Sobre este assunto, cf. capítulo anterior deste trabalho, onde esta questão foi abordada.

sociedade um pensar e uma forma de proceder de acordo com os princípios racionais, à cultura cabia, «ao mesmo tempo, um papel cultural e politicamente crítico e uma função de legitimação de uma organização social futura mais adequada aquilo que os homens realmente são».¹

E, deste modo, entramos no fulcro de toda a problemática que aqui mais nos interessa, a saber: que a *Seara Nova* não só não concebia os «homens de elite isolados do povo, fora das realidades sociais, muito para além do plano e do movimento em que se tece o futuro do mundo»,² como estava longe de entender as várias formas de saber ou de cultura sem qualquer finalidade política ou social. Os seareiros seriam — lembrava Proença no primeiro número da revista — «poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes. Ao contrário dos contritos de outro tempo, que renunciavam ao mundo para se consagrar ao divino, é ao mundo que a sua contrição os restitue».³

É sabido como esta problemática — recolocada de forma polémica por Julien Benda no seu livro *La Trahison des Clercs*⁴ e que mereceu na *Seara Nova*, através de Raul Proença, forte contestação⁵ — se tornou importante, sobretudo depois do 28 de Maio de 1926, no contexto cultural e político português. Período que ficou conhecido na nossa história como aquele em que «as crispções ideológicas interferiram de forma mais intensa na produção cultural».⁶

Procurar entender e explicar a atitude da *Seara Nova*, após o derrube da I República, em face de um regime ditatorial, anti-liberal e anti-democrático, que deitou mão de todos os mecanismos de controlo e de coacção ideológica e cultural para legitimar o seu poder e, por outro lado, acompanhar de perto as confron-

¹ A. Pedro Pita, «Duas Faces da Razão ...», art. cit., p. 155.

² *Seara Nova* (Editorial, R Proença], n.º 1, 15 de Outubro de 1921.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ A edição original desta obra, a que se seguiram, depois, muitas outras, foi feita pelas Editions Bernard Grasset, Paris, em 1927. Sendo de imediato analisada e contestada nas páginas da *Seara Nova* (n.ºs 115, 117, 118, 120, 126, 135, 158, 182 e 192, entre 1927 e 1929), por Raul Proença, então no exílio em França, que a considerou a negação do ideal perseguido pelos intelectuais da *Seara Nova*.

⁵ Para Proença, Benda ao resignar-se, demonstrando a incapacidade do clero em inverter o sentido das coisas, ao erguer um fosso entre o intelectual e a política, estava, connscientemente ou não a servir os interesses reaccionários -realistas. E assim parecendo anatemizar o realismo da cultura contemporânea acabou por «ser um verdadeiro catecismo, ad usum clericorum, do desinteresse social e político; ou duma maneira mais larga e mais profunda, como uma obra que tende a negar a legitimidade e a eficácia do ideal no mundo real, e relegá-lo como que para uma mansão inefável de quimeras e de nuvens». Ao invés, argumentava Proença, a intervenção política dos letrados pode ser legítima, útil e necessária», pois a ser verdadeira a tese de Benda «seria realmente incurável o mal do mundo» (Raul Proença, art. cit., *Seara Nova*, n.º 118, 3 de Maio de 1928, p. 424).

⁶ Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a ruptura», *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1992, p. 201.

tações que se manifestaram nos grupos e elites intelectuais que de uma forma ou de outra se opuseram ao Estado Novo, será, como por certo já se depreendeu, o principal objectivo deste capítulo. Será ainda nosso intento demonstrar que as polémicas entre presencistas e neo-realistas e entre estes e a *Seara Nova*, à superfície marcadamente culturais, camuflavam — por necessidades que advinham da falta de liberdade e da censura e auto-censura existentes — um combate ideológico e político mais profundo que, em ambiente democrático, faria parte dos normais confrontos partidários e das ciências sociais e políticas. É, portanto, tendo em conta este pano de fundo profundamente ideologizado e em que ao intelectual e à cultura eram pedidas respostas para os problemas sociais e políticos que a todos, de uma forma ou de outra, afligiam, que tentaremos, sempre na perspectiva da história política e das ideias, compreender o sentido de polémicas como: arte pela arte / arte pela vida, cultura empenhada / cultura erudita, o crítico e a crítica, o intelectual e a política ou a acção da cultura na criação de outras mundividências, polémicas, dizíamos, que dividiram e ocuparam grande parte dos intelectuais portugueses que se opuseram ao processo de fascização do regime e ao auto-denominado Estado Novo. Na persecução deste desiderato, será nossa intenção privilegiar, como é natural, as polémicas que tiveram a *Seara Nova* como centro. Não deixaremos, todavia, de ter na devida conta o facto de ela ter servido como uma das plataformas do fogo cruzado entre os dois modelos culturais que, nos finais dos anos 30, mais claramente se opuseram: o movimento da *Presença* que, a partir de 1927, divide com a *Seara Nova* a hegemonia¹ no campo cultural de oposição ao Estado Novo (embora os seareiros se assumissem com uma linha marcadamente mais política e ideológica, enquanto que os presencistas procuravam, teoricamente, manter-se acima dos confrontos ideológicos) e o movimento neo-realista que, sobretudo, na segunda metade da década de trinta, procurou contestar as concepções de arte pura, individualista, introspectiva, instintiva e desligada das realidades sociais que, a seu ver, caracterizavam, estética e socialmente, o movimento cultural ligado à *Presença*. Veremos, a seu tempo, que esta oposição ficou marcada pela emergência de um novo movimento artístico (o neo-realismo) que, recordou Eduardo Lourenço, «como significativa realidade literária nasceu após a sua teorização, como vestimenta de uma ideologia cuja força histórica, sugestão e potencial universalidade a exigiam».²

Decorrente de tudo isto, procuraremos, ainda, infirmar ou confirmar o sentido de algumas teses que, embora reconhecendo as distâncias entre os pressupostos ideológicos, filosóficos e culturais que caracterizaram o movimento neo-realista e

¹ Cf. Joaquim Namorado, «Da dissidência presencista ao neo-realismo», *Vértice*, Vol. XXVI, n.º 279, Dezembro, 1966, p. 784.

² Eduardo Lourenço, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, 2.ª Ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 13.

as propostas da *Seara Nova*, não rejeitam a hipótese de que os seareiros — pelo sentido racional, judicativo, moral e social com que analisaram a cultura portuguesa e pelo refutar de algumas teses presencistas que valorizavam o irracional, a intuição, o instinto, a introspecção, como as fontes verdadeiras da arte e do conhecimento; ou, ainda, pela recusa da «poesia como mistério ou como resultado de uma espécie de loucura artística»¹ — tenham, ao colocarem em causa «a teoria e a prática poética da Presença»,² aberto, mais facilmente, o caminho para a criação da alternativa ideológico-cultural que claramente foi o movimento neo-realista.³

2. A MESMA SEARA E OS NOVOS DESAFIOS CULTURAIS E IDEOLÓGICOS (1926-1939)

É sabido como o processo que conduziu à Ditadura Militar que pôs termo à I República, em 28 de Maio de 1926, e da qual resultaria o Estado Novo, entroncou num poderoso caudal de contestação reaccionária, comum a toda a Europa, que visou a superação de todo um legado (cultural, ideológico e político) liberal e socialista. Caracterizava, ainda, essa poderosa onda reaccionária, o apego a um nacionalismo exacerbado e autoritário que assentava na contestação filosófica do racionalismo e humanismo optimista, dominante no século XIX. Ora, como é bom de ver, os pressupostos ideológicos que acabaram por escorar todo o edifício político do Estado Novo foram precisamente aqueles que a *Seara Nova* sempre combateu, antes e depois da instauração da ditadura. Todavia, as condições em que esse combate se travou mudaram profundamente com o derrubar da I República: antes do 28 de Maio, os seareiros, ao combaterem os pressupostos ideológicos do

¹ Carlos Reis, *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983, p. 85.

² *Idem, ibidem*.

³ Na defesa desta hipótese situam-se dois trabalhos, embora com perspectivas de abordagem diferentes: Carlos Reis com a obra anteriormente citada que, partindo da polémica que opôs Gaspar Simões e Sérgio, afirmou o seguinte: «Mas a verdade é que, ao privilegiar a experiência do poeta e ao refutar a poesia como mistério ou como resultado de uma espécie de loucura artística, António Sérgio contribuirá decisivamente para pôr em causa a teoria e a prática da Presença; e fazendo-o, dava lugar a uma alternativa que, embora fundada em bases ideológicas diferentes das suas, passava pela contestação das concepções presencistas» (ob. cit., p. 85).

A outra tese, como dissemos, assenta em coordenadas diferentes: procura explicar a emergência do neo-realismo numa perspectiva histórico-literária que passa pelo realismo da geração de 70 e é continuada pela *Seara Nova*. Esta abordagem ficou a dever-se a um trabalho de Heindrun Bruckner sobre a obra de Fernando Namora, sob a orientação de Óscar Lopes, apresentado na Universidade de Munique em 1972. A *Vértice* viria a publicar, em 1976, algumas partes do primeiro capítulo, em que esta tese é expressa. Para mais desenvolvimentos, ver: «Sobre o neo-realismo – I, A herança da tradição», *Vértice*, 390-391 (1976), pp. 320-329; «Os fundamentos materiais e intelectuais do neo-realismo – I e II», *Vértice*, 392-393 e 398-399 (1977), pp. 26-31 e pp. 470-485.

Integralismo Lusitano e dos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa, faziam-no em liberdade e contra uma ideologia que aspirava a tornar-se hegemónica e a tomar o poder; enquanto que, nos anos trinta, não só essa ideologia detinha o poder e se identificava com o Estado, como foram sendo suprimidas as liberdades que permitiam o debate de ideias e a contestação política. Ora, apesar disso, podemos dizê-lo, a *Seara Nova* continuou, dentro do que lhe era permitido pela censura, a sua contestação doutrinal da ideologia salazarista, sem mudar, no essencial, a estratégia nem os princípios doutrinários que a caracterizaram durante a I República: a mesma atitude de subordinação da política à cultura e à moral; a mesma crença na auto-suficiência da razão e na eficácia exclusiva das ideias na transformação do mundo; o mesmo elitismo que via no aperfeiçoamento das capacidades intelectuais e morais das elites a solução para os problemas que então se colocavam; o mesmo idealismo na acção de tornar real o ideal, o dever ser em ser; o mesmo voluntarismo que a levava a pensar que bastava joeirar com a razão as atitudes, separar o inteligível do ininteligível, a luz da sombra, tornar claro em cada um a razão e as ideias claras, para que tudo se modificasse.¹

Esta atitude da *Seara Nova* em continuar a exercer o seu apostolado idealista de pura persuasão e de racionalização das consciências, num contexto político e ideológico profundamente exacerbado, mais propício ao conflito do que a atitudes conciliatórias, acelerou o processo de contestação interna e externa da sua acção e o aparecimento de outros espaços ideológicos e culturais de oposição ao Estado Novo. E, assim, a recepção aos princípios e métodos marxistas viria a fazer-se, durante a década de trinta, sob o signo da oposição ao Estado Novo e sob o signo da superação e contestação do socialismo, considerado utópico e burguês, oitocentista. Para Alexandre Pinheiro Torres, teria sido «neste contexto que surgiram as designações Novo Humanismo e Neo-Humanismo, que só possuem sentido se encaradas como vocábulos polémicos com um significado que, desde logo, era fundamentalmente o de contestarem e ultrapassarem a ideologia do Socialismo burguês».²

2.1. Sob o signo da contestação: da hegemonia cultural e ideológica na oposição ao Estado Novo à concorrência com outros discursos.

Recusou sempre a *Seara Nova* ser vista como «uma igreja, uma seita, uma escola literária, um corrilho».³ De fixo, gostava de dizer Sérgio, «só a atitude e o

¹ Neste sentido, embora referente a Sérgio, cf. Eduardo Lourenço, *O Labirinto...*, ob. cit., pp. 188-189.

² A. Pinheiro Torres, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes Editores, 1977, p. 14.

³ Nota da direcção, *Seara Nova*, n.º 434, 11 de Abril de 1935, p. 18.

ideal moral: a atitude crítica e investigadora, racionalista e tolerantíssima; e o ideal democrático da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade, que é o próprio ideal da Revolução, a que poderia chamar a Revolução Cristã». ¹ Todavia, na década de trinta, assistiu-se na *Seara Nova* não apenas a uma simples manifestação de opiniões divergentes, mas, em alguns casos, a artigos que eram a própria negação desta atitude e deste ideal.

O exemplo partiu de Rodrigues Miguéis, como já aqui tivemos ocasião de abordar; não nos demoraremos muito, por isso, na sua análise. Gostaríamos, no entanto, que do caso se metivesse o seguinte: nas críticas formuladas por Rodrigues Miguéis — feitas, como já referimos, numa perspectiva claramente marxista — estão já presentes grande parte dos argumentos que serão arremessados à *Seara Nova*, ² durante a década de 30, por outros intelectuais, também ligados a concepções materialistas e marxistas, a saber: a total desconfiança na eficácia das revoluções morais e nas mudanças sociais pela reforma das mentalidades; a tentativa de superação, por incapacidade de resposta aos grandes problemas sociais, do socialismo de raiz proudhoniana — anterior; a contestação dos idealismos filosófico e político por terem como base verdades eternas e ignorarem «que não é a consciência que determina o ser, mas sim antes o ser que determina a consciência». ³

Neste sentido devem ser entendidas, entre outras, as colaborações de Bento de Jesus Caraça e de Avelino Cunhal.

Em 22 de Junho de 1933, publicou Bento de Jesus Caraça na *Seara Nova* um artigo — «A Cultura integral do indivíduo. Problema central do nosso tempo» ⁴ — que, para além de evidenciar o modo como a recepção das teses marxistas estava a ser feita pelos intelectuais portugueses, ⁵ dá, claramente, o tom a uma ideologia que pretendia a superação de todo um legado cultural de esquerda que tinha, nos anos trinta, na *Seara Nova* a principal referência. Pedro Pita vai mesmo mais longe quando afirma que Jesus Caraça, ao colocar a cultura como problema central «e pela demonstração de que história e filosofia são indissociáveis, seria possível designar como crise — ou como seus sintomas — todas as directivas anti-cultura, toda a concepção sobrevalorizadora da individualidade artística e toda a concepção apostólica da cultura». ⁶ Ou melhor: esta maneira de conceber a

¹ António Sérgio, «Nótulas sôltas», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933, p. 328.

² Sobre esta leitura, cf. António Pedro Pita, art. cit., sobretudo, pp. 154-155 e Joaquim Namorado, art. cit.

³ A. Ramos de Almeida, *A Arte e a Vida*, Porto, Cadernos Azuis- Livraria Joaquim Maria da Costa, 1941, p. 51.

⁴ Cf. Bento de Jesus Caraça, «A cultura integral do indivíduo. Problema central do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 348, 22 de Junho de 1933, pp. 181-189.

⁵ Nesta perspectiva, ver: A. Pedro Pita, *A Recepção ao marxismo...*, ob. cit.

⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 7.

cultura «representa um ataque teórico, respectivamente, ao modernismo futurista, ao modernismo presencista e ao racionalismo seareiro (...) às correntes de opinião e expressão estética mais influentes».¹

Tal como já tinha sido enunciado por Rodrigues Miguéis, Jesus Caraça considerava que um dos grandes problemas do seu tempo residia no facto de as culturas (ideologias) dominantes não possibilitarem que a grande maioria da população tivesse consciência da dinâmica da história e, sobretudo, da falta de consciência da particularidade dos antagonismos sociais que então se viviam. E, no seu entender, mesmo entre as elites mais cultas e progressistas existiam «muitos sujeitos de ouvido duro (...) que, numa cegueira teimosa, continuam[vam] a querer aplicar, para medida de valores numa sociedade abalada nos seu fundamentos, aqueles padrões cujo uso de há muito não é legítimo».²

Assim, para Jesus Caraça a compreensão do momento conturbado que então se vivia exigia, não a reflexão sobre «um único momento histórico»,³ mas o recuar no tempo para que se retirasse uma perspectiva adequada e, porventura, «alguma lei à qual se subordine todo o desenvolvimento que a história nos apresenta ao longo do extenso caminho percorrido (...)».⁴ E essa lei existia, «nos seguintes termos: no seio das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois princípios contrários — o individual e o colectivo — de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o primeiro princípio — o individual — chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo».⁵ Razão pela qual, qualquer cultura ou ideia (revolucionária embora no seu tempo), pode noutro contexto perder todo o seu carácter revolucionário. Cada momento histórico é único, e «o poder revolucionário dum ideia mede-se portanto pelo grau em que ela interpreta as aspirações gerais, dadas as circunstâncias do momento em que actua».⁶ Assim, por exemplo, «foi altamente revolucionária a doutrina individualista dos pensadores liberais do século XVIII, doutrina que, sob essa forma, é nos nossos dias obstáculo ao progresso e que só deixará de o ser quando compreendida num sentido que as circunstâncias actuais exigem».⁷ Daí que, para Jesus Caraça, o grande erro de certas doutrinas e dos individualistas estava em «conservarem-se agarrados à letra das fórmulas, sem notarem que os termos têm agora um sentido novo que lhe é emprestado pela diferença fundamental das circunstâncias».⁸

¹ *Idem, ibidem.*

² Bento de Jesus Caraça, art. cit., p. 181.

³ *Idem, ibidem*, p. 182.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, ibidem*, p. 183.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 184.

⁸ *Idem, ibidem.*

Por sua vez, a cultura, que em si implica a compreensão da dialéctica da história, tinha como grande tarefa ajudar esse grande ser colectivo que são as massas a tomar consciência de si mesma. Residia aqui, defendia Caraça, «a grande tarefa que está posta, com tôda a sua simplicidade crua, à nossa geração — despertar a alma colectiva das massas.¹ E, assim, homem culto é aquele que «Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence». ² Por isso, se «o cultivo e o progresso da ciência» ³ hão-de ser sempre obra de classes especializadas ou de elite, «o que não deve nem pode ser obra ou monopólio duma elite, é a cultura; essa tem de reivindicar-se para a colectividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria, ditando a todo o momento a tonalidade geral da orientação às elites parciais». ⁴ Daí que, embora certas ideias sejam portadoras da revolução, «a sua força social depende de as classes historicamente ascendentes delas se apropriarem, isto é, depende de os indivíduos que as compõem tomarem consciência da posição que ocupam na sociedade e investirem, nas movimentações sociais, o desejo de alargar perspectivas individuais esboçando uma nova ordem social, cumprindo assim uma outra condição do homem culto». ⁵ Porém, não esquecia Caraça que, para o acesso de todos à cultura e não apenas das suas elites, era condição indispensável que a grande massa da população usufruisse de condições que lhe possibilitassem uma real independência económica. Ou seja: o problema económico era, de todos os problemas sociais, aquele que tinha de ser resolvido em primeiro lugar. Pois, advertia Caraça, «Tudo aquilo que fôr empreendido sem a resolução prévia, radical e séria, dêsse problema, não passará, ou duma tentativa ingénua, com vaga tinta filantrópica, destinada a perder-se na impotência, ou duma mão-cheia de pó, atirada aos olhos dos incautos». ⁶

É bom de ver como estas propostas se afastam do reformismo seareiro: à prioridade da reforma das mentalidades, opõe Caraça a prioridade da independência económica; à tese dominante de que o «progresso da civilização, o florescimento das ciências, das letras e das artes, foi obra de uma elite, mais ou menos reduzida», ⁷ Caraça «contrapôs a de que são o produto da acção de todos os homens, a de que há uma corrente, profunda e una, de que todos participam, limitando-se as elites, quando de facto o são, a dar a estruturação intelectual ao corpo orgânico de que participam»; ⁸ a uma concepção cultural idealista definida à

¹ *Idem, ibidem*, p. 187.

² *Idem, ibidem*, p. 188.

³ *Idem, ibidem*, p. 189.

⁴ *Idem, ibidem*.

⁵ A. Pedro Pita, ob. cit., p. 9.

⁶ Bento de Jesus Caraça, art. cit., p. 188.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 187.

⁸ A. Pedro Pita, ob. cit., p. 11.

priori, contrapõe Caraça uma cultura marxista que desperte a alma colectiva das massas e as leve a tomar consciência de si mesma.

Neste mesmo sentido podem ser interpretados três artigos de Avelino Cunhal, publicados entre Abril e Agosto de 1937. ¹ Embora sem a profundidade teórica de Jesus Caraça, Avelino Cunhal, podemos dizê-lo, foi o primeiro colaborador da *Seara Nova* a opor de forma clara, nas páginas da revista, o Materialismo ao Idealismo. E isto, tanto em termos gnoseológicos como políticos. Estamos em crer que esta frontalidade teria sido ainda maior se, como tudo o indica, a censura prévia (a que por lei a revista estava obrigada) não tivesse cortado partes importantes de, pelo menos, um dos artigos. ²

No primeiro artigo da série — «Releguemos o absoluto» —, defende Avelino Cunhal a relatividade de todo o conhecimento e dos próprios conceitos que a apreendem. Argumentando que «tem sido com estes juízos fechados a tóda a dúvida, com estes conceitos sintetizados em palavras ressonantes — deus, pátria, liberdade, civilização, moral, justiça — que os homens se têm embriagado uns aos outros». ³ Ou seja, se tudo muda na natureza — «e para o materialista nada há para além desta» ⁴ —, a consciência, que faz parte dela, também muda com ela, influenciando e sendo influenciada pelo meio. Ou ainda: «se o produto do cérebro — o racional — é fruto da sua estrutura molecular, da sua mecânica fisiológica, e da sua receptibilidade sensorial, êsse produto variará, evidentemente, de instante para instante, de indivíduo para indivíduo, de geração para geração». ⁵ Logo, «tôdas as concepções racionalistas, filosóficas ou religiosas, políticas ou sociais são, por enunciado e fundo, muctáveis, consoante o cérebro que as concebe». ⁶ E assim, «Tôda a abstracção é relativa, tôda a eternidade é precária». ⁷ Admitir conceitos eternos era, para Avelino Cunhal, não perceber a lógica da história e conceber as ideias «para lá da existência do próprio cérebro, antes de êste aparecer e depois dêste se extinguir na superfície da terra». ⁸

A história, portanto, obedece a uma lógica ou sentido ascendente e «os fenómenos sociais, políticos ou económicos, escalonam-se por etapas, correspondentes à sua época», transportando cada fase da história os «gêrnens das etapas pos-

¹ O primeiro da série foi, «Releguemos o absoluto», *Seara Nova*, n.º 507, 29 de Abril de 1937, pp. 43-44; o segundo, «A primazia das necessidades primárias», *Seara Nova*, n.º 511, 27 de Maio de 1937, pp. 126-128; o terceiro, «O sentido da actuação humana», *Seara Nova*, n.º 521, 7 de Agosto de 1937, pp. 332-334.

² Isto é notório no segundo artigo referido na nota anterior.

³ Avelino Cunhal, «Releguemos o absoluto», art. cit., p. 43.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ *Idem, ibidem*, p. 44.

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem, ibidem.*

teriores». ¹ E quando algumas classes, «por interesse ou por casmurrice», procuravam entrar a marcha da história, «como se o rio de heraclito pudesse estagnar ou o banhista tornar-se estátua de sal incorruptível», era inevitável a luta. ²

Em face disto, considerava Avelino Cunhal «supremo devaneio» os defensores de filosofias «ultra-racionalistas, metafísicas, idealistas» por jamais resolverem «os problemas certos e imediatos da vida humana». ³ Pois se as ideias não são eternas «por que não predicar antes ideias dinâmicas, correspondentes ao facto social vivo, positivo, histórico?». ⁴ E, por isso, a «missão dos homens não é lutar hoje pelos valores absolutos de há mil anos (...), o conteúdo da ideia sociológica, política, moral, filosófica de hoje, não é nem pode ser o mesmo das gerações pretéritas, como não é o das gerações vindouras». ⁵

E para que não ficassem dúvidas sobre o seu assumido materialismo, Avelino Cunhal afirma que não tem qualquer «pretensão de transpor os umbrais do templo em que se sacrifique a vida a qualquer divindade imaterial», ⁶ a sua missão é «ficar ao ar livre, na contemplação de tôdas as coisas que, podendo não ter existência real como afirmam os sacerdotes lá de dentro, são necessárias aos fariseus cá de fora para viver». ⁷ Pois o essencial está em «que são precisamente os homens que transformam o meio e as circunstâncias, e que estas produzem novos homens». ⁸ É, portanto, ao homem que, mudando as condições materiais de existência, compete a «formação de melhores homens». ⁹

E opondo, como foi sempre sua intenção, o Idealismo ao Materialismo, acentua Avelino Cunhal: «A natureza existe, independente, alheia a tudo quanto seja malabarismo filosófico, intrincado e enredador, que, estrabismando os olhos e embotando os demais sentidos, acaba por piteirar o raciocínio». ¹⁰

As afirmações de Avelino Cunhal, sobretudo estas últimas, não foram ignoradas pela *Seara Nova*. E, pela mão de Sérgio, o artigo foi encimado pelo seguinte comentário: «o Dr. Avelino Cunhal aprovou enviar à *Seara Nova*, revista de filósofos e de idealistas, um artigo de requintada literatura e de metafísica materialista, em que filósofos e idealistas são primorosamente chuchados». ¹¹ E, recusando ali-

¹ *Idem, ibidem.*

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, «O sentido da actuação humana», art. cit., p. 332.*

⁴ *Idem, «Releguemos o absoluto», art. cit., p. 44.*

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ *Idem, «O sentido da actuação humana», art. cit., p. 332.*

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ *Idem, ibidem, 334.*

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ *Idem, ibidem, p. 332.*

¹¹ Este comentário de Sérgio serviu de cabeçalho ao corpo do artigo de Avelino Cunhal. Cf., *idem, ibidem, p. 332.*

mentar qualquer polémica, Sérgio não deixa de considerar que receberam «com êxtase a sua finíssima estocada», bem como, «o labor artístico desse lindo estoque com que com o seu amigo decidiu furá-la».¹

Pretendemos, assim, com estes três casos (Miguéis, Caraça e Cunhal), mostrar como, ao longo dos anos trinta, a *Seara Nova* acolheu, apesar da sua clara oposição a todas as formas de materialismo, textos essenciais para a compreensão do modo como certos sectores intelectuais estavam a fazer a recepção às teses marxistas em Portugal. Podendo mesmo dizer-se que os três autores aqui abordados, apesar das diferenças intelectuais e do contexto que geraram os textos aqui referidos, se encontram na mesma linha de recepção e de interpretação historicista do marxismo. Hipótese já avançada para Rodrigues Miguéis e Jesus Caraça, por Pedro Pita,² e que, a nosso ver, poderia ser estendida também a Avelino Cunhal.

Foi ainda nossa intenção evidenciar como, durante este período, a *Seara Nova* foi sendo, para utilizarmos a expressão de Sérgio, sistematicamente furada do seu próprio interior. Todavia, foi com a emergência de novos centros de divulgação cultural e ideológica, portadores de uma mensagem claramente identificada com o marxismo e que encontrou no neo-realismo a sua expressão literária, que a hegemonia e poder de atracção da *Seara Nova* na sociedade portuguesa seriam postos em causa.

2. 2. A emergência de novos centros de produção e reprodução ideológica na oposição ao Estado Novo: *O Diabo* e *Sol Nascente*

Os anos que se seguiram ao derrube da I República foram caracterizados, em termos culturais e ideológicos, pelo progressivo vincar de um profundo antagonismo «inspirado por razões directamente políticas: por um lado, a ideologia do regime, centrada no pensamento de Salazar, na sua filosofia política e na concepção de Estado que defendia; por outro lado, a(s) ideologia(s) que enformava(m) a oposição ao regime, uma oposição nem sempre coesa no que diz respeito às suas práticas culturais e às atitudes que as traduziam».³

No seio desta heterogeneidade ideológica e cultural da oposição, o idealismo humanista da *Seara Nova* assumia-se, nos inícios da década de trinta, como o espaço de esquerda mais combativo e crítico na oposição cultural e ideológica à ditadura.⁴ Esta hegemonia era partilhada, em termos exclusivamente cultu-

¹ *Idem, ibidem.*

² Sobre este assunto, cf. A. Pedro Pita, *A Recepção ao Marxismo...*, ob. cit., sobretudo, p. 23.

³ Carlos Reis, art. cit., p. 202.

⁴ Afirmou a este propósito Pedro Pita: «Nos inícios da década de 30 era o projecto reformista da *Seara Nova* (a *Seara Nova* de Sérgio), de certo modo herdeira do apostolado da Geração de 70, que preenchia, à esquerda, a vida mental portuguesa» (A. Pedro Pita, art. cit., p. 153).

rais,¹ com o movimento da *Presença* (1927),² onde pontificavam Gaspar Simões, José Régio, Branquinho da Fonseca, entre outros. Porém, à medida que o processo de fascização do regime se acelerava — evidente a partir da plebiscitação da nova constituição em 19 de Março de 1933 — e que se tornaram mais evidentes os propósitos políticos e ideológicos do novo regime e a conseqüente necessidade de se encontrarem outras formas de oposição, começaram a emergir outros centros de contestação que, embora não negando alguns dos contributos positivos dos seareiros na sociedade portuguesa, tendem a suspeitar da eficácia do seu idealismo filosófico e político, no novo contexto histórico. Desta contestação à tentativa de superação de toda uma tradição cultural e ideológica que se revia no humanismo protagonizado pela geração de 70, como era, assumidamente, o caso da *Seara Nova*, foi um passo. Claramente neste sentido se posicionaram publicações como o «semanário de crítica literária e artística», *O Diabo* (1934),³ aberto às propostas marxistas e claramente identificado com o movimento literário neo-realista emergente, o *Sol Nascente* (1937),⁴ também dentro desta mesma linha, para apenas citarmos os órgãos mais importantes.⁵

Sentindo-se portadores de um tempo novo, pretenderam os jovens intelectuais ligados a estes órgãos combater não só a ditadura, mas, também, através das polémicas com outros discursos da oposição, mostrar como a ideologia que abraçavam era a que melhor respondia aos problemas do presente. E, deste modo, tornar hegemónico e alternativo o seu discurso no confronto com o Estado Novo.

¹ Esta era a opinião de Joaquim Namorado para quem a *Presença* e a *Seara Nova*, nos princípios dos anos trinta, continuaram a ser «as linhas mestras da vida cultural portuguesa, os centros que polarizam o interesse das camadas intelectuais mais jovens» (Joaquim Namorado, art. cit., p. 784).

² O movimento da *Presença* assim conhecido pela importância que granjeou a revista com o mesmo nome, publicada em Coimbra a partir de 10 de Março de 1927 e que se prolongou até 1940, estava incluído no rol dos movimentos culturais desafectos ao Estado Novo. Deste movimento disse Carlos Reis: «No movimento da *Presença* encontramos um exemplo flagrante de disponibilidade para a incorporação na nossa literatura de temas e experiências estético-literárias em grande parte inovadores e, desse modo, a abertura a nomes, tendências e práticas que a cultura oficial tardava em consagrar» (Carlos Reis, art. cit., p. 228).

³ O *Diabo* durou seis anos (1934-1940) e contou com a colaboração e direcção de nomes prestigiados da nossa cultura, como foi o caso de Ferreira de Castro e Rodrigues Lapa.

⁴ O *Sol Nascente*, quinzenário de ciência e arte, vigorou durante três anos (1937-1940), foi um dos mais importantes órgãos de divulgação do neo-realismo, através, sobretudo, de nomes como: Rodrigo Soares, Armando Martins, Joaquim Namorado, Fernando Namora, Manuel da Fonseca e, tantos, outros.

⁵ Sobre a importância destes dois órgãos na recepção e divulgação das teses marxistas e na teorização programática do neo-realismo, cf. respectivamente, A. Pedro Pita, *A Recepção ao Marxismo*, ob. cit. e Carlos Reis, *O discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, ob. cit. e, ainda, Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase*, ob. cit.

É, segundo cremos, neste contexto que, por exemplo, devemos entender a célebre polémica entre Jofre Amaral Nogueira e António Sérgio,¹ em que o seareiro teria posto em dúvida, num artigo sobre Antero, publicado na *Revista de Portugal*, a coerência doutrinária do materialismo dialéctico, ao escrever que «não é de facto materialista quem quer que admita a acção recíproca da consciência humana e do mundo físico».² Ou, ainda, por outras palavras:

«quem suponha que as ideias são “reflexos das coisas no nosso cérebro” não pode admitir ao mesmo tempo que as ideias reajam sobre as coisas, não pode conceber uma acção recíproca entre a consciência e o ambiente físico, entre o sêr inteligente e o corpo social. Aceitar essa acção recíproca — como faz o chamado “materialismo dialéctico” — é reconhecer a eficácia das ideias, e reconhecer a eficácia das ideias é afirmar que elas não são reflexos, e negar a doutrina do materialismo».³

Estas afirmações de Sérgio — num contexto cultural em que o neo-realismo dava os primeiros passos, tendo como ponto nuclear de toda a sua afirmação e poder de atracção a eficácia da cultura e das ideias na transformação das sociedades, residindo aqui, como mostrou Pedro Pita, «a maior novidade que a concepção neo-realista se sentia portadora»⁴ — tinham todos os ingredientes para uma acesa polémica.⁵ E foi, naturalmente, do *Sol Nascente*⁶ que acabou por vir a resposta:

«Como o meu velho amigo deve verificar, o problema é aqui posto de maneira diferente (...). A eficácia das ideias será assim determinada por peculiares processos de recepção, pelas condições da evolução do corpo

¹ Para um melhor conhecimento e enquadramento desta polémica, cf. A. Pedro Pita, «Duas faces da Razão...», art. cit., sobretudo, pp. 153-165.

² António Sérgio, «Tese e Antítese nos sonetos de Antero», *Revista de Portugal*, 1, Outubro de 1937, p. 25.

³ *Idem*, *ibidem*, p. 32.

⁴ A. Pedro Pita, art. cit., p. 158.

⁵ Saliente-se, como curiosidade, que, também, o *Diabo*, pela pena de Mário Ramos, respondeu ao artigo inicial de António Sérgio. O *seareiro*, no entanto, com alguma sobrançeria, resolveu responder apenas a Jofre Amaral Nogueira por lhe parecer o seu artigo «bastante menos desafinado que o do Sr. Mário Ramos» (ver: António Sérgio, «Temas para meditação», *Seara Nova*, n.º 537, 27 de Novembro de 1937, p. 196).

⁶ A resposta de Jofre Amaral Nogueira inclui dois artigos: o primeiro, «Carta ao sr António Sérgio», *Sol Nascente*, n.º 19, 15 de Novembro de 1937; o segundo, em resposta à replica de Sérgio na *Seara Nova* [«Temas para meditação», n.º 537, 27 de Novembro de 1937, pp. 196-197], «Comentário para compreender», *Sol Nascente*, n.º 21, 15 de Dezembro de 1937. [Curiosamente quem deu por encerrada a questão foi Jofre Amaral Nogueira, ao terminar assim o seu segundo artigo: «... permita-me o sr. António Sérgio que lhe proponha como coisa mesmo muito excelente, que encerremos esta questão»].

social, pelas leis dialécticas do ambiente físico — numa palavra: as propriedades das ideias são determinadas pelas propriedades do ser, entre as quais avulta o movimento dialéctico do todo». ¹

Os argumentos utilizados por Jofre Amaral Nogueira não deixam dúvidas quanto aos pressupostos filosóficos em que assentam, nem quanto às suas implicações sociais e políticas. Como bem viu Pedro Pita, ao reflectir sobre esta polémica, para Sérgio as ideias, porque «imprimem ao real uma feição que, sem elas, ele não teria — a isto se chama acção — têm uma consistência em si próprias». ² E, por isso, em termos políticos «o traço essencial da democratização social é a criação e o desenvolvimento de elites esclarecidas». ³

Enquanto que para Jofre Amaral Nogueira, de acordo com os princípios marxistas, a eficácia das ideias era «determinada por peculiares processos de recepção, pelas condições da evolução do corpo social, pelas leis dialécticas do ambiente físico (...)». ⁴ Rejeitando, portanto, em termos políticos e sociais, qualquer eficácia às ideias desligadas da praxis e, conseqüentemente, os idealismos político e filosófico por considerarem «a eficácia das ideias em abstracto como uma qualidade das ideias, da qual lógicamente dedutivamente, se tiram conseqüências abstractas». ⁵

A partir dos elementos aqui expostos é fácil de ver a distância que separava as duas posições. E ambos os lados, apesar de Sérgio garantir que não foi sua intenção discutir «nehuma das teses humanas (por assim digamos) da doutrina chamada “materialismo dialéctico”», ⁶ sabiam que aquilo que os dividia eram, sobretudo, diferentes opções ideológicas e políticas. Isto mesmo observou Jofre Amaral Nogueira quando recusou a afirmação anterior de Sérgio e lhe tentou demonstrar que, ao negar o estatuto de materialista ao materialismo dialéctico, mais não fazia que atacar «as duas bases essenciais dessa doutrina afirmando-as como absurdos — implicitamente discute uma das teses humanas». ⁷

Na opinião de Pedro Pita — ponto de vista que, também, corroboramos — há nesta polémica «a impressiva marca do tempo». ⁸ Cada um dos lados procura afirmar-se como o portador da verdade. Podendo, ainda, acrescentar-se, estamos em

¹ Jofre Amaral Nogueira, «Carta ao Sr. António Sérgio», *Sol Nascente*, n.º 19, 15 de Novembro de 1937.

² A. Pedro Pita, art. cit. pp. 158-159

³ *Idem, ibidem*, p. 159.

⁴ Jofre Amaral Nogueira art. cit.

⁵ Jofre Amaral Nogueira, «Comentário para compreender», *Sol Nascente*, n.º 21, 15 de Dezembro de 1937.

⁶ António Sérgio, art. cit., p. 196.

⁷ *Idem, ibidem*.

⁸ A. Pedro Pita, art. cit., p. 64.

crer, que já perpassam por esta polémica todos os ingredientes de uma luta ideológica pela hegemonia da oposição ao fascismo que, nas décadas seguintes, irá conhecer novos desenvolvimentos. Luta que nem sempre ajudou à almejada unidade no combate ao Estado Novo, considerado, por todos os que se lhe opunham, como castrador da cultura e do progresso social.

Curiosamente, a polémica a que temos vindo a fazer referência foi antecedida por uma outra, entre Sérgio e Abel Salazar (separadas, apenas, por meses); embora, aparentemente, nada as ligue, apresentam, contudo, algo em comum: em primeiro lugar, o facto de ambas partirem, ou terem como centros, a *Seara Nova*, *O Sol Nascente* e, de alguma forma, *O Diabo*; ¹ em segundo lugar, apesar das mudanças de opositor e dos pressupostos filosóficos e ideológicos que acabaram por escorar os argumentos respectivos, o facto de ambas terem na mira a contestação do racionalismo de Sérgio.

O pomo da discórdia, aparentemente, não residiu no facto de Abel Salazar ² pretender protagonizar em Portugal a difusão do neo-positivismo do *Círculo de Viena*. Aliás, a *Seara Nova* começou por lhe abrir as suas páginas, muito embora tivesse, desde logo, alertado os seus leitores que tal doutrina não era, naturalmente, perfilhada por ela. Todavia, estas diferenças não eram impeditivas da colaboração de Abel Salazar, porque para ambos, garantiu Sérgio, «a filosofia é essencialmente uma reflexão sôbre a ciência, e não uma forma de poesia lírica». ³ As divergências, contudo, vieram ao de cima quando Abel Salazar se propôs levar a efeito em Portugal um programa que designou por vulgarização da cultura. Não tanto a intenção, mas o modo como ela estava a ser feita, teve em Sérgio, por considerar os seus métodos em contradição com aquilo que deveria ser uma verdadeira divulgação cultural, um dos mais firmes opositores. Levando-o, desde logo, a questionar, nas páginas da *Seara Nova*, se «Em vez de vulgarizar facilidades fic-

¹ Aliás o facto de Abel Salazar levar a discussão para estes periódicos não agradou a Sérgio e teria sido precisamente este facto que levou o seareiro a utilizar um tom menos cordial em toda esta polémica. Pois, justificou-se Sérgio a alguns amigos que não gostaram de algumas acusações feitas a Abel Salazar, «o ilustre cientista (...) passou [nos periódicos referidos] a capitular-me de ignorante, — o que nada se relacionava com o nosso debate, porque eu não discutia de maneira alguma as matérias dos seus artigos — a relatividade e o Empirismo Lógico — mas tão só o método de de vulgarizar» (cf. António Sérgio, «Explicação e Reprovação de uma desmesura própria», *Seara Nova*, n.º 519, 24 de Julho de 1937, p. 283).

² Abel Salazar (1889 -1946) era natural de Guimarães. Doutorado, em 1915, com *Ensaio de Psicologia Filosófica*, quatro anos depois era Professor Catedrático em Histologia. Viria a ser expulso da Universidade, em 1935, por se opor à política de Salazar, acabando por continuar as suas investigações em Paris, onde chegou a exercer as funções de co-director dos *Archives Portugaises de Sciences Biologiques*. Regressou a Portugal e, embora impedido de ensinar, tornou-se num dos principais responsáveis pela difusão do neopositivismo do *Círculo de Viena* nos sectores democráticos oposicionistas, durante os anos 30.

³ *Seara Nova*, n.º 505, 15 de Abril de 1937, p. 3.

tícias, não seria mais útil e mais pedagógico vulgarizar as verdadeiras dificuldades?». ¹ Pois, toda a vulgarização cultural era «um projecto magnífico», mas, admitia Sérgio, «o pior, todavia, é se nos metemos a desculturá-la para poder depois vulgarizá-la». ²

Estas reservas de Sérgio provocaram, de imediato, uma reacção de Abel Salazar; acabando esta por evidenciar que em causa estavam diferentes concepções filosóficas e uma outra maneira de entenderem a cultura e a sua acção. A cultura, para ambos, tinha uma função praxista ³ na criação de outras mundividências; todavia, divergiam nos métodos, nos fins e destinatários dessa mesma cultura. Para a *Seara Nova*, como recordou Sérgio no decorrer da polémica, a verdadeira pedagogia «seria menos a de vulgarizar a ciência que a de aristocratizar o vulgo». ⁴ Ou seja, para ele não era a quantidade de conhecimentos divulgados que importava. Dado que, como é sabido, para os seareiros a libertação e emancipação das almas, que devia ser o escopo principal de toda a acção cultural, não residia na vulgarização de conteúdos, mas sim no criar de uma atitude racional que permitisse ao indivíduo ascender à unidade do todo, ao ponto de vista do universal (condição prévia, como já vimos, para a hegemonia de atitudes democráticas entre as elites) que o levasse a procurar dentro de si «as virtudes que são eternas: a clareza da idea, a nitidez do juízo, a concatenação rigorosa, a objectividade crítica, a arquiectura mental, a elocução exacta, o desdém do mesquinho, o ódio ao ódio, o amor ao bem público, o heroísmo cívico, a equanimidade, o amor dos homens, a nobreza dos sentimentos e das acções». ⁵

Aliás, este ponto de vista não escapou a Abel Salazar que acusou a *Seara Nova*, através de Sérgio, de esoterismo intelectual e de ideias a priori sobre a cultura e a educação:

«Os defensores do esoterismo intelectual partem do princípio de que a vulgarização deve ser um educação pública tão perfeita que não deforme as mais difíceis questões vulgarizadas; e que assim seria destinada, se fôsse possível, à realização de um didactismo integral conduzindo metódicamente o público a um determinado estado cultural, estabelecido a priori, e seguindo

¹ António Sérgio, «Pequenino Ponto», *Seara Nova*, n.º 510, 20 de Maio de 1937, p. 104.

² *Idem*, *ibidem*.

³ A este propósito, embora noutro contexto, afirmou Pedro Pita: «No ideário seareiro ou no pensamento de Bento de Jesus Caraça, no pensamento de Abel Salazar ou na teorização neo-realista, o problema da cultura — isto é, problema do saber e do poder de saber — não era um simples problema de erudição ou de conhecimento gratuito» (A. Pedro Pita, art. cit., p. 155).

⁴ António Sérgio, «Factos e Documentos», *Seara Nova*, n.º 515, 26 de Junho de 1937, p. 202.

⁵ António Sérgio, «Explicações aos leitores da *Seara Nova*», *Seara Nova*, n.º 539, 11 de Dezembro de 1937, p. 243. [Estas explicações aos seareiros foram originadas precisamente por esta polémica a que temos vindo a fazer referência].

à risca, com uma rigidez de carris (...) não é assim que entendo as coisas; tal certeza parece-me não só uma utopia, como absolutamente artificial». ¹

Recusava, portanto, Abel Salazar as concepções idealistas de cultura que pretendiam exercer a sua acção partindo de modelos dados a priori, sem terem em conta a evolução histórica, a realidade positiva. ² Residindo aqui, no seu entender, a sua utopia pelo facto de quererem dirigir as forças da história sem as conhecerem. Razão pela qual a maior ambição da cultura devia estar «no conhecimento dessas forças, isto é, entrar na consciencialização da história, concebida como complexo mecanóide». ³ E, assim, ao invés das concepções de cultura cujo processo e forma de acção é concebido e dirigido à priori, a vulgarização cultural proposta por Abel Salazar apontava como principal fim da cultura a consciencialização das forças que actuam na história. A cultura não seria mais do que uma dessas forças e a acção cultural não devia ter a veleidade de pensar que, só por si, dirigia o conjunto complexo de agentes que actuam na história. Pois, «cada momento social é um elo no encadeado de conflitos, acções e reacções, fluxos e refluxos, das forças bio-históricas. A cultura é uma dessas forças; e a acção cultural não é mais do que essa força em acção, lançada à corrente». ⁴

Em causa nesta polémica, mais do que um confronto entre neo-positivismo e racionalismo, apesar de estarem sempre subjacentes estas concepções filosóficas, estiveram duas concepções de cultura, como já referimos, e duas maneiras de entender a sua divulgação. Problemática nuclear nos finais dos anos trinta, num contexto em que, qualquer tomada de posição nesta matéria, era sempre entendida de um ponto de vista ideológico e político.

Importante, neste sentido, por nos dar uma ideia de como esta polémica ia sendo acompanhada, é a opinião de Jaime Brasil no Jornal *República* que, deixando de lado as divergências filosóficas entre os dois intelectuais, tira um conclusão pragmática desta questão, ao dizer:

«A acção [educativa] começada em Portugal por António Sérgio e alguns outros, tem de ser, em suma, completada, ampliada, generalizada e, em cer-

¹ Abel Salazar, «A-propósito da vulgarização do Círculo de Viena», *Seara Nova*, n.º 515, 26 de Junho de 1937, p. 303.

² Para Abel Salazar, «As ideias, lançadas no público por qualquer vulgarização, são destinadas a ser assimiladas, integradas pela mentalidade colectiva, que as elabora em seguida segundo as leis próprias do movimento complexo das massas. O fenómeno é comparável ao da pedra lançada na torrente, que aí gera as suas ondas, ondas que vão perder-se no fluxo da corrente, e em seus turbilhões, integrando-se nêles: e que de forma alguma vão dirigir a corrente, segundo os imperativos categóricos da cultura» (Abel Salazar, art. cit., p. 203).

³ *Idem, ibidem*, p. 204.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 203.

tos pontos actualizada: e isto contra os metafísicos, contra as Universidades, contra as Academias, seja contra quem for». ¹

O comentário de Jaime Ramos, sobre esta polémica, mostra bem a importância que a questão tinha no seio da oposição ao Estado Novo. E pode ser vista, ainda, como uma manifestação do sentimento reinante, em alguns sectores da oposição, que começavam a duvidar da eficácia doutrinária e pedagógica da *Seara Nova*. Defendendo-se, agora, uma divulgação cultural menos elitista e mais mobilizadora na luta contra a ditadura.

Esta resposta pretenderam dá-la os jovens neo-realistas no *Sol Nascente*, quando por lá ainda se mantinham frescos os argumentos utilizados por Abel Salazar, ao defenderem que:

«Para cultivar o povo é preciso tomar no seu seio uma posição activa, conviver, sentir com Ele a sua vida, e dar-lhe para enriquecimento desta os ensinamentos da cultura.

Se algum movimento houvesse aqui seria de descida. Entrar na alma popular, interpretar a sua angústia para lhe ajudar a descobrir o meio de destruí-la, rasgando novos caminhos de felicidade. O Homem culto privilegiado por circunstâncias fortuitas, tem de dar aos outros do seu capital de cultura convivendo com o povo, lembrando bem que a relação entre êle e o homem do povo é apenas a relação humana entre um homem e outro homem». ²

Estamos, assim, perante uma outra concepção de cultura e de intelectual que tende a dividir o panorama cultural português nos finais dos anos trinta. Divisão que oporá, sobretudo, presencistas e neo-realistas. E, com isto, periódicos como *O Diabo* e o *Sol Nascente*, centros de divulgação do *Novo Humanismo*, passam a assumir-se como os portadores da «Nova Aurora». A *Seara Nova* que, de alguma forma, deteve esse papel até aos inícios dos anos 30, foi-o perdendo, progressivamente, à medida que o seu projecto reformista, assumidamente herdado da geração de 70, ia sendo contestado e considerado, por uma importante fatia da nova geração, como incapaz de responder aos seus anseios culturais e políticos. E, assim, apesar da grande importância que nunca deixou de ter na cultura portuguesa, podemos dizer que a *Seara Nova*, nos finais dos anos trinta, já não ocupava o lugar central e, digamos, de vanguarda, das aspirações de esquerda, como aconteceu até ao começo da década de trinta. Continuou a ser respeitada pelo seu pas-

¹ Esta citação foi feita pelo próprio Sérgio, no seguimento desta polémica, em «Factos e Documentos», *Seara Nova*, n.º 515, 26 de Junho de 1937, p. 202.

² Mando Martins, «Cultura e Povo», *Sol Nascente*, n.º 17, 15 de Outubro de 1937, p. 14.

sado de luta e a servir de exemplo às gerações mais novas, mas os tempos abriam-se a outras utopias e a novos empenhamentos.

3. CULTURA E ARTE: POLÉMICAS VISÍVEIS DE UM DEBATE IDEOLÓGICO E POLÍTICO MAIS PROFUNDO

À medida que se avançava nos anos trinta, o Estado Novo foi aperfeiçoando os seus mecanismos de controle ideológico e de censura. Tornou-se, assim, cada vez mais difícil avançar com propostas políticas e ideológicas alternativas ao regime. Impedida a oposição de se organizar em partidos ou de se expressar livremente na imprensa diária e, muito menos, na rádio,¹ não lhe restou outra alternativa do que tentar fazer passar o seu discurso em periódicos que, aparentemente, estavam mais talhados para uma reflexão cultural, pedagógica e crítica. Lembra Carlos Reis que, «sem estarem libertas da censura, tais publicações, pela sua mais limitada circulação e por eventualmente se limitarem a grupos relativamente localizados, acolhiam vozes e textos que (embora não raro mutilados ou exigindo uma adequada “camuflagem”) dificilmente podiam aparecer na imprensa diária ou na rádio». ² Este facto e a conjugação de um ambiente de crispação ideológica internacional — Guerra Civil espanhola, aumento das tensões imperialistas que viriam a desembocar num segundo conflito militar mundial — acabaram por criar as condições para um extremar de posições, em registo literário, que camuflavam uma profunda contestação política e ideológica ao regime. É, portanto, neste contexto que deve ser integrada a emergência do neo-realismo ³ que, embora não deva ser considerado um movimento político de mero disfarce literário, não deixa de «ser a única expressão viável de aspectos da vida social que, noutras circunstâncias, teriam cabido ao jornalismo, à política e ao livro doutrinário». ⁴

Ora, o movimento neo-realista, como salientou E. Lourenço, pelo facto de nele a teoria preceder a prática literária, converteu «a priori os seus servidores em guardiães ou apóstolos de uma ortodoxia literária, de um “dever — ser” cultural,

¹ Saliente-se, a propósito, que a rádio faz o seu aparecimento em Portugal em 1925, mas só em 1931, com a fundação do Rádio Clube Português e, sobretudo, com o surgimento da Emissora Nacional (1933), por iniciativa do ministro da Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, é que esta se assume como veículo influente e privilegiado de propaganda ideológica e cultural do Estado Novo.

² Carlos Reis, art. cit., p. 221.

³ Recorda, a este propósito, Eduardo Lourenço que «Convém não esquecer este dado elementar: o neo-realismo de que nos ocupamos é, antes de tudo, um fenómeno cultural ideológico e literário, português. Quer dizer, encontra-se inserto como actor e sujeito de drama num contexto preciso que é o da nossa específica história desde 1936 (...)» (Ob. cit., p. 14).

⁴ Mário Sacramento, *Há Uma Estética Neo-Realista?*, 2.^a Ed., Lisboa, Vega, 1985, p. 22.

sombra ou sócia do “dever — ser” ideológico». ¹ E, assim, não admira, pois, que seja justamente com o movimento literário da *Presença*, pelo que ele representava no contexto cultural português, ² que o estado de polémica se inicia. ³ Na *Presença* viam os neo-realistas o principal obstáculo à afirmação de uma literatura mais empenhada e claramente identificada com os pressupostos ideológicos marxistas. ⁴ O confronto, portanto, se bem que necessariamente feito em termos literários, não escondia aquilo que verdadeiramente os dividia, em termos ideológicos e políticos: no entender de Pinheiro Torres, passava pelo afirmar de um *Novo Humanismo* (conceito que camuflava a palavra socialismo marxista) que pretendia a superação do humanismo da geração de 70. ⁵ Afirma ainda este mesmo autor, embora a dicotomia nos pareça, excessivamente, redutora, ⁶ que a «recusa deste tipo utópico de socialismo é condição sine qua non para o estabelecimento teórico do Neo-Realismo, ou seja, não há no Neo-Realismo qualquer compatibilidade ideológica com o Socialismo de oitocentos». ⁷

A *Seara Nova*, apesar de, aparentemente, não estar directamente envolvida nesta polémica, não esteve à margem dela. Desde os inícios da década de trinta que alguns dos principais teóricos e autores da *Presença*, sobretudo José Régio, mantinham assídua colaboração na revista dos seareiros. Não queremos com isto dizer, como veremos mais adiante, que este facto seja revelador de qualquer identidade ideológica e/ou cultural, entre as duas revistas, contudo, como já referimos, a direcção da *Seara Nova* nunca impediu que nela se manifestassem diferentes

¹ Eduardo Lourenço, ob. cit., p. 14.

² Na explicação desta polémica, Pinheiro Torres justifica o facto de ela se fazer com a *Presença* porque «no plano literário, ela só poderia estabelecer-se contra aquele tipo de literatura ou autores que se haviam consagrado — e estes eram os da revista *Presença* (1927-1940) — e não só consagrado como se haviam tornado no novo establishment» (A. Pinheiro Torres, *O Movimento neo-realista...*, ob. cit., p. 20).

³ Para um maior desenvolvimento desta polémica, ver *idem, ibidem*, pp. 20-36.

⁴ Lembrou, a propósito, Óscar Lopes que «Se a consagração dos presencistas corresponde, anterior e contemporaneamente, ao derruir do edifício ideológico de passadismo histórico e de pseudo-epopeia ultramarina nacionalista —, o neo-realismo e o então correlativamente chamado «novo humanismo» foram rótulos que impuseram, apesar da Censura, uma visão materialista histórica das perspectivas nacionais e gerais, e correspondem a um rompimento radical» (Óscar Lopes, «Gaibéus: uma leitura (uma lição) cinquentenária», *Vértice*, n.º 21, Dezembro de 1989, p. 19).

⁵ Sobre esta perspectiva, cf. A. Pinheiro Torres, *O Neo-Realismo Literário ...*, ob. cit., pp. 9-16.

⁶ Nomeadamente se tivermos em consideração a opinião de Mário Sacramento, para quem o neo-realismo em termos políticos teve «ideários (no plural), por que havia uma alternativa, no plano das hipóteses, quanto à saída plausível da conjuntura existente: instauração, no imediato, de uma democracia de tipo popular e socialista, ou acesso a ela através de uma fase prévia de democracia liberal e burguesa» (cf. Mário Sacramento, ob. cit., p. 21).

⁷ A. Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal...*, ob. cit., p. 33.

pontos de vista.¹ E, deste modo, aqui acabaram por se escrever alguns dos mais importantes artigos sobre a polémica que opôs presencistas e neo-realistas. E se a *Seara Nova* permitiu que dela partissem muitos dos textos, assinados por autores ligados à *Presença*, que refutavam as teses do neo-realismo nascente, tal não impediu que Álvaro Cunhal aqui também escrevesse os artigos que, de alguma forma, marcaram, sobretudo pela importância cultural e política dos autores envolvidos, o epílogo desta polémica. Confronto que, aliás, há tempo se adivinhava e já tinha sido, em 1937, nas páginas da *Seara Nova*, assim equacionado pelo presencista Adolfo Casais Monteiro:

«Nós vivemos numa época que tende a exigir do artista, e, dum modo geral, daqueles a quem é costume designar como intelectuais, mais do que arte; pede-se-lhe resposta a inquietações sociais. Já lá vão dez anos que Julien Benda, num livro que alcançou repercussão mundial, deu excepcional relêvo a êsse problema que desde então continua a estar em lugar de honra entre os mais discutidos desta hora».²

Vemos, assim, como o contexto político e cultural, nacional e internacional, para além de opor duas grandes tendências literárias, arte pura e arte social, punha, correlativamente, na ordem do dia o papel do escritor na sociedade. Termos de um debate que esteve longe de ser pacífico no espaço político-cultural português e que acabou por constituir um dos principais pontos de clivagem entre neo-realistas e presencistas.³

3. 1. Arte pura e arte social

Como é bom de ver, sob a designação de conceitos como arte pura e arte social escondem-se questões tão importantes como a relação entre o artista e o público, o estilo e a sociedade, a escrita e a leitura, ou, no fundo, a função da cultura e do

¹ Aliás Sérgio tinha perfeita consciência deste facto, pois em 1936, curiosamente a propósito de um artigo de Sant' Ana Dionísio (Sérgio considerava-o o seareiro mais próximo das teses da *Presença*), aproveitava para lembrar que na *Seara Nova* se praticava «a mais larga liberdade de discussão, e por isso publicamos artigos que não são de espírito seareiro (...) mas reservámo-nos sempre (como se sabe, e como é lógico) o direito de explicitar as nossas divergências em relação a êsses artigos, sempre que tal cousa nos parecesse oportuno» (António Sérgio, «Sobre os inconvenientes de se desprezar a clareza do entendimento», *Seara Nova*, n.º 482, 13 de Agosto de 1936, p. 31).

² Adolfo Casais Monteiro, «A Arte e o Povo», *Seara Nova*, n.º 512, 3 de Junho de 1937, p. 146.

³ Cf., Carlos Reis, ob. cit., p. 32.

intelectual na transformação das sociedades.¹ E, por isso, não admira que o neo-realista Ramos de Almeida viesse a considerar, em 1941, que, para além das diferenças lógico-formais, a problemática arte pura e arte social possuía um outro significado: era reveladora de «uma polémica travada entre duas consciências estéticas que correspondem por sua vez a duas consciências sociais». ² E, neste sentido, a oposição entre arte social e arte pura «tem o valor da impossível conciliação entre uma consciência decadente e uma consciência nascente». ³ É, portanto, neste quadro em que a literatura intimista e subjectivista da *Presença* era tida como um produto de consciências alienadas que aqui nos interessa a polémica referida, entre Álvaro Cunhal e José Régio na *Seara Nova*, em 1939. Aparentemente, o móbil do problema esteve numa série de artigos de Régio, em que este punha em questão, dirigindo-se explicitamente aos defensores das teses neo-realistas, que o crescente interesse pela recente literatura brasileira tivesse a ver com a qualidade puramente literária dessas obras. ⁴ Para Régio, o romance brasileiro estava a ser utilizado pelos jovens intelectuais como «um pretexto ou um meio». ⁵ E vincando bem as suas teses que rejeitavam qualquer submissão da literatura à ideologia, acrescentava:

«Sendo o que sou, julgo, pois, distinguir muito bem a literatura da política ou da propaganda, quaisquer que estas sejam. (...) Tanto me interessam, em literatura, os problemas ou dramas da miséria ou da fome como os da consciência, do sentimento, do pensamento, do instinto (...) tudo são gritos ou modos por que e como se exprime a nossa imensa aspiração à felicidade; a felicidade sempre mais ampla». ⁶

Esta recusa, por parte de Régio, de ligar a arte e o artista aos fenómenos históricos, quando a «humanidade chegou a uma encruzilhada»; esta recusa em saber o que acontece «fora do campo da sua vida íntima», ou, ainda, o recusar conhecer «do sofrimento e das esperanças das “gentes”», ⁷ era encarada por Cunhal como uma atitude ideológica e política, independentemente da vontade de quem assim

¹ Sobre este assunto, cf. Fernando Guimarães, «Arte», *Grande Dicionário de Literatura e de Teoria Literária* (Dir. João José Cochofel) Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, sobretudo, pp. 466-468.

² A. Ramos de Almeida, ob. cit., p. 59.

³ *Idem*, *ibidem*.

⁴ Cf. José Régio, «Cartas intemporais do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 608, 8 de Abril de 1939, pp. 151-153; n.º 609, 15 de Abril de 1939, pp. 167-169 e n.º 611, 29 de Abril de 1939, pp. 203-205.

⁵ *Idem*, *ibidem* (n.º 608) p. 152.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷ Álvaro Cunhal, «Numa encruzilhada dos Homens», *Seara Nova*, n.º 615, 27 de Maio de 1939, p. 285.

procedia. E, mostrando a importância que a literatura empenhada tinha no momento histórico que se vivia e de como esta reflectia a ideologia do escritor, acrescentava na resposta a Régio:

«Precisamente porque se está numa encruzilhada; precisamente porque a sorte de milhares de homens depende do caminho que será seguido (...) Homens que assim sintam, apreciam e julgam as “obras do espírito” (e em particular as obras de arte) pelo que elas podem influir na direcção futura da humanidade. Da mesma forma, artistas que assim sintam, fazem naturalmente reflectir nas suas produções artísticas as preocupações que os obcecaram. A única diferença entre estes artistas e os artistas solitários é que, enquanto a obcecação destes é o próprio umbigo, a daqueles é a sorte da humanidade. Mas, quer uns quer outros, põem naturalmente a arte ao serviço de qualquer coisa: nuns, êsse qualquer coisa é a vida de milhões de sêres; noutros êsse qualquer coisa é o próprio umbigo».¹

Esta citação, assumidamente longa, tem para nós a importância de mostrar como aqui se degladiavam duas posições que, por partirem de pontos de vista completamente divergentes, jamais se encontravam: para Cunhal a literatura, embora se não confunda com a política, acaba por exprimir uma posição política e social, logo, todos os que se interessam pela transformação das sociedades não podem ignorar a sua importância, como fenómeno de sociabilização de outras mundividências; para Régio, não devia existir qualquer ligação entre a literatura e a política, rejeitando «a submissão do romance a ideologias de tipo materialista ou a temas de proveniência político-social, privilegiando naturalmente a dimensão humanista da criação literária que se apoia na aspiração do homem ao absoluto».²

Dissemos anteriormente que a *Seara Nova* não esteve directamente envolvida na polémica que opôs presencistas e neo-realistas; todavia, os termos do problema (o papel do intelectual na sociedade e o carácter militante da arte) não só não eram alheios ao papel pedagógico e doutrinário assumido pelos seareiros na sociedade portuguesa, como nunca deixaram de estar no centro das suas preocupações. Por isso, conceberam sempre a Arte em geral com um carácter utilitário e ao serviço da necessária renovação das mentalidades. Assim, aquilo que se tornou dominante nas páginas da *Seara Nova*, por exemplo, na crítica literária, foi a dimensão ideológica das obras e os padrões morais das suas personagens. Podendo, por isso, afirmar-se, como o fez Cecília Barreira a propósito de Sérgio, que para os seareiros «todo o texto literário preenche um espaço ideológico politicamente identifi-

¹ *Idem, ibidem.*

² Carlos Reis, ob. cit., p. 26.

cável». ¹ Conceção que, embora fundada em bases filosóficas, ideológicas e políticas diferentes, se aproximavam, mais até do que ambos os lados pensavam (seareiros e neo-realistas), do horizonte cultural neo-realista.

Aliás, este facto já foi, de alguma forma, destacado por Carlos Reis quando, referindo-se a um artigo de Justino de Montalvão, ² publicado na *Seara Nova* em 1924, afirmou: «É sintomático que, nos seus primeiros tempos de existência, longe ainda das coordenadas neo-realistas, a revista *Seara Nova* acolhesse já textos que apontavam nesta direcção: em que, numa óptica idealista não muito distanciada de certas teses perfilhadas por Antero de Quental, se defendia o carácter militante da arte com base no exemplo das obras e da temática de autores como Dostoievski, Tolstoi e Gorki». ³ Nesta mesma linha devem ser entendidas as palavras de Raul Proença, em 1925, ao afirmar que «a literatura de combate é apanágio de todas as épocas, por mais que tentem negá-lo os espíritos acomodaticios e os idealistas sem virilidade, cúmplices eternos de todos os cabotinos da praça pública». ⁴ E, ligando a literatura ao papel do intelectual na sociedade, acrescentava: «Se os Herculanos, os Anteros, os Basílios, renunciaram, não procurem a causa no ambiente, mas nêles próprios: é que não foram feitos para a luta». ⁵

Menos crítico do que Proença, ⁶ em relação ao papel desempenhado pelos intelectuais referidos, Sérgio não deixa, no entanto, de partilhar deste sentimento, como se pode verificar pelas seguintes palavras dirigidas a José Régio (1933):

«Ah, meu caro Régio: não o quero mais que poeta e crítico (o melhor poeta da sua geração, se me não engano, e um dos melhores do Portugal de sempre (...)) Mantenha-se indiferente, se assim lhe apetece, às questões políticas

¹ Cecília Barreira, «António Sérgio leitor de Nobre», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 358.

² Este autor, num artigo significativamente intitulado «Nova Estética», recusa a arte pela arte nestes termos: «Nesta época de febre, de ganância e de miséria, a Arte deve ser, mais que nunca, uma verdadeira religião militante. A grande missão dos homens de letras não pode limitar-se ao diletantismo elegante dos amáveis sibaritas estéticos que, na legenda parnasiana da «Arte pela Arte», definiram a sua impassibilidade e a sua inutilidade olímpicas» (Justino Montalvão, «Nova Estética», *Seara Nova*, n.º 30, 31 de Janeiro de 1924, p. 119).

³ Carlos Reis, ob. cit., p. 25 [nota 4].

⁴ Raul Proença, «Combates», *Seara Nova*, n.º 44, Abril, 1925, p. 146.

⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 147.

⁶ Saliente-se a propósito que já em 1921 Raul Proença tornou pública, ao criticar os *Ensaio*s na *Seara Nova*, a sua discordância na apreciação que Sérgio fez de Herculano e Antero: «Quando você julga [Sérgio] que no fim de tanto batalhar de ideias, Antero de Quental e Herculano se levantam do pó como dois fortes, eu tenho a audácia de sustentar que isso não é inteiramente exacto. É triste ter de reconhecer, mas é necessário fazê-lo, que ainda não apareceu entre nós um grande mestre de acção moral. Um suicidou-se; o outro fez-se azeiteiro. Não cure agora das condições, cure dos factos. O herói, êsse é herói até ao fim» (Raul Proença, «Um livro de claridades e sombras», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921, pp. 80-81).

e sociais; mas lembro-lhe que, se vivesse na Itália ou na Alemanha de hoje, talvez certas poesias que publicou tivessem sido proibidas como “imorais”; e não estaria livre de lhe exigirem à força (como sabe) que fabricasse para o Estado uma arte “rácica”, nazi. Um problema social se me apresenta portanto de que não posso desprender o meu espírito: Mas essa depende, por sua vez... Não: não puxo a cereja, para que não venham tôdas. Nada se isola, meu caro Régio, e tudo no mundo se entretetece com tudo». ¹

Este tom quase pedagógico, visível nas palavras de Sérgio, não esconde aquilo que o afastava da atitude alheada, em relação às questões sociais e políticas, da *Presença*. Atitude que, como vimos, foi um dos principais pontos de clivagem entre presencistas e neo-realistas.

Poderíamos repetir os exemplos neste sentido, porém, salientaremos apenas mais dois pela sua importância: ambos evidenciam aquilo que afastava a *Seara Nova* do movimento da *Presença* e acabam por confirmar as teses que vêm nela a preparação da alternativa cultural — apesar das diferenças ideológicas e filosóficas — que acabou por ser o neo-realismo. ²

O primeiro exemplo, passa-se em 1927 e são seus protagonistas Mário de Castro e Manuel Mendes, ambos seareiros. A polémica gerou-se pelo facto de Mário de Castro ter considerado que o elogio feito ao poeta António Bôto, por Manuel Mendes nas páginas da *Seara Nova*, não estava de acordo com os objectivos da revista. Dado que, e atente-se neste pormenor, digno de qualquer neo-realista, o referido poeta era a «negação pura e simples do seu espírito [da *Seara*]». ³ Adiantando, ainda Mário de Castro, que de acordo com o espírito seareiro só estavam os artistas que partilhavam dos seguintes princípios: «mentalidade eminentemente crítica, moral de sacrifício e de perfeita dignidade humana, a moral da nobreza, sensibilidade estética nova: a estética da alegria e da vitalidade integral (...) personalidade activa e não puramente receptivas, o que na vida externa representa acção e construção». ⁴

E, no desenrolar da polémica, Mário de Castro, que teve sempre o apoio da direcção da revista, ⁵ explicitou melhor o seu conceito de arte e de artista. Para o seareiro, havia no artista duas facetas distintas, uma que sente e outra que se

¹ António Sérgio, «Nótulas Sôltas», art. cit., pp. 331-332.

² Sobre este assunto, cf. Carlos Reis, ob. cit., p. 85 e Heidrun Bruckner, art. cit., pp. 26-27.

³ Mário de Castro, «A propósito dum elogio», *Seara Nova*, n.º 109, 10 de Novembro de 1927, p. 248.

⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁵ A direcção da *Seara Nova* viu-se na obrigação de tomar partido nesta polémica, apoiando Mário de Castro por concordar, «no seu espírito doutrinário», com as suas afirmações (N. R., *Seara Nova*, n.º 110, 24 de Novembro de 1927, p. 270).

exprime; ou seja, conteúdo e forma. O ideal seria o artista reunir em si estas duas qualidades. Porém, o normal era uma faceta predominar sobre a outra e, quando assim acontecia, as melhores obras seriam as que valorizavam o conteúdo em prejuízo da forma.¹ Ora, a *Seara Nova*, para ser coerente com os seus princípios, não devia valorizar a literatura decadente, mas, ao invés, «uma arte que seja na sua natureza e nos seus motivos, não mórbida, mas fecunda, luminosa e forte, porque só assim poderá servir, entre outros, os nossos fins de reforma dos sentimentos activos».² Foi por assim pensarem, prossegue Mário de Castro, «Que os grandes artistas tiveram sempre por preocupação máxima viver a vida, e por isso criaram nas épocas de decadência», afastando-se daqueles que passam a vida a «viver a literatura, e por isso não criam, decalcam».³

Estas concepções estético-sociais, precisamente no ano em que a *Presença* dá os primeiros passos, a propósito de um poeta que mereceu nesta revista os melhores elogios, marca bem a distância teórica e prática entre a *Seara* e o movimento presencista.

Um segundo exemplo, já valorizado por Carlos Reis, no sentido que temos vindo a referir,⁴ foi o que opôs Sérgio a Gaspar Simões, em 1932. No entender de Sérgio, o presencista, com o seu livro *O Mistério da Poesia*, copiava entre nós a campanha de Henri Bremond a favor do lirismo,⁵ o que lhe parecia «um gesto de imitação literária sem base alguma na realidade ambiente — nas lutas reais, nas necessidades reais»,⁶ Refutava, ainda, Sérgio o facto de na *Presença* se conceber a poesia como um mistério, um acto de loucura, uma força da natureza, o puro instinto. No ardor da polémica, ainda tentaram os presencistas comparar Sérgio a Castilho, mas o seareiro respondeu-lhes precisamente com o exemplo de Antero:

«Antero estaria, se vivesse agora, na trincheira social em que me vejo eu — interessado como eu pelos problemas do povo — e ninguém o concebe neste lance histórico todo absorvido pelo mistério do poético, consagrado por

¹ Saliente-se que este privilegiar dos conteúdos em prejuízo da forma esteve ligado, pelo menos nalguns casos, às concepções estéticas iniciais do neo-realismo. Alves Redol, citado por Pedro Pita, chega a afirmar que «Tão aguerrida batalha pelo conteúdo em literatura parecia urgente a todos os jovens que ansiavam plantar os alicerces para um novo tipo de cultura extensiva às grandes massas» (Ver A. Pedro Pita, *Vértice*, art. cit., p. 44).

² Mário de Castro, «Nova carta a um rapaz melancólico», *Seara Nova*, n.º 111, 8 de Dezembro de 1927, p. 295.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ Cf. Carlos Reis, ob cit., pp. 84-85.

⁵ A este propósito, afirmou Sérgio: «Se não erro muito, defender o lirismo entre a gente lusa é preconizar entre peixes a vida aquática. Na pátria de Antero, e de Luís de Camões, nem há que defender a poesia lírica, nem que sustentar a teoria abstracta da sua incompatibilidade com a razão» (António Sérgio, «Razão e poesia, razão e mística», *Seara Nova*, n.º 286, 18 de Fevereiro de 1932, p. 349).

⁶ *Idem, ibidem*.

inteiro às questões literárias, à faina pacata de reabilitação da poesia, na eclesiástica companhia do padre Brémond». ¹

Mais uma vez Sérgio (lembramos que se encontrava no exílio), recusava a falta de empenhamento dos intelectuais da *Presença* nos problemas sociais do seu tempo. E assim, também neste sentido, abriu caminho à contestação da atitude do escritor que se fechava na sua *Torre de Marfim* e se escondia atrás da sua arte, vendo nela o princípio e o fim de toda a sua existência. Concepção que, como tivemos oportunidade de referir, iria encontrar outros desenvolvimentos nas teses neo-realistas. O que nos leva a poder dizer que, tanto no que concerne à valorização da arte, como contributo importante na criação e hegemonia de outras mundividências, como na defesa de um empenhamento do intelectual na causa pública, a *Seara Nova*, embora, repetimos, tenhamos que ter em conta as diferenças ideológicas e políticas, acabou por caminhar no sentido das teses neo-realistas. Aliás, isto mesmo foi reconhecido por um dos principais órgãos veiculadores das teses neo-realistas, *O Diabo*, quando em 1939, a propósito da saída das *Páginas Políticas* de Raul Proença, escreveu:

«Neste momento em que certas camadas de intelectuais desertaram da praça pública, em que o desinteresse pela acção idealista é tão evidente em certos sectores, e em que, por outro lado, uma corrente de opinião cada vez mais numerosa predica a intervenção do intelectual na luta que decidirá dos destinos do mundo, Raul Proença vale como um exemplo que não queremos nem poderemos esquecer. (...) A doença roubou-nos por sete longos anos (...) é preciso que Raul Proença saiba que *O Diabo* ao lançar-se nesta campanha quer seguir o caminho que Raul Proença trilhou, quer consagrar a atitude em face da vida de que Raul Proença é um grande exemplo». ²

Assim, podemos concluir, dizendo que, se o neo-realismo abre caminho a uma outra relação do intelectual com o povo, que advém da denúncia à insuficiência individualista e da proclamação de que a verdadeira liberdade está no encontro com a sociedade e com a classe já prenhe de futuro, tal não impediu que da *Seara Nova* retirassem, afinal, aquilo a que ela sempre mais aspirou, ainda que por outros caminhos: uma atitude de total empenhamento dos intelectuais no sentido de se encontrarem as soluções para a regeneração do nosso país.

¹ António Sérgio, «Refutação resignada e serena de uma calóniosa actuação de má fé», *Seara Nova*, n.º 311, 11 de Agosto de 1932, p. 362.

² Excerto publicado na *Seara Nova*, n.º 619, 24 de Junho de 1939, p. 2.



CONCLUSÃO

1. Não se pode dizer que a *Seara Nova* tenha sido um grupo coeso em termos ideológicos e programáticos; sobretudo se tivermos apenas em consideração o ideário isolado de cada elemento do(s) grupo(s) que, ao longo do espaço temporal aqui considerado, a constituíram. Eram manifestas e públicas as diferenças entre, por exemplo, Raul Proença e Ezequiel de Campos, entre António Sérgio e Santana Dionísio, ou mesmo entre Jaime Cortesão e o autor dos *Ensaio*s e entre este e Câmara Reis, para apenas referirmos os mais evidentes. Porém, a ideologia de um grupo não se define pela simples soma das várias sub-culturas que o compõem; mas, sobretudo, pela identidade que acaba por criar e que o caracteriza. Foi esta identidade da *Seara Nova* — que sendo de todos não era de nenhum — que tentámos surpreender neste nosso estudo, procurando sempre, através do cruzamento de opiniões por vezes desencontradas, o veio cultural e ideológico que a caracterizou.

Não obstante, tivemos sempre presente que num grupo, ainda mais de intelectuais, alguns elementos acabam por polarizar em torno de si as sensibilidades culturais e ideológicas individuais, dando assim um sentido mais coerente às propostas do conjunto dos seus elementos, resultando daqui aquilo que normalmente se designa por cultura dominante. Por esse facto, não admira, pois, que alguns seareiros, casos de António Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão, tenham merecido da nossa parte uma atenção especial.

Apesar do peso intelectual de certas individualidades, todos os seareiros se reviam num conjunto de valores e num modo estar e de sentir os problemas de Portugal que, apesar de tudo, os identificava. Unia-os, sobretudo, a maneira sofrida como encaravam o nosso atraso em relação aos países mais desenvolvidos, bem como a firme determinação que sempre puseram na procura das melhores soluções para tirar Portugal daquilo que consideravam ser a sua longa decadência. Seguiram neste caso, como em tantos outros, os diagnósticos e atitudes já anteriormente formulados pela célebre geração de 70, sobretudo pelo seu maior vulto intelectual — Antero de Quental.

Quis ser a *Seara Nova*, na sociedade portuguesa, a consciência moral da nação, uma espécie de templo, como tantas vezes disseram, do espírito democrático. Templo de apóstolos anunciadores de um tempo novo — com os seus heróis, com os seus mitos, com o seu Deus (Razão). Uma espécie de religião do intelecto,

como gostava de lhe chamar Sérgio, profundamente empenhada em aprofundar a inteligibilidade e a beleza interior das elites. Modo de ser que se exprimia num idealismo político que procurou tornar real o ideal, o dever ser em ser.

Não unia, portanto, os seareiros qualquer sistema filosófico-político fechado, somente um ideal que sempre encarou a luta pelo triunfo da razão como uma missão. Por isso, a importância dada à revolução das mentalidades, que outra coisa não era do que a vontade de tornar real a hegemonia da razão no pensar e no agir das elites portuguesas.

2. Em face do que acabámos de dizer, não admira que a *Seara Nova* se tivesse empenhado em definir o papel do intelectual na sociedade. Ao intelectual cabia a importante missão de apontar o ideal das nações, ser no fundo o principal e autêntico educador. A quem competia, por isso, exercer uma espécie de sacerdócio político e cultural, totalmente desligado «de toda a ideia de seita e de partido». ¹ Para, deste modo, garantir a supremacia e a hegemonia do Espírito sobre o Século — condição considerada indispensável para a reforma da sociedade.

Recusou a *Seara Nova* a tese de Benda que acusava de traidores os intelectuais comprometidos com as paixões políticas. Pois, para os seareiros, o verdadeiro clerc, como director de almas, só pode ser acusado de traição se, isso sim, continuar a recusar descer à praça pública, deixando que outros imponham as ideias e os valores materialistas. Não defendiam, contudo, que o letrado fosse ministro do temporal, pedia-se-lhe, porém, que tivesse, em tempo de crise de valores essenciais, preocupações temporais. Ou seja: o verdadeiro clerc, por imperativo da própria consciência, por nada deste mundo podia deixar de assumir o seu papel de «mâitre à penser» — uma missão específica e diferente da que normalmente era confiada aos políticos.

Pregar, portanto, a ideia do desinteresse social e político, na asserção de Benda, era acabar por «negar a legitimidade e a eficácia das ideias no mundo real» e relegar os idealistas «como que para uma mansão inefável de quimeras e de nuvens». ² Negar ao clerc uma missão interventora na sociedade, na defesa da subordinação dos valores materiais aos espirituais, era impedir que se fizesse, em política, o que o cristianismo fez no campo da moral. Era, em suma, passar-se de armas e bagagens para o campo do inimigo. Seria não compreender que a crise da democracia e da civilização ocidental assentava numa subversão do «credo espiritual» que exigia o cerrar de fileiras de todos os intelectuais.

¹ Raul Proença, «Resposta a Ferreira Monteiro», *Seara Nova*, n.º 159, 2 de Maio de 1929, p. 235. [saliente-se o facto de Proença, neste mesmo artigo, considerar que o apostolado referido foi o que mais contribuiu para emergência a da *Seara Nova* na sociedade portuguesa].

² Raul Proença, «Para um evangelho duma acção idealista no mundo real...» art. cit., *Seara Nova*, n.º 118, 3 de Maio de 1928, p. 424.

Tornava-se imperioso, portanto, o empenho de toda uma «élite de letrados que se consagr[asse] (sem participar na vida governativa ou partidária) a uma obra de doutrina, de crítica, de polémica e de apostolado social». ¹ Missão que, pelas suas características, não estava ao alcance do político tradicional. Ela só podia ser obra de «intelectuais desinteressados, sem interesses políticos imediatos nem ligações partidárias de qualquer espécie». ² Aliás, para os seareiros a verdadeira «cleresia», sendo específica apenas de alguns eleitos, era incompatível com a actividade política partidária, ou com qualquer outro espírito de facção.

3. Ao papel específico dos intelectuais estava ligada uma outra ideia, fundamental na missão que os seareiros propuseram a si próprios: a de que a democracia fazia parte de um segundo momento da história — o primeiro foi a revolução cristã — que procurava, mais uma vez, a salvação dos homens. À revolução moral que foi o cristianismo devia juntar-se agora, para que o bem e a justiça se realizassem, a revolução temporal. E, de acordo com isto, tal como o cristianismo necessitou de apóstolos capazes de pôr acima dos seus interesses particulares o amor ao homem universal, bem como fazer do amor uma ideia de salvação, também a democracia tinha necessidade de uma elite (apóstolos temporais) capaz de espalhar a mensagem da justiça e da razão que é, afinal de contas, o ideal democrático.

Não admira, assim, que a *Seara Nova* dissesse que a mentalidade contemporânea era anti-democrática, do mesmo modo que era anti-cristã. Dado que a democracia era, em política, o que o cristianismo quis ser a nível da moral. Inscreve-se aqui uma das vertentes — a secularização da mensagem judaico-cristã — que nos levou a integrar o discurso da *Seara Nova* no que vem sendo considerado como típico da modernidade.

Não admira por isso que a democracia fosse entendida pelos seareiros ao mesmo tempo como um ideal e como uma atitude moral. E, deste modo, sendo muito mais que um regime, a melhor maneira de a realizar não era pela política em sentido estrito, mas pela educação interior, através de uma reforma intelectual das elites. Condição essencial para que estas acabassem por submeter os impulsos e as ambições políticas e sociais ao pensar objectivo, ao ponto de vista racional. Decorre daqui a concepção de revolução defendida pela *Seara Nova* que, tal como para Antero, era sobretudo cultural e moral.

4. A *Seara Nova* (empresa e revista) integra-se, assim, neste apostolado cultural e cívico. Resultando, claramente, da necessidade sentida pelo grupo em criar,

¹ Raul Proença, «Os intelectuais e a política», *Seara Nova*, n.º 153, 21 de Março de 1929, p. 131.

² *Idem, ibidem*, p. 132.

na sociedade portuguesa, um movimento de opinião organizada que fundasse em novos moldes os alicerces da democracia. A revista, não sendo o único meio de divulgação das suas ideias, acabou por ser aquele que, de uma forma ou de outra, mais contribuiu para a divulgação das suas teses. Não deixaram os seareiros de sentir os limites desta sua acção doutrinária. Talvez pelo facto de se verem confrontados com essa realidade, foram tentados — negando, de alguma forma, princípios expressos solenemente na revista que sempre manifestou um forte sentimento de rejeição pela acção política directa — pelo poder, ao integrarem, casos de António Sérgio, Azevedo Gomes e Ribeiro de Carvalho, o governo de Álvaro de Castro (1923). O resultado, como é sabido, não foi brilhante. Tentaram, ainda durante a I República, formar um Jornal que, a par da *Seara Nova*, trouxesse mais eficácia à divulgação das suas ideias, todavia, a agonia da primeira experiência republicana e a instauração da ditadura desencorajaram qualquer medida nesse sentido. A *Seara*, por sua vez, continuaria a manter-se, após o 28 de Maio de 1926, sempre fiel ao seu idealismo doutrinário e ao paradigma cultural e ideológico da geração de 70. Assumindo-se, até quase ao final da década de trinta, como a principal referência de esquerda na oposição ao Estado Novo. Porém, foi precisamente nesta década, que o espaço de crítica e de cultura democrática ocupado pela *Seara Nova*, começou a perder o poder de atracção ideológica e cultural, em relação aos jovens intelectuais de esquerda, que sempre a caracterizou. O ambiente de crispação ideológica e cultural que acabou por marcar a década de trinta, abriu espaço a outras ideologias e a outras utopias. O neo-realismo e o marxismo que lhe servia de suporte ideológico, realizavam, na sociedade portuguesa, aquilo que poderemos designar por uma tentativa de superação de todo um imaginário cultural, ideológico e político que se revia na geração de 70, dando largas a outra maneira de pensar e sentir o lugar de Portugal no mundo e, sobretudo, de encarar os problemas nacionais. Contudo, a atitude da *Seara Nova*, na sociedade portuguesa, longe de ser superada, acabou por marcar em muito, o Novo Humanismo que pretendeu ser o marxismo, apesar da diferença dos pressupostos ideológicos em que assentou.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Agrupámos as fontes e a bibliografia em três rubricas principais: I — Fontes Manuscritas; II — Bibliografia Activa, exclusivamente ligada à *Seara Nova*; III — Fontes Impressas e obras de consulta. Esta última foi dividida em três partes: A — Jornais e Revistas; B — Obras e Textos impressos em publicações periódicas; C — Enciclopédias, Dicionários e Obras de âmbito Geral.

I — FONTES MANUSCRITAS

- Espólio de Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional.
- Espólio de João Maria Santiago Frezato, Biblioteca Pública Municipal da Figueira da Foz.
- Espólio de **FONTES E BIBLIOGRAFIA**
- Espólio de Vitorino Nemésio, Biblioteca Nacional

II — BIBLIOGRAFIA ACTIVA, EXCLUSIVAMENTE LIGADA À SEARA NOVA

- ALMEIDA, Vieira de, «Entre as Formas Incompletas», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CARAÇA, Benito de Jesus, «A Cultura Integral do indivíduo Problema Central do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 348, 22 de Junho de 1933.
- CARREIRO, José Bruno, «As mulheres de Antero», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CASTRO, Mário de, «A propósito dum elogio», *Seara Nova*, n.º 109, 10 de Novembro de 1927.
- CASTRO, Mário de, «Em Frente das Doutrinas Reaccionárias», *Seara Nova*, n.º 86, 6 de Maio de 1926; n.º 88, 20 de Maio; n.º 89, 27 de Maio.
- CASTRO, Mário de, «Nova carta a um rapaz melancólico», *Seara Nova*, n.º 111, 8 de Dezembro de 1927.
- CHAVES, Castelo Branco, «A Geração de 90», *Seara Nova*, n.º 345, 1 de Junho de 1933.
- CHAVES, Castelo Branco, «O conceito da revolução em Eça de Queirós», *Seara Nova*, n.º 205, 20 de Maio de 1930.
- CHAVES, Castelo Branco, «Teófilo Braga e o Nacionalismo», *Seara Nova*, n.º 353, 28 de Setembro de 1933.
- CIDADE, Hernani, «A intervenção de Antero na Vida Pública», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CORTESÃO, Jaime, «A Choldra», *Seara Nova*, n.º 56, 17 de Outubro de 1925.
- CORTESÃO, Jaime, «A Expedição de Pedro Álvares Cabral e a família dos Marechonis», *Seara Nova*, n.º 8, 15 de Fevereiro de 1922.

na sociedade portuguesa, um movimento de opinião organizada que fundasse em novos moldes os alicerces da democracia. A revista, não sendo o único meio de divulgação das suas ideias, acabou por ser aquele que, de uma forma ou de outra, mais contribuiu para a divulgação das suas teses. Não deixaram os seareiros de sentir os limites desta sua acção doutrinária. Talvez pelo facto de se verem confrontados com essa realidade, foram tentados — negando, de alguma forma, princípios expressos solenemente na revista que sempre manifestou um forte sentimento de rejeição pela acção política directa — pelo poder, ao integrarem, casos de António Sérgio, Azevedo Gomes e Ribeiro de Carvalho, o governo de Alvaro de Castro (1923). O resultado, como é sabido, não foi brilhante. Tentaram, ainda durante a I República, formar um jornal que, a par da *Seara Nova*, trouxesse mais eficácia à divulgação das suas ideias, todavia, a agonia da primeira experiência republicana e a instauração da ditadura desencenajaram qualquer medida nesse sentido. A *Seara*, por sua vez, continuava a manter-se, após o 28 de Maio de 1926, sempre fiel ao seu idealismo doutrinário e ao paradigma cultural e ideológico da geração de trinta. **FONTE: BIBLIOTECA** Foi precisamente nesta década que o espaço de crítica e de cultura democrática ocupado pela *Seara Nova*, começou a perder o poder de atracção ideológica e cultural, em relação aos jovens intelectuais de esquerda, que sempre a caracterizou. O ambiente de criação ideológica e cultural que acabou por marcar a década de trinta, abriu espaço a outras ideologias e a outras utopias. O neo-realismo e o marxismo que lhe servia de suporte ideológico, realizavam, na sociedade portuguesa, aquilo que pretendiam designar por uma tentativa de superação de todo um imaginário cultural, ideológico e político que se revia na geração de 70, dando largas a outra maneira de pensar e sentir o lugar de Portugal no mundo e, sobretudo, de encarar os problemas nacionais. Contudo, a atitude da *Seara Nova*, na sociedade portuguesa, longe de ser superada, acabou por marcar em muito, o Novo Humanismo que pretendia ser o marxismo, apesar da diferença dos pressupostos ideológicos em que assentava.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Agrupámos as fontes e a bibliografia em três rubricas principais: I — Fontes Manuscritas; II — Bibliografia Activa, exclusivamente ligada à Seara Nova; III — Fontes Impressas e obras de consulta. Esta última foi dividida em três partes: A—Jornais e Revistas; B—Obras e Textos impressos em publicações periódicas; C— Enciclopédias, Dicionários e Obras de âmbito Geral.

I — FONTES MANUSCRITAS

- Espólio de Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional.
- Espólio de João Maria Santiago Prezado, Biblioteca Pública Municipal da Figueira da Foz.
- Espólio de Raul Proença, Biblioteca Nacional.
- Espólio de Vitorino Nemésio, Biblioteca Nacional

II — BIBLIOGRAFIA ACTIVA, EXCLUSIVAMENTE LIGADA À SEARA NOVA

- ALMEIDA, Vieira de, «Entre as Formas Incompletas», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CARAÇA, Bento de Jesus, «A Cultura Integral do indivíduo Problema Central do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 348, 22 de Junho de 1933.
- CARREIRO, José Bruno, «As mulheres de Antero», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CASTRO, Mário de, «A propósito dum elogio», *Seara Nova*, n.º 109, 10 de Novembro de 1927.
- CASTRO, Mário de, «Em Frente das Doutrinas Reaccionárias», *Seara Nova*, n.º 86, 6 de Maio de 1926; n.º 88, 20 de Maio; n.º 89, 27 de Maio.
- CASTRO, Mário de, «Nova carta a um rapaz melancólico», *Seara Nova*, n.º 111, 8 de Dezembro de 1927.
- CHAVES, Castelo Branco, «A Geração de 90», *Seara Nova*, n.º 345, 1 de Junho de 1933.
- CHAVES, Castelo Branco, «O conceito da revolução em Eça de Queirós», *Seara Nova*, n.º 205, 20 de Março de 1930.
- CHAVES, Castelo Branco, «Teófilo Braga e o Nacionalismo», *Seara Nova*, n.º 355, 28 de Setembro de 1933.
- CIDADE, Hernani, «A intervenção de Antero na Vida Pública», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- CORTESÃO, Jaime, «A Choldra», *Seara Nova*, n.º 56, 17 de Outubro de 1925.
- CORTESÃO, Jaime, «A Expedição de Pedro Alvares Cabral e a família dos Marchioni», *Seara Nova*, n.º 8, 15 de Fevereiro de 1922.

- CORTESÃO, Jaime, «Cartas à Mocidade - A Tradição», *Seara Nova*, n.º 4, 5 de Dezembro de 1921.
- CORTESÃO, Jaime, «O Homem que veio a Lisboa Prégear Deus ao Dr. Afonso Costa», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921.
- CORTESÃO, Jaime, «Soluções Políticas — os males máximos e os remédios mínimos — o que a “*Seara Nova*” propõe como solução imediata à crise nacional», *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921.
- COSTA, Emílio, «A Revolução (Condições de triunfo)», *Seara Nova*, n.º 53, 15 de Setembro de 1925.
- COSTA, Emílio, «A Revolução (Orientação política geral)», *Seara Nova*, n.º 55, 10 de Outubro de 1925.
- COSTA, Emílio, «A Revolução (Organização do trabalho)», *Seara Nova*, n.º 56, 17 de Outubro de 1925.
- COSTA, Emílio, «A Revolução (Orientação económica geral)», *Seara Nova*, n.º 58, 31 de Outubro de 1925.
- COSTA, Emílio, «Para Evitar Confusões», *Seara Nova*, n.º 54, 3 de Outubro de 1925.
- COSTA, Emílio, «Que devemos Fazer?», *Seara Nova*, n.º 52, 1 de Setembro de 1925.
- CUNHAL, Avelino, «A primazia das necessidades primárias», *Seara Nova*, n.º 511, 27 de Maio de 1937.
- CUNHAL, Avelino, «O sentido da actuação humana», *Seara Nova*, n.º 521, 7 de Agosto de 1937.
- CUNHAL, Avelino, «Releguemos o absoluto», *Seara Nova*, n.º 507, 29 de Abril de 1937.
- CUNHAL, Álvaro, «Numa encruzilhada dos Homens», *Seara Nova*, n.º 615, 27 de Maio de 1939.
- CUNHAL, Álvaro, «Ainda na encruzilhada», *Seara Nova*, n.º 626, 12 de Agosto de 1939.
- JUNIOR, António Salgado, «Antero e a Literatura Infantil», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- MARINHO, José, «As duas tradições», *Seara Nova*, n.º 316, 15 de Setembro de 1932.
- MARINHO, José, «Perspectiva Crítica do Divino «Sonetos» de Antero», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, «Uma carta», *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar (I)», *Seara Nova*, n.º 220, 18 de Setembro de 1930.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar (II)», *Seara Nova*, n.º 222, 2 de Outubro de 1930.
- MONTALVÃO, Justino, «Nova Estética», *Seara Nova*, n.º 30, 31 de Janeiro de 1924.
- MONTEIRO, Adolfo Casais, «A Arte e o Povo», *Seara Nova*, n.º 512, 3 de Junho de 1937.
- N. R., «Apelo à Nação», *Seara Nova*, n.º 21, Março de 1923, pp. 129-135;
- N. R., «Carta Aberta dirigida a sua Ex.º o Presidente da República», *Seara Nova*, n.º 27, Outubro de 1923.

- N. R., «Programa mínimo de salvação Nacional», *Seara Nova*, n.º 12, 15 de Abril de 1922.
- NEMÉSIO, Vitorino, «Antero e Herculano», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- NEMÉSIO, Vitorino, «Resposta Retardada de um Exortado ao Exortador», *Seara Nova*, n.º 120, 24 de Maio de 1928; n.º 136, 8 de Novembro de 1928; n.º 143, 27 de Dezembro de 1928.
- PROENÇA, Raul, «A Rússia ao Léu — Algumas considerações para uso dos portugueses», *Seara Nova*, n.º 243, 19 de Março de 1931.
- PROENÇA, Raul, «A *Seara Nova* e certos republicanos», *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «A semana portuguesa e o nacionalismo anti-patriótico», *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «A união Cívica e a *Seara Nova*» *Seara Nova*, n.º 23, Maio de 1923.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (I), *Seara Nova*, n.º 5, 24 de Dezembro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (II), *Seara Nova*, n.º 6, 14 de Janeiro de 1922.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (III), *Seara Nova*, n.º 7, 1 de Fevereiro de 1922.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (IV), *Seara Nova*, n.º 9, 1 de Março de 1922.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (V), *Seara Nova*, n.º 11, 1 de Abril de 1922.
- PROENÇA, Raul, «Acerca do Integralismo Lusitano» (VI), *Seara Nova*, n.º 15, 1 de Julho de 1922.
- PROENÇA, Raul, «Combates», *Seara Nova*, n.º 44, Abril, 1925.
- PROENÇA, Raul, «Conversa com as “Novidades”», *Seara Nova*, n.º 257, 13 de Agosto de 1931.
- PROENÇA, Raul, (Editorial do primeiro número), *Seara Nova*, n.º 1, 15 de Outubro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «Liberdade, fim supremo», *Seara Nova*, n.º 239, 19 de Fevereiro de 1931.
- PROENÇA, Raul, «No Pelourinho — A *Seara Nova* e os integralistas», *Seara Nova*, n.º 2, 5 de Novembro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «Nós e a «luta»», *Seara Nova*, n.º 14, 1 de Junho, 1922.
- PROENÇA, Raul, «Notas e Comentários — ainda as Revoluções», *Seara Nova*, n.º 51, 15 de Agosto de 1925.
- PROENÇA, Raul, «Notas e Comentários — Revoluções», *Seara Nova*, n.º 53, 15 de Setembro de 1925.
- PROENÇA, Raul, «O Fascismo e as suas repercussões em Portugal», *Seara Nova*, n.º 77, 6 de Março de 1926.
- PROENÇA, Raul, «O Manifesto da Cruzada Nun' Álvares», *Seara Nova*, n.º 4, 5 de Dezembro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «O Ultra Romantismo Político do “Diário de Notícias”», *Seara Nova*, n.º 256, 1 de Outubro de 1931.

- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 115, 9 de fevereiro de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 117, de 12 de Abril de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 118, 3 de Maio de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 120, 24 de Maio de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 126, 9 de Agosto de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 135, 1 de Novembro de 1928.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 158, 25 de Abril de 1929.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 182, 10 de Outubro de 1929.
- PROENÇA, Raul, «Para um evangelho numa acção idealista no mundo real (A propósito de “La Trahison des clercs” de Julien Benda)», *Seara Nova*, n.º 192, 19 de Dezembro de 1929.
- PROENÇA, Raul, «Porque não somos um partido político», *Seara Nova*, n.º 2, 5 de Novembro de 1921.
- PROENÇA, Raul, «Regresso ao próprio Espírito — à margem das ideias e da vida», *Seara Nova*, n.º 40, Janeiro de 1925.
- PROENÇA, Raul, «Resposta à Nota de Emílio Costa», *Seara Nova*, n.º 62, 28 de Novembro de 1925.
- PROENÇA, Raul, «Revolução e Ditadura», *Seara Nova*, n.º 60, 14 de Novembro de 1925.
- PROENÇA, Raul, «Réplica dum monstro de egolatria a um monstro de modéstia», *Seara Nova*, n.º 240, 26 de Fevereiro de 1931.
- PROENÇA, Raul, «*Seara Nova*», *Seara Nova*, n.º 22, Abril de 1923.
- PROENÇA, Raul, «Um Livro de Claridades e Sombras», *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Novembro de 1921.
- REYS, Câmara, «Acusações», *Seara Nova*, n.º 102, 14 de Julho de 1927.
- REYS, Câmara, «Sobre Antero e a Música», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- RÉGIO, José, «Cartas intemporais do nosso tempo», *Seara Nova*, n.º 608, 8 de Abril de 1939; n.º 609, 15 de Abril de 1939; n.º 611, 29 de Abril de 1939.
- RÉGIO, José, «Introdução a um Estudo Sobre a Arte de Antero», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.
- SALAZAR, Abel, «A-propósito da vulgarização do Círculo de Viena», *Seara Nova*, n.º 515, 26 de Junho de 1937.
- SALEMA, Álvaro, «Antero e o Heroísmo de Pensar», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.

- SÉRGIO, António, «A propósito da conferência do Prof. Magalhães Colaço», *Seara Nova*, n.º 81, 1 de Abril de 1926.
- SÉRGIO, António, «A União Cívica, os seus intuitos e os seus métodos», *Seara Nova*, n.º 22, Abril de 1923.
- SÉRGIO, António, «A veracidade, o idealismo e a política», *Seara Nova*, n.º 237, 5 de Fevereiro de 1931.
- SÉRGIO, António, «Aos Jovens “seareiros” de Coimbra, Sobre a Maneira de Lidar com os Inimigos da Luz e da Razão», *Seara Nova*, n.º 87, 13 de Maio de 1926.
- SÉRGIO, António, «Carta de Agradecimento a D. Basílio», *Seara Nova*, n.º 100, de 9 de Junho de 1927.
- SÉRGIO, António, «Cooperativa e Parlamento», *Seara Nova*, n.º 344, 25 de Maio de 1933.
- SÉRGIO, António, «Democracia Crítica, Experimental e Cooperativa», *Seara Nova*, n.º 401, 9 de Agosto de 1934.
- SÉRGIO, António, «Despedida», *Seara Nova*, n.º 174, 15 de Agosto de 1929.
- SÉRGIO, António, «Diálogos de um Democrata e de um Estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340, 27 de Abril de 1933.
- SÉRGIO, António, «Em Torno da “ Ilusão Revolucionária” de Antero», *Seara Nova*, n.ºs 406-408, 11 de Setembro de 1934.
- SÉRGIO, António, «Explicação aos leitores da «Seara Nova», *Seara Nova*, n.º 539, 11 de Dezembro de 1937.
- SÉRGIO, António, «Explicação e Reprovação de uma desmesura própria», *Seara Nova*, n.º 519, 24 de Julho de 1937.
- SÉRGIO, António, «Explicações Ao Exm.º Sr. Professor Martinho Nobre de Melo Sobre as Doutrinas Morais Dos Meus “Ensaio”», *Seara Nova*, n.º 50, 1 de Agosto de 1925.
- SÉRGIO, António, «Factos e Documentos», *Seara Nova*, n.º 515, 26 de Junho de 1937.
- SÉRGIO, António, «Grupo de Renovação Democrática», *Seara Nova*, n.º 336, 30 de Março de 1933.
- SÉRGIO, António, «Ideal e Facto Sensível — Política e Ciência, Meios e Fins», *Seara Nova*, n.º 144, 3 de Janeiro de 1929.
- SÉRGIO, António, «Idealismo e Realismo — «Morale d’abord» e «Politique d’abord», *Seara Nova*, n.º 163, 30 de Maio de 1929.
- SÉRGIO, António, «Mais Retalhos», *Seara Nova*, n.º 332, 2 de Março de 1933.
- SÉRGIO, António, «Método Científico, História, Política e Tradição», *Seara Nova*, n.º 151, 7 de Março de 1929; n.º 153, 21 de Março de 1929; n.º 154, 28 de Março de 1929.
- SÉRGIO, António, «Nótulas Soltas», *Seara Nova*, n.º 357, 28 de Setembro de 1933.
- SÉRGIO, António, «O Problema da Cultura em Portugal e o Significado do Seiscentismo na sua História», *Seara Nova*, n.º 56, 17 de Outubro de 1925; n.º 57, 24 de Outubro de 1925.
- SÉRGIO, António, «O Problema da Cultura em Portugal», *Seara Nova*, n.º 138, 22 de Novembro de 1928.
- SÉRGIO, António, «Observação e Ideologia. Produtor e Cidadão», *Seara Nova*, n.º 94, 8 de Junho de 1926.

- SÉRGIO, António, «Ora Até Que Enfim», *Seara Nova*, n.º 170, 18 de Julho de 1929.
- SÉRGIO, António, «Para Matar Saudades», *Seara Nova*, n.º 183, 17 de Outubro de 1929; n.º 186, 7 de Novembro de 1929; n.º 190, 5 de Dezembro de 1929.
- SÉRGIO, António, «Pequenino Ponto», *Seara Nova*, n.º 510, 20 de Maio de 1937.
- SÉRGIO, António, «Razão e poesia, razão e mística», *Seara Nova*, n.º 286, 18 de Fevereiro de 1932.
- SÉRGIO, António, «Refutação resignada e serena de uma caloniosa acusação de má fé», *Seara Nova*, n.º 311, 11 de Agosto de 1932.
- SÉRGIO, António, «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12 de Janeiro de 1933.
- SÉRGIO, António, «Sobre a aplicação política da ideia de igualdade», *Seara Nova*, n.º 216, 7 de Agosto de 1930.
- SÉRGIO, António, «Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual», *Seara Nova*, n.º 230, 25 de Dezembro de 1930.
- SÉRGIO, António, «Sôbre o Sistema Cooperativista», *Seara Nova*, n.º 522, 14 de Agosto de 1937.
- SÉRGIO, António, «Sôbre o Socialismo de Antero», *Seara Nova*, n.º 362, 2 de Novembro de 1933.
- SÉRGIO, António, «Sôbre os inconvenientes de se desprezar a clareza do entendimento», *Seara Nova*, n.º 482, 13 de Agosto de 1936.
- SÉRGIO, António, «Sôbre uma crise de Consciência», *Seara Nova*, n.º 231, 29 de Dezembro de 1930.
- SÉRGIO, António, «Temas para meditação», *Seara Nova*, n.º 537, 27 de Novembro de 1937.
- SÉRGIO, António, «Tréplica a Carlos Malheiro Dias Sobre a Questão do Desejado», *Seara Nova*, n.º 43, 15 de Março de 1925; n.º 44, Abril de 1925; n.º 45-46, Maio de 1925.
- SÉRGIO, António, CORTESÃO, Jaime, PROENÇA, Raúl —, «A “*Seara Nova*” e o conceito de revolução», *Seara Nova*, n.º 224, 30 de Outubro de 1930.
- SILVA, Agostinho da, «Considerações Sôbre o papel de Antero», *Seara Nova*, n.º 406 a 408, de 11 de Setembro de 1934.

III — FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

A — Jornais e Revistas

- *Cadernos da Juventude* (1937)
- *Estudos* (1922-1940)
- *Fradique* (1935-1935)
- *Homens Livres* (1923)
- *Imparcial* (1912-1919)
- *Liberdade* (1928-1935)
- *Manifesto* (1936-1938)
- *Nação Portuguesa* (1922-1927)
- *O Diabo* (1934-1940)

- *Pela Grei* (1918-1919)
- *Pensamento* (1930-1940)
- *Presença* (1927-1940)
- *Revista de Portugal* (1937-1940)
- *Seara Nova* (1921-1992)
- *Sol Nascente* (1937-1945)
- *Vértice* (1942-1992)

B — OBRAS E TEXTOS IMPRESSOS EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- AA. VV., *Literatura, Significação e Ideologia*, 2.^a ed, Lisboa, Arcádia, 1979.
- AA. VV., *O Estado Novo — das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- AA. VV., *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, «Salazar: o imperialismo no poder», *Vértice*, Abril de 1989, pp. 55-62.
- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Presença, 1974.
- ALVES, João Lopes, *Rousseau, Hegel e Marx, Percursos de Razão Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- AMARO, António Rafael e outros, «Ensino da História: que conhecimento e que Memória(s)?», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, pp.641-689.
- AMARO, António Rafael, «O Imparcial, um jornal de combate (1912-1919)», *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia Cristã e os inícios do Estado Novo, 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- AMARO, António Rafael, «O Ideário Político de Alberto Sampaio», *Separata das Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995.
- AMARO, António Rafael, «A *Seara Nova* e resistência cultural e ideológica à Ditadura e ao Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, 17, 1994.
- ANDRADE, Carlos Santarém, *Vértice. Índice de Autores (1942-)*
- ASCENÇÃO, Leão Ramos de, *O Integralismo Lusitano*, Porto, Gama, 1943.
- ÁGUAS, J. Neves, *Bibliografia de Jaime Cortesão. Contribuição para um inventário completo*, Lisboa, Arcádia, 1962.
- BALANDIER, Georges, *Antropologia Política*, Porto, Presença, 1980.
- BAPTISTA, Jacinto, «A «*Seara Nova*», Raul Proença e António Sérgio», *História Contemporânea de Portugal* (Dir. João Medina) Lisboa, Multilar, 1990, pp. 27-33.
- BAPTISTA, Jacinto, *Disse Chamar-se António Sérgio de Sousa... Auto da Prisão, Inquirição e Desterro do Autor dos Ensaios em 1935*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- BAPTISTA, Jacinto, *Jaime Cortesão, Raul Proença: Idealistas no Mundo Real*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990.

- BARREIRA, Cecília, «António Sérgio Leitor de Nobre — Do «modelo moral de uma comunidade» (Herculano) ao «puro racionalismo historiante e imperial» (Nobre)», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 353-359.
- BARREIRA, Cecília, *Sondagens em Torno da Cultura e das Ideologias em Portugal (secs. XIX-XX)*, Lisboa, Editorial Polernos, s.d.
- BARROS, Henrique de, «Mário de Azevedo Gomes, mestre, companheiro e cidadão», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 29-36.
- BEGARIE, Hervé Coutau, *Le Phenomene, «Nouvelle Histoire», Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, ed. Economica, 1983.
- * BEIRES, J. Sarmento, «Presença do passado», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 3-5.
- BENDA, Julien *La Trahison des Clercs*, Paris, Bernard Grasset, 1927.
- * BIBLIOTECA NACIONAL, Jaime Cortesão — Raul Proença: *Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário*, Lisboa, 1985.
- BOURDIEU, Pierre, «*O Poder Simbólico*», Difel, Lisboa, 1989.
- BRANCO, J. Oliveira, *O Humanismo Crítico de António Sérgio. Análise dos seus vectores filosóficos*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1986.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa — Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- BRITO, António José de, *Reflexões Acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Verbo, 1965.
- * BRUCKNER, Heidrun, «Sobre o neo-realismo — I. A herança da tradição», *Vértice*, n.º 390-391, 1976, pp. 309-329.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «Basílio Teles: O nacionalismo republicano do decadentismo ao autoritarismo», *Prelo*. Revista da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa (15), Abril/Junho, 1987, pp. 19-33.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «O fascismo português numa perspectiva comparada», Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980 — «*O Fascismo em Portugal*», Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 19-30.
- * CABRAL, Manuel Villaverde, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal», *Análise Social*, Vol. XII, 1976, pp. 873-915.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes, «O círculo e a linha», *Revista de História das Ideias*, 9, Coimbra, 1987, pp. 733-758.
- CARBONELL, Charles Olivier, «Pour une Histoire de l'historiographie», *Histoire de l'historiographie*, 1, 1982, pp. 7-25.
- * CARBONELL, Charles-Olivier, «L'Historiographie», *Que Sais-Je?*, n.º 1966, Paris, Puf, 1981.
- CARDIA, Mário Sottomayor, *Seara Nova, Antologia*, Lisboa, Seara Nova, 1971.
- * P CARDIA, Sottmayor, «Raul Proença ou o reflectido heroísmo da cidadania», *Jornal de Letras, artes e ideias*, Ano XI n.º 463 de 21 a 27 de Maio de 1991.

- CARDIA, Sottomayor, «Raul Proença (1884-1941). Voltaire contra Rousseau», *Público Magazine*, n.º 329, Edição do Porto, 1991.
- CARDIA, Sottomayor, *O Pensamento Filosófico do Jovem Sérgio*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- CARDOSO, Miguel Esteves, «Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a Saudade, o Sebastianismo e o Integralismo Lusitano», *Via Latina*, 3, Coimbra, Pub. da D. G. A. A. C., Maio de 1991, pp. 18-21.
- CARRILHO, Manuel Maria, *Elogio da Modernidade-Ideias, Figuras, Trajectos*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- «*Cartas de António Sérgio a Castelo de Branco Chaves: 1924-1955*», (Publicadas por Luísa Duchá Soares), *Revista da Biblioteca Nacional*, Julho/Agosto 1989.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, «*António Sérgio*». *O Obscurantismo Salazarista*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1974.
- CASTRO, Armando de, «Para a Teoria das Ideologias», *Revista de História das Ideias*, n.º 8, 1986, pp.613-651.
- CASTRO, Armando de, *Teoria do Conhecimento Científico*, 2 vols., Porto, Limiar, 1975 e 1978.
- CASTRO, Armando, *Conhecer o Conhecimento*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.
- CATROGA, Fernando, «A Ideia de Evolução em Antero de Quental», *Biblos*, Vol. 41, Coimbra, 1980, pp. 357-388.
- CATROGA, Fernando, «Ética e Sociocracia — O Exemplo de Herculano na Geração de 70», *Estudos Contemporâneos*, n.º 4, 1982, pp. 9-62.
- CATROGA, Fernando, «Filosofia e Sociologia. A Ideia Anteriana de Socialismo», *Vértice*, Vol. XLII, n.º 448, Maio-Junho, 1982, pp. 294-317.
- CATROGA, Fernando, «Nacionalismo e Ecumenismo — A Questão Ibérica na Segunda Metade do Séc. XIX», *Revista de Cultura História e Filosofia*, Vol. Iv, 1985, pp. 419-463.
- CATROGA, Fernando, «Nota Introdutória. Dialogar com António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 7-19.
- CATROGA, Fernando, «O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)», *Análise Social*, Vol. XXIV (100), 1988, pp. 211-273.
- CATROGA, Fernando, «O Problema Político em Antero de Quental. Um Confronto com Oliveira Martins», *Revista de História das Ideias*, Vol. 3, 1981, pp. 341-520.
- CATROGA, Fernando, «Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu Significado Político-Social», *Revista de História das Ideias*, Vol. 1, 1977.
- CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, (1865-1911)*, 2 vols., Coimbra, 1988 [Tese de Doutoramento].
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 Vols. Coimbra, Gabinete de Publicações da FLUC, 1991.
- CATROGA, Fernando, «A Importância do Positivismo na consolidação da Ideologia Republicana em Portugal», *Separata da Biblos*, LIII, Coimbra, 1977.
- CERTEAÛ, Michel de, *L'écriture d'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

- CHARLE, Christophe, *Naissance des «Intellectuels»*, Paris, Les Éditions Minuit, 1990.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- CIDADE, Hernani, «António Sérgio». *Portugal Histórico Cultural*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1973.
- CITRON, Suzanne, *Ensinar História Hoje — A Memória Perdida e Reencontrada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CITRON, Suzanne, *Le Mythe National, L'histoire de France en Question*, Editions Ouvrières, Paris, 1987.
- CORTESÃO, Jaime, «A Renascença Portuguesa e o Ensino da História Pátria», *A Águia*, n.º 9, 2.ª série, Porto, 1912.
- CRUZ, Manuel Braga da, «A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, 7 (2), 1985; pp. 347-371.
- CRUZ, Manuel Braga da, «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 547-574.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Notas para a caracterização do salazarismo», *Análise Social*, XVIII, 1982, pp. 773-799.
- CRUZ, Manuel Braga da, «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo», *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- CRUZ, Manuel Braga da, «O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, pp. 137-182.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os monárquicos no Estado Novo de Salazar», *Ler História*, n.º 6, 1985, pp. 61-83.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença/Gis, 1980.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda, «Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do séc. XIX», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 552-537.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Exortação à Mocidade*, Lisboa, 1925.
- DINIZ, Alves, «A República e a Seara Nova», *Seara Nova*, n.º 1007, 1946, pp. 141-142.
- DINIZ, Alves, «Raul Proença», *Seara Nova* (número comemorativo do vigésimo quinto aniversário), n.º 1007, de 26 de Outubro de 1946, pp. 143-144.
- DIONÍSIO, Mário, «Evocação de Bento de Jesus Caraça», *Vértice*, Setembro/Novembro, 1978, pp. 501-515.
- DIONÍSIO, Mário, «Fui sempre anti-Stalinista», *Expresso/Revista*, 24 de Abril de 1982.
- † DIONÍSIO, Mário, «Que significa para mim a Seara Nova?», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, p. 14.
- DIONÍSIO, Mário, *Autobiografia*, Lisboa, *O Jornal*, 1987.
- DO Ó, Jorge Ramos, «Salazar na oposição», *Vértice*, Abril de 1989, pp. 39-46.

- DOBSON, Andrew, «Aversão à Democracia e Medo das Massas? — José Ortega Y Gasset e o Pensamento Democrático Liberal», *Risco*, n.º 17, 1991/1992, pp. 61-72.
- DWARKASING, Ana Leonor Pereira, «No Rasto de Problemas Actuais da História» *Revista de História das Ideias*, n.º 11, 1989, pp. 577-639.
- FALCON, Francisco, «Historiografia Portuguesa Contemporânea: Um Ensaio Histórico-Interpretativo», *Estudos Históricos*, n.º 1, 1988, pp. 79-99.
- FERNANDES, Rogério, «António Sérgio: uma pedagogia para o ressurgimento nacional». *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Biblioteca Breve, n.º 37, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- FERNANDES, Rogério, «Cortesão e a Universidade do Porto», *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, Vol 1, n.ºs 1-2, Janeiro/Dezembro 1986, pp. 31-51.
- FERRÃO, Carlos, «Uma Voz Eloquente Corajosa e Notável Ergueu-se Contra Todos os Fascismos: a do grande Raul Proença», *Diário Popular*, 4-XI – 1976.
- FERRÃO, Carlos, *O Integralismo e a República — Autópsia de um Mito*, 2 vols., Lisboa, Inquérito, 1964.
- FERREIRA, David, «A acção política da *Seara Nova*», *Seara Nova*, n.º 1000, 1946, pp. 208-214.
- FERREIRA, David, «Razões de uma adesão», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 7-8.
- FERREIRA, David, «*Seara Nova*», *Dicionário de História de Portugal*, Dir. Joel Serrão, Porto, Figueirinhas, 1985, pp.503-5o8.
- FERREIRA, José Gomes, «Algumas páginas de um diário», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 9-10.
- FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha, «António Sérgio e os integralistas», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 427-469.
- FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha, «As Doutrinas do Integralismo Lusitano no Pensamento e na Teoria de Acção de Raul Proença», *Revista de História das Ideias*, 7, 1985, pp. 671-683.
- FERRO, António, Salazar, *o Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FERRO, Marc, *Falsificação da História*, Publicações Europa América, Mem Martins, s.d.
- FINLEY, J. Mores, *Mythe, Memoire et Histoire*, Paris, Flammarion, 1981.
- FOUCAULT, Michel, *L'orde du Discours*, Paris, Gallimard, 1971.
- FOUCAULT, Michel, *Les Mots et les Choses — Une Archéologie des Sciences Humaines*, Paris, Gallimard, 1966.
- FRAZÃO, Fernanda e Boavida, Maria Filomena, *Pequeno Dicionário de Autores de Língua Portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1983.
- FREITAS, Eduardo, «O Método Biográfico: as Histórias de Vida em seu Favor», *O Estudo da História*, n.ºs 3-4 (II série), 1987, pp. 75-78.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «António Sérgio: o Portugal que somos e o Portugal que queremos ser», *Para a Renovação da Política Nacional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978.

- GODINHO, Vitorino Magalhães, «António Sérgio: presença do passado presença do futuro», *Seara Nova*, n.º 1507, Maio de 1971, pp. 36-38.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História», *Revista de História Económica e Social*, n.º 10, Julho/Dezembro, 1982, pp. 1-13.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «Sobre Teoria da História e Historiografia», *Ensaios*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá Costa, 1971.
- ✧ GRAÇA, Fernando Lopes, «Formação de um verdadeiro espírito democrático», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, p.11.
- GRÁCIO, Rui, «Pedagogia de acção social e racional de António Sérgio», *Seara Nova*, n.º 1370, Dezembro 1959, pp. 389; 398-399.
- GUERREIRO, António, «A Política sem cultura», *Expresso*, 3 de Abril de 1993, p.22.
- GUIMARÃES, Fernando, *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neo-Realismo*, Porto, Brasília, 1981.
- HABERMAS, «A Modernidade um Projecto Inacabado», *Crítica — Revista do Pensamento Contemporâneo*, 2, Nov./87, pp. 5-23.
- HALBWACHS, Maurice, *La Mémoire Collective*, Paris, Press Universitaires de France, 1968.
- HESPANHA, António Manuel, «História e Sistema: interrogações à Historiografia Pós-Moderna», *Ler História*, n.º 9, 1986, pp. 65-84.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal — O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- HYPPOLITE, Jean, *Introdução à Filosofia da História de Hegel*, Lisboa, Ed. 70, 1988.
- JANEIRO, Helena e Isabel Alarcão e Silva, «A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949)», *Vértice*, Abril de 1989, pp. 63-69.
- LALANDE, André, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, Paris, Puf, 1983.
- ✧ LAPA, Rodrigues, «O muito falado e inexistente programa da «Seara Nova»», *Seara Nova*, n.º 1007, 1946, pp. 81-83.
- ✧ LAPA, Rodrigues, «Revertendo às origens», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 6-7.
- LÁZARO, Josep Fontana y, «Ascensão e Decadência da Escola dos Annales», *História e Ideias*, vol. I, n.os 3-4, 1979, pp. 65-79.
- LE GOFF, «Antigo/Moderno», *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1 (Memória – História), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 370-329.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir.), *Fazer História*, 3 vols., Lisboa, Bertrand, 1977/1981/1987.
- LE MOS, Mário Matos, *A Seara Nova e o Pensamento da Revolução Nacional*, Cadernos do Quadragésimo Ano, 1966.
- LEVI, Giovanni, «Les Usages de la Biographie», *Annales E.S.C.*, n.º 6 (44.º) 1989, pp. 1329-1333
- Les Lieux de Mémoire (Dir. Pierre Nora), *I La République*, Paris, Gallimard, 1984.
- LOPES, Fernando Farelo, «A Revista «Pela Grey» (Doutrina e Práticas Políticas)», *Análise Social*, n.º 72, 73-74, Abril-Dez., 1982, pp. 759-772.

- LOPES, Fernando Farelo, «A rendição da Cultura Liberal», *Análise Social*, n.º 64, 1980, pp. 799-809.
- LOPES, Fernando Farelo, «António Sérgio na «Renascença Portuguesa»», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 403-425.
- LOPES, Fernando Farelo, «Clientelismo, «Crise de Participação» e deslegitimação da I República», *Análise Social*, Vol. XXVI, n.º 111, 1991, pp. 401-415.
- LOPES, Fernando Farelo, «O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)», *O Fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Regra do Jogo, 1982, pp. 141-165.
- LOPES, Óscar, *Opúsculo. Jaime Cortesão (1884-1960)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985.
- LOURENÇO, Eduardo, «A ficção dos anos 40 ou o neo-realismo e o resto», *Jornal de Letras*, 2, n.º 32, 11 a 24 de Maio, 1982, p. 2.
- LOURENÇO, Eduardo, Jorge Borges de Macedo e Augusto França, «Sobre a Identificação Nacional: Inquérito», *Prelo*, n.º 1, Outubro/Dezembro 1983, pp. 5-22.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Facismo Nunca Existiu*, Lisboa, D. Quixote, 1976.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, D. Quixote, 1978.
- LOURENÇO, Eduardo, *Ocasionais I*, Lisboa, A Regra do Jogo, s.d.
- LOURENÇO, Eduardo, *Sentido e forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- LOWITH, Kárl, *O Sentido da História*, Lisboa, Ed. 70, 1991.
- LUCAS, Maria Manuela, «Teoria do Humano e Projecto de Homem Novo em Jaime Cortesão», *Cadernos da Revista de História Económico e Social*, 6-7, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1985.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta, Pour Gramsci, Paris, Éditions du Seuil, 1974.
- MACEDO, Jorge Borges de, «A teoria da história de Jaime Cortesão», *Prelo* (número especial), Dezembro de 1984, pp. 57-66.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Algumas Correntes da Historiografia Portuguesa» *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 472, 23/29 de Julho de 1991, pp.18.
- MACEDO, Jorge Borges de, «As resistências à historiografia marxista», *Jornal de Letras, artes e ideias*, Ano XII, n.º 519, de 16 a 22 de Junho de 1992, pp. 15-17.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Erros fabulosos ocasionaram a queda do marxismo», *Jornal de Letras, artes e ideias*, Ano XII, n.º 518 de 9 a 15 de Junho de 1992, pp. 15-17.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Estrangeirados — um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, s. d.
- MACEDO, Jorge Borges de, «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio — a ideologia da razão (1912-1930)», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 471-531.
- MARGARIDO, A., *A Introdução do Marxismo em Portugal 1850-1930*, Lisboa, Guimarães Editores, 1975.
- MARINHO, Maria José, «António Sérgio e a Renascença Portuguesa o fim (adiado) da polémica sobre o saudosismo», *Diário de Lisboa*, 15-2-1958 e 15-3-1958.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Antologia da Historiografia Portuguesa*, 2.º Vol, Lisboa, Publicações Europa América, 1.º Vol., 1974, 2.º Vol., 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*. Col. Estudos e Documentos. Lisboa, Publicações Europa-América, 1978.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, 2 Vols., Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.
- MARTINS, Moisés Lemos, «O olho de Deus no discurso salazarista», *Jornal de Letras*, n.º 140, 12/18 de Março de 1985.
- MATOS, Sérgio Campos, «Os diálogos de doutrina democrática: da edição original (1933) à versão revista do autor (1945) (?)/1958 (?)», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 533-591.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MATTOSO, José, «Perspectivas Actuais da Investigação e da Síntese na Historiografia Portuguesa», *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Janeiro/Junho de 1982, pp. 145-162.
- MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João; MATOS, Sérgio Campos; VENTURA, António, *Estudos Sobre António Sérgio*, Lisboa, I.N.I.C. — Centro de História da Universidade de Lisboa, 1988.
- [MEDINA, João, *O Pelicano e a Seara*, Lisboa, António Ramos, 1978.
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas, Salazar e o Nacional - Sindicalismo, a História de um Conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand, 1978.
- MENDES, José Maria Amado, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.
- [MIGUÉIS, José Rodrigues, *Uma Flor na Campa de Raul Proença*, Biblioteca Nacional, 1985.
- MOLES, Abraham, «A Função dos Mitos Dinâmicos na Construção do Imaginário Social», *Logos*, n.º 4, Dez., 1985.
- MONCADA, Luís Cabral, *Memórias ao Longo de uma Vida — Pessoas, Factos, Ideias*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- NAMORADO, Joaquim, «Da dissidência presencista ao neo-realismo», *Vértice*, Dezembro de 1966.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral, «Carta ao Sr. António Sérgio», *Sol Nascente*, n.º 19, 15 de Novembro de 1937.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral, «Comentário para compreender», *Sol Nascente*, n.º 19, 15 de Novembro de 1937.

- NOGUEIRA, Jofre Amaral, *Um Humanismo à Nossa Medida*, Porto, Inova, 1971.
- NOGUEIRA, Jofre de Amaral, «O papel de uma nova geração», *Sol-Nascente*, n.º 28, 15 de Abril de 1938.
- NOLT, Ernest, *La crisis del sistema liberal y los movimientos fascistas*, Barcelona, Ediciones Península, 1971.
- NORA, Pierre, «Entre Mémoire et Histoire — La Problematique des lieux» *les Lieux de Mémoire*, vol. I «La République», Paris, Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre, «Mémoire Collective», *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978.
- NUNES, António Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- NUNES, João Arsénio, «Salazar e os fascismos», *Vértice*, Abril de 1989, pp. 9-18.
- NUNES, João Paulo Avelãs, «O C.A.D.C de Coimbra nos inícios do Estado Novo — a revista *Estudos*» entre 1922-1934», *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia Cristã e os inícios do Estado Novo, 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- NUNES, João Paulo Avelãs, «O conceito de “fascismo” na história recente de Portugal», *Vértice*, II Série, Janeiro-Fevereiro, 1993, pp. 53-65.
- OLIVEIRA, António Braz de, «Jaime Cortesão e Raul Proença: 30 anos de convívio epistolar», *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, Vol. 1, n.ºs 1-2, Jan./Dez. 1986, pp. 53-72.
- OLIVEIRA, César de, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, Edições «O Jornal», 1991.
- PAIS, José Machado, «As raízes ideológicas do Estado Novo», *Vértice*, n.º 13, Abril de 1982, pp. 31-37.
- PEDROSO, Alêberto (Recolha Introdução e Notas) — *Jaime Cortesão — 13 Cartas de Cativo e do Exílio*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.
- PEREIRA, Miguel Baptista, «O Neo-Iluminismo Filosófico de António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 21-88.
- PEREIRA, Miguel Baptista, *Modernidade e Secularização*, Coimbra, Livraria Almedina, 1990.
- PICCHIO, Luciana Stegagno, «O Escritor e a Literatura na Viragem do Século», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XI, n.º 497, 14/20 de Janeiro de 1992 p. 16.
- PIMENTA, Alfredo, *A História de Portugal do Sr. António Sérgio Vista por Alfredo Pimenta*, Lisboa, Ed. Do Autor, 1941.
- PIMENTEL, Sarmiento, «Acima dos programas dos partidos», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 1-3.
- PINTO, António Costa, «A Ideologia do Fascismo Revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos», *Ler História*, 6, 1985, pp. 109-120.
- PINTO, António Costa, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 575-613.
- PINTO, António Costa, «O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu — velhos problemas velhas respostas?», *Análise Social*, Vol. XXV (108-109), 1990, pp. 695 - 713.
- PINTO, Jaime Nogueira, «Polémicas de António Sérgio. Questão Sebástica, O Seiscentismo, Idealismo e Realismo», *As Grandes Polémicas Portuguesas*, Lisboa, Ed. Verbo, 1967.

- PINTO, José Madureira, *Ideologia: Inventário Crítico de um Conceito*, Lisboa, Gis/Editorial Presença, 1978.
- † PIRES, Daniel, *Raul Proença — Polémicas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- PITA, António Pedro, *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais*, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, 1989.
- PITA, António Pedro, «Bento de Jesus Caraça e o problema da cultura», *Vértice*, Set./Nov., 1978, pp. 524-532.
- PITA, António Pedro, *Uma Estética da Inteligibilidade. (Re)leituras Sergianas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1985.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A Primeira Regeneração (1820-1823)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- PROENÇA, Raul, *Antologia/Raul Proença: Prefácio selecção e notas de António Reis*, Lisboa, Ministério da Cultura: Dir. Geral da Comunicação, 1985.
- PROENÇA, Raul, *O Eterno Retorno/Raul Proença* (Introdução, fixação do texto e notas de António Reis, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.
- PROENÇA, Raul, *O Caso da Biblioteca* (Organização, estudos e notas de Daniel Pires e José Carlos González) Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.
- PROENÇA, Raul, *Panfletos. A Ditadura Militar*, Lisboa, Miguel da Cruz, 1926.
- PROENÇA, Raul, *Páginas de Política*, Lisboa, Seara Nova, 1972.
- QUADROS, António, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 Anos*, Fundação Lusfada, Lisboa, 1989.
- QUADROS, António, «Da Renascença Portuguesa à Seara Nova», *Cumprir Portugal-Identidade Portuguesa*, 2.º Caderno, Lisboa, 1988, p. 39.
- QUADROS, António, *O espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1967.
- QUADROS, António, «Renascença Portuguesa e Seara Nova» *O Espírito da Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1967, p. 195.
- QUENTAL, Antero, *Prosas Sócio - Políticas*, Publicadas e Apresentadas por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1982.
- RABY, Dawn Linda, *Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1988.
- RAMOS, Rui, «A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 483-528.
- REBOUL, Olivier, *Langage et Idéologie*, Paris, Puf, 1980.
- REBOUL, Olivier, *Léndoctrinement*, Paris, Puf, 1977.
- REIS, António, «Raul Proença — Da Ética da Cultura à Política do Livro», *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, n.ºs 1-2, Jan/Dez., 1986, pp. 81-84.
- REIS, Carlos «A Produção cultural entre a norma e a ruptura», *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Lisboa, Ed. Alfa, 1992, pp 201-270.
- REIS, Carlos, «António Sérgio Queirosiano», *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, pp. 321-352.

- REIS, Carlos, «Memorial do Convento ou a Emergência da História», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Fevereiro de 1986, pp. 91-103.
- REIS, Carlos, *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983.
- REYS, Câmara, *Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985.
- REYS, Luís da Câmara, *As Questões Morais e Sociais na Literatura*, Vol. II, *Seara Nova*, 1943.
- RÉGIO, José, «António Sérgio e o Sol Nascente». *Páginas de Doutrina e Crítica da «Presença»*. Porto, Brasília Editora, 1977.
- RÊGO, Raul, «Cortesão e Proença ou a missão de uma Biblioteca Nacional», *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, Vol. 1, n.ºs 1-2, Jan./Dez. 1986, pp. 73-79.
- RICOEUR, Paul, *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Ed. 70, 1991.
- ROCHA, Clara, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa-Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- ROLAND, Barthes, «O Discurso da história», *Os Rumos da Língua*, Lisboa, Ed. 70, 1987.
- ROSAS, Fernando, «A Crise do Liberalismo e as Origens do «Autoritarismo Moderno» e o Estado Novo em Portugal», *Penélope*, n.º 2, Fevereiro de 1989, pp. 97-114.
- ROSAS, Fernando, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice*, Abril de 1989, pp.21-29.
- ROSAS, Fernando, «O P.C.P. e a II Guerra Mundial», *Estudos Sobre o Comunismo*, n.º 0, Lisboa, 1983, pp. 3-22.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- SACRAMENTO, Mário, *Há Uma Estética Neo-Realista?*, Lisboa, Vega, 1985.
- SALEMA, Álvaro, «Evocação breve (e talvez supérflua)», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 12-13.
- SALVADORI, Massimo L., *Gramsci e il Problema Storico Della Democrazia*, Torino, Giulio Einaudi Editor s. p. a., 1972.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro, *A Renascença Portuguesa — um movimento cultural portuense*, Fundação Eng. António de Almeida, s.d.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Um discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Fernando Piteira, «Bilhete de parabéns em papel de tornassol», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp. 15-17.
- SANTOS, Fernando Piteira, «Notas de introdução a uma leitura de Sérgio», *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 1979, pp. 155-160.
- SANTOS, Fernando Piteira, «O «movimento socialista» em Portugal nos anos 30 e 40 do século XX», *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 535, Ano XII, de 6 a 12 de Outubro de 1992.
- SANTOS, Fernando Piteira, «O Pensamento Social e Político de Jaime Cortesão e Raul Proença», *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, n.ºs 1-2, Jan./Dez. 1986, pp. 81-84.

- SANTOS, Fernando Piteira, *Raul Proença e a «Alma Nacional»*, Lisboa, Europa América, 1979.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima, «A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do séc. XIX», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 539-546.
- SARAIVA, António José, *A Tertúlia Ocidental — Estudos Sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- SARDINHA, António, «Teófilo mestre da contra-revolução», *Nação Portuguesa*, 1ª Série, n.ºs 1, 2, 3, 1.º Ano, 1914.
- SÁ, Victor de, *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1978.
- SCHAFF, Adam, *História e Verdade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- SERRA, João B., «Raul Proença: uma análise política do sistema republicano», *Ler História*, n.º 7, 1986, pp. 47-73.
- SERRÃO, Joel, «Aproximação do pensamento de Raul Proença», *Seara Nova*, n.º 1512, Outubro de 1971, pp. 23-28.
- SERRÃO, Joel, «Relance sobre a vida e a obra historiográfica de Jaime Cortesão», *Prelo*, (número especial), Dezembro 1984, pp. 7-16.
- SERRÃO, Joel, *O lugar da história no pensamento de António Sérgio*, Academia das Ciências de Lisboa, 1976, pp. 45-52.
- SERRÃO, Joel, *Para uma Perspectiva da Historiografia Portuguesa Contemporânea (1800-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
- SERRÃO, Joel, *Portugueses Somos*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
- SERRÃO, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- ✧ SERTÓRIO, Manuel, «Seara igual espigas várias», *Seara Nova*, n.º 1512, 1971, pp.18-22.
- ✧ SÉRGIO, António, *Correspondência para Raul Proença*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- SÉRGIO, António, *Uma Antologia* (Seleccção, introdução e notas de Joel Serrão) —, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- ✧ SOARES, Mário, *Portugal amoraçado, depoimento sobre os anos de fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.
- STERNHELL, *La Droit Révolutionnaire (1885-1914): Les Origines Françaises du Fascisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1978.
- STERNHELL, Zeev «A Modernidade e os seus Inimigos: da revolta contra o Iluminismo à subversão da Democracia», *Risco*, n.º 17, 1991/1992, pp. 33-48.
- TELO, A. J., *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- TORGAL, Luis Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis, «A Universidade e o Estado Novo (1926-1961). Notas de uma investigação colectiva», *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas — Actas do Congresso «História da universidade»* (n.º 7.º centenário da sua fundação), 5 a 9 de Março de 1990, Coimbra, 1991, Vol. 3, pp. 181-193.
- TORGAL, Luís Reis, «Antero de Quental nas leituras “integralistas”», *Revista de História das Ideias*, 13, 1991, pp. 401-439.

- TORGAL, Luís Reis, «Salazarismo, Fascismo e Europa», *Vértice*, II Série, Janeiro-Fevereiro, 1993, pp. 41-52.
- TORRES, Alexandre Pinheiro, *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, Vol. II, Lisboa, Edição da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1964.
- TORRES, Alexandre Pinheiro, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*, Lisboa, Biblioteca Breve/Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- TORRES, Alexandre Pinheiro, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes Editores, 1977.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Estudos Sobre a Crise Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Estado Liberal e o Ensino — Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gis, 1973.
- VENTURA, António Adriano de A. Pires, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)* (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea), Lisboa, 1988. †
- VIDE, Fernão da, *O Pensamento Integralista*, Lisboa, Junta Provincial da Estremadura, 1923.
- VILAÇA, Alberto, «Roteiro para algumas ideias fundamentais de Caraça», *Vértice*, Out./Dez., 1968, pp.723-735.
- VILELA, A. Lobo, «A política da Seara Nova», *Seara Nova*, n.º 1007, 1946, pp.157-160.
- VILHENA, Vasco de Magalhães, *António Sérgio: O Idealismo Crítico e a Ideologia Burguesa*, Lisboa, Cosmos, 1975.
- VILHENA, Vasco de Magalhães, «Em torno do idealismo histórico-social de António Sérgio», *Revista de História das Ideias*, n.º 5, 1983, pp. 167-246.
- VOVELLE, Michel, *Ideologies et Mentalités*, Paris, 1982.
- WOOEF, S.J., *O Fascismo na Europa*, Vila da Maia, Editorial Meridiano, 1978.

C— ENCICLOPÉDIAS, DICIONÁRIOS E OBRAS DE ÂMBITO GERAL.

- Enciclopédia Einaudi*-1-Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL*, (Dir. João Medina) Lisboa, Multilar, 1990.
- LOPES, Óscar, *História Ilustrada das Grandes Literaturas, Literatura Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1973.
- NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL* (Dir. Joel Serrão e A. H de Oliveira Marques), vol. XI e XII, Lisboa, Editorial Presença, 1991 e 1992, respectivamente.
- PORTUGAL CONTEMPORÂNEO* (Dir. António Reis), 6 Vols, Lisboa Publicações Alfa, 1990-1992.

TORGAL, Luis Reis - *Salazarismo, Fashismo e Euzepes*. Vários II. São Paulo: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima de - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

TORRES, Alexandre Pinheiro - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SARAIVA, António - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

TORRES, Alexandre Pinheiro - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SARDINHA, António - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

TORRES, Alexandre Pinheiro - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VALENTE, Vasco Fialdo - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SERRA, João - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VENTURA, António Adriano de A. - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SERRA, João - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VIDE, Fernando - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VILÇA, Alcino - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

SERRA, João - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VILHENA, Vasco de Magalhães - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VILHENA, Vasco de Magalhães - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VILHENA, Vasco de Magalhães - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

VOVETLE, Michel - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

WOOLF, J. - *O Estado Novo e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

C - *ENCICLOPÉDIA, DICCIONÁRIO E OBRAS DE LUIS DE CAVALCANTI*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

ENCICLOPÉDIA ENDAWAL - *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL. (Dir. João Medina) Lisboa: Multa, 1990.

LOPES, Oscar - *As mulheres e a sociedade em Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL. (Dir. João Medina) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

PORTUGAL CONTEMPORÂNEO. (Dir. António Costa) Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

NOTAS DE LUIS DE CAVALCANTI (1961-1926) - *Notas de Luis de Cavalcanti*. Lisboa: Livros do Brasil, 1993, pp. 41-52.

ACTAS DO CONGRESSO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL. (Dir. João Medina) Lisboa: Multa, 1990.

REVISTA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. (Dir. João Medina) Lisboa: Multa, 1990.





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - PÓLO DE VISEU

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO SOCIAL

